



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Luana Francine Nyland

Colocando os casos tipo-Gettier sob teste:
Filosofia Experimental e a Análise do Conhecimento

Florianópolis
2020

Luana Francine Nyland

Colocando os casos tipo-Gettier sob teste:
Filosofia Experimental e a Análise do Conhecimento

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Ivan Ferreira da Cunha, Dr.
Coorientador: Prof. Alexandre Meyer Luz, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nyland, Luana Francine

Colocando os casos tipo-Gettier sob teste : Filosofia Experimental e a Análise do Conhecimento / Luana Francine Nyland ; orientador, Ivan Ferreira da Cunha, coorientador, Alexandre Meyer Luz, 2020.

166 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Epistemologia. 3. Metafilosofia. 4. Filosofia Experimental. I. da Cunha, Ivan Ferreira. II. Meyer Luz, Alexandre. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. IV. Título.

Luana Francine Nyland
Colocando os casos tipo-Gettier sob teste:
Filosofia Experimental e a Análise do Conhecimento

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. André Joffily Abath, Dr.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Jerzy André Brzozowski, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Ivan Ferreira da Cunha, Dr.
Orientador

Prof. Alexandre Meyer Luz, Dr.
Coorientador

Florianópolis, 2020.

Às mulheres da minha vida: Maria, Leila e Silvia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família por todo apoio e compreensão que sempre recebi, não apenas no decorrer da realização deste trabalho, mas durante toda a minha formação acadêmica. Agradeço em especial à minha mãe, Maria, por me ensinar a voar e sempre me apoiar durante toda essa jornada. Agradeço igualmente às minhas irmãs, Leila e Silvia, pela compreensão e suporte em todas as minhas escolhas. Agradeço às minhas sobrinhas, Marina e Isadora, e aos meus afilhados, Pedro Henrique e Gustavo, por entenderem a minha ausência e por transformarem a saudade em reencontros cheios de amor e carinho. Agradeço ainda aos meus cunhados, Ivandre e Volnei, que também sempre apoiaram as minhas escolhas e torceram pelas minhas conquistas.

Agradeço ao meu namorado, Matheus Rui, por todas as contribuições, discussões e revisões ao meu trabalho. As nossas conversas sempre renderam bons momentos de reflexão e contribuíram para eu delimitar melhor a minha pesquisa. Mas não apenas isso, agradeço por me incentivar a enfrentar os desafios de uma pós-graduação e acreditar que eu era capaz, mesmo quando eu duvidava disso. Agradeço também por todo companheirismo, carinho, compreensão e respeito em todos os dias dessa jornada que escolhemos trilhar juntos. Agradeço inclusive à Penelope, nossa companheira canina, por tornar essa caminhada um pouco mais leve e diria, até mesmo, mais humana.

Agradeço aos professores Ivan Ferreira da Cunha e Alexandre Meyer Luz que, embora por mera formalidade são rotulados respectivamente como orientador e coorientador desta dissertação, contribuíram igualmente orientando meu trabalho com suas ideias, sugestões e revisões. Agradeço ao professor Alexandre por ter inicialmente acolhido a mim e a minha pesquisa e por ter me auxiliado até o final dessa caminhada. Agradeço ao professor Ivan que, por outro lado, acabou me acolhendo no meio da pesquisa, mas que, por conta de suas inúmeras contribuições, pareceu também ter orientado o meu trabalho desde o início. Agradeço ainda aos professores, tanto do departamento de Filosofia da UFSC quanto do departamento de Filosofia da UFPel, que contribuíram com seus inúmeros ensinamentos para a minha formação enquanto pesquisadora e docente de Filosofia.

Não posso deixar de mencionar, por fim, que esta pesquisa não seria possível sem a iniciativa de pessoas como Alexandra Elbakyan, criadora do site Sci-Hub, que possibilitam que o conhecimento seja compartilhado livremente e lutam pelo acesso igualitário à informação científica. Obrigada, Alexandra, por remover as barreiras no caminho da ciência e oportunizar o meu acesso aos diversos artigos utilizados em minha pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

If anything can be pursued in an armchair, philosophy can.
(Timothy Williamson, 2005)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o debate metafilosófico contemporâneo a respeito de uma estratégia metodológica frequentemente utilizada na Filosofia: aquela que recorre a intuições obtidas a partir da avaliação de casos hipotéticos para apoiar ou refutar certas afirmações ou teorias filosóficas. Mais especificamente, este trabalho apresenta tal debate a respeito de alguns tipos de casos hipotéticos, os chamados casos tipo-Gettier, que são comumente utilizados na análise do conhecimento. Para tanto, em primeiro lugar, são feitas algumas considerações sobre a relevância dos casos do tipo-Gettier para a pesquisa contemporânea em epistemologia. Essas considerações são seguidas por reflexões metafilosóficas sobre o empreendimento de análise do conhecimento e sobre a metodologia por trás dos casos tipo-Gettier. Em segundo lugar, são apresentadas as principais características do movimento da Filosofia Experimental. Representantes desse movimento, os filósofos experimentais, realizaram uma série de estudos que desencadearam o debate metafilosófico sobre as intuições advindas de casos hipotéticos. Alguns desses estudos, que visam os casos tipo-Gettier, são apresentados e seus resultados são mostrados para sugerir que as intuições decorrentes de tais casos não são amplamente compartilhadas. Além disso, esses estudos indicam que as intuições dos casos tipo-Gettier podem ser influenciadas por aspectos irrelevantes à análise epistemológica. Esses resultados parecem não corroborar a suposição, até agora amplamente aceita pela comunidade filosófica, de que as intuições obtidas a partir de casos tipo-Gettier são robustas o suficiente para servir de evidência na análise do conhecimento. Portanto, os filósofos experimentais apresentam evidências empíricas para contestar o status epistêmico de tais intuições e para desafiar aqueles que recorrem a elas em suas análises do conhecimento. Por fim, são apresentados três cuidados que poderiam ser considerados em futuras investigações que visem contribuir para o debate metafilosófico discutido neste trabalho. Essas precauções sugerem que os casos do tipo-Gettier possuem diferenças estruturais entre si, de modo que não formam uma categoria homogênea de casos hipotéticos. Além disso, é preciso levar em conta que o processo de geração de uma intuição pode envolver pelo menos três subtarefas distintas que podem afetar a confiabilidade resultante do referido processo. Outra precaução é que se deve considerar que as intuições podem não pertencer a uma categoria homogênea de estados mentais, de modo que examinar a confiabilidade da intuição pode exigir investigações muito mais específicas. Ao chamar a atenção para esses cuidados, este trabalho pretende mostrar que a questão a respeito da confiabilidade das intuições e, por consequência, também o debate metafilosófico que se formou em torno dessa questão, pode ser consideravelmente mais complexo do que imaginavam os filósofos tradicionais e experimentais.

Palavras-chave: Casos tipo-Gettier. Análise do conhecimento. Filosofia Experimental. Intuições.

ABSTRACT

This work aims at presenting the contemporary metaphilosophical debate about one of the most often used methodological approaches in philosophy: that which resorts to intuitions obtained from the assessment of hypothetical cases to support or refute certain philosophical statements or theories. More specifically, this work discusses such debate about some kinds of hypothetical cases, the so-called Gettier-type cases, which are commonly used in the analysis of knowledge. To do that, firstly, some considerations are made about the relevance of Gettier-type cases for contemporary research in epistemology. These considerations are followed by metaphilosophical reflections about the enterprise of the analysis of knowledge and about the methodology behind Gettier-type cases. Secondly, the main features of the Experimental Philosophy movement are presented. Representatives of this movement, the experimental philosophers, carried through a series of studies that sparked the metaphilosophical debate on intuitions from hypothetical cases. Some of these studies that target Gettier-type cases are presented and their outcomes are shown to suggest that the intuitions arising from such cases are not widely shared. Besides, these studies indicate that intuitions from Gettier-type cases might be influenced by aspects which are irrelevant for epistemological analysis. These outcomes seem not to corroborate the assumption, so far widely accepted by the philosophical community, that the intuitions obtained from Gettier-type cases are robust enough to serve as an evidence for the analysis of knowledge. Therefore, experimental philosophers present empirical evidence to dispute the epistemic status of such intuitions and to challenge those who resort to them in their analyses of knowledge. Finally, three precautions are presented that should be considered in future investigations that aim at contributing to the metaphilosophical debate discussed in this work. These precautions state that Gettier-type cases have structural differences to one another, so that they do not form a homogeneous category of hypothetical cases. Also, one must take into account that the process of generating an intuition might involve at least three distinct subtasks which may affect the resulting reliability of said process. Another precaution is that one must consider that intuitions might not belong to a homogeneous category of mental states, so that looking into the reliability of intuition might require much more specific investigations. By calling attention upon these precautions, this work intends to show that the question regarding the reliability of intuitions, and, as a consequence, also the metaphilosophical debate that formed around this question, might be considerably more complex than traditional and experimental philosophers imagined.

Keywords: Gettier-type cases. Analysis of Knowledge. Experimental Philosophy. Intuitions.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Gráfico das respostas dos sujeitos do Leste Asiático sobre o caso Gettier | 64 |
| Figura 2 - Gráfico das respostas dos sujeitos do Subcontinente Indiano e dos Ocidentais sobre o Caso Gettier | 65 |
| Figura 3 - Gráfico do resultado da atribuição de conhecimento nos casos <i>Control</i> , <i>Gettier</i> e <i>False Belief</i> | 68 |
| Figura 4 - Gráfico com os resultados da concordância dos participantes em relação a atribuição de conhecimento aos agentes dos casos <i>Pump Case</i> , <i>Mayor Case</i> e <i>Third-Person Mayor Case</i> | 75 |
| Figura 5 - Gráfico do resultado da atribuição de conhecimento nas condições <i>Control</i> e <i>Authentic Gettier</i> | 79 |
| Figura 6 - Tabela com o resultado da atribuição de crença para os casos: <i>Standard True Belief</i> , <i>Skeptical Pressure cases</i> , <i>Gettier cases</i> e <i>Justified False Belief</i> | 87 |
| Figura 7 - Tabela com o resultado da atribuição de conhecimento para os casos: <i>Standard True Belief</i> , <i>Skeptical Pressure cases</i> , <i>Gettier cases</i> e <i>Justified False Belief</i> | 88 |
| Figura 8 - Gráfico com o resultado do grau de justificação de crença para os casos: <i>Standard True Belief</i> , <i>Skeptical Pressure cases</i> , <i>Gettier cases</i> e <i>Justified False Belief</i> | 88 |
| Figura 9 - Gráfico com o resultado da negação do conhecimento para os casos: <i>Gettier/Hospital Case</i> , <i>Clear Knowledge Case</i> , <i>Gettier/Trip Case</i> e <i>False Belief Case</i> | 94 |
| Figura 10 - Tabela de dados dos participantes do estudo realizado por Machery et al. (2017b) | 97 |
| Figura 11 - Gráfico com a proporção de negação do conhecimento para as perguntas Conhecimento 1 e Conhecimento 2 do caso tipo-Gettier testado em 24 lugares | 99 |
| Figura 12 - Gráfico com a proporção das intuições sobre o caso tipo-Gettier de homens e mulheres | 100 |
| Figura 13 - Gráfico com a porcentagem de atribuição de conhecimento para as sete versões do caso analisado | 127 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| | INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 | ANÁLISE DO CONHECIMENTO: CASOS TIPO-GETTIER E A METODOLOGIA FILOSÓFICA | 21 |
| 1.1 | ANÁLISE TRADICIONAL DO CONHECIMENTO E OS CASOS TIPO-GETTIER | 22 |
| 1.2 | QUESTÕES METAFILOSÓFICAS SOBRE A ANÁLISE DO CONHECIMENTO | 29 |
| 1.3 | FILOSOFIA DE POLTRONA, CASOS HIPOTÉTICOS E INTUIÇÕES..... | 35 |
| 2 | FILOSOFIA EXPERIMENTAL E AS INTUIÇÕES DOS CASOS TIPO-GETTIER..... | 46 |
| 2.1 | FILOSOFIA EXPERIMENTAL: O MOVIMENTO | 47 |
| 2.1.1 | Filosofia Experimental como resposta ao uso de intuições na Filosofia..... | 49 |
| 2.1.2 | Filosofia Experimental e Filosofia Empírica..... | 51 |
| 2.1.3 | Dois movimentos: positivo e negativo..... | 54 |
| 2.2 | FILOSOFIA EXPERIMENTAL E OS CASOS TIPO-GETTIER..... | 60 |
| 2.2.1 | Variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 1 | 60 |
| 2.2.2 | Variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 2 | 66 |
| 2.2.3 | Variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 3 | 71 |
| 2.2.4 | Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 4..... | 77 |
| 2.2.5 | Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 5..... | 82 |
| 2.2.6 | Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 6..... | 90 |
| 2.2.7 | Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 7..... | 96 |
| 2.3 | FILOSOFIA EXPERIMENTAL <i>VERSUS</i> FILOSOFIA DE POLTRONA?..... | 102 |
| 3 | FILOSOFIA EXPERIMENTAL E FILOSOFIA TRADICIONAL EM OBSERVAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES..... | 113 |
| 3.1 | TAXONOMIA DOS CASOS TIPO-GETTIER | 115 |

| | | |
|-----|-------------------------------------|------------|
| 3.2 | CONFIABILIDADE DAS INTUIÇÕES | 131 |
| 3.3 | HETEROGENEIDADE DAS INTUIÇÕES | 145 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 152 |
| | REFERÊNCIAS | 159 |

INTRODUÇÃO

Discussões a respeito da metodologia filosófica não são novidade dentro da Filosofia. Mas uma, em especial, vem tomando grandes proporções nos últimos vinte anos, a saber, a discussão metafilosófica sobre uma estratégia metodológica frequentemente utilizada em Filosofia: o apelo às intuições advindas da avaliação de casos hipotéticos para apoiar ou refutar certas afirmações ou teorias filosóficas. Basicamente, tal estratégia consiste na elaboração de casos hipotéticos, também conhecidos na filosofia como experimentos de pensamento ou contraexemplos, que, por sua vez, consistem em situações imaginárias comumente encontradas em forma de narrativas que nos convidam a imaginar uma determinada situação hipotética. Após imaginar tal situação, somos solicitados a avaliar e emitir um julgamento sobre algum aspecto do caso em questão. Fazemos esse julgamento espontaneamente e, muitas vezes, não conseguimos oferecer uma explicação sobre o que nos levou a emitir tal julgamento. Por conta disso, a resposta que oferecemos sobre a avaliação de um caso hipotético é caracterizada como sendo um julgamento intuitivo, sendo geralmente denominada de *intuição*. Essa intuição é comumente utilizada pelos filósofos para elucidar determinados aspectos em suas investigações, ou até mesmo, utilizada como evidência para corroborar ou refutar certas afirmações ou teorias filosóficas. É fácil encontrarmos essa estratégia sendo utilizada nas mais diversas áreas da Filosofia, especialmente em trabalhos filosóficos contemporâneos. As intuições consideradas pelos filósofos são diversas, podendo ser, por exemplo: sobre bondes desgovernados, em Ética; sobre pessoas com implantes cerebrais controlados por cientistas malignos, em discussões sobre livre arbítrio; sobre casos de loteria, em Epistemologia; sobre casos de Terra Gêmea, em Filosofia da Linguagem; sobre zumbis e salas chinesas, em Filosofia da Mente; ou ainda sobre cérebros transplantados, memórias e corpos inteiros duplicados, em Metafísica¹.

De um lado dessa discussão metafilosófica está uma parcela dos chamados filósofos tradicionais que não apenas se apoiam em tais intuições, como também defendem o seu uso no trabalho filosófico. Nesse debate, tais filósofos também são comumente conhecidos como “filósofos de poltrona”, pois realizam suas investigações apenas refletindo sobre questões filosóficas dos mais variados tipos, sem precisarem levantar das suas poltronas para empreender

¹ Para mais exemplos, ver STICH e TOBIA (2016, p. 07).

qualquer investigação empírica. Do outro lado, no entanto, estão os filósofos que conduzem investigações empíricas e alegam terem encontrado evidências que parecem indicar que certas intuições não são tão confiáveis para serem utilizadas nas investigações filosóficas. Eles são conhecidos como “filósofos experimentais”, pois fazem parte de um movimento recente na Filosofia denominado Filosofia Experimental. A bandeira levantada pelos filósofos experimentais dentro desse debate metafilosófico basicamente sugere que, em alguns casos, o uso de intuições nas investigações filosóficas tradicionais deveria ser, no mínimo, melhor fundamentado ou, até mesmo, abandonado.

Permeando essa discussão estão estudos e evidências empíricas que não apenas questionam o modo como alguns filósofos de poltrona tradicionalmente conduzem as suas investigações, mas fazem com que essa discussão metafilosófica transponha até mesmo o limite entre Filosofia e Ciência. O debate é amplo e se estende aos casos hipotéticos e intuições empregados nas várias áreas da filosofia. Entretanto, a presente dissertação tem como objetivo apresentar essa discussão metafilosófica que está voltada especialmente para as intuições advindas de uma variedade de casos hipotéticos específica, comumente utilizada no empreendimento epistemológico de análise do conhecimento, os famosos *casos tipo-Gettier*.

Veremos no primeiro capítulo que os casos tipo-Gettier são variações dos contraexemplos originais apresentados por Edmund Gettier em 1963 à definição tradicional de conhecimento. Na Filosofia, a área que está preocupada com questões a respeito do conhecimento é a Epistemologia (ou Teoria do Conhecimento). Uma de suas principais tarefas, e talvez uma das mais antigas, consiste justamente na tentativa de oferecer uma definição de *conhecimento*. Vale ressaltar que, quando falamos de conhecimento, podemos estar nos referindo a um dos seus três tipos: a) conhecimento como habilidade - quando queremos dizer, por exemplo, que *sabemos fazer* algo, tal como “Eu sei dirigir um carro.”; b) conhecimento por familiaridade - quando *sabemos reconhecer* algo em relação a outras coisas, tal como “Eu sei quem é a minha mãe.”; c) conhecimento proposicional - quando dizemos que *sabemos que* algo é o caso, tal como “Eu sei que a Terra não é plana.”². O tipo de conhecimento para o qual os filósofos buscam oferecer uma definição é o terceiro tipo de conhecimento, o proposicional, aquele conhecimento de verdades e fatos³.

² Para mais detalhes sobre esses tipos de conhecimento, ver Feldman (2003, p. 8-12).

³ Sendo assim, daqui pra frente, quando eu falo em conhecimento simplesmente estou me referindo ao conhecimento proposicional.

Ainda que os filósofos estejam interessados em responder outros tipos de questões sobre o conhecimento, tais como *o que sabemos* e *como sabemos*, neste trabalho voltaremos a nossa atenção para a investigação epistemológica que busca oferecer uma resposta para *o que é o conhecimento*, ou seja, que busca oferecer uma definição de conhecimento. Quando os epistemólogos realizam esse tipo de investigação, comumente dizemos que eles estão fazendo uma *análise do conhecimento*. Ao analisar o conhecimento, os epistemólogos visam compreender quais são os requisitos exigidos de um sujeito para que este seja reconhecido como alguém que sabe que algo é o caso, ou ainda, buscam investigar quais são as condições de satisfação que estão associadas ao uso ordinário que fazemos do termo “conhecimento” nas mais diversas situações.

Veremos no primeiro capítulo que Platão foi um dos primeiros filósofos a pensar nas condições que precisariam ser alcançadas para que alguém soubesse que algo é o caso. As considerações depreendidas do seu pensamento foram bem aceitas por muito tempo entre os filósofos (mais de dois mil anos!) e podem ser resumidas da seguinte forma: para afirmar que alguém sabe que algo é o caso era preciso que três condições fossem cumpridas, a saber, ter uma *crença verdadeira justificada*. Satisfazer essas três exigências cumpria as condições estabelecidas por aquilo que é conhecido na Filosofia como a *definição tradicional de conhecimento*.

Durante todo esse tempo, a definição tradicional de conhecimento parecia lidar muito bem com as intuições a respeito das condições que estariam por trás da nossa classificação ordinária de conhecimento. Sendo assim, a pergunta sobre o que é o conhecimento parecia já ter uma resposta satisfatória e não era mais um problema controverso na comunidade filosófica. Contudo, como também veremos com mais detalhes no primeiro capítulo, no ano de 1963 a então não questionada definição tradicional de conhecimento recebeu um duro golpe. Em um artigo de três páginas, intitulado *Is justified true belief knowledge?*, Edmund Gettier apresentou dois contraexemplos que foram fortes o suficiente para pôr em xeque as três condições (crença, verdade e justificção) que eram, até então, amplamente aceitas como sendo condições suficientes para definir o conhecimento. É comumente aceito que a força desses contraexemplos se deve ao julgamento intuitivo que obtemos ao analisarmos o *status* epistêmico dos agentes descritos nos casos apresentados por Gettier, a saber, que mesmo estando de posse das condições estabelecidas anteriormente pela definição tradicional de conhecimento não parece ser o caso de que eles tenham conhecimento.

A força intuitiva dos contraexemplos apresentados por Gettier é inegável, tanto que o ensaio de 1963 é tipicamente considerado o marco de início da Epistemologia contemporânea. Desde então, os esforços dos epistemólogos estiveram voltados, em grande parte, à elaboração de uma nova definição de conhecimento, ou um suplemento à definição tradicional, que satisfaça nossas intuições acerca do que é preciso para que alguém possa ser reconhecido como sabendo que algo é o caso. A cada nova proposta de definição de conhecimento, novos contraexemplos baseados nos originais propostos por Gettier foram elaborados, sendo comumente denominados como *casos tipo-Gettier*. Espera-se que qualquer nova definição de conhecimento seja imune não apenas aos contraexemplos de Gettier, mas também às inúmeras versões de casos tipo-Gettier.

Tanto os contraexemplos originais apresentados por Gettier quanto os variados casos tipo-Gettier, formulados posteriormente por outros filósofos, são exemplos paradigmáticos da estratégia metodológica que está no centro da discussão metafilosófica apresentada nesta dissertação. Os epistemólogos que recorrem a essa estratégia para analisar o conhecimento acreditam que podem desenvolver suas análises por meio de reflexões baseadas em como o uso do termo “conhecimento” (ou “saber”) se apresenta para eles. Ao fazerem isso, eles não recorrem às pesquisas empíricas para investigar como as pessoas, de modo geral, atribuem conhecimento umas às outras, ou ainda, como as pessoas ordinariamente se referem ao conhecimento. Na verdade, os epistemólogos não precisam nem levantar de suas poltronas para empreender essa análise. Isso porque o que eles fazem é construir cenários hipotéticos nos quais eles imaginam determinadas situações com o intuito de avaliar se o conhecimento é instanciado nelas. Eles acreditam que as suas próprias intuições, sobre a instanciação ou não do conhecimento nas mais diversas situações imaginadas, podem lançar luz sobre as condições de satisfação associadas ao conhecimento.

Sendo assim, os epistemólogos tradicionais que estão em busca de uma definição de conhecimento frequentemente baseiam-se em julgamentos intuitivos advindos de casos hipotéticos, pois acreditam que o conhecimento poderá ser adequadamente caracterizado apenas quando a análise estiver de acordo com as suas intuições a respeito de como normalmente atribuiríamos o conhecimento nos vários cenários testados. E um dos pressupostos que está por trás desse tipo de investigação é a ideia de que as intuições dos filósofos sobre esses casos hipotéticos seriam representativas das intuições populares. Por conta disso, não seriam necessárias investigações empíricas sobre como as pessoas atribuem

conhecimento umas às outras, ou ainda, como elas ordinariamente utilizam o termo “conhecimento”.

Contudo, como veremos no segundo capítulo desta dissertação, o problema surge quando estudos empíricos realizados em Filosofia Experimental sugerem que as intuições populares sobre diversos casos hipotéticos bem conhecidos na Filosofia nem sempre são as mesmas dos filósofos, ou ainda, que elas são influenciadas por fatores irrelevantes ao conteúdo de tais casos. Mais especificamente, alguns estudos indicaram que as intuições suscitadas por casos tipo-Gettier não foram amplamente compartilhadas como pensavam os filósofos, sendo influenciadas por fatores culturais, julgamento moral prévio e até mesmo o modo como os casos foram apresentados. Tais fatores não poderiam influenciar o julgamento intuitivo sobre a atribuição de conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier. Sendo assim, as intuições das pessoas comuns não pareceram estar alinhadas com as intuições dos filósofos, o que significa que, ao se depararem com os casos tipo-Gettier, por exemplo, muitas delas tenderam a atribuir conhecimento aos protagonistas desses casos. Isso contraria as intuições até então amplamente compartilhadas pelos filósofos de que esses protagonistas não teriam conhecimento.

A partir desses estudos, os filósofos experimentais lançam sérios desafios à prática dos epistemólogos tradicionais que recorrem às intuições advindas dos casos tipo-Gettier para analisar o conhecimento. Eles alegam que existe uma variabilidade, ou instabilidade, preocupante em relação a essas intuições. Por conta desses desafios, os filósofos experimentais sugerem que deveria haver mais cautela na utilização dessas intuições ou, até mesmo, que seria mais prudente os filósofos abandonarem de vez o uso delas em investigações filosóficas. A Filosofia Experimental, ao colocar tal prática sob análise, levanta o debate sobre o status epistêmico das intuições advindas de casos hipotéticos, tais como os casos tipo-Gettier. Isso porque se elas de fato são influenciadas por fatores irrelevantes ao seu conteúdo ou não são amplamente compartilhadas entre as pessoas, então é provável que os filósofos estejam se apoiando em evidências pouco confiáveis em suas investigações.

Entretanto, veremos ainda no segundo capítulo que estudos empíricos mais recentes em Filosofia Experimental trazem novas evidências de que as intuições advindas dos casos tipo-Gettier se mostraram robustas apesar de vários testes, o que indica que talvez elas sejam realmente compartilhadas por boa parte daqueles que entram em contato com esses casos. Esses resultados alimentam as esperanças dos filósofos que não abrem mão desses casos em suas

análises do conhecimento. Mas, por outro lado, ainda não são suficientes para colocar um fim na discussão metafilosófica que se instaurou sobre o uso recorrente dessa estratégia metodológicas nas investigações filosóficas típicas de poltrona. Até porque, parece que essa discussão está recém começando, uma vez que não apenas os filósofos de poltrona precisam lidar com os desafios colocados pela Filosofia Experimental, mas os filósofos experimentais também precisam responder às diversas objeções e problemas colocadas aos seus estudos e ao próprio movimento que endossam.

Apesar dos diferentes estudos que já foram realizados em Filosofia Experimental sobre as intuições advindas da avaliação dos casos tipo-Gettier, não há um consenso sobre se elas podem ser consideradas evidências confiáveis para serem utilizadas no empreendimento de análise do conhecimento. Pelo contrário, parece que a discussão sobre a confiabilidade dessas intuições é mais complexa do que os próprios filósofos experimentais imaginavam. Pois, como veremos no terceiro capítulo, a aparente variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier pode ser uma consequência de outros fatores que não foram levados em consideração nos estudos empíricos realizados pela Filosofia Experimental que são apresentados no segundo capítulo.

Por exemplo, veremos que autores como Peter Blouw, Wesley Buckwalter e John Turri (2017) vão sugerir que muitos dos problemas apontados pelos proponentes da Filosofia Experimental, a respeito da variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier, podem ser um reflexo da diferença estrutural existente entre os próprios casos que foram analisados por esses estudos. Essas diferenças estruturais fazem com que as pessoas, ao entrarem em contato com casos tipo-Gettier distintos uns dos outros, possam também ter intuições diferentes a respeito de cada caso. Sendo assim, conforme os autores, parece que os filósofos (não apenas os experimentais, mas até mesmo os filósofos tradicionais) estão equivocados ao tratar os diferentes casos tipo-Gettier como pertencendo a uma categoria homogênea de casos hipotéticos. Peter Blouw, Wesley Buckwalter e John Turri (2017) propõem então uma taxonomia dos casos tipo-Gettier que pretende destacar as diferenças estruturais de cada caso. Parece prudente que futuras investigações em Filosofia Experimental, interessadas em investigar as intuições advindas da avaliação de variados casos tipo-Gettier, se atentem a essas diferenças estruturais de cada caso para que elas não sejam um dos fatores que possam vir a afetar os resultados encontrados em seus estudos. Esse cuidado também é esperado dos epistemólogos que recorrem a tais casos em suas tradicionais análises do conhecimento, uma vez que, como ressaltam os autores, é possível que essas diferenças estruturais dos casos tipo-

Gettier estejam relacionadas com a existência de diferentes problemas a serem enfrentados por esses epistemólogos em suas análises.

No terceiro capítulo veremos também que, além de estarem atentas às diferenças estruturais dos casos tipo-Gettier, as futuras investigações também precisam preocupar-se com os diversos fatores que podem estar influenciando o processo de geração dessas intuições. Interessado na discussão acerca da confiabilidade das intuições filosóficas, Alvin I. Goldman (2017) busca refletir a respeito das condições sob as quais as intuições poderiam merecer o *status* evidencial amplamente concedido a elas. Veremos que o modo que Goldman encontrou para investigar a confiabilidade das intuições foi considerar em detalhes as subtarefas cognitivas executadas pelas pessoas quando estas são solicitadas a analisar e classificar uma ação, estado, evento ou condição de um protagonista em um cenário hipotético. Isso porque, conforme o autor, para avaliar a confiabilidade das intuições é preciso considerar os processos que estão envolvidos em sua geração. Desse modo, Goldman se propõe a analisar as três subtarefas que ele acredita estarem envolvidas no processo de geração das intuições, apontando os possíveis problemas que podem afetar a confiabilidade de cada uma dessas subtarefas isoladamente. A falha em uma, ou mais de uma, subtarefa pode estar influenciando o resultado final desse processo. Se Goldman estiver correto, parece que os filósofos precisam levar em consideração mais alguns fatores que podem influenciar a variabilidade intuitiva encontrada em estudos da Filosofia Experimental, antes mesmo de fazer conclusões sobre a confiabilidade delas ou, até mesmo, antes de utilizarem tais intuições em suas investigações.

Por fim, a última consideração apresentada no terceiro capítulo parece indicar que a discussão metafilosófica sobre o uso de intuições na Filosofia talvez demande um trabalho mais restrito do que aquele que já vem realizado sobre essas intuições. Conforme Jennifer Nado (2014, 2017), dentro dessa discussão metafilosófica, é comum a tendência entre os filósofos de considerar a confiabilidade das mais diversas intuições usadas em investigações filosóficas como dependendo de uma capacidade mental única. Entretanto, Nado acredita que eles talvez estejam equivocados ao focarem na confiabilidade “da intuição”, pois a intuição pode ser considerada uma categoria que abarca um grupo de estados mentais altamente heterogêneo, que seriam gerados por processos cognitivos distintos e, até mesmo, independentes uns dos outros. Para tal, a autora se apoia em evidências empíricas e busca defender uma abordagem da heterogeneidade da intuição. Conforme Nado, se as intuições podem estar sendo geradas por processos diferentes, então a confiabilidade de uma pode nos dizer muito pouco sobre a

confiabilidade das outras intuições. Sendo assim, os filósofos que buscam investigar questões relacionadas à confiabilidade das intuições talvez precisem limitar suas pesquisas e considerar as intuições de forma muito mais restrita.

Ao apresentar a discussão metafilosófica contemporânea sobre a estratégia metodológica frequentemente utilizada no empreendimento epistemológico de análise do conhecimento, este trabalho pretende chamar a atenção para os possíveis problemas a serem enfrentados pelos epistemólogos que se apoiam nas intuições advindas da avaliação de casos hipotéticos, como os casos tipo-Gettier. Veremos que esses problemas, apontados pelos filósofos experimentais, colocam em dúvida a credibilidade desse tipo de investigação. Parece que aqueles que desejarem permanecer confortáveis em suas poltronas para analisar o conhecimento precisarão garantir que ela realmente seja um local apropriado para suas análises. Mas não apenas isso, este trabalho também busca apresentar algumas considerações que sugerem que os filósofos experimentais talvez devessem ter mais cautela em relação às suas conclusões acerca da confiabilidade das intuições advindas da avaliação dos casos tipo-Gettier. Isso porque é bem provável que, para se chegar a qualquer conclusão sobre a confiabilidade, ou não, dessas intuições, os filósofos experimentais ainda tenham que realizar muita investigação empírica. No fim das contas, veremos que o prognóstico para aqueles que desejarem contribuir, de alguma forma, com a discussão metafilosófica contemporânea aqui apresentada é de muito trabalho pela frente.

1 ANÁLISE DO CONHECIMENTO: CASOS TIPO-GETTIER E A METODOLOGIA FILOSÓFICA

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas considerações iniciais sobre o trabalho epistemológico daqueles que buscam oferecer uma definição para o conhecimento. Mais especificamente, iremos apresentar algumas considerações metafísicas sobre tal empreendimento e sobre uma estratégia metodológica recorrente em tal tarefa, a saber, testar definições de conhecimento à luz das intuições advindas dos casos tipo-Gettier. Como vimos na Introdução, e veremos com mais detalhes neste capítulo, os casos tipo-Gettier são inspirados nos contraexemplos originais apresentados por Edmund Gettier à definição tradicional de conhecimento. Os contraexemplos de Gettier são exemplos famosos de casos hipotéticos utilizados no empreendimento epistemológico de análise do conhecimento. A intuição extraída desses contraexemplos de que, apesar de seus protagonistas estarem de posse das condições estabelecidas anteriormente pela definição tradicional de conhecimento, não parece ser o caso de que eles tenham conhecimento, foi considerada uma forte evidência para a insuficiência das três condições (crença, verdade e justificção) anteriormente estabelecidas por tal definição. Baseados nesses contraexemplos, os casos tipo-Gettier também buscam apresentar situações em que o conhecimento não parece ser instanciado. É sobre esses casos que o presente trabalho está interessado, principalmente na estratégia metodológica que está por trás deles.

Sendo assim, o presente capítulo não tem a pretensão de apresentar o debate epistemológico que decorreu do problema ocasionado pelos contraexemplos de Gettier, muito menos apresentar as alternativas à definição tradicional de conhecimento que foram oferecidas por diversos epistemólogos em virtude desse problema. Por outro lado, as considerações aqui apresentadas se enquadram em uma discussão metafísica a respeito do uso de casos tipo-Gettier na análise do conhecimento, bem como das intuições advindas de tais casos. Levando isso em consideração, a primeira parte do capítulo busca apresentar, de modo geral, o contexto no qual os contraexemplos de Gettier estão inseridos, bem como a sua importância para a Epistemologia contemporânea. A segunda parte do capítulo está voltada para as considerações metafísicas a respeito do trabalho epistemológico de análise do conhecimento. E, por fim, são apresentadas algumas considerações sobre a estratégia metodológica de construção de casos hipotéticos e contraexemplos, bem como sobre as intuições advindas desses casos e o papel que elas desempenham na Filosofia e no trabalho epistemológico tradicional.

1.1 ANÁLISE TRADICIONAL DO CONHECIMENTO E OS CASOS TIPO-GETTIER

Desde muito cedo usamos os termos “saber” ou “conhecer” nas mais diversas situações cotidianas, mesmo quando ainda não conseguimos pronunciá-los de forma correta (como não lembrar de alguma criança que de pronto não hesita em afirmar “Eu sabo!” quando pretende nos informar que sabe de algo). Além disso, buscamos compreender como os outros pensam e falam sobre aquilo que sabem com o intuito de orientar as nossas próprias ações. Nesse processo, torna-se natural reconhecer e atribuir conhecimento às outras pessoas. Quando dizemos, por exemplo, que alguém sabe que algo é o caso, estamos reconhecendo que essa pessoa encontra-se de algum modo em uma posição diferente de outra à qual não atribuímos conhecimento. E fazemos essa distinção entre aqueles que merecem o *status* de conhecedor sem a necessidade de consultarmos qualquer teoria, uma vez que tal reconhecimento precede qualquer teorização. Contudo, qual é a diferença entre um sujeito que tem conhecimento e o que não tem? O que faz com alguém seja reconhecido como sabendo que algo é o caso? Podemos encontrar algumas respostas para tais perguntas ao adentrarmos na discussão acerca de um problema que há muito tempo já preocupa os filósofos, a saber, *o que é o conhecimento?*

Como vimos na Introdução, chama-se Epistemologia a área da Filosofia que está interessada em investigar *o que é o conhecimento*. Vimos também que uma das principais investigações realizadas nessa área busca justamente oferecer uma resposta para tal problema. Obviamente que esse não é todo o trabalho que se faz em Epistemologia. Os epistemólogos estão interessados em responder outros tipos de questões sobre o conhecimento, tais como, *o que sabemos e como sabemos*. De acordo com Richard Fumerton (2014, p. 19), a diferença entre essas questões se deve a uma distinção no tipo de investigação a ser realizada dentro da própria Epistemologia: as questões sobre *o que sabemos e como sabemos* são questões de *epistemologia aplicada*, também conhecida como epistemologia normativa, já a questão sobre *o que é o conhecimento* é uma questão *metaepistemológica*. Fumerton (2014, p. 20) faz uma comparação com a subdivisão encontrada na área da Ética do século XX entre questões de metaética (área interessada em investigar, por exemplo, o significado de termos como “bom”, “correto”, etc.) e ética aplicada, atualmente denominada ética normativa, (voltada a discussões sobre o que seria bom ou correto a ser feito). A preocupação por trás daqueles interessados em questões de metaética ou metaepistemologia vem da ideia de que somente estaríamos em posição de argumentar sobre o que é bom, ou sobre o que sabemos, após termos uma noção clara sobre o que é o bem, ou sobre o que é o conhecimento. Sendo assim, a motivação para o tipo de investigação denominada por Fumerton de metaepistemológica encontra-se na busca

pelo esclarecimento adequado da noção de conhecimento, bem como outras noções epistêmicas importantes como justificação, racionalidade e evidência, a serem utilizadas no debate epistemológico. E é sobre esse tipo de investigação, a investigação metaepistemológica que busca analisar o que é o conhecimento, que estamos interessados nesta dissertação.

Responder a pergunta sobre o que é o conhecimento é uma tarefa que consiste, por exemplo, em explorar quais os requisitos que são exigidos de um sujeito para que ele possa ser reconhecido como alguém que sabe que algo é o caso, ou ainda, investigar quais são as condições de satisfação que estão associadas ao uso ordinário que fazemos do termo “conhecimento” em diversas situações. Platão foi o primeiro filósofo a oferecer algumas considerações nesse sentido e propor certas condições para definir o conhecimento⁴. Basicamente, as considerações depreendidas da definição que é tipicamente atribuída à Platão podem ser resumidas da seguinte forma: para afirmar que alguém sabe que algo é o caso, por exemplo, que Pedro sabe que Ana tem uma bicicleta, é preciso que três condições sejam cumpridas, (1) Pedro precisa formar uma crença de que Ana tem uma bicicleta, (2) essa crença precisa ser verdadeira, ou seja, Ana deve ter de fato uma bicicleta e, por fim, (3) Pedro precisa dar boas razões, estar justificado, para a sua crença de que Ana tem uma bicicleta. Satisfazer essas três exigências (ter uma crença verdadeira justificada) cumpre as condições estabelecidas por aquilo que é caracterizado na Filosofia como a *definição tradicional de conhecimento*. Essa visão de que conhecimento é equivalente a crença verdadeira justificada é também conhecida como *análise tripartite de conhecimento*, ou de forma abreviada: análise “JTB” (sigla para *Justified True Belief*). Sendo assim, de acordo com essa análise, atribuímos conhecimento a alguém somente quando as seguintes condições são cumpridas: seja *S* um sujeito epistêmico qualquer e *P* uma proposição qualquer,

S sabe que P se e somente se,

(i) P é verdadeira,

(ii) S acredita que P, e

(iii) S está justificado em acreditar que P (GETTIER, 1963, p. 121).⁵⁶

⁴ As considerações feitas por Platão sobre questões acerca do conhecimento podem ser encontradas em suas obras *Ménon* e *Teeteto*.

⁵ Encontramos essa sistematização das considerações de Platão feita por Edmund Gettier em seu artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* (1963). Ver Shope (1983, p. 12-19) para mais detalhes sobre a leitura de Gettier frente às considerações inicialmente feitas por Platão.

⁶ Neste trabalho, todas as citações diretas de obras em língua estrangeira contam com tradução nossa.

Um sujeito epistêmico é aquele sujeito passível de ter estados mentais considerados epistêmicos tais como acreditar, conhecer, etc. E uma proposição é entendida aqui como sendo o objeto da crença, ou seja, o conteúdo informacional que a crença transmite. Sendo assim, considerando o nosso exemplo anterior, podemos substituir *S* por ‘Pedro’ e *P* por ‘Ana tem uma bicicleta’, ficando da seguinte forma: Pedro sabe que Ana tem uma bicicleta se e somente se, (i) é verdade que Ana tem uma bicicleta, (ii) Pedro acredita que Ana tem uma bicicleta e (iii) Pedro está justificado em acreditar que Ana tem uma bicicleta. E, conforme a definição tradicional de conhecimento, se essas três condições são cumpridas, então podemos dizer que o nosso sujeito epistêmico, Pedro, tem conhecimento sobre a proposição *P*, que Ana tem uma bicicleta.

Durante muito tempo, séculos inclusive, essas três condições estabelecidas pela definição tradicional de conhecimento lidaram muito bem com as intuições a respeito de como o conhecimento é ordinariamente empregado, ou seja, para qualquer pessoa que tinha uma crença verdadeira e justificada, era possível afirmar que ela tinha conhecimento. Entretanto, em 1963, Edmund Gettier escreveu o artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* que abalou surpreendentemente a anciã e até então consolidada definição tradicional de conhecimento. O detalhe mais inusitado nessa história talvez esteja no número de páginas que foram precisas para que Gettier causasse um tremendo impacto na própria Epistemologia: apenas três. Três páginas foram o suficientes para Gettier apresentar dois contraexemplos à definição tradicional de conhecimento. Em tais contraexemplos, Gettier descreve duas situações em que um sujeito, apesar de ter uma crença verdadeira e justificada, ainda assim não parece ter conhecimento. Vejamos na íntegra os dois contraexemplos apresentados por Gettier em seu artigo:

Caso I

Suponha que Smith e Jones tenham se candidatado a um certo emprego. E suponha que Smith tem fortes provas a favor da seguinte proposição conjuntiva:

(d) Jones é o homem que conseguirá o emprego, e Jones tem dez moedas em seu bolso.

A evidência de Smith para (d) pode ser que o presidente da companhia lhe tenha assegurado que no fim Jones seria selecionado, e que ele, Smith, tenha contado as moedas no bolso de Jones há dez minutos atrás. A proposição (d) implica:

(e) O homem que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso.

Vamos supor que Smith percebe a implicação de (d) para (e), e que aceita (e) com base em (d), para a qual ele tem forte evidência. Neste caso, Smith está claramente justificado em acreditar que (e) é verdadeira.

Mas imagine que, além disso, sem que Smith o saiba, é ele próprio, não Jones, que conseguirá o emprego. E também, sem que Smith o saiba, ele próprio tem dez moedas em seu bolso. A proposição (e) é então verdadeira, apesar da proposição (d), da qual

Smith inferiu (e), ser falsa. Em nosso exemplo, então, todas as seguintes são verdadeiras: (i) (e) é verdadeira, (ii) Smith acredita que (e) é verdadeira, e (iii) Smith está justificado em crer que (e) é verdadeira. Mas é igualmente claro que Smith não *sabe* que (e) é verdadeira; pois (e) é verdadeira em virtude das moedas que estão no bolso de Smith, ao passo que Smith não sabe quantas moedas tem em seu bolso, e baseia a sua crença em (e) em uma contagem das moedas no bolso de Jones, o qual ele acredita falsamente ser o homem que conseguirá o emprego.

Caso II

Suponhamos que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição:

(f) Jones possui um Ford.

A evidência de Smith pode ser a de que Jones possuía, desde sempre na memória de Smith, um carro, e sempre um Ford, e que Jones acabou de oferecer uma carona a Smith enquanto dirigia um Ford. Imaginemos, agora, que Smith tem um outro amigo, Brown, de cujo paradeiro ele é totalmente ignorante. Smith seleciona aleatoriamente três nomes de localidades e constrói as três proposições a seguir:

(g) Ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Boston;

(h) Ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Barcelona;

(i) Ou Jones Possui um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk.

Cada uma destas proposições é implicada por (f). Imagine que Smith percebe a implicação de cada uma dessas proposições que ele construiu por (f), e passa a aceitar (g), (h) e (i) com base em (f). Smith inferiu corretamente (g), (h) e (i) de uma proposição para a qual ele tem forte evidência. Smith está, assim, completamente justificado em crer em cada uma destas três proposições. Smith, é claro, não tem a menor ideia de onde Brown está.

Mas imagine agora que duas condições adicionais se mantêm. Primeira, Jones *não* possui um Ford, mas está atualmente dirigindo um carro alugado. E, segunda, por pura coincidência, e inteiramente desconhecida para Smith, o lugar mencionado na proposição (h) passa a ser realmente o lugar onde Brown está. Se estas duas condições se mantêm, então Smith *não* sabe que (h) é verdadeira, mesmo que (i) (h) é verdadeira, (ii) Smith acredite que (h) é verdadeira, e (iii) Smith esteja justificado em acreditar que (h) é verdadeira (GETTIER, 1963, p. 122-123, grifos do autor).

Esses dois casos colocaram em xeque a definição tradicional de conhecimento pois acertaram em cheio a condição da justificação. Como podemos ver, a justificação que o protagonista desses casos acredita possuir, entendida como uma cadeia de razões que garantem a verdade de uma crença, não são as mesmas que tornam as suas crenças verdadeiras. No primeiro caso, a crença de Smith de que (e) o homem que conseguirá o emprego tem dez moedas em seu bolso é verdadeira, mas Smith acredita nisso com base em (d) que se mostrou ser uma crença falsa. Por outro lado, o que garante, coincidentemente, a verdade de (e) são as moedas que o próprio Smith desconhece possuir. Parece que Smith é um cara sortudo, pois no segundo caso ele também chega ao final da história na posse de uma crença verdadeira justificada, nesse caso, de que (h) ou Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona. Entretanto, assim como

na primeira situação, a justificação que garante a verdade de tal crença vem de outro fato que Smith desconhece, que Brown coincidentemente está em Barcelona, e não do fato que Jones possui um Ford, uma vez que essa crença revelou-se falsa. O fator da sorte, implícito nesses casos, acaba garantindo que as crenças, as quais Smith acreditava estarem inicialmente justificadas, mas que revelaram-se falsas, sejam verdadeiras no fim das contas. Desse modo, ainda que o protagonista de Gettier pareça cumprir as três condições estabelecidas pela definição tradicional de conhecimento nos dois casos, ou seja, ele tem uma crença verdadeira justificada, a intuição proveniente desses contraexemplos é de que, apesar disso, ele não tem conhecimento. Isso porque, a sensação que permanece é a de que Smith só está na posição de saber que algo é o caso devido à sorte, que parece estar jogando ao seu lado, e, por isso, ele não merece ser caracterizado como alguém que tem conhecimento. O julgamento intuitivo de que Smith não tem conhecimento, apesar de cumprir com as três condições que eram tradicionalmente consideradas suficientes para identificar o conhecimento (crença, verdade e justificação), mostrou-se forte e amplamente compartilhado por todos aqueles que se deparavam, e que ainda se deparam, com os casos de Gettier e, desse modo, configurou-se como uma evidência para a insuficiência da análise tripartite do conhecimento.

Os contraexemplos apresentados por Gettier resultaram, desse modo, no tradicionalmente conhecido *Problema de Gettier*, que desafiou os epistemólogos a investigarem por que os protagonistas desses casos parecem não ter conhecimento. Grande parte do trabalho posteriormente desenvolvido em Epistemologia foi motivado por esse desafio, tanto que a tarefa de vários epistemólogos desde 1963 está voltada à elaboração de uma nova definição de conhecimento, ou um suplemento à definição tradicional, que satisfaça nossas intuições sobre o que é preciso para que um sujeito possa ser reconhecido como alguém que tem conhecimento. Sendo assim, as soluções propostas ao problema de Gettier são inúmeras⁷ e muitos epistemólogos acreditam que só será possível caracterizar adequadamente o conhecimento na medida em que tal problema for superado. Conforme John Turri, “muitos assumem que superar o desafio levará à teoria correta do conhecimento. Alguns denunciam ou rejeitam o desafio. Mas poucos são totalmente imunes ao seu fascínio e ninguém nega seu profundo impacto na epistemologia contemporânea” (2011, p. 02).

⁷ Como dito anteriormente, o propósito desse capítulo não é apresentar as soluções oferecidas pelos epistemólogos ao problema de Gettier, nem dedicar-se ao debate epistemológico que decorreu desse problema. Para obter mais detalhe das respostas e abordagens ao problema de Gettier ver: Shope (1983), Hetherington (2011) e Turri (2011, 2012).

Para cada nova tentativa de definição de conhecimento surgiram novas variações dos casos originais apresentados por Gettier⁸, com modificações que pretendiam testar se tais definições se adequavam às intuições a respeito de como atribuímos e empregamos ordinariamente o conhecimento. Esses casos comumente apresentam certas características que os fazem ser reconhecidos na comunidade filosófica como *Casos tipo-Gettier*⁹. Para compreendermos como os casos tipo-Gettier são caracterizados, vejamos como eles geralmente são construídos:

Comece com um caso de crença falsa justificada (ou garantida). Torne o elemento da justificação (garantia) forte o suficiente para o conhecimento, mas torne a crença falsa. A falsidade da crença não se deve a nenhum elemento sistematicamente descritível na situação, pois, se fosse, esse recurso poderia ser usado na análise de componentes do conhecimento que não sejam a crença verdadeira e, então, a verdade seria implicada por outros componentes do conhecimento, contrariamente à hipótese. A falsidade da crença é, portanto, devido a algum elemento da sorte. Agora altere o caso adicionando outro elemento de sorte, mas desta vez um elemento que torna a crença verdadeira, afinal. O segundo elemento deve ser independente do elemento de garantia, para que o grau de garantia não seja alterado. A situação pode ser descrita como um elemento de sorte que neutraliza outro. Agora temos um caso em que a crença é justificada (garantida) em um sentido forte o suficiente para o conhecimento, a crença é verdadeira, mas não é conhecimento (ZAGZEBSKI, 1996, p. 288-289).

Ao serem construídos dessa maneira, os casos tipo-Gettier acabam compartilhando uma certa estrutura que os caracterizam, geralmente envolvendo uma situação de “dupla sorte” (*double-luck*)¹⁰. Sendo assim, um caso tipo-Gettier descreve uma situação em que: primeiro, um agente forma uma crença justificada de que P; no segundo momento, um elemento de má sorte é introduzido no cenário fazendo com que P seja falsa; e, por último, um segundo elemento entra em cena, agora de boa sorte, e faz com que P seja verdadeira no fim das contas (TURRI, 2011, p. 01). A expressão “casos tipo-Gettier” faz referência, desse modo, a um conjunto enorme de casos hipotéticos que descrevem uma situação em que um agente tem uma crença verdadeira justificada, mas que os filósofos julgam não ser conhecimento¹¹. Vejamos dois exemplos desses casos tipo-Gettier:

⁸ Robert K. Shope, em sua obra *The Analysis of Knowing: A Decade of Research* (1983), apresenta uma variedade enorme de casos tipo-Gettier que foram posteriormente propostos por outros epistemólogos.

⁹ Conforme Jonathan Ichikawa e Matthias Steup (2018) e Roderick Chisholm (1989, p. 92) existem outros exemplos similares que foram formulados muito antes de Edmund Gettier, contudo, os casos contemporâneos acabam por ser comumente caracterizados como casos tipo-Gettier.

¹⁰ Conforme Turri (2011, p. 01), essa estrutura de “dupla sorte” é essencial para os casos tipo-Gettier.

¹¹ Essa é uma caracterização ampla que nos indica o que todos esses casos têm em comum e que, por agora, é suficiente aos nossos propósitos. Contudo, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação, Peter Blouw, Wesley Buckwalter e John Turri (2017) argumentam que deveríamos abandonar essa noção mais geral de “casos

Caso Sr. Nogot

Imagine o seguinte. Vejo dois homens entrando no meu escritório, que eu sei serem o Sr. Nogot e o Sr. Havit. Acabei de ver o Sr. Nogot saindo de um Ford, e ele me diz que acabou de comprar o carro. De fato, ele me mostra um certificado que afirma que ele é dono do Ford. Além disso, o Sr. Nogot é meu amigo e eu sei que ele é honesto e confiável. Com base nessas evidências, eu estaria completamente justificado em acreditar que

P1: O Sr. Nogot, que está no meu escritório, é dono de um Ford.

Eu posso deduzir disso que

H: Alguém no meu escritório é dono de um Ford.

Eu estaria completamente justificado em acreditar em H. No entanto, imagine que, ao contrário das minhas evidências, o Sr. Nogot me enganou e que ele não é dono de um Ford. Além disso, imagine que o Sr. Havit, o único outro homem que eu vejo na minha sala, seja dono de um Ford, embora eu não tenha evidências de que ele (ou eu) seja dono de um Ford. Nesse caso, [...] apesar de H ser verdadeira, e eu estar completamente justificado em minha crença de que é verdade, eu não sei se isso é verdade (LEHRER, 1965, p. 169-170).

Caso Ovelha no campo

Uma pessoa *considera* que existe uma ovelha no campo e o faz em condições tais que, quando, nessas condições, uma pessoa considera que existe uma ovelha no campo, fica *evidente* para tal pessoa que existe uma ovelha no campo. A pessoa, no entanto, confundiu um cão com uma ovelha e, portanto, o que ela vê não é uma ovelha. No entanto, acontece que há uma ovelha em outra parte do campo. Consequentemente, a proposição de que existe uma ovelha no campo será verdadeira e evidente e também será aceita pela pessoa. Mas a situação não garante que se diga que a pessoa *sabe* que há uma ovelha no campo (CHISHOLM, 1989, p. 93, grifos do autor).

Como ressalta Stephen Hetherington (2011, p. 128), oferecer respostas aos casos tipo-Gettier, como esses acima, passou a ser, desde 1963, um dos empreendimentos mais frequentes da epistemologia contemporânea. Isso porque os epistemólogos não conseguiram ficar imunes ao apelo intuitivo de tais casos, reconhecendo, desse modo, a ausência de conhecimento em situações como as que Gettier propôs. Conforme Hetherington, a alegação intuitiva de que os protagonistas de casos tipo-Gettier não têm conhecimento foi tratada como um dado decisivo contra a análise tripartite do conhecimento. Por isso, é esperado que qualquer nova definição de conhecimento consiga lidar com o desafio que os casos tipo-Gettier apresentam, uma vez que “a maioria dos epistemólogos continua convencida de que sua reação padrão aos casos de Gettier reflete uma diferença clara entre saber e não saber” (HETHERINGTON, 2011, p. 129). Esse desafio transformou-se em um caso teste para qualquer epistemólogo contemporâneo interessado em oferecer uma análise do conhecimento, o que acarretou em um sucessivo esforço

tipo-Gettier”, ou “casos Gettier” como também é conhecida na comunidade filosófica, em favor de uma terminologia mais refinada que leve em consideração uma variedade maior de casos e suas características específicas.

de adequação de novas teorias a cada novo contraexemplo oferecido a elas. Sendo assim, os casos tipo-Gettier são considerados por Hetherington, exemplos paradigmáticos de um método que é central na Filosofia Analítica. Para o autor, “esse método envolve a manipulação e modificação ponderadas de modelos ou teorias de definição, reagindo a contraexemplos claros a esses modelos ou teorias” (HETHERINGTON, 2011, p. 128). Uma boa parte do trabalho epistemológico contemporâneo consiste, desse modo, em construir casos hipotéticos e contraexemplos que visam testar se as alegações e teorias epistemológicas lidam bem com as intuições que temos sobre o conhecimento. Essa estratégia metodológica é uma das ferramentas que faz parte do *kit* de qualquer epistemólogo que está preocupado em oferecer uma análise do conhecimento. Edmund Gettier não hesitou em utilizá-la. E não podemos negar que ele foi bem-sucedido nesse empreendimento.

O reconhecido sucesso dos contraexemplos de Gettier, bem como dos casos tipo-Gettier neles inspirados, no entanto, está ameaçado. Isso porque, como veremos no segundo capítulo desta dissertação, filósofos experimentais estão apontando sérios problemas para a estratégia metodológica que está por trás desses casos. Mas para que possamos analisar os desafios apresentados a tal estratégia e como eles podem colocar sérios problemas aos filósofos que fazem uso dela em suas investigações, tais como os epistemólogos que analisam o conhecimento a partir de como ele é instanciado ou não em diversas situações hipotéticas, precisamos compreender primeiramente em que consiste o trabalho de análise do conhecimento, bem como o que caracteriza tal estratégia metodológica e qual a sua importância para esse tipo de trabalho filosófico.

1.2 QUESTÕES METAFILOSÓFICAS SOBRE A ANÁLISE DO CONHECIMENTO

Antes de voltarmos nossa atenção para a estratégia metodológica utilizada por Edmund Gettier e outros epistemólogos na tarefa da análise do conhecimento, vamos considerar primeiramente que está por trás da pergunta que guia tal análise. A pergunta em jogo, como vimos, é ‘o que é o conhecimento?’, e o que ela requer como resposta é uma definição. Mas que tipo de definição é almejada pelos epistemólogos? Como aponta Fumerton (2014, p. 23), os filósofos entendem a pergunta sobre o que é o conhecimento de maneiras distintas, oferecendo, por vez, definições diferentes para o conhecimento. Essas diferenças de definições, explica Linda Zagzebski (2012, p. 159), ocorrem devido aos diferentes propósitos que existem ao se fazer a pergunta. Conforme a autora, tais propósitos podem ser práticos ou teóricos. Uma

definição de conhecimento com base em um propósito prático “consiste em nos dar diretrizes para encontrar instâncias de conhecimento em nós mesmos e nos outros, talvez com um outro objetivo, o de nos auxiliar a conseguir esse conhecimento” (ZAGZEBSKI, 2012, p. 159). Por outro lado, o propósito teórico “consiste em compreender onde o *conceito* de conhecimento deve ser colocado num mapa conceitual que os filósofos já traçaram parcialmente” (ZAGZEBSKI, 2012, p. 159, grifo da autora).

Vamos focar aqui no propósito teórico, pois é ele que motiva os filósofos a buscarem por uma definição para o conhecimento. Com esse propósito em mente, podemos elencar ainda outras diferenças no modo como a pergunta sobre o que é o conhecimento pode ser respondida. Conforme Fumerton, uma concepção que orienta os esforços de uma parte dos filósofos é a ideia de que analisar o conhecimento consiste em “partir o significado de uma afirmação de conhecimento, digamos, em afirmações elementares, sendo que cada uma delas captura parte daquilo que significa dizer de alguém que ele sabe e todas elas, juntas, esgotam o significado de afirmações de conhecimento” (FUMERTON, 2014, p. 24). Para esses filósofos, assinala o autor, a questão relevante tem a ver com o significado do termo conhecimento. Entretanto, essa estratégia de análise que busca explicar o complexo através de suas partes mais simples também é utilizada por aqueles que têm interesse não nos significados de termos, mas têm interesse em “partir conceitos ou ideias, propriedades ou fatos em seus conceitos e ideias, propriedades ou fatos constituintes mais simples” (FUMERTON, 2014, p. 24). Assim, por exemplo, poderíamos dizer que um outro tipo de análise do conhecimento que interessa a alguns filósofos consiste em definir o conceito de conhecimento através de conceitos mais simples tais como crença, verdade e justificação, que juntos pretendem ser condições necessárias e suficientes para a aplicabilidade do conceito de conhecimento. Se consideramos a perspectiva de propriedades, podemos dizer que quando atribuímos conhecimento a alguém, estamos atribuindo a tal pessoa uma propriedade complexa que, por sua vez, pode ser redutível a propriedades mais simples. Nesse caso, uma análise do conhecimento estaria interessada em investigar quais seriam essas propriedades mais simples que compõem o conhecimento.

Os epistemólogos interessados em oferecer uma análise do conhecimento nesses moldes, seja ela uma análise de significados, conceitos ou propriedades, “compartilham a ideia de que a Filosofia é uma atividade que pode ser, ao menos, executada a partir de uma poltrona” (FUMERTON, 2014, p. 24). Ou seja, acreditam que podem desenvolver suas análises por meio de reflexões baseadas em como o uso do termo “conhecimento” (ou “saber”) se apresenta para eles. Por esse motivo, são reconhecidos como aqueles que fazem “Filosofia de poltrona”

(*armchair philosophy*), pois realizam investigações sobre o conhecimento no conforto de suas poltronas, sem a pretensão de realizar pesquisas empíricas, acreditando que através da reflexão podem alcançar a definição adequada para o conhecimento. Zagzebski salienta que, durante muito tempo, um dos métodos mais utilizados nesse tipo de investigação “foi o da análise da condição de verdade, de acordo com o qual as condições putativas necessárias e suficientes para ser uma instância de conhecimento são propostas e testadas pelo método do contraexemplo” (ZAGZEBSKI, 2012, p. 160). Foi essa a estratégia escolhida por Edmund Gettier e grande parte dos epistemólogos contemporâneos a ele. Os contraexemplos de Gettier à definição tradicional de conhecimento, bem como os inúmeros outros casos hipotéticos utilizados no trabalho epistemológico, são exemplos famosos desse método de teste via contraexemplo. Embora esse não seja o único recurso metodológico utilizado em tais análises, eles são escolhas recorrentes dos filósofos que estão em busca de uma definição para o conhecimento. Como aponta Zagzebski, o motivo dos filósofos recorrerem a esse método é a questão de saber se a definição que está sendo proposta por eles é ampla demais, nesse caso ela seria uma definição fraca, ou estreita demais, sendo, dessa forma, uma definição forte (ZAGZEBSKI, 2012, p. 187).

No entanto, nem todo mundo acredita que seja possível oferecer uma definição para o conhecimento de modo puramente especulativo, apenas testando novas teorias pelo método do contraexemplo. Fumerton (2014, p. 25) ressalta que existem aqueles epistemólogos que acreditam que a investigação sobre o que é o conhecimento deveria ser guiada pela tentativa de descobrir a natureza do conhecimento em si, assim como o cientista busca investigar a natureza da água, por exemplo¹². Nessa concepção, o interesse não é investigar a noção de “conhecimento”, oferecendo uma definição em termos de significados, conceitos ou propriedades. O conhecimento passa a ser entendido como um tipo natural, um fenômeno no mundo, e sua definição se daria por meio de pesquisas empíricas, uma vez que elas poderiam investigar o próprio fenômeno do conhecimento. Como resultado, busca-se alcançar uma definição para o conhecimento, tal como fenômeno em si, a partir de suas propriedades constituintes. Esses epistemólogos não se sentem tão confortáveis em investigar o conhecimento em suas poltronas, pois integram um grupo de filósofos que defendem que a investigação científica deve fazer parte do trabalho filosófico¹³.

¹² Hilary Kornblith (2002, 2007, 2012) é um dos filósofos que defendem essa posição.

¹³ Essa é uma visão comumente atribuída aos chamados naturalistas metodológicos. De modo geral, os denominados “filósofos naturalistas” são distinguidos entre naturalistas metodológicos e naturalistas metafísicos. Os primeiros estão voltados propriamente para o método filosófico, ou seja, para eles “os métodos da ciência

Podemos notar, dessa forma, que oferecer uma definição de conhecimento pode ser um trabalho que não é guiado nem por um mesmo entendimento a respeito da pergunta ‘o que é o conhecimento?’ e nem por um mesmo método. Entretanto, a origem de toda essa diferença parece residir no fato de que, talvez, os epistemólogos estejam falando de coisas diferentes quando buscam por uma resposta para tal pergunta, ou seja, parece que há uma diferença no alvo da análise filosófica. Encontramos no trabalho de Alvin Goldman (2007, p. 06) uma distinção que indica cinco maneiras diferentes de como os alvos da análise filosófica podem ser interpretados, são eles: 1) formas platônicas; 2) tipos naturais; 3) conceitos como sentidos fregeanos¹⁴; 4) conceitos no sentido psicológico pessoal; e 5) conceitos compartilhados. Conforme Goldman, os dois primeiros alvos são considerados entidades não conceituais, que existiriam “fora da mente”. Uma análise interessada em formas platônicas visa, por exemplo, elucidar o conteúdo ou obter uma visão da forma do “Conhecimento”, entendida como uma entidade abstrata, eterna e não localizada espacialmente (GOLDMAN, 2007, p. 06). Quando o interesse da análise são tipos naturais, o conhecimento é visto como uma propriedade, relação ou fenômeno natural que está “no mundo”, ou seja, existe e tem características que são independentes do conceito ou concepção de alguém sobre o conhecimento (GOLDMAN, 2007, p. 06). Os outros três tipos de alvos são considerados entidades conceituais, porém compreendidas de maneiras diferentes por aqueles que buscam uma análise para o conceito de conhecimento, por exemplo. Quando o alvo é compreendido tal qual um conceito como sentido fregeano, uma análise nesse caso está interessada em “entidades abstratas de algum tipo, compreensíveis por vários indivíduos” (GOLDMAN, 2007, p. 09). Por outro lado, uma análise

devem ser, tanto quanto possível adotados pelos filósofos” (RITCHIE, 2012, p. 281). Por outro lado, os naturalistas metafísicos partem de “uma visão acerca de como o mundo é – uma visão que eles alegam ser derivada da nossa melhor ciência” (RITCHIE, 2012, p. 281). No caso da Epistemologia, os naturalistas metodológicos basicamente acreditam que os resultados obtidos através das investigações científicas podem auxiliar, por exemplo, no avanço, ou até mesmo na modificação das análises do conhecimento propostas pelos epistemólogos. A ideia é que se os epistemólogos estão interessados em investigar o conhecimento, estes deveriam olhar para o que a ciência tem a dizer sobre o conhecimento humano e não apenas fazer especulações em suas poltronas. Sendo assim, a metodologia de poltrona deveria receber um reforço, ou mesmo, ser substituída pela metodologia científica nas investigações filosóficas. Podemos encontrar mais detalhes sobre o naturalismo metodológico na Epistemologia em Feldman (2012).

¹⁴ Goldman não oferece uma explicação precisa do que seria um conceito como sentido fregeano (*Fregean sense*), apenas menciona que conceitos nessa perspectiva seriam entidades abstratas “consideradas capazes de se tornar objetos de uma faculdade da intuição, intuição *racional*” (GOLDMAN, 2007, p. 09, grifo do autor). Podemos encontrar mais detalhes sobre esse tipo de perspectiva em Margolis e Laurence (2019). Tais autores afirmam que umas das concepções a respeito do estatuto ontológico de um conceito identifica conceitos como objetos abstratos. Tal concepção, conforme Margolis e Laurence (2019), tem sido associada à visão de que os conceitos são sentidos fregeanos (*Fregean senses*). Assim, “a ideia por trás dessa visão é que conceitos são os significados (ou ‘conteúdos’) de palavras e frases em oposição a objetos mentais ou estados mentais” (MARGOLIS; LAURENCE, 2019). Edward N. Zalta (2001), por exemplo, é um dos defensores desse tipo de concepção.

interessada em conceitos no sentido psicológico pessoal não vê um conceito como uma entidade abstrata, mas como algo “na cabeça” de um sujeito, uma representação mental de uma categoria. Nesse sentido, um conceito é “fixado pelo que está na cabeça daquele que o possui e não pelo que está na cabeça de outros membros da comunidade” (GOLDMAN, 2007, p. 13), e uma análise pretende identificar o conteúdo desse conceito. Por fim, há aqueles que acreditam que o alvo da análise filosófica não são os conceitos no sentido psicológico pessoal dos indivíduos, muito menos conceitos entendidos como entidades abstratas, mas que uma análise do conceito de conhecimento, por exemplo, estaria interessada no conceito tal como ele é compartilhado e fixado socialmente em uma certa comunidade. Conforme Goldman, tal análise busca, desse modo, pelo conteúdo de um conceito compartilhado coletivamente e não pelo conteúdo de um conceito fixado por uma única pessoa.

As considerações sobre quais seriam os alvos da análise filosófica também aparecem em outros artigos de Goldman (2010, 2017). Buscando refinar a classificação proposta no trabalho anterior, Goldman (2010) divide os alvos da análise filosófica em duas categorias: uma categoria, que ele denomina *free-floating*, incluiria aqueles alvos cuja “natureza ou constituição não depende essencialmente de seus estados como objetos intencionais das representações mentais das pessoas” (GOLDMAN, 2010, p. 125), como por exemplo, propriedades, universais e tipos naturais, entre outros; e uma segunda categoria que ele menciona ser específica de uma certa pessoa ou comunidade (*person-specific* ou *community-specific*), tal como o conteúdo do conceito de uma única pessoa, ou ainda, de uma determinada comunidade de falantes. Conforme Goldman (2010, p. 125), o conteúdo do conceito de uma única pessoa seria aquilo que ela associa a um predicado ou termo de interesse “*F*”, ou seja, a condição de satisfação que algo deve atender para se qualificar como *F* (no nosso caso, esse conteúdo seria as condições de satisfação de ‘conhecimento’). Tal conteúdo “sobrevém (em parte) sobre algum estado mental complexo da pessoa, um estado que, quando ativado, tende a dar origem a novos pensamentos e comportamento verbal, incluindo o comportamento de classificação” (GOLDMAN, 2010, p. 125). Em relação a categoria específica de uma certa comunidade, como aponta o autor, o interesse é sobre o conteúdo, ou significado, do conceito de conhecimento, por exemplo, através de uma determinada comunidade. Nesse caso, é pressuposto que tal conteúdo sobrevém de algum modo aos estados e disposições relacionados à linguagem de tal comunidade (GOLDMAN, 2010, p. 125). Em outro artigo mais recente, Goldman (2017, p. 223-224) propõe uma divisão entre os possíveis candidatos ao alvo da análise filosófica da

seguinte forma: de um lado ele coloca algum tipo de objeto linguístico, que poderia ser o significado de uma palavra ou expressão; do outro lado estariam os objetos não linguísticos, que nesse caso seriam objetos abstratos de algum tipo, como universais ou formas platônicas. Embora Goldman (2017) não mencione, nessa última categoria provavelmente poderíamos incluir como objetos não linguísticos alguns outros possíveis alvos de interesse da análise filosófica, tais como propriedades e tipos naturais, por exemplo.

Por ora, o intuito foi apenas elencar que existem tais diferenças na interpretação acerca de qual seria o alvo de uma análise do conhecimento. Não temos a pretensão de esgotar todos os possíveis alvos de interesse quando o que está em jogo é a análise do conhecimento, muito menos aprofundar as questões ontológicas que por ventura possam surgir em relação a esse assunto. Independentemente da abordagem sobre qual alvo deva ser considerado, nos interessam especialmente as análises do conhecimento que são conduzidas ou examinadas por meio de casos hipotéticos e contraexemplos, principalmente aquelas que não abrem mão de testar suas definições através dos casos tipo-Gettier. Veremos no terceiro capítulo que levar em consideração qual é o alvo que está em jogo quando os filósofos investigam o conhecimento será importante para pensarmos se o tipo de resposta que é obtida através de casos hipotéticos, a saber, uma intuição (falaremos mais sobre isso na próxima seção), pode ser considerada uma evidência para a definição que está sendo testada. Mas para nossos propósitos, até o momento, basta apenas reconhecermos, ainda que de modo amplo, tais diferenças. Tal como sugere Zagzebski, “não há nada de errado com a existência de diferentes definições de conhecimento de tipos divergentes, e é útil manter seus propósitos e métodos em mente quando uma é comparada com a outra” (ZAGZEBSKI, 2012, p. 166).

Ao apontar que existem diferentes modos de responder à pergunta “o que é o conhecimento?”, tanto Fumerton quanto Zagzebski não têm a pretensão de resolver a disputa que se instaura. Disputa essa que Fumerton (2014, p. 23) menciona ser metafilosófica, afinal, o que está em discussão é o que os filósofos estão fazendo quando buscam por uma definição de conhecimento, ou seja, uma disputa metafilosófica acerca da natureza das questões metaepistemológicas. Mas cabe mencionar que essa é uma discussão pouco realizada entre aqueles que pretendem oferecer uma análise do conhecimento. Talvez porque essa discussão metafilosófica a respeito do seu trabalho parece ter pouca influência sobre ele próprio no final das contas. Tal como afirma Fumerton:

De fato, é impressionante, no entanto, que filósofos com compreensões radicalmente diferentes a respeito do que eles fazem ao propor uma questão metaepistemológica

pareçam enfrentar relativamente poucos problemas engajando-se na discussão sobre as respostas específicas àquelas questões propostas (FUMERTON, 2014, p. 26).

Desse modo, quando a discussão em jogo é a definição de conhecimento, muito pouco se discute sobre os propósitos, métodos, ou mesmo sobre os alvos que estão por trás desse empreendimento. É por isso que quando entramos em contato com o que já foi escrito sobre a análise do conhecimento na literatura epistemológica é difícil encontrarmos esse tipo de discussão sendo realizada. Podemos notar que, do modo como a análise do conhecimento geralmente é apresentada, assim como na primeira parte deste capítulo, as questões metafísicas não parecem preocupar Platão, muito menos de Edmund Gettier, e talvez preocupar muito pouco os filósofos contemporâneos a Gettier, que buscaram dialogar diretamente com o problema acarretado por seus contraexemplos. Porém, nesta dissertação estamos interessados justamente nas questões metafísicas acerca da análise do conhecimento e não na discussão tradicional tal como ela é comumente apresentada. Estamos interessados, sobretudo, na questão a respeito do método do contraexemplo utilizado pelos “filósofos de poltrona” para analisar e testar as propostas de definições de conhecimento, visto que tal método está no centro das investigações e críticas desenvolvidas pelo movimento conhecido como Filosofia Experimental, que serão apresentadas no próximo capítulo. Portanto, precisamos considerar, de modo mais atento, o que caracteriza tal método e o motivo de ele estar sob a mira daqueles conhecidos como filósofos experimentais.

1.3 FILOSOFIA DE POLTRONA, CASOS HIPOTÉTICOS E INTUIÇÕES

Imagine a seguinte situação: uma criança recebe uma tarefa escolar na qual ela precisa desenhar seus pais em seus ambientes de trabalho, criando uma caracterização das profissões que eles exercem. Suponha que um deles seja filósofo. Qual é o desenho que melhor caracterizaria a profissão desse pai ou dessa mãe? Alguém poderia pensar em desenhar uma pessoa em frente a uma turma de alunos com um livro em mãos e com um quadro negro logo atrás, onde estaria escrito uma frase do tipo “Só sei que nada sei”. Entretanto, esse desenho estaria caracterizando apenas o filósofo no papel de professor. Ainda que essa seja uma das tarefas mais comuns daqueles que se dedicam atualmente à profissão de filósofo, a pergunta que ainda permanece é o que um filósofo faz quando ele faz Filosofia? Uma outra alternativa que parece plausível seria desenhar uma pessoa dentro de um escritório, ou biblioteca, com um

livro em mãos, sentada em uma confortável poltrona e refletindo. Essa reflexão estaria sendo representada no desenho por uma nuvem de pensamento logo acima da cabeça do filósofo, com um ponto de interrogação bem no meio dela. Será que ao olhar para esse último desenho a professora conseguiria reconhecer a profissão do pai ou da mãe dessa pobre criança? Brincadeiras à parte, parece ser assim que muitos filósofos desprezariam o seu trabalho, um empreendimento que tem como objeto simbólico uma poltrona.

Essa visão da prática filosófica se deve especialmente aos métodos utilizados para se fazer Filosofia, que são considerados tipicamente distintos dos métodos utilizados nas investigações científicas. Timothy Williamson oferece uma descrição simples da metodologia que é característica da Filosofia. Para ele, “os métodos tradicionais de Filosofia são de poltrona: eles consistem em pensar, sem nenhuma interação especial com o mundo além da cadeira, tal como medição, observação ou experimento normalmente envolvem” (WILLIAMSON, 2007, p. 01). Mas o trabalho filosófico nem sempre é um trabalho solitário. Williamson nos lembra também do aspecto social da Filosofia, em que há a argumentação entre os pares, bem como a troca de ideias entre os filósofos acerca de suas investigações, o que o levaria a acrescentar, junto do pensar, o falar e ouvir como parte da metodologia tradicional da Filosofia. Nesse sentido, a imagem que o autor descreve do trabalho filosófico não é mais representada por uma só poltrona, mas várias delas próximas umas das outras, porém ainda distantes das ciências naturais.

Sem preocupar-se com uma definição precisa dos termos, Williamson (2007, p. 01) sugere que, numa primeira aproximação, poderíamos pensar na diferença entre a Filosofia e as ciências naturais a partir de suas metodologias, que no primeiro caso seria considerada *a priori*, e no segundo *a posteriori*. Nessa visão, a prática filosófica é muitas vezes reconhecida como uma atividade puramente especulativa, em que os filósofos realizam suas investigações apenas refletindo sobre questões filosóficas dos mais variados tipos. Tais questões não são questões factuais, pois estas seriam de responsabilidade das ciências naturais e suas investigações empíricas. Por outro lado, conforme Williamson, o equipamento que o filósofo dispõe em sua investigação de poltrona é a sua competência conceitual ou linguística, o que faz com que as “questões filosóficas acabam sendo, em certo sentido, questões conceituais” (WILLIAMSON, 2007, p. 02). Todavia, o empreendimento filosófico não se resume a esse tipo de questões. Williamson mesmo alerta para não interpretarmos o trabalho filosófico como estando apenas voltado a questões conceituais ou semânticas, isso porque, por exemplo, muitos metafísicos contemporâneos estão interessados em investigações a respeito de universais e particulares,

substâncias e essências, espaço e tempo, possibilidade e necessidade (WILLIAMSON, 2007, p. 19).

Não queremos nos ater novamente às considerações a respeito do alvo da análise filosófica, ou ao tipo de questões a serem investigadas em Filosofia. Estamos interessados especificamente em uma das características que mais se destaca no trabalho filosófico de poltrona e que marca uma das diferenças entre a metodologia filosófica e a metodologia científica. Tal como aponta Alvin Goldman, “uma coisa que distingue a metodologia filosófica da metodologia das ciências é sua dependência ampla e declarada da intuição. Especialmente quando os filósofos estão envolvidos na ‘análise’ filosófica, eles geralmente se preocupam com as intuições” (GOLDMAN, 2007, p. 01). Sendo assim,

Consultar intuições sobre casos imaginários é um paradigma da Filosofia de “poltrona”. Tudo o que se entende por método de “poltrona”, certamente pretende contrastar com o método da ciência empírica, que usa experimentação e observação “real”, em vez de refletir sobre exemplos hipotéticos (GOLDMAN, 2010, p. 116).

É claro que o trabalho filosófico nem sempre depende de intuições, até porque, como aponta Williamson, “esqueça a ideia de um método único, empregado em todo e somente o pensamento filosófico. Ainda, os filósofos usam métodos de vários tipos: filosofam de várias maneiras” (2007, p. 03). Contudo, é sobre esse aspecto em específico, a dependência de intuições nas investigações filosóficas, que vamos nos ater, bem como sobre o método que está diretamente ligado a ela, o já mencionado método do contraexemplo, ou como também é conhecido ‘método de casos’ (*method of cases*). Goldman oferece um relato de como a utilização desse método ocorre nas investigações filosóficas de modo geral:

Para decidir o que é conhecimento, referência, identidade ou causalção (ou qual é o conceito de conhecimento, referência, identidade ou causalção), os filósofos consideram rotineiramente exemplos reais e hipotéticos e perguntam se esses exemplos fornecem instâncias da categoria ou conceito alvo. As respostas mentais das pessoas a esses exemplos costumam ser chamadas de “intuições”, e essas intuições são tratadas como evidência para a resposta correta (GOLDMAN, 2007, p. 01).

Jennifer Nado também descreve, com mais alguns detalhes, o emprego desse método pelos filósofos:

O filósofo imagina um caso possível (geralmente por meio de um “experimento de pensamento”) e compara suas intuições em relação ao referido caso com o veredito que a análise gera. Se houver um conflito entre suas intuições e a análise, ela encontrou um contraexemplo e a análise é rejeitada - ou pelo menos, a intuição fornece fortes evidências contra a análise (NADO, 2017, p. 451)¹⁵.

Como podemos notar, tal método consiste na elaboração de casos hipotéticos, conhecidos também como experimentos de pensamento (*thought experiments*) ou contraexemplos. Estes, por sua vez, consistem em situações imaginárias comumente encontradas na forma de narrativas que convidam o leitor a imaginar um determinado cenário hipotético. Após imaginar tal cenário, o leitor é convidado a avaliar e emitir um julgamento sobre algum aspecto do caso em questão. Esse julgamento é então considerado para elucidar determinado ponto, ou até mesmo, para corroborar ou refutar alguma alegação ou teoria filosófica, sendo comumente conhecido como *intuição*. Não há um consenso dentro do debate metafilosófico sobre o que são intuições. Joel Pust (2019), por exemplo, oferece um panorama das diferentes perspectivas de como as intuições são compreendidas: a) intuições são equiparadas com crenças ou algum tipo de crença; b) intuições são vistas como disposições para acreditar; c) intuições são consideradas como estados mentais *sui generis*. Conforme o autor, tais perspectivas consideram as intuições como sendo estados ou eventos psicológicos e assumem que elas tomam proposições como seus objetos.

O objetivo, no entanto, não é explorar as diferentes concepções acerca dessa questão, uma vez que não ter uma compreensão exata do que vem a ser uma intuição não impede que o debate sobre o seu papel evidencial na Filosofia seja realizado. O fato é que os filósofos

¹⁵ Cabe destacar, como aponta Nado (2017), que tal descrição é um retrato de como o trabalho filosófico é geralmente visto por grande parte dos interessados nessa discussão sobre a metodologia filosófica. Ela ainda menciona a existência de um estrutura padrão (*Standard Framework*), dentro da qual grande parte dessa discussão metafilosófica contemporânea opera. Entretanto, a autora acredita que tal estrutura fornece uma certa imagem caricata dos objetivos e métodos da Filosofia. Não que tal estrutura não contenha aspectos verdadeiros do trabalho filosófico, mas, para Nado, essa estrutura emprega um conjunto de pressupostos problemáticos em relação as questões metafilosóficas, reproduzindo, assim, uma imagem simplista da metodologia filosófica. A autora destaca, então, três aspectos da estrutura padrão que ela considera especialmente problemáticos: a ‘suposição da homogeneidade’ (*homogeneity assumption*), que pressupõe a existência de uma fonte epistêmica única e homogênea chamada “intuição”; a ‘suposição epistemológica’ (*epistemology assumption*), que assume que a avaliação adequada da intuição envolve determinar se ela gera com sucesso estados epistêmicos “padrão”, como evidência, justificação ou conhecimento; e, por fim, a ‘suposição do método de casos’ (*method of cases assumption*), que pressupõe que o método central da Filosofia envolve o uso de intuição para testar as análises filosóficas propostas, por meio do chamado método de casos (NADO, 2017, p. 448). Por hora, não vamos adentrar nas críticas feitas por Nado, uma vez que a pretensão aqui é justamente oferecer uma visão geral de como a metodologia filosófica é comumente vista dentro da discussão metafilosófica que estamos interessados nesta dissertação. No entanto, voltaremos a considerar mais atentamente, no terceiro capítulo, os problemas levantados por Nado à suposição da homogeneidade e quais os reflexos disso para as futuras investigações filosóficas.

rotineiramente recorrem a cenários imaginários para extrair destes certas respostas. Essas respostas, conclusões, julgamentos intuitivos ou, simplesmente, intuições são tomadas como um indício, uma evidência para a verdade de certas afirmações, análises ou teorias filosóficas. Se as intuições são estados mentais *sui generis* ou podem ser redutíveis a estados de crença, ou ainda, se são apenas disposições para acreditar é um debate a ser explorado a parte. Por isso, vamos permanecer apenas com uma ideia ampla que parece capturar aquilo que estamos considerando como sendo uma intuição: “um *juízo mental desacompanhado de qualquer justificativa consciente*” (GOLDMAN, 2017, p. 215, grifo do autor). Ao caracterizar a intuição desse modo, Goldman não quer dizer que tal julgamento não tem qualquer base cognitiva, apenas sugere que não precisamos ter consciência da base ou dos fatores que influenciaram tal julgamento. Goldman ainda vai além e sugere que o tipo de intuição que é de interesse para as discussões a respeito da metodologia filosófica tem uma forma bastante específica: é um julgamento singular de classificação (*singular classification judgment*), “que julga se um determinado cenário, ou um evento ou protagonista em um cenário específico, exemplifica essa ou aquela propriedade ou relação” (GOLDMAN, 2017, p. 215). Assim, mesmo que o termo “intuição” possa ser compreendido ordinariamente, fora do contexto filosófico, como sinônimo de palpite, presságio, suspeita, pressentimento, estamos interessados apenas na discussão a respeito das intuições que são relevantes para as investigações filosóficas, que Goldman denomina de *intuições de classificação*¹⁶.

Podemos elencar ainda alguns outros aspectos que caracterizam esse tipo de julgamento. Conforme Eugen Fischer e John Collins (2015, p. 16), os julgamentos obtidos através do método do contraexemplo possuem as seguintes características: tendemos a fazê-los espontaneamente, ou seja, rapidamente, sem esforço e com uma confiança inicial significativa, tanto que, mesmo depois de considerarmos que eles estão errados, eles ainda parecem plausíveis a nós; tais julgamentos também são geralmente aceitos imediatamente, sem que se precise oferecer mais justificativas ou qualquer argumento; assim, aceitamos tais julgamentos sem necessariamente estarmos conscientes das razões que nos fazem aceitá-los. Tais características nos permitem ter uma noção geral de certas especificidades do julgamento obtido após a avaliação de um cenário hipotético. Embora não exista um entendimento único sobre o que vem a ser uma intuição, a maioria dos autores, no entanto, reconhece o seu papel evidencial no

¹⁶ O termo “intuição” utilizado no decorrer deste trabalho faz referência a esse tipo de intuição.

trabalho filosófico de poltrona¹⁷. Uma intuição é, dessa forma, considerada como uma evidência *prima facie* em certas investigações filosóficas:

Um filósofo, desejando estabelecer ou processar alguma afirmação filosófica, propõe um experimento de pensamento destinado a gerar uma intuição relevante para avaliar a afirmação filosófica. De acordo com a prática filosófica padrão, a intuição gerada fornece evidências para a aceitação ou rejeição da afirmação filosófica: a afirmação filosófica é *prima facie* boa na medida em que concorda com a intuição gerada, *prima facie* ruim na medida em que deixa de concordar com a intuição gerada (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 56).

Nesse sentido, como aponta Nado:

A intuição, então, é considerada a nossa principal fonte de justificação para julgamentos como ‘x é um caso de F’, onde F é a categoria filosófica de interesse. A construção da teoria filosófica serve para sistematizar e elucidar as intuições - e, portanto, somos justificados em endossar uma teoria quando e somente quando suas classificações se adaptam às nossas intuições em todos os casos imaginados. Ou, pelo menos, quase todos - uma intuição pode ocasionalmente ser rejeitada como falsa, mas apenas se tivermos razões muito fortes para suspeitar de erro (NADO, 2017, p. 451)¹⁸.

¹⁷ Apesar de essa ser a visão predominante nas discussões metafísicas a respeito do uso de intuições na Filosofia, existem autores que argumentam que a intuição nem chega ser utilizada como evidência dentro das discussões filosóficas. São autores como o próprio Timothy Williamson, além de Max Deutsch e Herman Cappelen. Timothy Williamson, em *Philosophical ‘Intuitions’ and Scepticism about Judgement* (2004), por exemplo, vai argumentar que não há nada psicologicamente especial sobre intuições e que elas são simplesmente um subconjunto de nossos julgamentos contrafactuais sobre questões de fato. E que tais julgamentos não precisam e nem devem desempenhar qualquer papel de evidência na Filosofia. Assim, de acordo com Williamson, “o que é chamado de ‘intuições’ em Filosofia são apenas aplicações de nossas capacidades comuns de julgamento” (2004, p. 109). Por outro lado, em seu livro *The Myth of the Intuitive* (2015), Max Deutsch argumenta que a visão sobre o método filosófico tradicional, de que os filósofos colocam um grande peso evidencial nas intuições, é um mito, parte do “folclore metafísico”. Apesar da Filosofia fazer uso regular de experiências de pensamento, é nos argumentos sobre os casos hipotéticos que os filósofos se apoiam, e não em intuições. Deste modo, os filósofos, de acordo com Deutsch, essencialmente nunca confiam nas intuições como evidências, mas, em vez disso, eles dependem de argumentos. Já Herman Cappelen, em seu livro *Philosophy without Intuitions* (2012), apresenta a tese que ele chama de Centralidade (*Centrality*): “Filósofos analíticos contemporâneos confiam nas intuições como evidência (ou como fonte de evidência) para teorias filosóficas” (2012, p. 3). Porém o que Cappelen pretende mostrar em seu livro é que esta tese é falsa, ou seja, não é verdade que os filósofos, em geral, dependem das intuições como evidência quando fazem Filosofia. Para Cappelen o uso de termos como “intuição”, “intuitivo” ou “intuitivamente” geralmente seriam usados para reduzir o compromisso de uma determinada reivindicação e que tais termos carecem de consenso sobre suas definições. Além de suas dúvidas sobre o termo “intuição”, Cappelen também parece ter dúvidas sobre a própria existência de qualquer tipo de estado mental que tenha o tipo de características que os filósofos tomaram como sendo da intuição. Embora muito possa ser explorado sobre essas três posições mencionadas e sobre as objeções colocadas a elas, nesta dissertação vamos considerar a visão acerca da metodologia filosófica tal como os filósofos experimentais a concebem. Veremos no segundo capítulo que uma grande parcela dos trabalhos desenvolvidos em Filosofia Experimental, inclusive aqueles que serão apresentados em tal capítulo, surgiram em resposta a esse modo de fazer Filosofia, em que as intuições advindas de casos hipotéticos desempenham um importante papel evidencial nas análises filosóficas.

¹⁸ Essa descrição também faz parte daquilo que Nado (2017) chamou de estrutura padrão em relação a metodologia filosófica, dentro da qual grande parte dessa discussão metafísica contemporânea opera. Para mais detalhes, ver nota 15.

Ser considerada uma evidência *prima facie* basicamente quer dizer que uma intuição pode ser desconsiderada em um segundo momento, isso porque “evidência *prima facie* é, por definição, evidência anulável” (GOLDMAN, 2010, p. 122). Ter uma intuição, nesse sentido, não equivale a ter certeza. Contudo, isso não desqualifica o seu *status* evidencial. Podemos pensar que assim como a percepção, por exemplo, pode nos oferecer uma evidência de que estou vendo um objeto vermelho em cima da mesa, tal evidência pode ser desconsiderada em um segundo momento quando eu descobro que o objeto em questão estava apenas sendo iluminado por uma luz vermelha e que na verdade ele é branco. Tal como no caso da visão, o fato de que circunstâncias desfavoráveis podem ocorrer não impede a intuição de se qualificar como uma evidência¹⁹. A discussão, no entanto, como veremos no terceiro capítulo, passa a ser em que condições as intuições advindas de casos hipotéticos merecem o *status* evidencial amplamente concedido a elas.

Mas quando falamos no papel evidencial das intuições na Filosofia, estamos nos referindo às intuições de quem? Segundo Joshua Alexander e Jonathan M. Weinberg (2007), podemos pensar em três respostas para tal questão. A primeira resposta seria que “quando um filósofo confia nas intuições como evidência, ele confia apenas em suas próprias intuições pessoais como evidência” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 57). Os autores denominam essa visão como solipsismo de intuições (*intuition solipsism*) e acreditam que ela seja a menos plausível. Isso porque, como vimos, o trabalho filosófico não é um trabalho solitário, a prática filosófica é uma atividade argumentativa, que tem o propósito de convencer outras pessoas da verdade ou falsidade de alguma alegação filosófica, por isso o filósofo espera que as suas intuições também sejam compartilhadas por seus interlocutores. Sendo assim, é pouco provável que uma análise, por exemplo, baseada apenas na intuição pessoal do filósofo que a propõe,

¹⁹ A respeito dessa comparação entre intuição e percepção, Jennifer Nado ressalta que “uma semelhança epistemológica altamente relevante entre percepção e intuição é a seguinte: ambas são falíveis” (NADO, 2014, p. 29). Sendo assim, se considerarmos que a percepção está sujeita a inúmeras ilusões, imprecisões e erros, então, como aponta a autora, parece que não podemos julgar as falhas epistêmicas da intuição como sendo significativamente piores do que as da percepção. Ernest Sosa (2007) também defende que não temos razões para desconsiderar a intuição como evidências, pois embora ela seja suscetível a vários erros em condições desfavoráveis, tal como muitas vezes ocorre com a percepção, não precisamos abandoná-la assim como também não abandoamos a percepção por conta de suas falhas. O que o autor sugere, nesse sentido, é que “precisamos ter *cuidado* na maneira como usamos a intuição, e não que a intuição seja inútil” (SOSA, 2007, p. 105, grifo do autor). A ideia é que se desqualificamos epistemicamente a intuição por conta de suas falhas, assim também deveríamos fazer com a percepção. Mas esse parece um preço alto a se pagar. O que podemos fazer, contudo, é tomar cuidado com as condições desfavoráveis que possam vir a afetar a qualidade, ou confiabilidade, da evidência e buscar garantir que falhas sejam minimizadas. Esse cuidado vale tanto para a intuição como para a percepção.

tenha força evidencial necessária para ser aceita na comunidade filosófica. Desse modo, como apontam os autores, uma outra resposta para a pergunta poderia ser que o filósofo confia nas suas próprias intuições “porque considera essas intuições representativas das intuições da classe dos filósofos profissionais” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 57). Essa visão é denominada por eles de elitismo de intuições (*intuition elitism*). Por trás dessa visão há o pressuposto de que as intuições de filósofos profissionais deveriam ser privilegiadas em detrimento das intuições de pessoas não treinadas filosoficamente, os não-filósofos, uma vez que “as afirmações filosóficas sob investigação na prática filosófica padrão envolvem conceitos técnicos (filosóficos) que divergem em algum grau ou outro dos conceitos comuns” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 58). Assim, apenas as intuições dos filósofos profissionais deveriam contar como evidência, pois o interesse da comunidade filosófica é compreender aspectos mais técnicos a respeito de certos conceitos e não somente aspectos do senso comum. Todavia, Alexander e Weinberg pensam que, talvez, essa não seja a melhor forma de interpretar a prática filosófica, visto que ela “não está preocupada em entender a natureza do *conhecimento* (ou *crença*, *liberdade*, *responsabilidade moral* etc.) em algum sentido técnico, mas do *conhecimento* como o conceito é normalmente entendido fora do discurso e da prática estritamente filosófica” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 58, grifos dos autores). Nessa visão, que os autores chamam de populismo de intuições (*intuition populism*), o interesse filosófico em analisar o conhecimento, por exemplo, estaria voltado para como ele é ordinariamente empregado pelas pessoas. E para tal análise, o filósofo estaria “confiando em suas próprias intuições, porque considera essas intuições representativas das intuições de uma classe mais ampla que inclui não-filósofos - comumente referidos como ‘o povo’”. (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 57). Os autores preferem deixar em aberto se a prática filosófica é melhor compreendida segundo a visão que eles denominam de *intuition elitism* ou pela visão *intuition populism*. Para eles, independentemente se as intuições filosóficas a serem empregadas como evidência pretendem ser representativas da classe filosófica ou do povo, os filósofos que nelas se apoiam precisarão encarar os desafios apresentados pela Filosofia Experimental. Veremos no segundo capítulo que tais desafios, basicamente, incidem sobre a confiabilidade de tais intuições e seu papel evidencial no trabalho filosófico.

Exemplos do uso de intuição são frequentes em certas investigações contemporâneas na Filosofia. Tais investigações são consideradas como pertencente a uma determinada tradição filosófica comumente rotulada como *Filosofia Analítica*. A pretensão aqui não é adentrar no mérito sobre se essa denominação, geralmente utilizada para diferenciar certos tipos de

pesquisas realizada em Filosofia, é apropriada. Faremos usos dela pelo simples fato de que os filósofos experimentais, com os quais nos preocuparemos no próximo capítulo, fazem referência a tal tradição quando apresentam suas considerações acerca do uso de casos hipotéticos e de intuições na Filosofia. Como, por exemplo, quando Joshua Knobe descreve o projeto que ele considera ser central na Filosofia contemporânea: “os filósofos estão tentando encontrar as respostas corretas para certas perguntas (em epistemologia, teoria moral etc.) e depois recorrem às intuições como uma maneira de resolver essas questões. Vamos nos referir a esta maneira de usar intuições como o *projeto analítico*” (KNOBE, 2007a, p. 88, grifo do autor). Ou assim como Joshua Alexander e Jonathan M. Weinberg ao iniciarem seu artigo da seguinte forma: “tem sido uma prática padrão na Filosofia analítica empregar intuições geradas em resposta a experimentos de pensamento como evidência na avaliação de afirmações filosóficas” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 56). Shaun Nichols também faz uma afirmação semelhante: “na Filosofia analítica, a abordagem dominante para caracterizar conceitos tem sido uma abordagem *a priori*, na qual o filósofo considera se uma análise proposta se encaixa em suas intuições sobre vários casos possíveis” (NICHOLS, 2004, p. 514). Ou, por fim, tal como quando Edouard Machery faz referência a um aspecto marcante dessa tradição: “os experimentos de pensamento são uma característica distintiva da Filosofia analítica contemporânea, e muitos argumentos influentes se apoiam em premissas sustentadas por julgamentos suscitados em experimentos de pensamento” (MACHERY, 2011, p. 191).

A questão que importa não diz respeito ao nome que é dado a essa tradição, mas sobre tal prática ou estratégia metodológica a qual os autores acima mencionados dizem ser característica dela, o uso de intuições advindas de casos hipotéticos para servirem de evidência em suas análises, afirmações e teorias. E os exemplos de uso dessa estratégia são abundantes em várias áreas da Filosofia. Stephen Stich e Kevin Tobia apresentam um breve resumo do uso de intuições no trabalho filosófico:

1 Na metafísica, os debates sobre identidade pessoal ainda invocam intuições sobre o famoso exemplo de Locke do príncipe e do sapateiro, além de uma ampla variedade de casos mais recentes nos quais cérebros são transplantados, memórias e corpos inteiros duplicados, e as pessoas usam teletransportes de tipo Star Trek.

2 Em ética, intuições sobre bondes desgovernados, retirada de órgãos, circos Romanos, interrogatório de assassinos, crianças se afogando em banheiras, violinistas cuja sobrevivência requer estar conectada a outra pessoa por nove meses, e vários outros casos enchem a literatura.

3 Nas discussões sobre livre arbítrio, os filósofos costumam suscitar intuições sobre pessoas trancadas em celas de prisão, pessoas com implantes cerebrais controlados

por cientistas malignos, pessoas que não gostam de seus próprios desejos e vários outros casos.

4 Na epistemologia, apelo a intuições sobre casos de loteria, casos de celeiros falsos, casos de riscos e uma variedade aparentemente interminável de casos Gettier são abundantes.

5 Na Filosofia da linguagem, os filósofos confiam em intuições sobre casos de sorites, casos de Terra Gêmea, casos de Gödel e casos de artrite, entre muitos outros.

6 Em outras partes da Filosofia da linguagem, ao elaborar a semântica de expressões filosoficamente importantes, as intuições sobre o que uma sentença implica (ou não implica) são cruciais. [...]

7 Na Filosofia da mente, as intuições sobre espectros invertidos, zumbis, salas chinesas, e Mary, a neurocientista que nunca viu a cor vermelha, são amplamente invocadas.

8 Na Filosofia da ciência, intuições sobre explicação (a altura do mastro explica o comprimento da sombra, mas o comprimento da sombra não explica a altura do mastro) e confirmação (um corvo preto confirma a generalização de que todos os corvos são pretos, mas um pedaço de giz branco não) desempenham um papel central no apoio ou no desafio de teorias da explicação e da confirmação (STICH; TOBIA, 2016, p. 07).

Obviamente que o resumo acima cita apenas uma parcela dos vários exemplos de usos de intuições realizados no trabalho filosófico. Aqui nesta dissertação vamos focar em apenas um destes exemplos, do qual inclusive já falamos na primeira parte deste capítulo: a variedade de casos tipo-Gettier comumente utilizada no trabalho epistemológico de análise do conhecimento. Os contraexemplos originais apresentados por Edmund Gettier em 1963 são, inclusive, considerados como os exemplos paradigmáticos do método do contraexemplo, sendo frequentemente mencionados em virtude do êxito em desbancar a até então consolidada definição tradicional de conhecimento. Como vimos, Gettier não precisou de mais do que três páginas para apresentar dois contraexemplos que colocaram em xeque a definição tradicional de conhecimento. Como Gettier conseguiu tal façanha? Por meio de seus contraexemplos, ele convida o leitor a considerar duas situações hipotéticas em que um sujeito apesar de ter uma crença verdadeira justificada (condições estabelecidas pela definição tradicional de conhecimento), não parece ter conhecimento. Contudo, a façanha de Gettier não está no mero uso que ele fez de casos hipotéticos, mas na força intuitiva advinda dos casos que ele propôs. Tal como aponta Goldman, “não foi a mera publicação dos dois exemplos de Gettier, ou o que ele disse sobre eles. Era o fato de que quase todo mundo que lia os exemplos de Gettier compartilhava a *intuição* de que esses não eram casos de conhecimento” (2007, p. 02, grifo do autor). A intuição advinda dos contraexemplo de Gettier desbancou a definição tradicional de conhecimento em duas etapas, como sugerem Goldman e Pust (2002, p. 77): na primeira etapa a ocorrência de uma intuição que *P* (que o protagonista dos contraexemplos de Gettier não tem conhecimento) é tomada como evidência *prima facie* da verdade de *P*; na segunda etapa a

alegação de que o protagonista em questão não tem conhecimento, ou seja, a verdade de *P*, é então usada como evidência para derrotar a análise tradicional de conhecimento.

Podemos dizer, desse modo, que o uso feito por Gettier do método do contraexemplo foi bem-sucedido e a intuição obtida através de seus casos, bem como, dos casos tipo-Gettier neles inspirados, permanece sendo utilizada para testar novas propostas de definição de conhecimento. Nesse sentido, o trabalho tradicional de oferecer uma definição para o conhecimento pode ser considerado um típico trabalho de poltrona, na medida em que, não apenas a variedade de casos tipo-Gettier, mas o método do contraexemplo de modo geral continua sendo a estratégia metodológica mais utilizada nesse empreendimento. Um epistemólogo tradicional, interessado em analisar o conhecimento, pode muito bem ser aquele pai ou mãe da criança do nosso exemplo que, ao conduzir suas investigações, permanece confortavelmente sentado em sua poltrona testando definições de conhecimento à luz de intuições sobre se o conhecimento é instanciado, ou não, em diversos casos hipotéticos. A pergunta que surge, no entanto, é se tais intuições podem servir de evidências para esse tipo de empreendimento filosófico. O que podemos adiantar é que alguns filósofos experimentais estão seriamente incomodados com esse tipo de trabalho e pretendem, por meio de investigações empíricas, chamar a atenção para o fato de que, talvez, tais epistemólogos não deveriam se sentir tão confortáveis em conduzir suas investigações no conforto de suas poltronas.

2 FILOSOFIA EXPERIMENTAL E AS INTUIÇÕES DOS CASOS TIPO-GETTIER

Este capítulo tem como objetivo geral apresentar algumas considerações sobre o movimento denominado Filosofia Experimental e suas contribuições ao debate metafilosófico sobre o uso de intuições na Filosofia. E, mais especificamente, apresentar alguns estudos empíricos realizados pelos proponentes desse movimento sobre os casos tipo-Gettier, bem como o impacto de seus resultados à confiabilidade das intuições advindas de tais casos. Vimos no capítulo anterior que os casos tipo-Gettier são exemplos famosos de um tipo de estratégia metodológica que vem ganhando um notório espaço dentro das recentes discussões filosóficas, a saber, a estratégia de construir casos hipotéticos e extrair intuições a partir de suas avaliações para apoiar ou refutar alegações filosóficas. Vimos também que as conclusões alcançadas através desses casos têm um apelo intuitivo muito forte e, por isso, elas foram responsáveis por boa parte do trabalho epistemológico desenvolvido posteriormente a respeito da análise do conhecimento. Muitos epistemólogos seguiram utilizando a estratégia de construção de casos hipotéticos e contraexemplos para testar suas intuições a respeito de como o conhecimento é empregado nas mais diversas situações, visando, com isso, encontrar uma alternativa para o problema apresentando inicialmente por Edmund Gettier.

Entretanto, esse tipo de estratégia metodológica vem sofrendo diversas críticas de um grupo de filósofos pertencentes a um movimento denominado Filosofia Experimental. Eles alegam possuir evidências empíricas de que as intuições advindas de casos hipotéticos bem conhecidos da Filosofia são influenciadas por fatores irrelevantes ao conteúdo desses casos, ou ainda, que elas não são amplamente compartilhadas como pensavam os filósofos. Por exemplo, alguns estudos empíricos realizados sobre os casos tipo-Gettier mostraram que a intuição de que os protagonistas de tais cenários não têm conhecimento não foi amplamente compartilhada entre os participantes e que elas eram influenciadas por fatores como cultura, julgamento moral prévio e formação filosófica. Tais fatores não poderiam influenciar o julgamento intuitivo sobre a atribuição de conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier. Os filósofos experimentais acreditam que esse problema corrobora a ideia de que os filósofos que utilizam as intuições como evidências em suas alegações estariam apoiados em um tipo de estratégia metodológica pouco confiável. A solução proposta por eles seria ou abandonar de vez esse tipo de estratégia metodológica na investigação filosófica ou fazer uso dos resultados empíricos encontrados pela Filosofia Experimental para corroborar as alegações filosóficas. Desse modo, as intuições, por apresentarem uma instabilidade preocupante para servirem de apoio para

determinadas alegações filosóficas, não seriam confiáveis e não mais deveriam ser utilizadas como evidências na Filosofia, ou somente poderiam ser utilizadas após serem testadas empiricamente.

Mas o que é a Filosofia Experimental? Em que medida os seus estudos empíricos podem apresentar problemas para o trabalho epistemológico que busca investigar o conhecimento através de casos hipotéticos? Este capítulo pretende responder a pergunta inicial oferecendo primeiramente um panorama geral sobre a Filosofia Experimental, dando ênfase na concepção estreita desse movimento, que surgiu em resposta ao uso de intuições na Filosofia. No segundo momento apresentar alguns estudos empíricos que foram realizados para investigar as intuições advindas de casos tipo-Gettier, dividindo-os em dois grupos: aqueles que apontam evidências para a existência de uma variabilidade ou instabilidade das intuições sobre os caso tipo-Gettier; e aqueles estudos mais recentes que trazem evidências de que as intuições sobre esses casos seriam amplamente robustas. E por fim, expor alguns problemas levantados à Filosofia Experimental, além de apontar algumas considerações sobre o futuro de tal movimento e suas possíveis contribuições à Filosofia tradicional.

2.1 FILOSOFIA EXPERIMENTAL: O MOVIMENTO

A Filosofia Experimental é um movimento amplo que abrange uma grande variedade de projetos que são desenvolvidos com interesses e objetivos bem distintos. O que todos esses projetos têm em comum é que eles fazem uso de métodos empíricos, que geralmente são associados às ciências, para realizar investigações sobre questões tipicamente filosóficas. Os proponentes desse movimento são conhecidos como filósofos experimentais, e para ser agraciado com tal reconhecimento não basta que o filósofo faça uso das evidências de experimentos científicos em suas investigações. Os filósofos experimentais são assim conhecidos, pois eles “colocam a mão na massa” e realizam seus próprios experimentos. Sendo assim, a Filosofia Experimental é conhecida como um movimento recente que desenvolve suas investigações sobre questões importantes à Filosofia fazendo uso de ferramentas metodológicas tanto filosóficas quanto científicas.

A Filosofia Experimental, conhecida dessa forma, começou a ganhar fama a partir do início deste século, com o artigo de Jonathan M. Weinberg, Shaun Nichols e Stephen P. Stich intitulado *Normativity and Epistemic Intuitions* (2001). Nesse artigo, os autores apresentam os experimentos empíricos que eles realizaram para investigar as intuições epistêmicas de algumas

peessoas sobre casos hipotéticos bem conhecidos na Epistemologia. Através desses experimentos (sobre os quais apresentarei mais detalhes na próxima seção), Weinberg et al. (2001) encontraram evidências que sugerem que pessoas de diferentes culturas não compartilham amplamente as mesmas intuições epistêmicas, ou ainda, que as intuições epistêmicas variam conforme o status socioeconômico dos participantes. As descobertas iniciais apresentadas nesse artigo de 2001 motivaram outras pesquisas desse tipo em Filosofia, que extrapolam os limites de uma investigação filosófica tradicional e buscam contribuições de instrumentos metodológicos advindos da psicologia experimental, das ciências cognitivas e, mais recentemente, da neurociência.

Os trabalhos posteriores em Filosofia Experimental expandiram suas investigações para outras áreas da Filosofia, e com isso encontramos estudos empíricos sendo realizados sobre: Filosofia da Linguagem (MACHERY et al., 2004), Filosofia da Mente (KNOBE & PRINZ, 2008), Filosofia Moral e Política (GREENE et al., 2009; LIAO et al., 2012; NADELHOFFER et al., 2013), Filosofia da Ciência (STOTZ et al., 2004; KNOBE & SAMUELS, 2013); Livre arbítrio e responsabilidade (NAHMIAS et al., 2005; NICHOLS & KNOBE, 2007), Identidade Pessoal (NICHOLS & BRUNO, 2010; STROHMINGER & NICHOLS, 2014), Filosofia da Ação (KNOBE, 2003; KNOBE, 2006; MACHERY, 2008), Metafísica (ALICKE et al., 2011), Epistemologia (SWAIN et al., 2008, e outros tantos estudos que serão apresentados logo mais). Cito aqui apenas um ou dois estudos realizados em cada área, o que representa uma parcela ínfima dos inúmeros trabalhos que foram, e vêm sendo, desenvolvidos em Filosofia Experimental. A expansão das pesquisas realizadas por filósofos experimentais é crescente e abrange não apenas as áreas citadas, o que demanda muitas vezes um esforço interdisciplinar de colaboração entre diversos pesquisadores. Como dito anteriormente, são investigações com preocupações e objetivos diversos, mas com implicações diretas no trabalho tradicionalmente realizado pela Filosofia. Seus resultados empíricos apontam consequências tanto às metodologias tradicionalmente empregadas nas investigações filosóficas quanto aos conceitos mais básicos que são analisados, bem como às teorias defendidas pelos filósofos. Essas consequências, afirmam os filósofos experimentais, não podem ser desconsideradas por aqueles que pretendem desenvolver um trabalho filosófico sério e bem fundamentado.

É nesse espírito que o presente capítulo busca apresentar algumas contribuições que a Filosofia Experimental traz à Epistemologia, mais especificamente ao debate sobre a confiabilidade das intuições advindas dos casos tipo-Gettier. A tentativa de abarcar outros

tantos estudos desenvolvidos em Filosofia Experimental, nas mais diversas áreas da Filosofia, seria um trabalho para uma dissertação inteira apenas sobre tal movimento, e que bem provavelmente não conseguiria esgotar a literatura cada vez mais crescente sobre o tema. Desse modo, direciono a minha atenção apenas a uma parcela dos trabalhos realizados em Filosofia Experimental, que desenvolvem suas investigações sobre o uso de intuições na metodologia filosófica, especialmente quando as intuições em questão são aquelas advindas dos casos tipo-Gettier.

2.1.1 Filosofia Experimental como resposta ao uso de intuições na Filosofia

É comum encontramos a Filosofia Experimental (ou para os mais íntimos, X-Phi) sendo apresentada como um movimento recente dentro da Filosofia, que teria surgido como resposta ao uso de intuições realizado pelos filósofos em suas investigações. Essa pode ser considerada apenas uma parte da história de um movimento que tem objetivos bem mais amplos. Para Justin Sytsma (2017), podemos falar em duas histórias de origem para a Filosofia Experimental: a que leva em conta uma concepção mais restrita e que descreve o movimento como sendo aquele que desenvolve estudos empíricos sobre as intuições das pessoas a respeito de casos filosóficos; e a outra que considera a Filosofia Experimental como um movimento muito mais amplo, não apenas interessado nas intuições, mas nas afirmações empíricas que muitos filósofos realizam e não se encontram muito bem fundamentadas. Nesse sentido, o movimento da Filosofia Experimental pode ser visto a partir de duas concepções:

Concepção estreita da Filosofia Experimental: “se desenvolveu como uma resposta explícita ao percebido uso (ou abuso) de intuições em Filosofia contemporânea” (SYTSMA, 2017, p. 24).

Concepção ampla da Filosofia Experimental: “emergiu do reconhecimento de que os filósofos geralmente confiam (implícita ou explicitamente) em afirmações empíricas, juntamente com um compromisso com a ideia de que afirmações empíricas exigem apoio empírico” (SYTSMA, 2017, p. 24).

Conforme Sytsma, contar a história da Filosofia Experimental apenas a associando aos trabalhos que são desenvolvidos para investigar as intuições filosóficas é um equívoco, uma vez que muitos outros estudos também são considerados pertencentes ao movimento, mas

claramente não envolvem a investigação de intuições²⁰. E acredito que esse modo de compreender a Filosofia Experimental, como sendo um movimento mais amplo, a torna mais forte, uma vez que reúne esforços de todos aqueles interessados em manter a Filosofia bem fundamentada. Os estudos empíricos realizados pelos filósofos experimentais, em uma concepção mais ampla, têm muito a contribuir não apenas para as alegações filosóficas, mas também para o caminho a ser trilhado pela própria Filosofia. Assim sendo, não podemos desconsiderar que o trabalho realizado em Filosofia Experimental vai muito além de estudos empíricos acerca das intuições nas quais os filósofos se apoiam em suas investigações.

Contudo, como dito anteriormente, o foco deste capítulo está voltado à Filosofia Experimental em sua concepção estreita, pois são justamente os estudos sobre as intuições que interessam aos nossos propósitos. Dessa forma, as considerações a seguir são dirigidas ao movimento da Filosofia Experimental que desenvolve suas investigações quanto ao uso de intuições na prática filosófica. Assim, a Filosofia Experimental é vista dentro da comunidade filosófica como “um novo movimento filosófico que prossegue conduzindo estudos experimentais sistemáticos das intuições ordinárias das pessoas” (KNOBE, 2007b, p. 119). Teria surgido no início desse século como resposta a uma maneira específica de se fazer Filosofia, “tipicamente associada à análise filosófica e segundo a qual as reivindicações filosóficas são medidas, pelo menos em parte, por nossas intuições *filosóficas*” (ALEXANDER, 2010, p. 377, grifo do autor). Nesse sentido, o movimento é ‘Experimental’ pois seus proponentes realizam estudos empíricos e coletam dados sobre intuições populares, e é ‘Filosofia’ pois esses dados coletados trazem várias implicações para os debates filosóficos (NADELHOFFER; NAHMIAS, 2007, p. 125).

Entendida dessa forma, a Filosofia Experimental surgiu como um movimento que questiona o modo como a Filosofia vem sendo realizada, mais especificamente quando o trabalho filosófico encontra-se alicerçado no uso de intuições advindas de casos hipotéticos. Como vimos anteriormente, no primeiro capítulo, tal prática é comum em trabalhos que são associados à chamada Filosofia Analítica. Os filósofos muitas vezes analisam um determinado conceito, ou categoria filosoficamente interessante, por meio da construção de casos hipotéticos, visando com isso explorar como tal conceito ou categoria se aplica em vários casos possíveis. As intuições sobre a aplicabilidade ou não do conceito, por exemplo, nessas várias situações são fortemente consideradas, e espera-se que através dessa estratégia a precisão sobre

²⁰ Sytsma e Livengood (2015, Seção 3.1) oferecem vários exemplos de estudos que são considerados pertencentes ao movimento da Filosofia Experimental, mas que não estão preocupados em investigar as intuições filosóficas.

a análise de tal conceito possa ser refinada ao ponto de se alcançar as condições necessárias e suficientes para a sua definição. A intuição, nesse sentido, acaba por desempenhar um importante papel na análise conceitual, assim como em outras investigações filosóficas, e é sobre ela que os filósofos experimentais muitas vezes desenvolvem suas investigações empíricas.

Essa preocupação em relação ao uso de intuições faz com que trabalhos em Filosofia Experimental ofereçam contribuições importantes à própria Filosofia. Como sugerem Thomas Nadelhoffer e Eddy Nahmias (2007, p. 124), tais contribuições advêm de questões importantes que os filósofos precisam lidar com mais atenção, como por exemplo: a natureza e o status probatório das intuições que são usadas como evidências na Filosofia; os métodos e objetivos mais adequados à análise conceitual; a relação apropriada entre intuições, conceitos e teorias; o escopo e o limite da metodologia que está por trás do uso de intuições. Para investigar tais questões, os filósofos experimentais precisam recorrer a estudos empíricos e fazer uso de métodos não convencionais para os padrões filosóficos. Isso faz com que os proponentes do movimento da Filosofia Experimental não sejam apenas filósofos naturalistas empiricamente informados. Há algo de novo no papel do filósofo nesse sentido, uma vez que a barreira que separava o seu trabalho do trabalho do cientista parece não estar mais no mesmo lugar, se é que ela ainda está lá.

2.1.2 Filosofia Experimental e Filosofia Empírica

Os filósofos que são reconhecidos como pertencentes ao movimento da Filosofia Experimental são aqueles que realizam seus próprios experimentos empíricos. Em outras palavras, os filósofos experimentais são aqueles que deixam o conforto de suas poltronas, erguem as mangas e sujam as mãos para coletar seus próprios dados. Talvez a comparação não seja a melhor, mas eu diria que eles deixam de ser “filósofos de poltrona” e passam a ser “filósofos de prancheta”. E isso faz com que, segundo Jesse J. Prinz (2008) a Filosofia Experimental seja algo distinto de uma Filosofia Empírica. Ainda que ambas relacionem evidências empíricas às questões filosóficas, o autor aponta aspectos que fazem com que elas sejam abordagens diferentes de uma Filosofia naturalizada. Conforme Prinz (2008, p. 196), os filósofos empíricos, por um lado, fazem uso de resultados advindos das investigações de cientistas profissionais para apoiar ou refutar teorias na Filosofia. Esse uso comumente ocorre por meio de citações de tais resultados provenientes dos trabalhos de psicólogos,

neurocientistas, biólogos, antropólogos, linguistas, entre outros. Já os filósofos experimentais, por outro lado, conduzem seus próprios experimentos, aponta o autor. Basicamente, a diferença entre a Filosofia Empírica e a Filosofia Experimental é que “alguns filósofos exploram os dados de outros e alguns coletam eles mesmos” (PRINZ, 2008, p. 196).

Entretanto, tal diferença algumas vezes é sutil, afinal, filósofos experimentais também são filósofos empíricos em muitos momentos, ao valerem-se das descobertas realizadas por cientistas e outros filósofos experimentais para guiar ou apoiar seus próprios trabalhos. Assim, uma outra diferença apontada por Prinz é que o tipo de estudo realizado pelos filósofos experimentais é diferente daqueles estudos citados por eles, e isso se reflete no tipo de perguntas que eles buscam responder com suas investigações. Por exemplo, os filósofos empíricos, sugere Prinz, geralmente estão preocupados com questões voltadas à Filosofia da mente, que buscam compreender através de dados empíricos a natureza de certos estados ou processos mentais. Eles analisam e utilizam trabalhos científicos para tecer considerações a respeito de questões como a consciência, linguagem, percepção, emoção e julgamentos morais, por exemplo. O que motiva esses filósofos é a compreensão da mente humana, e, para isso, investigam e travam disputas sobre questões tais como: a natureza das emoções, a natureza dos conceitos, a natureza dos traços de caráter, e assim por diante (PRINZ, 2008, p. 197). Tais disputas seriam, dessa forma, sobre a ontologia do mental. Nesse sentido, eles geralmente não estão preocupados com questões que se voltam propriamente às investigações sobre intuições filosóficas, tal como fazem os filósofos experimentais.

Para realizar suas investigações a respeito das intuições, os filósofos experimentais partem para a coleta de dados empíricos sobre as intuições de diversas pessoas sobre casos hipotéticos bem conhecidos na Filosofia. Isso porque, conforme Alexander e Weinberg (2007, p. 57), quando um filósofo apoia as suas alegações ou concepções em intuições sobre um determinado caso específico, ele considera que essas intuições são representativas das intuições de uma classe mais ampla que inclui desde filósofos profissionais até os não-filósofos, geralmente denominados como “o povo” (*the folk*). As pesquisas em Filosofia Experimental possuem justamente o interesse em investigar as intuições dessas pessoas sobre questões filosóficas relevantes, visto que os proponentes desse movimento acreditam que as intuições dos filósofos profissionais podem não ser representativas das intuições da população em geral. Ou seja, eles alegam que os filósofos pressupõem equivocadamente que as intuições por eles alcançadas através de um caso hipotético, e que são tomadas como evidência em suas investigações, são amplamente compartilhadas.

No entanto, a investigação a respeito das intuições não pode ser realizada a partir da poltrona, uma vez que lida com questões que só podem ser compreendidas por meio de estudos empíricos. Por isso, se faz necessário o uso de instrumentos e métodos que não fazem parte do *kit* de ferramentas metodológicas da Filosofia tradicional. O que os filósofos experimentais precisam fazer é empreender experimentos empíricos e reunir dados sobre as intuições das mais diversas pessoas para uma posterior análise e compreensão delas. Esses experimentos comumente são realizados da seguinte forma: os filósofos experimentais constroem questionários contendo cenários hipotéticos, que muitas vezes são baseados em casos filosóficos famosos, e solicitam que as pessoas avaliem tais cenários. As respostas são coletadas e analisadas para gerar estatísticas a respeito das intuições das pessoas sobre tais casos. Prinz ressalta que o que os filósofos experimentais solicitam às pessoas comuns é que elas façam o mesmo que os filósofos tradicionais fazem: refletir sobre conceitos a partir de casos hipotéticos. Dessa forma, “os métodos tradicionais da Filosofia não são eliminados; eles são simplesmente democratizados” (PRINZ, 2008, p. 199).

No momento da análise, as intuições populares, então, são comparadas com as intuições inicialmente oferecidas pelos filósofos que propuseram os casos nos quais as pesquisas foram baseadas. Essa comparação é feita para determinar se as intuições dos filósofos profissionais se alinham com os usuários comuns da linguagem. Outro tipo de análise que pode ser realizada a partir de tais respostas é aquela que pretende investigar se as intuições das pessoas sobre um determinado caso hipotético são influenciadas por fatores irrelevantes ao próprio caso avaliado. E há também aqueles filósofos que não estão interessados propriamente no conteúdo das intuições, mas buscam analisar as respostas das pessoas para compreender os processos psicológicos que estão por trás dessas intuições. Os trabalhos dos filósofos experimentais mesclam, desse modo, o método tradicional de suscitar intuições sobre casos hipotéticos juntamente com métodos empíricos de coleta de dados e análise estatística para compreender as intuições filosóficas de modo geral. E os tipos de investigações e análises realizados podem ter motivações diversas, abrangendo desde aqueles que acreditam que os resultados alcançados pelos experimentos empíricos podem contribuir com a Filosofia, até aqueles que usam esses resultados para desafiar o trabalho filosófico tradicional.

2.1.3 Dois movimentos: positivo e negativo

Assim como a Filosofia Experimental, em sua concepção ampla, abrange inúmeros trabalhos com objetivos distintos, o movimento em sua concepção estreita, que tem como compromisso investigar as intuições filosóficas, também não é composto apenas por um único projeto. Conforme Nadelhoffer e Nahmias, podemos encontrar três tipos de investigações sendo realizadas sobre as intuições:

Enquanto alguns trabalhos em Filosofia experimental buscam principalmente descobrir *o que* as pessoas pensam para averiguar quais teorias filosóficas melhor concordam e explicam intuições de senso comum, outros trabalhos visam principalmente explorar *como* as pessoas pensam - quais mecanismos psicológicos produzem as intuições ou teorias das pessoas - e determinar a relevância dessas informações para disputas filosóficas. Finalmente, um terceiro projeto dentro da Filosofia experimental baseia-se em dados relativos à diversidade cognitiva para argumentar que os filósofos não devem usar intuições como evidência em sua teorização (NADELHOFFER; NAHMIAS, 2007, p. 126, grifo dos autores).

No primeiro tipo de investigação, os filósofos experimentais fazem uso dos dados coletados sobre as intuições populares para apoiar determinadas teorias filosóficas, no segundo tipo de investigação o objetivo é compreender os processos psicológicos que estão por trás dessas intuições, e no terceiro tipo de investigação os resultados obtidos pelos filósofos experimentais são reunidos para mostrar que algumas intuições não são tão confiáveis como supunham os filósofos tradicionais. Podemos acomodar essas investigações dentro de duas perspectivas que caracterizam dimensões distintas da Filosofia Experimental. Segundo Joshua Alexander e Jonathan M. Weinberg (2007), existem duas compreensões sobre a relação entre a Filosofia Experimental e a Filosofia dita tradicional:

Filosofia Experimental positiva: nessa dimensão estão incluídos projetos que buscam conceber a Filosofia Experimental como um complemento à Filosofia tradicional, ou ainda aqueles que acreditam que “são os resultados da Filosofia experimental que devem ser usados para fornecer uma base probatória apropriada para certas reivindicações e projetos filosóficos” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 61). Essa concepção da Filosofia Experimental é denominada pelos autores de *proper foundation view*. Os proponentes dessa visão conduzem pesquisas empíricas com o intuito de investigar *o que* e *como* as pessoas pensam, e acreditam que os resultados desses estudos têm muito a contribuir com a Filosofia tradicional.

Filosofia Experimental negativa: os filósofos que fazem parte de uma dimensão mais negativa da Filosofia Experimental acreditam que “os resultados da Filosofia experimental devam figurar em uma restrição radical da implantação de intuições como evidência” (ALEXANDER; WEINBERG, 2007, p. 61). Os autores denominam essa visão como *restrictionist view*. Os projetos que se enquadram nessa dimensão da Filosofia Experimental buscam expor através de pesquisas empíricas a variabilidade e instabilidade das intuições filosóficas, e usam os resultados de seus estudos como um indicativo de que a Filosofia tradicional se apoia em evidências pouco confiáveis.

Podemos considerar, então, que a Filosofia Experimental, vista como um movimento positivo, busca colaborar com os trabalhos filosóficos tradicionais, enquanto a vertente negativa estabelece uma crítica ao modo como a Filosofia é tradicionalmente realizada. Conforme Alexander e Weinberg (2007, p. 63), os proponentes da visão positiva acreditam que o problema com a prática filosófica tradicional ocorre porque os filósofos não tomam o cuidado adequado ao determinar quais intuições que devem ser utilizadas em suas alegações. Em contrapartida, os defensores da visão negativa afirmam que seus estudos apontam para uma inadequação das intuições de servirem como evidência nas investigações filosóficas de qualquer modo.

Os três tipos de investigações realizadas pelos filósofos experimentais, aquelas apontadas por Nadelhoffer e Nahmias, são geridas por projetos distintos em Filosofia Experimental. E acredito que esses projetos podem ser enquadrados nas duas dimensões descritas por Alexander e Weinberg da seguinte forma: fazem parte do movimento positivo os projetos denominados por Nadelhoffer e Nahmias de Análise Experimental (*Experimental Analysis*) e Descritivismo Experimental (*Experimental Descriptivism*); e o representante do movimento negativo é o projeto Restricionismo Experimental (*Experimental Restrictionism*), que recebe esse nome com base na chamada visão restricionista apresentada por Alexander e Weinberg. Podemos anexar os dois primeiros projetos à dimensão positiva da Filosofia Experimental, pois ambos desenvolvem suas investigações com o propósito de oferecer contribuições empíricas que melhor fundamentariam certas alegações filosóficas. O terceiro projeto é anexado a uma visão negativa, pois os resultados de suas investigações são usados para apresentar problemas ao uso de intuições na Filosofia.

O primeiro projeto, Análise Experimental, tem como objetivo “explorar de maneira controlada e sistemática quais intuições as pessoas comuns tendem a expressar e examinar sua relevância para os debates filosóficos” (NADELHOFFER; NAHMIA, 2007, p. 126). Os filósofos experimentais que desenvolvem esse projeto estão interessados em saber o que as pessoas pensam sobre determinadas questões filosóficas, e para isso testam as intuições populares sobre tais questões, pois acreditam que elas podem ser relevantes para as teorias filosóficas. Há aqui o reconhecimento da importância das intuições populares (*folk intuitions*) para as investigações em Filosofia, principalmente aquelas que estão voltadas à análise conceitual, pois o objeto de investigação nesse caso, o conceito, é frequentemente analisado a partir de como ele é empregado ordinariamente pelas pessoas. O filósofo tradicional acredita que as suas intuições acerca da aplicação, ou não, de determinado conceito em casos específicos são suficientes para servirem de evidências à definição desse conceito. Entretanto, o que os filósofos experimentais sugerem é que os filósofos deveriam perguntar às pessoas o que elas querem dizer quando empregam tal conceito. E é por isso que Prinz acredita que o trabalho desses filósofos experimentais não está tão distante do trabalho tradicional realizado pela análise conceitual, uma vez que tanto os filósofos tradicionais quanto os filósofos experimentais compartilham o interesse em investigar determinados conceitos a partir do modo como os usuários da linguagem comum os entendem (PRINZ, 2008, p. 199). O problema é que o filósofo tradicional supõe que suas intuições sobre determinados conceitos são representativas da população em geral e usa elas para apoiar suas teorias. Em contrapartida, os filósofos experimentais preferem realizar experimentos empíricos que investigam o que as pessoas de fato entendem por certos conceitos para, então, fazer uso desses dados na defesa de teorias filosóficas. Nesse sentido, como apontam Nadelhoffer e Nahmias, tanto os filósofos experimentais quanto os filósofos tradicionais “estão ocupados tentando descobrir o que é intuitivo, a fim de estabelecer quais teorias filosóficas têm o apelo mais intuitivo *prima facie*” (NADELHOFFER; NAHMIA, 2007, p. 128), porém ambos divergem quanto ao melhor método para obter essas intuições. Enquanto os filósofos tradicionais confiam que suas intuições, obtidas através da especulação de poltrona, são confiáveis no apoio a suas teorias, os filósofos experimentais envolvidos no projeto da Análise Experimental acreditam ser mais seguro realizar experimentos empíricos para explorar, de modo sistemático e controlado, as intuições populares. Somente desse modo que a análise conceitual poderia estar bem fundamentada, pois através desse tipo de investigação ela estaria empiricamente informada e os conceitos apropriadamente definidos.

O segundo projeto, Descritivismo Experimental, integra os trabalhos em Filosofia Experimental que não estão limitados apenas a investigar quais são as intuições populares e a relevância delas para a Filosofia. O objetivo agora é “entender melhor a natureza dos processos psicológicos e mecanismos cognitivos subjacentes que produzem nossas intuições e explorar a relevância dessa pesquisa para questões filosóficas” (NADELHOFFER; NAHMIA, 2007, p. 127). Ou seja, os filósofos experimentais incluídos nesse projeto desenvolvem suas investigações buscando determinar como as intuições são geradas. O que motiva esse tipo de trabalho é a investigação sobre por que as pessoas têm determinadas intuições. Encontramos essa motivação expressa nas palavras de Joshua Knobe e Shaun Nichols, no que eles chamaram de *An Experimental Philosophy Manifesto* (2008). Conforme os autores,

Filósofos experimentais não se contentariam apenas em ter uma compreensão dos padrões de intuição que encontramos na superfície. De fato, mesmo se tivéssemos uma caracterização completa e perfeitamente precisa desses padrões, poderíamos sentir que todas as questões realmente profundas ainda estavam por responder. O que realmente queremos saber é por que as pessoas têm as intuições que têm (KNOBE, NICHOLS, 2008, p. 6).

Com o intuito de compreender os fatores que influenciam as intuições populares, os filósofos experimentais realizam investigações para coletar dados sobre os processos psicológicos que estão subjacentes às respostas das pessoas sobre diversas questões filosóficas. Isto é, esse tipo de investigação pretende compreender os fatores que estão por trás do julgamento que alguém realiza ao avaliar, por exemplo, se o protagonista de um cenário hipotético tem conhecimento ou não. A ideia é “fornecer uma explicação dos fatores que influenciam as aplicações de um conceito e, em particular, os *processos psicológicos* internos subjacentes a essas aplicações” (KNOBE, NICHOLS, 2008, p. 5, grifo dos autores). E para isso, eles realizam experimentos empíricos que visam testar, por exemplo, como variações e manipulações nos cenários hipotéticos influenciam as intuições que os participantes têm. Essas manipulações nos cenários são pensadas para explorar a psicologia por trás das intuições das pessoas, e os dados coletados através desses experimentos são usados para apoiar ou atacar as teorias filosóficas. Desse modo, conforme Nadelhoffer e Nahmias, o Descritivismo Experimental não usa os dados relativos ao conteúdo das intuições populares como fundamento para as análises conceituais, eles estão mais interessados em compreender como a mente funciona, em entender os processos e mecanismos que geram as intuições filosóficas. No

entanto, afirmam os autores, esse interesse não é apenas para a compreensão desses processos em si, mas “eles confiam nos dados coletados sobre como a mente funciona para apoiar (ou atacar) teorias de primeira ordem na Filosofia” (NADELHOFFER; NAHMIAS, 2007, p. 127). Seriam esses dados que poderiam contribuir para uma investigação filosófica que se preocupa em manter suas teorias alinhadas às descobertas sobre o modo como nossa mente funciona.

Por fim, o Restricionismo Experimental é o mais crítico dos três projetos, pois tem como objetivo “mostrar que alguns dos métodos e técnicas que os filósofos que trabalham na tradição analítica tomaram como certos estão ameaçados pela coleta de evidências empíricas sobre a diversidade e a falta de confiabilidade das intuições populares” (NADELHOFFER; NAHMIAS, 2007, p. 128). Tal projeto promove, assim, uma dimensão mais negativa da relação entre a Filosofia Experimental e a Filosofia tradicional. Os filósofos experimentais, nessa perspectiva, estão interessados em coletar dados empíricos sobre a diversidade das intuições filosóficas para desafiar o seu papel probatório na Filosofia. Mais especificamente, desenvolvem estudos para investigar se as intuições populares sobre questões filosóficas são amplamente compartilhadas, ou se elas sofrem influências de fatores filosoficamente irrelevantes. E alegam encontrar evidências que reforçam a hipótese de que existe uma variabilidade preocupante das intuições filosóficas acerca de casos bem conhecidos na Filosofia²¹. Os fatores encontrados pelos filósofos experimentais que influenciam essa variabilidade nas intuições filosóficas são, por exemplo, a cultura, o status socioeconômico, a ordem em que os casos são apresentados, o gênero, o estado emocional do participante, entre outros²². Se as intuições filosóficas geradas a partir de casos hipotéticos são suscetíveis a fatores como esses, que deveriam ser irrelevantes para a própria avaliação dos casos, então, alegam os defensores desse projeto, temos motivos para desafiar a confiabilidade dessas intuições. Isso porque,

se nossas intuições dependem em grande parte de fatores filosoficamente irrelevantes, e selecionamos nossas teorias filosóficas pelo menos em parte com base em quão bem elas se acomodam com nossas intuições, podemos acabar privilegiando injustificadamente nossas próprias intuições e costumes sobre os de outros (NADELHOFFER; NAHMIAS, 2007, p. 128).

²¹ Veremos na próxima seção resultados como esses sendo encontrados sobre as intuições advindas dos casos tipo-Gettier, por exemplo.

²² Cultura (WEINBERG et al., 2001; MACHERY et al., 2004), status socioeconômico (WEINBERG et al., 2001), ordem em que os casos são apresentados (SWAIN et al., 2008; WRIGHT 2010), estado emocional (SCHNALL, 2008).

E se não existem razões que possam privilegiar determinadas intuições em detrimento de outras, então não há como decidir quais são as intuições que devem ser utilizadas para apoiar qualquer teoria filosófica. Como apontam Nadelhoffer e Nahmias (2007, p. 128), se não tivermos uma base independente que nos dá aval para privilegiarmos nossas intuições perante intuições divergentes, então nossas intuições podem ser consideradas insuficientes para servirem de evidências na defesa da teoria que pretendemos endossar.

Sendo assim, de acordo com Alexander e Weinberg (2007, p. 63), a possibilidade de haver variações nas respostas intuitivas das pessoas sobre um mesmo caso, ou ainda variações nos processos cognitivos envolvidos na produção dessas intuições, faz com que não apenas a Filosofia tradicional seja desafiada, mas faz com que os dois primeiros projetos em Filosofia Experimental (Análise e Descritivismo Experimental) também sejam, pois ambos endossam o uso de intuições como evidência. Os resultados empíricos reunidos pelos filósofos experimentais que defendem uma postura mais crítica da Filosofia Experimental questionam que as intuições possam ser evidências confiáveis, sejam elas advindas da investigação de poltrona, sejam elas resultados da experimentação empírica. Esse posicionamento crítico é alimentado pela preocupação de que aqueles que endossam o uso de intuições na prática filosófica possam estar sendo orientados por uma postura epistemologicamente frágil.

Independentemente do tipo de investigação desenvolvida, precisamos reconhecer que o movimento da Filosofia Experimental como um todo tem muito a contribuir para o trabalho filosófico tradicional. O movimento positivo já é visto como aquele que tem a pretensão de somar esforços ao trabalho que é tradicionalmente realizado pela Filosofia. Todavia, a contribuição do movimento negativo da Filosofia Experimental ocorre por meio dos próprios problemas e críticas que seus estudos apontam ao trabalho filosófico, pois faz com que os filósofos reavaliem sua prática e se preocupem com a metodologia empregada em suas investigações. Por fim, a contribuição da Filosofia Experimental como um todo é a ampliação das fronteiras da própria Filosofia, permitindo que os filósofos se beneficiem de outros recursos metodológicos e realizem investigações para além das suas poltronas. Mas não se enganem em pensar que a poltrona é um item dispensável à Filosofia Experimental, ela permanece sendo o lugar para onde todos os filósofos retornam após o fim de suas experimentações.

2.2 FILOSOFIA EXPERIMENTAL E OS CASOS TIPO-GETTIER

No primeiro capítulo vimos que os contraexemplos apresentados por Edmund Gettier em 1963 impactaram significativamente o trabalho epistemológico contemporâneo, atingindo em cheio a definição tradicional de conhecimento. O julgamento intuitivo de que os protagonistas desses contraexemplos não têm conhecimento, apesar de cumprirem com as condições anteriormente estabelecidas pela definição tradicional de conhecimento, parece ser amplamente compartilhado por aqueles que entram em contato com tais casos. No entanto, alguns resultados de estudos empíricos realizados por filósofos experimentais sugerem que essa suposição não se confirma. Eles apontam para uma variabilidade nas intuições a respeito desses casos, indicando que elas parecem não ter a força que os filósofos acreditavam que tinham. Por outro lado, estudos mais recentes encontraram novas evidências empíricas de que as intuições sobre os casos tipo-Gettier se mostraram robustas apesar de vários testes. Vejamos então, com mais detalhes, esses estudos empíricos que buscam investigar as intuições advindas de tais casos e o que seus resultados têm a dizer à Epistemologia e principalmente àqueles interessados na análise do conhecimento.

2.2.1 Variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 1

Como dito anteriormente, um dos primeiros trabalhos que impulsionaram o movimento da Filosofia Experimental foi o artigo *Normativity and Epistemic Intuitions* de Weinberg et al. (2001). Nesse artigo podemos encontrar o primeiro estudo empírico realizado para testar se as intuições sobre os famosos casos tipo-Gettier são amplamente compartilhadas, como suposto pela comunidade filosófica até então. Precusores desse tipo de pesquisa, os autores pretendiam investigar um conjunto de hipóteses empíricas sobre as intuições epistêmicas de diversas pessoas sobre casos como os de Gettier, por exemplo. Eles acreditavam que os resultados de suas investigações poderiam indicar sérios problemas para aqueles filósofos que dependem fortemente das intuições epistêmicas nos seus projetos epistemológicos. E, de fato, os problemas apareceram e a partir desse artigo o método de fazer uso de intuições sobre casos hipotéticos foi colocado em xeque.

O estudo realizado por Weinberg et al. (2001) leva em consideração uma estratégia metodológica muito utilizada por dois tipos de projetos desenvolvidos dentro da epistemologia, o Projeto Normativo e o Projeto Descritivo²³. Para os autores, os epistemólogos que estão

²³ Os autores mencionam a existência de quatro tipos de empreendimentos que ocupam a atenção dos epistemólogos, o Projeto Normativo (*Normative Project*), o Projeto Descritivo (*Descriptive Project*), o Projeto

voltados ao Projeto Normativo buscam estabelecer normas que regulam e especificam a maneira de lidarmos com o conhecimento, mais especificamente tentam responder à questão sobre como devemos formar e revisar nossas crenças. Por outro lado, a versão do Projeto Descritivo que interessa aos autores tem como objetivo descrever ou analisar os conceitos epistêmicos que as pessoas comumente utilizam. Nesse sentido, conceitos como ‘conhecimento’, ‘justificação’ e ‘racionalidade’, por exemplo, são analisados e importa investigar como “nós”, as pessoas de modo geral, usamos tais conceitos.

No Projeto Normativo, os epistemólogos que visam encontrar as normas epistêmicas corretas recorrem, muitas vezes, às intuições epistêmicas. Conforme Weinberg et al., “uma intuição epistêmica é simplesmente um julgamento espontâneo sobre as propriedades epistêmicas de algum caso específico - um julgamento pelo qual a pessoa que faz o julgamento pode não ser capaz de oferecer uma justificativa plausível” (2001, p. 432). Intuições epistêmicas também são utilizadas no Projeto Descritivo, pois nesse empreendimento, muitos epistemólogos analisam os conceitos epistêmicos por meio da construção de casos hipotéticos visando extrair intuições de como tais conceitos são aplicados em cada caso específico. E, conforme Weinberg et al. (2001), exemplos desse tipo de empreendimento, que faz uso de casos específicos para analisar o conceito de conhecimento, são encontrados nos contraexemplos apresentados por Gettier e em muitos dos artigos que surgiram como resposta a eles. Já os proponentes do Projeto Normativo recorrem às intuições epistêmicas advindas da análise de um cenário hipotético, pois acreditam que elas são capazes de extrair as normas epistêmicas que já estão contidas em nós de alguma forma. Por esse motivo, Weinberg et al. (2001) denominam essas estratégias de Romantismo Guiado pela Intuição (*Intuition-Driven Romanticism*), inspirados no Romantismo do século XIX²⁴. Para contar como uma estratégia ‘Romantismo Guiado pela Intuição’ (IDR), os autores elencam três condições:

- i) as intuições epistêmicas devem ser tomadas como dados de entrada da estratégia;

Avaliativo (*Evaluative Project*) e o Projeto Melhorativo (*Ameliorative Project*) (WEINBERG et al. 2001, p. 430). Contudo, a atenção deles volta-se ao Projeto Normativo e a um tipo de Projeto Descritivo, que considera haver uma vinculação entre ambos, na medida em que os conceitos epistêmicos como ‘conhecimento’ e ‘justificação’, por exemplo, que são o alvo do Projeto Descritivo, seriam eles mesmo considerados normativos em algum sentido.

²⁴ Segundo Weinberg et al., “Uma ideia central do Romantismo do século XIX era que nosso verdadeiro eu, a essência de nossa identidade, está implantado dentro de nós, e que para descobrir quem realmente somos precisamos deixar que a identidade real emerja” (2001, p. 432).

- ii) a estratégia deve produzir, como resultado, reivindicações ou princípios implícitos ou explicitamente normativos sobre questões epistêmicas;
- iii) o resultado produzido deve depender, em parte, das intuições epistêmicas que a estratégia toma como entrada (WEINBERG et al., 2001, p. 432).

Uma estratégia IDR é entendida pelos autores como sendo uma caixa preta que, ao receber como entrada as intuições epistêmicas advindas de casos hipotéticos, produz como saída declarações normativas. Desse forma, ambos os projetos, Normativo e Descritivo, muitas vezes fazem usos da estratégia IDR para produzirem resultados que, aparentemente, teriam força normativa. Esses resultados indicariam, por exemplo, o que conta como conhecimento, em vez de mera opinião, como formar boas crenças, quais crenças são justificadas, e assim por diante. Contudo, Weinberg et al. (2001) questionam esse tipo de empreendimento, pois acreditam que não existem razões para considerarmos que os resultados produzidos através da estratégia IDR tenham uma força normativa real, ou ainda, que não há motivo para crer que esses resultados são capazes de indicar o que devemos, ou não, fazer sobre questões epistêmicas.

Motivados então pela desconfiança sobre esse tipo de estratégia, Weinberg et al. (2001) iniciaram uma investigação empírica sobre as intuições epistêmicas, pois suspeitavam que poderia haver um grupo de pessoas que não compartilhassem as mesmas intuições sobre um mesmo caso. Eles basearam-se nas evidências apontadas pelos psicólogos Richard Nisbett et al. (2001)²⁵ e Jonathan Haidt et al. (1993)²⁶, para explorar a variabilidades das intuições epistêmicas. E elencaram as seguintes hipóteses que guiaram suas investigações:

Hipótese 1: Intuições epistêmicas variam de cultura para cultura.

Hipótese 2: Intuições epistêmicas variam de um grupo socioeconômico para outro.

Hipótese 3: Intuições epistêmicas variam em função de quantas disciplinas de Filosofia uma pessoa teve.

²⁵ O trabalho de Richard Nisbett et al. (2001) mostrou que existem diferenças entre sujeitos do Leste Asiático e sujeitos Ocidentais em vários processos cognitivos básicos, incluindo percepção, atenção e memória. Tais diferenças foram agrupadas sob o título de “pensamento holístico”, predominante entre os sujeitos do Leste Asiático, versus “pensamento analítico”, padrão predominante entre os Ocidentais. Para Weinberg et al. (2001), isso leva a crer que existem pessoas que formam crenças e raciocinam de modos diferentes, e conseqüentemente possam ter intuições epistêmicas diferentes umas das outras.

²⁶ Já o trabalho de Jonathan Haidt et al. (1993) estava interessado em investigar as intuições morais entre diferentes grupos culturais e socioeconômicos. E uma das suas maiores descobertas, nesse estudo, foi a existência de grandes diferenças nas intuições morais entre pessoas de status socioeconômico distintos. A partir de tal resultado, Weinberg et al. (2001) foram motivados a investigar se essas diferenças também poderiam ocorrer em intuições epistêmicas.

Hipótese 4: Intuições epistêmicas dependem, em parte, da ordem em que os casos são apresentados (WEINBERG et al., 2001, p. 437-438).

Com base na primeira hipótese, os autores conduziram uma série de experimentos para verificar a veracidade de tal afirmação. Para isso, eles desenvolveram casos hipotéticos semelhantes aos encontrados na epistemologia e solicitaram que pessoas de diferentes grupos culturais julgassem tais casos. Os sujeitos que participaram desses testes iniciais eram alunos de graduação da Rutgers University²⁷ e foram classificados como pertencentes ao grupo de sujeitos do Leste Asiático ou do grupo de sujeitos Ocidentais através do mesmo questionário de identificação étnica utilizado no trabalho de Nisbett et al. (2001)²⁸. Foram coletados também dados de pessoas descendentes de países do Subcontinente Indiano. E, apesar dos autores explorarem as intuições epistêmicas dos sujeitos que participaram dos testes sobre diferentes casos hipotéticos, minha atenção volta-se especificamente aos resultados que foram coletados sobre as intuições epistêmicas que os sujeitos elencaram ao julgar o caso tipo-Gettier.

Para explorar a diferença cultural das intuições epistêmicas dos sujeitos sobre um caso tipo-Gettier, Weinberg et al. construíram o seguinte caso:

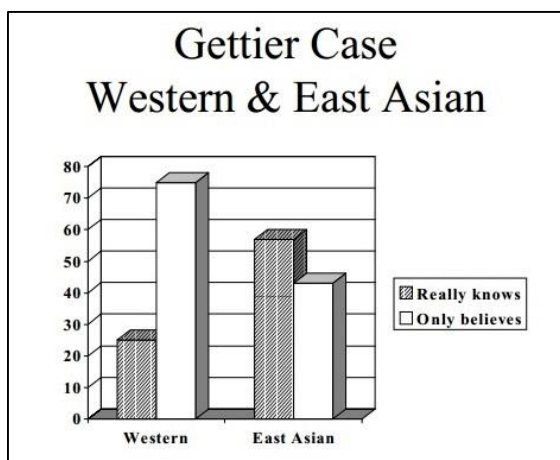
Bob tem uma amiga, Jill, que dirige um Buick há muitos anos. Bob, portanto, acha que Jill dirige um carro americano. Ele não está ciente, no entanto, que seu Buick foi recentemente roubado, e ele também não está ciente de que Jill o substituiu por um Pontiac, que é um tipo diferente de carro americano. Bob realmente sabe que Jill dirige um carro americano ou ele apenas acredita nisso? (WEINBERG et al., 2001, p. 443).

Após lerem o caso acima, os sujeitos foram solicitados a escolherem uma entre estas duas alternativas de respostas: “realmente sabe” (*really knows*) ou “apenas acredita” (*only believes*). Segue abaixo, na Figura 1, os resultados encontrados:

²⁷ Universidade Estadual de New Jersey, nos EUA.

²⁸ No trabalho de Nisbett et al. (2001) os participantes pertencentes ao grupo dos sujeitos do Leste Asiático eram descendentes de chineses, japoneses e coreanos. Os participantes pertencentes ao grupo dos sujeitos Ocidentais eram americanos de descendência europeia.

Figura 1 - Gráfico das respostas dos sujeitos do Leste Asiático sobre o caso Gettier



Fonte: WEINBERG et al., 2001, p. 443

Weinberg et al. (2001) esperavam que os sujeitos pertencentes ao grupo do Leste Asiático estariam mais propensos a atribuir conhecimento ao Bob, do que os sujeitos classificados como Ocidentais. E, como podemos ver no gráfico acima, foi o que aconteceu. A maioria dos sujeitos do Leste Asiático responderam com a intuição de que Bob tem conhecimento (realmente sabe)²⁹, ou seja, que ele sabe que Jill dirige um carro americano, enquanto os sujeitos Ocidentais foram mais propensos a seguir a intuição predominante entre os epistemólogos, que Bob não tem conhecimento (apenas acredita)³⁰, ou ainda, que ele não sabe que Jill dirige um carro americano.

Após a surpresa inicial com os resultados encontrados das intuições epistêmicas dos sujeitos do Leste Asiático e dos Ocidentais, os autores compararam as intuições dos participantes que foram classificados como pertencentes ao grupo de pessoas descendentes de países do Subcontinente Indiano em relação às intuições dos Ocidentais. A diferença encontrada nessa segunda comparação foi ainda maior, isto é, as intuições epistêmicas dos sujeitos do Subcontinente Indiano³¹ foram ainda mais diferentes das intuições dos Ocidentais³² do que as intuições dos sujeitos do Leste Asiático. Segue abaixo, na Figura 2, os resultados obtidos:

²⁹ Respostas dos sujeitos do Leste Asiático:

REALMENTE SABE: 13 (56,52%)

APENAS ACREDITA: 10 (43,48%)

³⁰ Respostas dos sujeitos Ocidentais:

REALMENTE SABE: 17 (25,76%)

APENAS ACREDITA: 49 (74,24%)

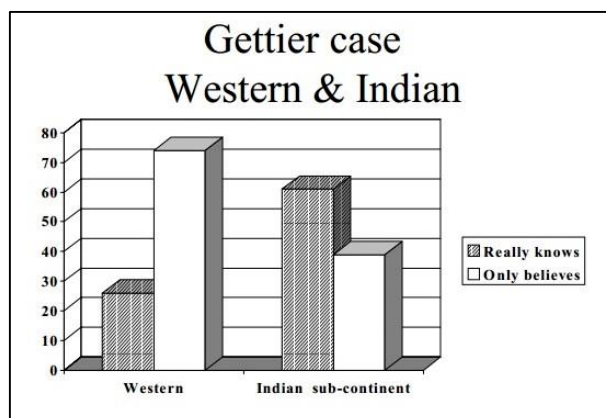
³¹ Respostas dos sujeitos do Subcontinente Indiano:

REALMENTE SABE: 14 (60,87%)

APENAS ACREDITA: 9 (39,13%)

³² Respostas dos sujeitos Ocidentais:

Figura 2 - Gráfico das respostas dos sujeitos do Subcontinente Indiano e dos Ocidentais sobre o Caso Gettier



Fonte: WEINBERG et al., 2001, p. 444

As diferenças nas intuições epistêmicas também se mostraram sensíveis ao fator socioeconômico. Com base no trabalho de Haidt et al. (1993), os autores investigaram se sujeitos classificados com baixo status socioeconômico apresentariam intuições epistêmicas diferentes dos sujeitos com alto status socioeconômico³³. Nessa fase da pesquisa eles apresentaram outros casos hipotéticos, que não eram casos do tipo-Gettier, mas eram cenários baseado em casos encontrados na literatura recente da epistemologia. Os resultados encontrados para esses cenários também mostraram diferenças significativas nas intuições epistêmicas dos dois grupos investigados. Ainda que os casos apresentados aos sujeitos nessa fase do estudo não tenham sido casos tipo-Gettier, a variabilidade encontrada nas intuições epistêmicas de outros casos importantes para a epistemologia é preocupante. É exatamente por causa dessa variabilidade que Weinberg et al. (2001) acreditam que o uso da estratégia IDR é problemática. Isso porque o simples fato das intuições epistêmicas dos sujeitos investigados serem diferentes, em virtude de fatores como cultura ou status socioeconômico, faz com que as estratégias que usam essas intuições epistêmicas como entrada produzam como resultados conclusões normativas diversas. Como é possível que uma estratégia que depende das intuições epistêmicas, que se mostraram altamente variáveis ao grupo cultural e socioeconômico, consiga

REALMENTE SABE: 17 (25,76%)

APENAS ACREDITA: 49 (74,24%)

³³ Nessa fase da investigação os sujeitos participantes não foram os universitários da Rutgers University, mas sujeitos que foram abordados perto de locais comerciais no centro da cidade de New Brunswick em New Jersey – EUA. Para que eles participassem do estudo, foram oferecidos cupons, no valor de alguns dólares, para utilizarem no McDonald's (WEINBERG et al., 2001, p. 446).

determinar as normas epistêmicas corretas? É nesse momento que os autores “jogam a bola” para os defensores da estratégia IDR e questionam se os epistemólogos, ou mesmo os filósofos preocupados com outras investigações, mas que fazem uso desse método, não estariam se apoiando em uma estratégia pouco confiável.

A partir dos resultados encontrados em seus estudos empíricos, Weinberg et al. (2001) acenderam o debate sobre esse tipo de metodologia empregada não apenas na epistemologia, mas na Filosofia de modo geral. O impacto desses resultados foi grande para a comunidade filosófica, tanto que muitos outros estudos foram realizados posteriormente buscando investigar as intuições filosóficas advindas de diversos casos hipotéticos. Surgiram também trabalhos posteriores que tentaram replicar os estudos empíricos realizados por Weinberg et al. (2001), bem como outros tentaram ampliar a investigação inicial sobre as intuições epistêmicas. Vejamos agora alguns resultados de estudos empíricos que vão ao encontro daqueles inicialmente apresentados por Weinberg et al. (2001), que sugerem que as intuições epistêmicas sobre casos tipo-Gettier não são tão robustas como acreditava-se que elas fossem, ou ainda, que tais intuições sofrem influências de fatores que não deveriam ter nenhum efeito sobre elas.

2.2.2 Variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 2

Se pessoas leigas, aquelas que tiveram pouco ou nenhum contato com a Filosofia, compartilhassem as mesmas intuições epistêmicas dos filósofos sobre os casos tipo-Gettier, elas não atribuiriam conhecimento aos protagonistas de tais casos, e isso reforçaria a ideia de que conhecimento não parece ser equivalente a crença verdadeira e justificada. Contudo, Christina Starmans e Ori Friedman realizaram um estudo que indicou que as pessoas leigas (*laypeople*) não parecem compartilhar essa mesma intuição dos filósofos, ou seja, quando apresentadas aos casos do tipo-Gettier elas atribuíram conhecimento aos protagonistas de tais casos, o que sugere que para elas ter conhecimento é ter uma crença verdadeira justificada. Assim, em seu artigo *The folk conception of knowledge* (2012), Starmans e Friedman trazem evidências que ajudam a aumentar a preocupação a respeito das intuições epistêmicas advindas de casos tipo-Gettier. Será que a comunidade filosófica estava pressupondo, equivocadamente, que as intuições sobre os casos tipo-Gettier eram de fato amplamente compartilhadas? As evidências apresentadas por esse estudo indicam que sim.

As investigações de Starmans e Friedman iniciaram a partir da preocupação que eles tinham em relação a como as pessoas normalmente atribuem conhecimento. As pessoas geralmente tomam decisões a partir do que outras pessoas sabem, entretanto pouco se conhece

a respeito de como elas fazem essa atribuição de conhecimento aos outros. Nesse sentido, os autores pretendiam examinar as intuições dos leigos sobre casos do tipo-Gettier, pois acreditavam que elas poderiam fornecer informações importantes sobre como ocorre normalmente a atribuição de conhecimento. Se os resultados de seus estudos indicassem que as pessoas atribuíam conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier, isso poderia significar que as pessoas raciocinam de acordo com a visão tradicional do conhecimento, ou seja, que elas atribuem conhecimento a alguém que tem uma crença verdadeira justificada.

Para examinar se as pessoas atribuiriam conhecimento ao protagonista de um caso tipo-Gettier, os autores projetaram três tipos de situações. Uma situação em que o protagonista tem, inquestionavelmente, uma crença verdadeira justificada (*Control*), outra situação em que o protagonista se encontra em um contexto baseado em um caso tipo-Gettier (*Gettier*) e uma situação em que o protagonista tem uma crença que, apesar de justificada, é falsa (*False Belief*). Segue o cenário apresentado aos participantes, considerando que na situação *False Belief* o ladrão trocou o relógio por uma nota de um dólar. A mudança no texto para essa versão se encontra entre colchetes:

Peter está trancado em seu apartamento lendo, e está prestes a tomar um banho. Ele coloca o livro na mesa da sala e tira o seu relógio de plástico preto e o deixa sobre a mesa da sala. Então ele vai ao banheiro. Quando o banho de Peter começa, um ladrão entra silenciosamente no apartamento. O ladrão pega o relógio de plástico preto de Peter, substitui-o por um relógio de plástico preto idêntico [uma nota de um dólar] e depois sai. Peter ainda está no banho e não ouviu nada (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 274).

Após lerem uma versão do cenário (*Control* ou *Gettier* ou *False Belief*), os participantes responderam as seguintes questões, considerando que para os casos *Gettier* e *False Belief* as questões se referiam a um objeto que havia sido trocado (um relógio), já para o caso *Control*, as questões referiam-se a um objeto que não havia sido trocado (um livro). A mudança nas versões das perguntas encontra-se nos colchetes:

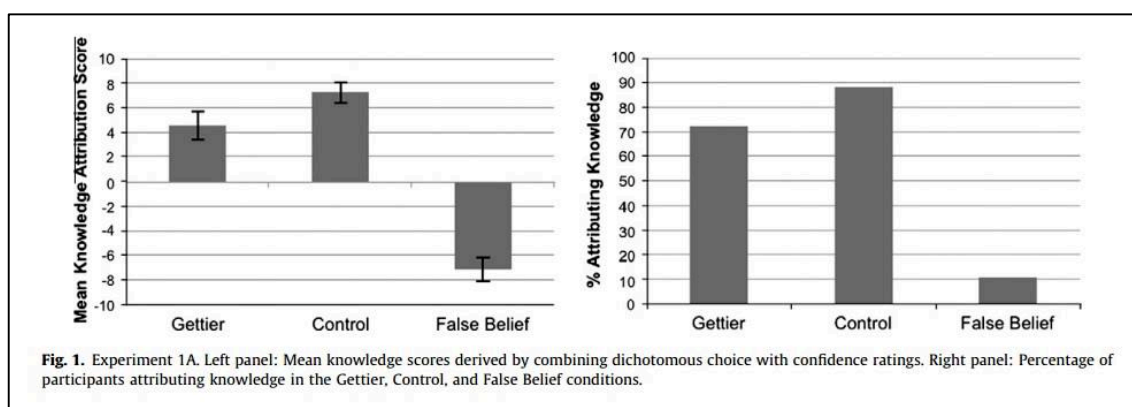
1. Existe um relógio [livro] na mesa? (Sim/Não)
2. Como o relógio [livro] chegou à mesa? (Peter colocou lá / O ladrão colocou lá)
3. Peter diria que há um relógio [livro] na mesa? (Sim/Não)
4. Por que Peter diria que há um relógio [livro] na mesa? (Porque Peter colocou um relógio [livro] na mesa / Porque um assaltante colocou um relógio [livro] sobre a mesa)
5. Peter _____ que há um relógio [livro] na mesa. (Realmente sabe / Só pensa)

6. Quão confiante você está com a sua resposta à Questão 5 (acima)? (1- Nada confiante até 10- Completamente confiante) (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 274).

Na versão *Gettier* era esperado que se os participantes compartilhassem a intuição dos filósofos eles deveriam julgar que “Peter só pensa que há um relógio na mesa”. Entretanto, se os participantes percebessem o conhecimento como sendo nada além de uma crença verdadeira justificada eles diriam que “Peter realmente sabe que há um relógio na mesa”. Na versão *Control*, a resposta esperada era que “Peter realmente sabe que há um livro na mesa”, isso porque ele colocou um livro na mesa e o livro permaneceu lá, sem nenhuma interferência. Já no caso *False Belief*, a resposta esperada era que os participantes não atribuiriam conhecimento a Peter, uma vez que a crença de Peter de que havia um relógio na mesa era falsa, após o ladrão ter colocado uma nota de dólar no lugar do relógio.

Para realizar a pesquisa os autores recrutaram os participantes online³⁴ e solicitaram que eles respondessem as perguntas sobre um dos três cenários, ao qual eles eram designados aleatoriamente. Os resultados encontrados foram: 88% dos participantes atribuíram conhecimento ao protagonista do caso *Control*, 72% também atribuíram conhecimento ao protagonista do caso *Gettier*, e apenas 11% dos participantes atribuíram conhecimento no caso *False Belief* (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 275). Podemos ver o resultado representado na imagem abaixo:

Figura 3 - Gráfico do resultado da atribuição de conhecimento nos casos *Control*, *Gettier* e *False Belief*



Fonte: STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 275.

³⁴ Eles foram recrutados usando o *Amazon Mechanical Turk* (<http://www.mturk.com/>) e ganhavam US\$ 0,20 por aproximadamente 1 a 2 minutos de seu tempo. Os participantes estavam todos nos Estados Unidos e 98% afirmaram que o inglês era a sua língua nativa (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 274).

Se os participantes compartilhassem a intuição dos filósofos, eles deveriam ter atribuído menos conhecimento nos casos *Gettier* e *False Belief*. Entretanto, como podemos notar nos resultados acima, os participantes atribuíram conhecimento de forma semelhante nos casos *Gettier* e *Control*, indicando que a maioria dos participantes consideram que o protagonista do caso *Gettier* tem conhecimento, contrariando as expectativas daqueles que acreditavam que as intuições sobre os casos tipo-*Gettier* eram amplamente compartilhadas entre leigos e filósofos.

Starmans e Friedman apresentaram ainda outros cenários, para participantes diferentes, buscando investigar outros detalhes em fatores como a justificação e a verdade das crenças dos protagonistas em cada caso. E conforme os autores,

Amplamente consistentes com a ideia de que as pessoas veem o conhecimento como uma crença verdadeira justificada, esses experimentos também mostram que as pessoas não atribuem conhecimento para indivíduos com falsas crenças, nem para aqueles que possuem crenças verdadeiras injustificadas (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 274).

Contudo, acabaram encontraram um subconjunto de casos tipo-*Gettier* aos quais as pessoas não atribuíram conhecimento. São casos em que o protagonista forma a sua crença baseada em uma evidência aparente (*Apparent Evidence*). Uma evidência aparente é aquela “evidência que parece ser informativa sobre a realidade, mas não é realmente” (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 280). Nos casos anteriores, em que os autores encontraram evidências de que as pessoas leigas não compartilham a mesma intuição dos filósofos sobre os casos *Gettier*, as crenças dos protagonistas eram baseadas em evidências autênticas (*Authentic Evidence*), ou seja “quando a evidência é informativa sobre a realidade” (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 280). Para testar se os participantes considerariam o caso *Gettier* baseado em evidência autêntica como sendo conhecimento e o caso *Gettier* baseado em evidência aparente como sendo mera crença, os autores projetaram dois casos, cada um com duas condições (evidência autêntica e evidência aparente). Segue o cenário projetado para o primeiro caso, com suas duas versões:

Evidência Autêntica

Julie compra um recipiente de iogurte na lanchonete local. Embora Julie não esteja ciente disso, o iogurte no recipiente é excepcionalmente doce - uma confusão na fábrica fez com que o iogurte recebesse uma dose tripla de adoçante. Julie chega em

casa, o coloca em sua geladeira, e depois vai para o quarto dela. O vizinho de Julie, Sam, tem espionado ela. Enquanto ela está em seu quarto, ele arromba a fechadura do apartamento dela, e entra. Ele pega o recipiente de iogurte da geladeira, e o substitui com um recipiente fechado de iogurte da sua própria geladeira. Então ele volta para o seu próprio apartamento com o recipiente de iogurte de Julie. Julie só ficou no quarto por alguns minutos, e não ouviu nada.

No final da história:

1. Existe um recipiente de iogurte na geladeira de Julie? [Sim/Não]
2. Julie _____ que há um recipiente de iogurte na geladeira. [Realmente sabe/Apenas acredita]

Evidência Aparente

Julie compra um recipiente de iogurte na lanchonete local. Embora Julie não esteja ciente disso, não há iogurte no recipiente - uma confusão na fábrica fez com que o recipiente fosse preenchido com creme de leite em vez disso. Julie chega em casa, o coloca em sua geladeira, e depois vai para o seu quarto. O vizinho de Julie, Sam, tem espionado ela. Enquanto ela está em seu quarto, ele arromba a fechadura do apartamento dela, e entra. Ele pega o recipiente de iogurte da geladeira, e o substitui com um recipiente fechado de iogurte da sua própria geladeira. Então ele volta para o seu próprio apartamento com o recipiente de iogurte de Julie. Julie só ficou no quarto por alguns minutos e não ouviu nada.

No final da história:

1. Existe um recipiente de iogurte na geladeira de Julie? [Sim/Não]
2. Julie _____ que há um recipiente de iogurte na geladeira. [Realmente sabe/Apenas acredita] (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 282).

Os resultados encontrados para o caso acima foram: a atribuição de conhecimento quando a protagonista formava a sua crença com base em uma evidência autêntica foi de 76%, enquanto com base em uma evidência aparente somente 14% dos participantes atribuíram conhecimento a Julie. Os resultados para o segundo caso que os autores projetaram também confirmaram a tendência do primeiro caso, ou seja, 67% dos participantes atribuíram conhecimento ao protagonista que formou a sua crença a partir de uma evidência autêntica, enquanto apenas 30% atribuíram conhecimento ao protagonista quando a sua crença era formada por uma evidência aparente (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 279). Esses resultados parecem sugerir que as pessoas só atribuem conhecimento a alguém quando a crença do sujeito depender de evidências autênticas e não de evidências aparentes. Os autores acreditam que isso pode indicar que além das três condições tradicionais para o conhecimento (crença, verdade e justificção), poderia haver uma quarta condição para alguém atribuir conhecimento a outra pessoa, a autenticidade da evidência. Entretanto tal consideração, eles sugerem, apenas pode auxiliar em futuras investigações, pois seriam precisos mais estudos para se chegar a uma explicação mais detalhada de quando uma evidência é autêntica ou meramente aparente.

Os resultados apresentados por Starmans e Friedman apontam então dois problemas para os epistemólogos de modo geral. O primeiro é que tais resultados sugerem que o conceito

de conhecimento dos leigos parece estar de acordo com a definição tradicional do conhecimento, como sendo uma crença verdadeira e justificada, porém com a observação de que a evidência na qual a crença deve estar baseada precisa ser autêntica. O segundo problema é que, se o conceito de conhecimento para os leigos é alinhado à visão tradicional, as intuições epistêmicas deles sobre casos como os de tipo-Gettier são diferentes das intuições dos filósofos, e isso parece indicar que as intuições sobre tais casos não são amplamente compartilhadas como era pressuposto pelos próprios filósofos.

Uma explicação para a divergência nas intuições de filósofos e leigos, sugerem Starmans e Friedman, é que, assim como um radiologista é mais preparado para interpretar exames de raio-x, os filósofos que estudam o conhecimento também estariam mais aptos a identificá-lo em casos hipotéticos. A diferença nas intuições ocorreria porque os leigos não estão devidamente preparados para a tarefa no qual os filósofos são os especialistas³⁵. Os autores ressaltam ainda que os filósofos seriam mais capazes de reconhecer o conhecimento não porque dispõem de uma habilidade especial que os leigos não possuem. O que poderia ser argumentado é que a diferença entre leigos e filósofos estaria no desempenho e não na competência (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 281). Ou seja, o treinamento filosófico tornaria o epistemólogo um especialista em detectar a presença ou a ausência de conhecimento nas mais diversas situações. Os autores se mostram céticos sobre tal explicação, porém deixam em aberto se as divergências nas intuições de filósofos e leigos poderiam de fato ocorrer por causa dessa diferença no desempenho ou ainda por outros motivos como uma possível diferença na concepção do que ambos consideram como conhecimento.

2.2.3 Variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 3

O filósofo preocupado com questões que dizem respeito ao conhecimento comumente volta a sua atenção e teorização a aspectos como a justificção, confiabilidade e evidências, por exemplo. Isso porque ele acredita que seriam esses fatores que poderiam exercer influência sobre as atribuições de conhecimento comumente realizadas pelas pessoas. Contudo, podemos

³⁵ Podemos encontrar uma defesa desse tipo sendo realizada por Ludwig (2007) e Williamson (2007, 2011) que, grosso modo, alegam que os filósofos profissionais são especialistas no uso desse tipo de estratégia metodológica e, por isso, suas intuições seriam mais confiáveis do que as intuições dos leigos. Tal defesa de especialidade (*expertise defense*), como é comumente conhecida, é apoiada por uma analogia com profissionais de outras áreas, tais como físicos, médicos, ou matemáticos, por exemplo, que estariam mais preparados do que as pessoas leigas para avaliar situações e emitir certos julgamentos dentro de suas áreas específicas.

encontrar estudos da Filosofia Experimental sugerindo que outros fatores, até então não considerados pelos epistemólogos, parecem afetar a atribuição ordinária de conhecimento³⁶.

No artigo *The Epistemic Side-Effect Effect* (2010), James Beebe e Wesley Buckwalter apresentam os resultados de um estudo que sugerem que avaliações morais prévias de um sujeito podem influenciar o julgamento que ele faz sobre a atribuição de conhecimento a um agente de um cenário hipotético. Eles se basearam no estudo realizado por Joshua Knobe (2003) que buscava investigar se as pessoas normalmente diriam que os efeitos colaterais de uma ação eram provocados intencionalmente. Tal questão faz parte do debate sobre a análise do conceito de ‘ação intencional’. Os resultados encontrados por Knobe mostraram que as pessoas estavam consideravelmente mais dispostas a dizer que um efeito colateral de uma ação foi causado intencionalmente quando ele teve consequências ruins, do que quando suas consequências foram boas. Desse modo, o julgamento sobre se o efeito colateral de uma ação é intencional parece ser influenciado por um componente moral. Esse efeito ficou conhecido como *Side-Effect Effect*. E o que Beebe e Buckwalter apontam é que um efeito análogo também ocorre quando o conceito em jogo é o de conhecimento. Os autores chamam esse efeito de *Epistemic Side-Effect Effect* (ESEE), que diz que os sujeitos “são menos propensos a achar que um agente sabe que uma ação trará um certo efeito colateral quando o efeito é bom, e mais propensos a atribuir conhecimento quando o efeito é ruim” (BEEBE; BUCKWALTER, 2010, p. 477). Assim, os resultados encontrados por Beebe e Buckwalter sugerem que considerações morais podem afetar as intuições das pessoas sobre o conceito de conhecimento, desafiando o pressuposto de que fatores não epistêmicos não afetam a atribuição de conhecimento.

Com base nesses resultados, Wesley Buckwalter conduziu um outro estudo que investigou especificamente se o efeito ESEE também poderia influenciar o julgamento intuitivo sobre os casos tipo-Gettier. No seu artigo *Gettier made ESEE* (2013), Buckwalter apresenta os três experimentos que ele projetou para testar se o valor moral de uma situação particular de um caso tipo-Gettier pode influenciar a atribuição de conhecimento ao sujeito de tal caso. No primeiro experimento, denominado *Pump Case*, foi apresentada uma das duas versões do seguinte caso aos participantes³⁷, considerando que a diferença no texto para as versões encontra-se nos colchetes:

³⁶ Buckwalter (2012) faz uma revisão de pesquisas recentes que exploram alguns fatores não tradicionais que podem influenciar as atribuições do conhecimento, tais como: carga pragmática, julgamentos morais, erros de desempenho e variação demográfica.

³⁷ As respostas para os três casos testados por Buckwalter foram coletadas de forma *online* pela plataforma *Amazon Mturk and Qualtrics*. O país de origem dos participantes estava restrito aos Estados Unidos (BUCKWALTER, 2013, p. 380).

O trabalho de Sam é bombear água para a cisterna, que depois fornece a água para as fazendas pertencentes a várias famílias da comunidade. Um dia, enquanto Sam opera a bomba, ele ouve uma transmissão no rádio. A reportagem da rádio diz que as autoridades locais suspeitam que um novo produto químico de uma fábrica próxima, o produto químico X, possa ter entrado no reservatório local e que há uma chance de que ele seja muito [benéfico / venenoso] para todas as plantações da população local. Sam pensa consigo mesmo: “Eu não ligo para as plantações deles; Eu só quero ganhar meu salário” e continua bombeando a água. Com certeza, as plantações começaram a [prosperar / morrer]. Descobriu-se que as autoridades locais estavam completamente erradas sobre o produto químico na água. Depois de analisar a água, eles não encontraram vestígios do produto químico X. Os relatórios científicos confirmaram mais tarde que todas as plantações estavam [prosperando / morrendo] por causa de um fungo que estava secretamente crescendo dentro da bomba de Sam (BUCKWALTER, 2013, p. 373).

Após a leitura de uma das duas versões do caso acima, os participantes precisavam responder se concordavam ou discordavam da seguinte afirmação: “Sam sabia que, bombeando a água, as plantações da população local [prosperariam / morreriam]” (BUCKWALTER, 2013, p. 373). Os participantes precisavam responder o seu grau de concordância em relação a afirmação com base numa escala que indicava: 1 = discordo totalmente, 4 = não concordo nem discordo, 7 = concordo totalmente. (BUCKWALTER, 2013, p. 373)³⁸. Como previsto pelo autor, quando o resultado produzido pelo bombeamento da água era bom, os participantes tenderam a discordar de tal afirmação, indicando que para eles Sam não sabia que as plantações prosperariam. No entanto, quando o resultado era ruim, os participantes tenderam a concordar que Sam sabia que as plantações morreriam.

No segundo caso, Buckwalter retirou o componente do dano ambiental por acreditar que as considerações pessoais dos participantes sobre o meio ambiente poderiam estar afetando as respostas sobre o caso. Desse modo, ele projetou o caso abaixo, denominado *Mayor Case*, para testar se sem o estímulo do dano ambiental os participantes também apresentariam o mesmo padrão das respostas dada ao primeiro caso. Assim como no primeiro caso, os participantes eram designados a ler uma das duas versão do seguinte caso, considerando que a diferença das versões encontra-se nos colchetes:

O prefeito de uma cidade pequena está tentando decidir se deve ou não assinar um novo contrato com uma empresa local. A matemática é toda muito complexa, mas todos os seus estrategistas econômicos pensam que há uma chance relativamente boa de que um dos resultado é que isso [crie / reduza] empregos para trabalhadores da comunidade. O prefeito diz: “tudo o que realmente me importa é com as contribuições da campanha, e não com o trabalho das pessoas, e tenho certeza que obterei milhões

³⁸ Essa escala também foi utilizada para coletar as respostas dos outros dois casos testados por Buckwalter.

da corporação, se eu concordar”. Então, ele decide assinar o contrato. A corporação, no entanto, não se arriscou. Eles trocaram secretamente o contrato por um totalmente diferente, pouco antes do prefeito assiná-lo. Ao alterar todas as letras miúdas, em alguns casos o oposto do que o prefeito achava que estava assinando, a empresa podia ter certeza de que conseguia o que queria. Certamente, logo após o prefeito assinar o contrato, vários membros da comunidade [conseguiram / perderam] empregos, e o prefeito recebeu uma grande doação à sua campanha de reeleição (BUCKWALTER, 2013, p. 374).

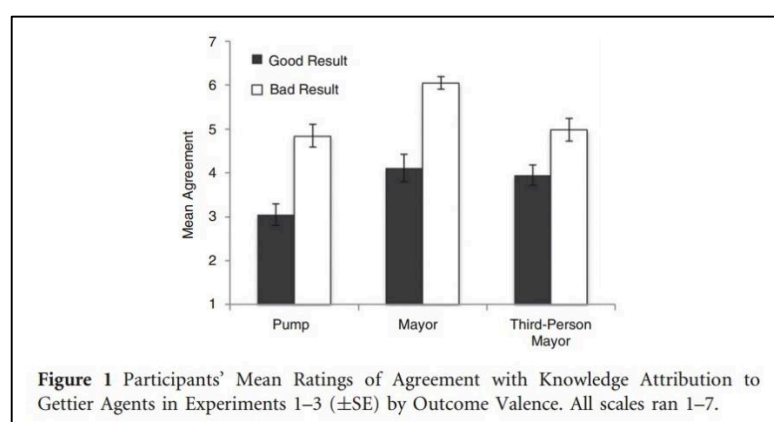
Assim como no caso de Sam, o prefeito também tinha justificativas fortes para as suas crenças, entretanto o resultado gerado ao final da história não tinha nada a ver com as evidências iniciais do prefeito. Mas as respostas novamente apresentaram diferenças em relação ao resultado final do caso apresentado. Quando questionados se concordavam com a seguinte afirmação: “o prefeito sabia que, ao assinar o contrato, ele iria [criar / reduzir empregos]” (BUCKWALTER, 2013, p. 374), os participantes foram mais propensos concordar quando o resultado foi a redução dos empregos. Quando o resultado da assinatura do contrato foi a criação de empregos, os participantes estavam mais propensos a discordar de tal afirmação, o que indica que para eles o prefeito não sabia que essa seria a consequência (BUCKWALTER, 2013, p. 374). Esses resultados indicam que o efeito do componente moral nas intuições dos participantes não se restringiu ao caso em que o dano causado era ambiental.

Por fim, Buckwalter testou um terceiro caso que pretendia investigar se as respostas dos participantes que atribuíram conhecimento aos agentes do casos anteriores apenas refletiam o desejo deles de responsabilizar moralmente esses agentes pelos resultados ruins que ocorreram. Ou seja, a ideia era “saber se as pessoas estão atribuindo ou não o conhecimento apenas como um meio de responsabilizar os agentes, e não porque seu conceito subjacente de conhecimento seja realmente sensível à avaliação moral relevante” (BUCKWALTER, 2013, p. 375). Levando isso em consideração, o terceiro caso apresentado foi uma variação do *Mayor Case*, com a diferença de que um personagem adicional foi incluído na história para diferenciar o agente epistêmico daquele agente que causou o resultado bom ou ruim. Assim, duas frases foram adicionadas ao caso inicial logo após a frase em que o prefeito afirma que é indiferente aos empregos das pessoas, mas antes das informações tipo-Gettier serem apresentadas. As frases adicionadas foram as seguintes: “James, o secretário do gabinete, ouviu tudo e ficou horrorizado com o que o prefeito disse. No entanto, o prefeito decide assinar o contrato” (BUCKWALTER, 2013, p. 376). Esse caso foi denominado pelo autor de *Third-Person Mayor Case*. Os participantes precisavam responder nesse caso se concordavam ou discordavam da seguinte afirmação: “James, o secretário do gabinete, sabia que membros da comunidade local

[conseguiriam / perderiam] empregos” (BUCKWALTER, 2013, p. 376). Mais uma vez, as respostas apresentaram o mesmo padrão assimétrico das respostas anteriores, ainda que James, o secretário, não tenha sido o responsável pela ação que causou o resultado ruim. Desse modo, quando o resultado do caso foi ruim os participantes apresentaram níveis mais altos de concordância sobre a afirmação de que James sabia que os membros da comunidade perderiam seu empregos. Por outro lado, quanto ao resultado bom, os participantes estavam mais propensos a discordar da afirmação, sugerindo que James não sabia do resultado benéfico (BUCKWALTER, 2013, p. 376). Esse resultado, conforme o autor, parece indicar que o efeito do julgamento moral sobre a atribuição de conhecimento ao agente epistêmico dos casos tipo-Gettier persiste até mesmo nas situações em que tal agente não é diretamente culpado pelo resultado final da ação em questão.

Podemos ver os resultados encontrados para os três casos na imagem a seguir:

Figura 4 - Gráfico com os resultados da concordância dos participantes em relação a atribuição de conhecimento aos agentes dos casos *Pump Case*, *Mayor Case* e *Third-Person Mayor Case*



Fonte: BUCKWALTER, 2013, p. 376

Buckwalter reconhece, no entanto, que a diferença encontrada no terceiro caso foi menor em relação aos outros dois primeiros, como podemos notar na imagem acima. Isso poderia indicar que o desejo de culpar os agentes pelos resultados ruins talvez estava desempenhando pelo menos algum papel, ainda que não exclusivo, nos resultados dos dois primeiros casos apresentados (BUCKWALTER, 2013, p. 381). Ou autor não descarta também a possibilidade de que outros fatores pudessem estar distorcendo as intuições dos participantes em relação a atribuição de conhecimento aos agentes dos casos testados. Todavia, segundo

Buckwalter, isso indica apenas que mais estudos precisam ser realizados para uma melhor compreensão dos diferentes fatores que podem influenciar a atribuição de conhecimentos nos casos tipo-Gettier.

Ao testar o efeito ESEE nos casos tipo-Gettier, Buckwalter encontrou resultados que indicam que a moralidade é um fator que parece desempenhar um papel importante na atribuição de conhecimento aos agentes desses casos, reforçando a ideia de que a atribuição de conhecimento comumente realizada pelas pessoas é sensível a alguns fatores não epistêmicos. E se esses fatores influenciam de fato as intuições sobre a atribuição de conhecimento, então, sugere Buckwalter, os filósofos preocupados em analisar o conceito de conhecimento com base no modo como as pessoas normalmente o atribuem precisam explicar como isso se ajusta em sua análise. Em contrapartida, se as intuições epistêmicas sobre os casos tipo-Gettier são constantemente distorcidas por julgamentos morais, então,

talvez a intuição de que os agentes de Gettier não possuem conhecimento não forneça tanto apoio evidencial para uma análise específica do conhecimento quanto os epistemólogos supuseram. De qualquer forma, geralmente deve-se ter muito menos confiança ao invocar as intuições de Gettier como evidência (BUCKWALTER, 2013, p. 380).

Essa é a conclusão que permanece não apenas quando nos deparamos com o trabalho de Buckwalter (2013), mas também com os trabalhos de Starmans e Friedman (2012) e Weinberg et al. (2001). As evidências empíricas encontradas pelos experimentos desse autores indicam uma variabilidade preocupante das intuições sobre os casos tipo-Gettier, que até então eram consideradas amplamente compartilhadas e fortes o suficiente para serem consideradas evidências para a análise do conhecimento. Se tais intuições são influenciadas por fatores que os epistemólogos desconsideravam, parece inevitável que ocorra uma reavaliação de alguns pressupostos ou, até mesmo, uma mudança no modo como a análise do conhecimento é tradicionalmente realizada.

Contudo, a Filosofia Experimental figura não apenas como um movimento que recomenda tais mudanças, mas como um movimento que pode auxiliar nessa tarefa de reavaliação e construção de novos pressupostos. Tanto que os filósofos experimentais seguiram investigando as intuições advindas dos casos tipo-Gettier não apenas com o intuito de descreditar o seu papel evidencial para a análise do conhecimento, mas também com o objetivo de compreendê-las melhor e identificar elementos que podem contribuir para o trabalho epistemológico tradicional. Nesse sentido, a continuidade das investigações empíricas sobre os

casos tipo-Gettier proporcionaram novas evidências de que, ao contrário dos resultados apresentados nos três estudos vistos até o momento, as intuições advindas desses casos parecem ser robustas em certa medida, reacendendo as esperanças daqueles que confiam em sua força evidencial.

2.2.4 Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 4

Se pressupusermos que, ao avaliar um caso tipo-Gettier, filósofos e leigos possuem a mesma concepção de conhecimento, realizam adequadamente a avaliação do cenário e ambos emitem com lisura um julgamento intuitivo sobre o caso, então devemos esperar que ambos respondam de maneira igual quando questionados sobre se o protagonista do caso tem conhecimento (TURRI, 2013, p. 01). Porém, os trabalhos apresentados anteriormente indicaram que respostas divergentes foram dadas sobre tal questionamento, o que nos leva a suspeitar de que pelo menos uma dessas pressuposições pode ser falsa.

No seu artigo *A conspicuous art: putting Gettier to the test* (2013), John Turri vai defender que o problema está na pressuposição de que os leigos avaliam adequadamente os casos tipo-Gettier. Para ele, os leigos que não compartilham a intuição dos filósofos, de que o protagonista de um caso tipo-Gettier não tem conhecimento, não são devidamente capacitados para avaliar tal caso e por isso deixam de considerar detalhes importantes em seus julgamentos. Isso fortalece a suspeita levantada por Starmans e Friedman (2012) de que haveria uma diferença de desempenho na avaliação dos casos Gettier, ou seja, que os filósofos, por serem especialistas, estariam mais preparados do que os leigos para identificar o conhecimento ao analisar as mais diversas situações, uma vez que notam certas características nos casos que os leigos acabam ignorando.

Desse modo, Turri propõe uma estratégia que ele acredita ser capaz de orientar os participantes na avaliação adequada dos casos tipo-Gettier, permitindo uma paridade no desempenho de tal tarefa. Conforme o autor, “se orientarmos os participantes de maneira eficaz para perceber e atribuir peso adequado as mesmas características, suas respostas serão semelhantes às dos filósofos. Ou seja, eles dirão que o sujeito de Gettier não sabe” (TURRI, 2013, p. 02). A estratégia é basicamente apresentar os casos tipo-Gettier aos participantes em três etapas, ou seja, apresentar os cenários em três estágios separados e permitir com que os participantes se atentem aos detalhes de cada um. Isso porque Turri acredita que uma maneira bem-sucedida de analisar um caso tipo-Gettier é levando em consideração três estágios distintos

que os caracterizam: no primeiro estágio encontramos um protagonista que forma uma crença verdadeira e justificada; contudo, no segundo momento, um elemento de má sorte é introduzido no cenário, o que torna essa crença falsa; porém, no terceiro estágio, um outro elemento, agora de boa sorte, também é incorporado à situação, tornando, por fim, a crença novamente verdadeira (TURRI, 2013, p. 02). No entanto, a sensação que permanece após a inclusão dos elementos de má e boa sorte é aquela em que a crença do protagonista, inicialmente verdadeira e bem justificada, já não pode mais ser considerada conhecimento. A ideia é que ao apresentar os casos tipo-Gettier em três etapas separadas, em que cada etapa leva em conta esses três estágios distintos que caracterizam tais casos, os participantes poderiam avaliar os cenários mais detalhadamente e perceber os elementos de má e boa sorte que estão presentes nesses casos. Conforme Turri, ao orientar os participantes a pensarem nos casos dessa maneira, as intuições de leigos e filósofos não seriam divergentes como apontaram os estudos anteriores.

Turri então projetou um caso tipo-Gettier com três estágios distintos e o colocou a teste. As pessoas que participaram do teste³⁹ eram designadas aleatoriamente a responder a uma de duas condições testadas pelo autor: *Control* e *Authentic Gettier*⁴⁰. Os estágios foram apresentados separadamente nas duas condições, considerando que para ambas o primeiro e o terceiro estágio eram os mesmos, mudando apenas o segundo estágio. Segue o caso testado, com as duas condições distintas:

Estágio Um: Robert fez recentemente uma compra de um raro dólar americano de prata de 1804. Ele mantém a moeda em cima da lareira em sua biblioteca. Esta noite Robert vai jantar com os vizinhos. Ele coloca a moeda em cima da lareira, fecha as portas da biblioteca e corre para cumprimentar seus convidados, que acabaram de chegar. Ele os cumprimenta e diz: “Adivinha o quê? Há um dólar americano de prata de 1804 na minha biblioteca.”

Estágio Dois - Authentic Gettier: Quando Robert fechou as portas da biblioteca, um ladrão de moedas entrou silenciosamente pela janela da biblioteca, roubou o dólar americano de prata de 1804 de Robert, e escapou rapidamente. Robert só estava fora da biblioteca por alguns segundos e não ouviu nada. A moeda já não estava mais lá quando Robert cumprimenta seus convidados e diz a eles: “Há um dólar americano de prata de 1804 na minha biblioteca”.

Estágio Dois - Control: Quando Robert fechou as portas da biblioteca, as vibrações da porta fizeram com que o dólar de prata caísse de onde estava e pousasse no tapete perto da lareira. Robert só estava fora da biblioteca por alguns segundos e não ouviu nada. A moeda já havia caído no chão da biblioteca quando Robert cumprimenta seus convidados e diz a eles: “Há um dólar americano de prata de 1804 na minha biblioteca”.

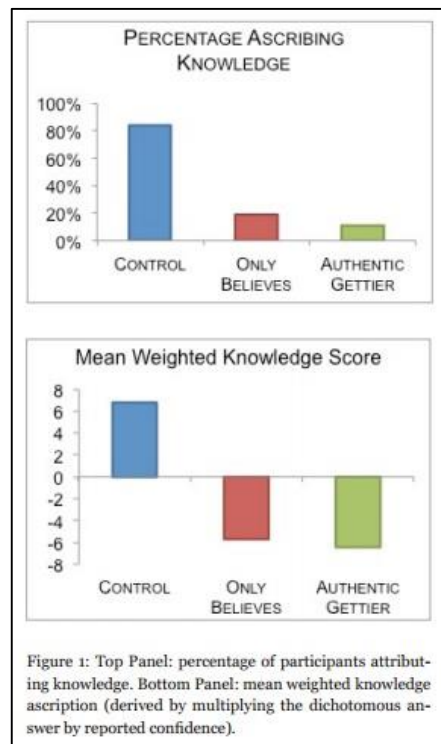
³⁹ Todos os participantes dos testes realizados por Turri foram recrutadas pelo o *Amazon Mechanical Turk*. Eles receberam US\$ 0,30 por aproximadamente 2 a 3 minutos do seu tempo. Noventa e seis por cento dos participantes relataram o inglês como seu idioma nativo (TURRI, 2013, p. 03).

⁴⁰ A condição *Authentic Gettier* recebe esse nome pois apresenta evidência autêntica, tal como caracterizada por Starmans e Friedman (2012).

Estágio Três: a casa de Robert é uma mansão muito antiga. No início de 1800, quando a casa foi originalmente construída, um dos carpinteiros acidentalmente, e sem perceber, jogou um dólar americano de prata de 1804 na mistura de argamassa usada para fazer a lareira. Esse dólar de prata perdido ainda está na lareira da biblioteca. Mas ninguém o vê há centenas de anos e nunca mais o verá. Ele permanecerá oculto na biblioteca de Robert (TURRI, 2013, p. 05)

Após a leitura de cada estágio os participantes precisavam responder sempre a uma mesma pergunta de compreensão: “Quando Robert cumprimenta seus convidados, há um dólar americano de prata de 1804 na sua biblioteca? [Sim / Não]” (TURRI, 2013, p. 05). Depois de realizar a leitura dos três estágios, os participantes precisavam responder a pergunta final: “Quando Robert cumprimenta seus convidados, ele _____ que existe um dólar americano de prata de 1804 em sua biblioteca. [realmente sabe / apenas pensa que ele sabe]” (TURRI, 2013, p. 05). Os participantes também foram solicitados a informar numa escala de 1 a 10 (sendo 1 baixo e 10 alto) o grau de confiança na sua resposta à última pergunta. A imagem abaixo traz o gráfico com os resultados encontrados:

Figura 5 - Gráfico do resultado da atribuição de conhecimento nas condições *Control* e *Authentic Gettier*.



Fonte: TURRI, 2013, p. 07.

A maioria dos participantes (84%) na condição *Control* respondeu que Robert “realmente sabe” que existe um dólar americano de prata de 1804 em sua biblioteca, enquanto que na condição *Authentic Gettier* a maioria dos participantes (89%) respondeu que Robert “apenas pensa que ele sabe” (TURRI, 2013, p. 06). Os resultados encontrados foram exatamente os previstos por Turri. Para o autor, se a versão tripartida de um caso tipo-Gettier conseguisse efetivamente guiar os participantes na avaliação adequada do cenário, então poucos deles atribuiriam conhecimento ao protagonista do caso.

Para testar se a apresentação tripartida dos casos tipo-Gettier estaria de fato orientando efetivamente a avaliação de tais casos, Turri testou outros casos tipo-Gettier com histórias diferentes para verificar se os participantes responderiam de maneira semelhante ao primeiro teste. Para isso, ele buscou replicar alguns dos estudos encontrados nos trabalhos anteriores de Weinberg et al. (2001) e Starmans e Friedman (2012). O objetivo era mostrar que as respostas oferecidas às versões tripartidas dos casos testados por ele seriam diferentes daquelas oferecidas inicialmente nos casos originais. E os resultados encontrados confirmaram a previsão de Turri.

O caso que Turri escolheu de Starmans e Friedman (2012) para replicar foi o seguinte:

Katie está em seu apartamento trancada escrevendo uma carta. Ela coloca a carta e sua caneta Bic azul em cima da mesa da sala. Então ela vai ao banheiro para tomar um banho. Quando o banho de Katie começa, dois assaltantes entram silenciosamente no apartamento. Um ladrão pega a caneta Bic azul de Katie da mesa. Mas o outro ladrão deixa distraidamente sua própria caneta Bic azul idêntica na mesa da sala. Então os ladrões vão embora. Katie ainda está no chuveiro e não ouviu nada (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 276).

Ao apresentar o caso nessa versão, tal como apresentada por Starmans e Friedman, Turri encontrou um resultado semelhante ao inicialmente apontado por esses autores. Quando os participantes precisaram responder se Katie “realmente sabe” (*really knows*) ou “apenas pensa” (*only thinks*) que há uma caneta Bic azul sobre a mesa, a maioria (57%) respondeu que Katie “realmente sabe” (TURRI, 2013, p. 03). No estudo de Starmans e Friedman a maioria dos participantes (69%) também haviam respondido que Katie “realmente sabe” que há uma caneta Bic azul sobre a mesa (STARMANS; FRIEDMAN, 2012, p. 276). Ambos os resultados diferem do suposto consenso filosófico. Entretanto, quando Turri apresentou o mesmo caso, agora em sua versão tripartida, os resultados encontrados foram outros. A versão tripartida foi apresentada da seguinte forma:

Estágio Um: Katie está na sala de seu apartamento trancada escrevendo uma carta com uma caneta Bic azul. Ela coloca a carta e a caneta Bic azul em sua mesa da sala. Então ela vai ao banheiro para tomar um banho. Ela leva dez minutos para terminar.

Estágio Dois: Logo após Katie começar o banho, dois ladrões, um mestre e seu aprendiz, invadiram seu apartamento. Enquanto eles andavam pelo apartamento, o ladrão mestre roubou a caneta Bic azul de Katie da mesa da sala. Depois de cinco minutos, os ladrões foram embora, bem antes de Katie terminar seu banho. Katie não ouviu nada.

Estágio Três - Ladrão: Logo antes de os ladrões saírem do apartamento de Katie, o ladrão aprendiz começou a se sentir um pouco tonto, então ele se sentou no sofá por um momento para se recuperar. Quando o ladrão aprendiz se sentou, ele distraidamente colocou sua própria caneta Bic azul na mesa da sala e a esqueceu lá. Isso foi cinco minutos antes de Katie terminar seu banho.

Estágio Três - Marido: Logo após a saída dos ladrões, o marido de Katie voltou para casa. Cansado de uma longa jornada, ele colocou sua carteira, chaves e sua própria caneta Bic azul sobre a mesa na sala de estar. Então ele imediatamente se deitou no sofá da sala e adormeceu. Isso foi cinco minutos antes de Katie terminar seu banho. Katie ainda não percebeu que seu marido está em casa (TURRI, 2013, p. 08-09).

A apresentação de cada estágio ocorreu em telas separadas e Turri projetou duas versões do ‘Estágio Três’ (Ladrão e Marido) para testar se as modificações nas versões poderiam diminuir a taxa de atribuição de conhecimento. Os participantes precisavam responder a seguinte questão: “Como Katie está no banheiro terminando seu banho, ela _____ que há uma caneta Bic azul em sua mesa da sala. [realmente sabe / só pensa que sabe]” (TURRI, 2013, p. 09). Os resultados encontrados para a versão tripartida do caso mostraram que para a versão do Ladrão a taxa de atribuição de conhecimento foi de 44%, enquanto na versão do Marido, apenas 24% dos participantes atribuíram conhecimento a Katie (TURRI, 2013, p. 09). A diferença nas respostas encontradas para as duas versões, sugere Turri, ocorre porque na versão do Marido a separação entre a fonte de má e boa sorte é mais visível do que na versão do Ladrão, uma vez que o marido que substitui a caneta roubada não tem nada a ver com os ladrões que a roubaram. Desse modo, a modificação no terceiro estágio do caso, como previu Turri, acarretou uma diminuição significativa na taxa de atribuição de conhecimento não apenas entre essas duas versões (Ladrão e Marido), mas principalmente em relação a versão inicial (não tripartida) do caso.

Turri também buscou investigar se os resultados encontrados por Weinberg et al. (2001), especificamente aqueles que indicavam haver uma diferença significativa entre as intuições epistêmicas dos participantes oriundos do Subcontinente Indiano e dos participantes considerados Ocidentais, seriam os mesmos para uma versão tripartida de um outro caso tipo-

Gettier. O caso testado por Turri foi semelhante ao primeiro caso testado por ele (*Authentic Gettier*), exceto pela mudança no segundo estágio, que foi o seguinte para essa versão:

Estágio Dois – SC Gettier: O que Robert não percebe é que o revendedor de moedas o traiu. A moeda que Robert trouxe para casa da loja de moedas e que está atualmente em exibição em sua biblioteca é uma falsificação muito convincente. Não é um dólar americano de prata de 1804 verdadeiro. Robert não está ciente disso, enquanto cumprimenta seus convidados e diz a eles: “Há um dólar americano de prata de 1804 na minha biblioteca” (TURRI, 2013, p. 10).

Os participantes dessa versão⁴¹ responderam as mesmas perguntas realizadas no primeiro teste. Os resultados encontrados mostram que apenas 15% deles responderam que Robert “realmente sabe” (TURRI, 2013, p. 10), o que é bem diferente dos resultados iniciais encontrados por Weinberg et al. (2001), que indicavam que a maioria dos participantes do Subcontinente Indiano atribuíram conhecimento ao protagonista de um caso tipo-Gettier. E isso, como sugere Turri, é um indício que devemos rever ou investigar melhor a alegação de que as intuições dos sujeitos do Subcontinente Indiano sobre os casos Gettier são diferentes das intuições dos sujeitos Ocidentais.

Os resultados encontrados por Turri o levam a concluir que a estratégia de apresentar os casos tipo-Gettier em três etapas, deixando separado os estágios de má e boa sorte que são característicos de tais casos, orienta efetivamente as pessoas a avaliarem com competências esses casos. Sendo assim, o problema estaria no desempenho em avaliar adequadamente o cenário descrito. Entretanto, quando guiados dessa forma, como sugerido por Turri, leigos e filósofos profissionais mostram que compartilham as mesmas intuições sobre os casos tipo-Gettier.

2.2.5 Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 5

Quando nos deparamos com um caso tipo-Gettier levamos em consideração não apenas se a crença formada pelo protagonista é verdadeira ou falsa, mas também se ela se encontra devidamente justificada. Se tais condições fossem suficientes, normalmente atribuiríamos conhecimento ao protagonista que julgamos estar bem justificado para a crença verdadeira que ele tem. Porém, um estudo realizado por Jennifer Nagel, Valerie San Juan e Raymond A. Mar, relatado no artigo *Lay denial of knowledge for justified true beliefs* (2013),

⁴¹ Os sujeitos que responderam a versão *SC Gettier* do teste foram recrutados pelo *Amazon Mechanical Turk* e estavam localizados na Índia, o coração do Subcontinente Indiano (TURRI, 2013, p. 10).

aponta que embora as pessoas classificassem as crenças verdadeiras formadas pelos protagonistas dos casos tipo-Gettier como justificadas, elas ainda assim foram menos propensas a atribuir conhecimento nesses casos.

Nesse estudo, os autores conduziram um experimento que pretendia investigar separadamente as atribuições de justificação e as atribuições de conhecimento em casos que os epistemólogos empregam para mostrar a diferença entre conhecimento e crença verdadeira justificada, tais como os casos tipo-Gettier. Como vimos, os casos tipo-Gettier são aqueles casos que envolvem um protagonista que tem uma crença verdadeira e justificada, o qual julgamos não ter conhecimento. Contudo, conforme Nagel et al. (2013, p. 653), existe um outro tipo de caso que os filósofos também utilizam para suscitar esse mesmo julgamento. Tais casos, são comumente conhecidos na Epistemologia como casos de Pressão Cética (*Skeptical Pressure cases*). Os autores oferecem o seguinte exemplo para destacar a diferença entre um caso tipo-Gettier e um caso de pressão cética:

Por exemplo, um caso clássico de Gettier envolve uma pessoa que forma uma crença sobre o tempo olhando para um relógio quebrado que, por acaso, está parado na hora certa: sua crença é verdadeira e justificada, mas parece que o agente que olha para o relógio quebrado realmente não obtém conhecimento da hora correta [...]. Na versão Pressão Cética correspondente, é estipulado que o relógio está realmente funcionando, mas a possibilidade hipotética de risco é enfatizada: os leitores são informados de que os relógios às vezes estão quebrados e que o agente não checou duas vezes se o relógio está funcionando. Quando as possibilidades de erro são destacadas dessa maneira, pode parecer intuitivo que o agente que olha para o relógio realmente não saiba que horas são, e apenas tem sorte de o relógio estar funcionando. (NAGEL et al., 2013, p. 653).

Sendo assim, casos de Pressão Cética são aqueles em que os riscos do protagonista ser enganado são apenas mencionados como possíveis, eles podem não estar realmente presentes no momento em a crença é formada. Por outro lado, nos casos tipo-Gettier o protagonista realmente corre o risco de ser enganado (NAGEL et al., 2013, p. 653). Ambos os tipos de casos, no entanto, provocam intuições sobre a ausência de conhecimento. Por isso, Nagel et al. (2013, p. 653) buscaram testá-los em seu estudo com o objetivo de tornar mais clara a relação entre as percepções de conhecimento e crença verdadeira justificada dos participantes. Se os participantes compartilhassem a intuição dos epistemólogos, então eles perceberiam o conhecimento como sendo algo distinto de uma crença verdadeira justificada e, dessa forma,

não atribuiriam conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier e nem dos casos de Pressão Cética.

Além desses casos, outros dois tipos de cenários também foram testados, sendo que em um deles o protagonista tinha uma crença verdadeira padrão e no outro a crença do protagonista era falsa. Assim, os autores testaram quatro tipos de cenários que eles denominaram da seguinte forma: *Gettier cases*, *Skeptical Pressure cases*, *Standard True Belief* e *Justified False Belief* (NAGEL et al., 2013, p. 655). Os participantes do experimento de Nagel et al. (2013)⁴² precisaram responder a duas versões de cada um dos quatro tipos de casos, sendo que as duas versões para os casos Gettier eram diferentes uma da outra (um cenário estava baseado em uma evidência autêntica e o outro baseado em uma evidência aparente⁴³). Além das duas versões dos quatro casos, o experimento era composto também por um cenário baseado no caso original de Weinberg et al. (2001), que os autores incluíram na tentativa de replicar seus resultados⁴⁴.

Uma das duas versões para os quatro tipos de casos testados, que incluía a versão do caso tipo-Gettier baseado em evidência autêntica (*Gettier case – Authentic Evidence*), foi a seguinte:

1. Q: Emma sabe se a pedra é ou não um diamante?

A.(Gettier case – Authentic Evidence): Emma está comprando joias. Ela entra em uma loja de aparência confiável e seleciona um colar de diamantes de uma bandeja marcada como 'Brincos e pingentes de diamante'. "Que diamante lindo!" ela diz enquanto o experimenta. Emma não sabia dizer a diferença entre um diamante real e um falso zircônio cúbico apenas olhando ou tocando. De fato, essa loja em particular tem um funcionário muito desonesto que roubou diamantes reais e os substituiu por falsificações; na bandeja, Emma escolheu quase todos os pingentes com pedras cúbicas de zircônio em vez de diamantes (mas a que ela escolheu veio a ser real).

B.(Skeptical Pressure variant): Emma está comprando joias. Ela entra em uma loja de aparência confiável e passa algum tempo olhando para vários expositores diferentes. Ela diz ao vendedor que está procurando um colar de diamantes com um design clássico. Ela sempre gosta de experimentar as coisas antes de se decidir sobre elas, e o vendedor mostra várias opções. Emma seleciona um pingente de diamante de uma bandeja marcada como 'Brincos e pingentes de diamante'. "Que diamante lindo!" ela diz enquanto o experimenta. Emma não sabia dizer a diferença entre um diamante real e um falso zircônio cúbico apenas olhando ou tocando.

⁴² Os participantes eram canadenses e alunos de graduação. Responderam o experimentos de forma *online* através da plataforma de pesquisa *Amazon Mturk and Qualtrics*. Os autores coletaram também informações sobre etnia, gênero, idade, quantidade de cursos de Filosofia realizados pelos participantes, além de aplicarem um questionário de empatia (NAGEL, 2013, p. 655).

⁴³ Nagel et al. (2013) basearam-se nos tipos de evidências caracterizadas por Starmans e Friedman (2012).

⁴⁴ O experimento conduzido por Nagel et al. (2013) era composto ainda por mais oito casos que incluíam uma variedade de cenários sobre formação de crença justificada e injustificada, que eram iguais para todos os participantes, esses casos foram incluídos apenas como casos de preenchimento. Os casos experimentais, os quais os autores reportaram os resultados, foram as duas versões de cada um dos casos *Gettier cases*, *Skeptical Pressure cases*, *Standard True Belief* e *Justified False Belief*, além da versão do caso de Weinberg et al. (2001).

C.(Standard True Belief): Emma está comprando joias. Ela entra em uma loja de aparência confiável e passa algum tempo olhando para vários expositores diferentes. Ela diz ao vendedor que está procurando um colar de diamantes simples com um design clássico. Ela sempre gosta de experimentar as coisas antes de se decidir sobre elas e pede ao vendedor que lhe mostre uma grande variedade de itens diferentes, e ele alcança para ela uma bandeja de cada vez. Emma seleciona um colar de diamantes em uma bandeja marcada como 'Brincos e pingentes de diamante'. "Que diamante lindo!" ela diz enquanto o experimenta.

D.(Justified False Belief): Emma está comprando joias. Ela entra em uma loja de aparência confiável. Ela olha para vários expositores e seleciona um colar de uma bandeja marcada como 'Brincos e pingentes de diamante'. "Que diamante lindo!" ela diz enquanto o experimenta. Emma não sabia dizer a diferença entre um diamante real e um falso zircônio cúbico apenas olhando ou tocando. De fato, essa loja em particular tem um funcionário desonesto que roubou diamantes de verdade e os substituiu por falsos; na bandeja que Emma escolheu, todos os colares - incluindo o que ela experimentou - tinham pedras de zircônio cúbico em vez de diamantes (NAGEL et al., 2013, p. 660).

A outra versão, que incluía a versão do caso tipo-Gettier baseado em evidência aparente (*Gettier Case – Apparent Evidence*), foi a seguinte:

2. Q: Luke sabe se um de seus colegas de trabalho recentemente saiu de férias em Las Vegas?

A.(Gettier Case – Apparent Evidence) Luke trabalha em um escritório com duas outras pessoas, Victor e Monica. Durante todo o inverno Victor descreveu seus planos de ir a Las Vegas em suas férias, até mostrando a Luke o site do hotel onde ele tinha reservas. Quando Victor está de férias, Luke vê as fotos de Victor no Facebook com pontos turísticos de Vegas no fundo, além de atualizações de status sobre o quanto ele está curtindo sua viagem. Quando ele volta ao trabalho, Victor fala muito com Luke sobre o quanto ele se divertiu de férias em Las Vegas. No entanto, Victor não foi realmente na viagem; ele está apenas fingindo. Seus ingressos e reservas foram cancelados porque seu cartão de crédito estava estourado, e ele secretamente ficou em casa em Markham, falsificando muito habilmente as fotos do Facebook usando o Photoshop. Enquanto isso, Monica apenas passou um fim de semana de férias em Las Vegas, mas manteve isso em segredo de todos os seus colegas de trabalho.

B.(Skeptical Pressure variant): Luke trabalha em um escritório com duas outras pessoas, Victor e Monica. Todos se dão muito bem, conversando no bebedouro quando não tem muito trabalho. Durante todo o inverno, Victor esteve contando a Luke sobre seus planos de ir a Las Vegas em suas férias, até mostrando a Luke o site do hotel onde ele tinha reservas. Quando Victor está de férias, Luke vê as fotos de Victor no Facebook com pontos turísticos de Vegas no fundo, além de atualizações de status sobre o quanto ele está curtindo sua viagem. Victor realmente se divertiu em Vegas e ficou triste por voltar para casa em Markham. Quando volta ao trabalho, Victor fala muito com Luke sobre o quanto ele se divertia nas férias. A resolução nas fotos do Facebook era baixa, no entanto; Luke não sabia dizer a diferença entre fotos reais de férias em Las Vegas e falsificações criadas com o Photoshop.

C.(Standard True Belief): Luke trabalha em um escritório com duas outras pessoas, Victor e Monica. Seu trabalho às vezes fica entediante - os três estão no departamento de contabilidade de uma grande cadeia de suprimentos de escritório - mas o salário e os benefícios são bons, e eles se dão muito bem, conversando no bebedouro quando não tem muito trabalho. Durante todo o inverno, Victor esteve contando a Luke sobre

seus planos de ir a Las Vegas em suas férias, até mostrando a ele o site do hotel onde tinha reservas. Quando Victor está de férias, Luke vê as fotos de Victor no Facebook com pontos turísticos de Vegas no fundo, além de atualizações de status sobre o quanto ele está curtindo sua viagem. Victor realmente se divertiu em Vegas e ficou triste por voltar para casa em Markham. Quando volta ao trabalho, Victor fala muito com Luke sobre o quanto ele se divertiu nas férias.

D. (Justified False Belief): Luke trabalha em um escritório com duas outras pessoas, Victor e Monica. Eles se dão muito bem. Durante todo o inverno, Victor esteve falando sobre seus planos de ir a Las Vegas em suas férias, até mostrando a Luke o site do hotel onde ele tinha reservas. Quando Victor está de férias, Luke vê as fotos de Victor no Facebook com pontos turísticos de Vegas no fundo, além de atualizações de status sobre o quanto ele está curtindo sua viagem. Quando ele volta ao trabalho, Victor fala muito com Luke sobre o quanto ele se divertiu de férias em Vegas. No entanto, Victor não foi realmente na viagem; ele está apenas fingindo. Seus ingressos e reservas foram cancelados porque seu cartão de crédito estava estourado, e ele secretamente ficou em casa em Markham, falsificando muito habilmente as fotos do Facebook usando o Photoshop. Aliás, Monica nunca tira férias, e todos os seus colegas sabem disso sobre ela (NAGEL et al., 2013, p. 660).

Para cada caso apresentado, os participantes foram solicitados a responder perguntas que buscavam analisar: a) atribuição de crença; b) atribuição de conhecimento; c) justificação de crença (NAGEL et al., 2013, p. 656). Exemplos de perguntas feitas em cada análise:

a) “Emma pensa que a pedra no colar é um diamante?”, para essa pergunta os participantes precisavam responder sim (atribuição de crença / *belief ascription*) ou não (negação de crença / *belief denial*) (NAGEL et al., 2013, p. 656).

b) “Emma sabe se a pedra é ou não um diamante?”, para essa pergunta foram fornecidas três opções de resposta: (1) Sim, ela sabe, (2) Não, ela não sabe e (3) Incerto - não há informações suficientes fornecidas na história. Para o participante que respondia a opção (2) ou (3), não haviam mais perguntas a serem respondidas sobre o conhecimento do agente, e ele era classificado como atribuindo negação imediata de conhecimento (*immediate knowledge denial*), recebendo uma pontuação de 0. Para o participante que respondia a opção (1), era apresentada mais uma pergunta que buscava avaliar a robustez de sua atribuição de conhecimento. A segunda pergunta era a seguinte: “Na sua opinião, qual das frases a seguir descreve melhor a situação de Emma? (a) Emma sabe que a pedra é um diamante e (b) Emma sente que sabe que a pedra é um diamante, mas ela realmente não sabe que é”. O participante que, ao responder sim (opção 1) para a primeira pergunta, respondeu a opção (a) para a segunda pergunta foi classificado como dando a mais forte atribuição de conhecimento (*unwavering knowledge ascription*), recebendo uma pontuação de 2. E o participante

que, ao responder sim (opção 1) para a primeira pergunta, respondeu a opção (b) para a segunda pergunta, foi classificado como atribuindo negação atrasada de conhecimento (*delayed knowledge denial*), recebendo uma pontuação de 1 (NAGEL et al., 2013, p. 656).

c) “Quão justificada está Emma ao pensar que a pedra é um diamante?”, para essa pergunta os participantes precisavam indicar em uma escala de 1 a 7 (sendo 1- completamente injustificada a 7- completamente justificada) o grau de justificação da agente em sua crença (NAGEL et al., 2013, p. 656).

O resultado encontrado para a primeira análise, atribuição de crença, segue na figura abaixo:

Figura 6 - Tabela com o resultado da atribuição de crença para os casos: *Standard True Belief*, *Skeptical Pressure cases*, *Gettier cases* e *Justified False Belief*

| | Frequency of responses | |
|--------------------|------------------------|-------------------|
| | Belief denial | Belief ascription |
| Standard TB | 24 (6.4%) | 351 (93.6%) |
| Skeptical pressure | 58 (17.2%) | 279 (82.8%) |
| Gettier | 60 (18.0%) | 273 (82.0%) |
| False belief | 66 (20.4%) | 258 (79.6%) |

Fonte: NAGEL et al., 2013, p. 657.

O resultado da segunda análise, atribuição de conhecimento, foi o seguinte:

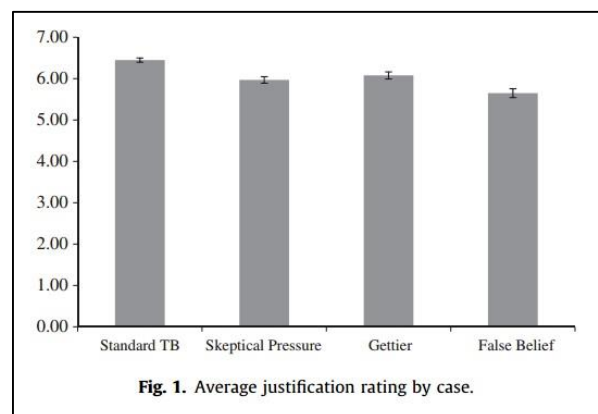
Figura 7 - Tabela com o resultado da atribuição de conhecimento para os casos: *Standard True Belief*, *Skeptical Pressure cases*, *Gettier cases* e *Justified False Belief*

| | Frequency of responses | | |
|--------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| | Immediate knowledge denial | Delayed knowledge denial | Unwavering knowledge ascription |
| Standard TB | 49 (14.4%) | 35 (10.3%) | 256 (75.3%) |
| Skeptical pressure | 89 (33.0%) | 69 (25.6%) | 112 (41.5%) |
| Gettier | 108 (41.1%) | 62 (23.6%) | 93 (35.4%) |
| False belief | 166 (67.8%) | 44 (18.0%) | 35 (14.3%) |

Fonte: NAGEL et al., 2013, p. 657.

E, por fim, segue o gráfico do resultado encontrado na terceira análise sobre a justificação de crença:

Figura 8 - Gráfico com o resultado do grau de justificação de crença para os casos: *Standard True Belief*, *Skeptical Pressure cases*, *Gettier cases* e *Justified False Belief*



Fonte: NAGEL et al., 2013, p. 657.

Quando observamos os resultados apresentados nas figuras 6 e 8, podemos notar que a grande maioria dos participantes atribuiu crença aos protagonistas dos casos tipo-Gettier testados, bem como atribuiu uma alta taxa de justificação para tal crença. Entretanto, a figura 7 nos mostra que, apesar disso, a maioria dos participantes não atribuiu conhecimento para esses protagonistas, sugerindo que, para a maior parte dos entrevistados, a percepção de conhecimento não é equivalente à de crença verdadeira justificada. Isso também ocorreu em

relação aos casos de pressão cética, embora com uma taxa um pouco menor de não atribuição de conhecimento quando comparados com os casos tipo-Gettier. Nagel et al. (2013, p. 659) relatam que quando os participantes foram questionados sobre as suas respostas para a atribuição de justificação aos protagonistas, eles descreveram seus julgamentos como um exercício de tomada de perspectiva, ou seja, eles se colocaram no lugar dos protagonistas e consideraram que na situação em que se encontravam, eles pareciam estar bem justificados. Contudo, quando solicitados a avaliarem se os mesmos protagonistas, apesar de parecerem justificados, teriam conhecimento, os participantes acabaram avaliando por uma outra perspectiva. Nagel et al. (2013, p. 654) sugerem que nesse momento o viés do egocentrismo epistêmico pode ter influenciado a atribuição de conhecimento dos participantes, ou seja, a tendência de avaliar os outros como se eles compartilhassem nossas informações privilegiadas sobre a situação em que se encontram pode nos levar a pensar que os protagonistas dos casos tipo-Gettier não são cuidadosos o suficiente e, por isso, não podem ser julgados como conhecedores. Desse modo, conforme Nagel et al. (2013, p. 659), quando avaliamos o julgamento epistêmico de alguém podemos fazer isso de duas formas, examinando o conteúdo desse julgamento (se ele é verdadeiro) e o caminho percorrido para alcançá-lo (se ele está justificado). E, para os autores, os casos tipo-Gettier separam essas duas dimensões, que geralmente correm juntas, e por isso realizar investigações empíricas sobre as respostas intuitivas a respeito desse tipo de caso pode trazer novidades sobre a natureza dessas avaliações, contribuindo, dessa forma, com as investigações epistemológicas.

Quanto aos outros resultados encontrados nesse estudo, Nagel et al. (2013) relatam que em se tratando das duas versões dos casos tipo-Gettier, os participantes foram mais propensos a atribuir crença e conhecimento nos casos com evidência autêntica em comparação com os casos com evidência aparente, não havendo, entretanto, uma diferença significativa na classificação do grau de justificação de crenças entre os dois tipos de casos Gettier (NAGEL et al., 2013, p. 657). Os autores examinaram também se havia diferenças significativas nas respostas dos participantes para as três análises realizadas (atribuição de crença, justificação e conhecimento), levando em consideração a idade, etnia e gênero. E para todos os tipos de casos testados no estudo, não foram encontradas diferenças significativas no padrão de respostas oferecidas em função desses fatores (NAGEL et al., 2013, p. 657). A única diferença que os autores relataram ter se aproximado da significância estatística foi em relação a uma menor atribuição de conhecimento para os casos tipo-Gettier feita pelos participantes com uma prévia

formação filosófica, comparados aos participantes que relataram não terem feito algum curso de Filosofia (NAGEL et al., 2013, p. 657). Por fim, quando analisadas as respostas dadas ao cenário tipo-Gettier que replicava o caso de Weinberg et al. (2001)⁴⁵, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos étnicos em relação a atribuição de conhecimento ou justificativa de crença (NAGEL et al., 2013, p. 658).

Os epistemólogos afirmam que parece haver uma diferença entre uma crença verdadeira justificada e o conhecimento, e conforme os autores,

Os resultados de nosso estudo indicam que, para as pessoas em geral, os casos que os filósofos adotaram para revelar essas diferenças intuitivas - casos Gettier - são de fato amplamente julgados como casos de crença verdadeira justificada sem conhecimento. Isso foi verdade para casos Gettier que envolvem “evidência aparente”, ou a formação inicial de uma crença falsa, mas também para casos em que nenhuma crença falsa é formada. Além disso, esse padrão pareceu ser bastante robusto. As intuições dos casos Gettier não diferiram muito em função da idade, gênero e etnia. Os cenários de uma segunda categoria filosoficamente interessante, os casos de Pressão Cética, também foram amplamente vistos como exemplo de crença verdadeira justificada sem conhecimento, novamente de acordo com a maioria das teorias filosóficas sobre essas intuições (NAGEL et al., 2013, p. 658).

Sendo assim, esses resultados reforçam a ideia e que as intuições advindas dos casos tipo-Gettier são compartilhadas não apenas entre os epistemólogos, mas por grande parte das pessoas que entram em contato com esses casos. Nagel et al. (2013), ressaltam ainda que mais estudos precisam ser realizados para compreendermos melhor esse padrão, até mesmo para encontrarmos explicações para as respostas que ainda se mantêm divergentes não apenas sobre a atribuição de conhecimento, mas também para atribuições de crença e justificção. E isso faz com que os filósofos experimentais recebam ainda mais estímulos para continuarem a realizar as suas investigações, trazendo contribuições significativas para trabalho epistemológico tradicional.

2.2.6 Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 6

Quanto à questão sobre se grupos culturais e linguísticos diferentes têm intuições divergentes sobre os casos tipo-Gettier, os trabalhos apresentados até o momento trazem resultados conflitantes, bem como apresentam limitações nos estudos que estão por trás desses

⁴⁵ O caso replicado foi o seguinte: “Bob tem uma amiga, Jill, que dirige um Buick há muitos anos. Bob portanto acha que Jill dirige um carro americano. Ele não está ciente, no entanto, que o Buick dela foi roubado recentemente e também não está ciente que Jill o substituiu por um Pontiac, que é um tipo diferente de carro americano. Bob realmente sabe que Jill dirige um carro americano, ou ele apenas acredita?” (NAGEL et al., 2013, p. 660-661).

resultados, o que acaba dificultando uma compreensão mais precisa sobre até que ponto as intuições e conceitos epistêmicos variam entre pessoas de grupos demográficos diferentes. Essa crítica é levantada por Edouard Machery e seus colaboradores no artigo *Gettier Across Cultures* (2017a), e é ela que motiva a realização de um estudo mais amplo por parte desses pesquisadores.

Para Machery et al. (2017a, p. 647), os estudos realizados por Weinberg et al. (2001), Starmans e Friedman (2012), Turri (2013) e Nagel et al. (2013) apresentam limitações no tamanho de suas amostras, que eram pequenas para alguns dos grupos étnicos investigados; limitações de idiomas, pois todos os estudos apresentavam os casos hipotéticos em inglês aos participantes; as pessoas entrevistadas eram, em sua maioria, residentes dos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha; além de não ficar muito claro se as respostas obtidas desses participantes, eram de fato representativas do grupo étnico ao qual eles pertenciam. Desse modo, os estudos anteriores acabaram investigando apenas as intuições sobre os casos tipo-Gettier reportadas por falantes de inglês pertencentes a grupos demográficos diferentes.

A investigação de Machery et al. (2017a), por outro lado, pretendeu ir além. Levando em conta as limitações dos estudos anteriores, os autores buscaram realizar um estudo com grupos culturais bem distintos e que falam idiomas bastante diferentes, isso porque eles pretendiam analisar “como o(s) conceito(s) de conhecimento subjacentes às traduções padrão de ‘S sabe que p’ em outros idiomas lidam com casos de Gettier” (MACHERY et al., 2017a, p. 647). Eles queiram investigar se o conceito de conhecimento em outros idiomas também era afetado pela intuição advinda dos casos tipo-Gettier ou se ele era entendido tal como proposto pela definição tradicional de conhecimento. Para isso, coletaram as respostas de participantes em quatro países diferentes (Estados Unidos, Brasil, Índia e Japão)⁴⁶, para quatro tipos de casos que foram apresentado em seus idiomas nativos (inglês, português, bengali e japonês)⁴⁷, sendo dois deles casos tipo-Gettier, um outro caso claro de conhecimento e um caso de crença falsa (MACHERY et al., 2017a, p. 648). Os casos apresentados nesse estudo foram baseados nos casos utilizados por Nagel et al. (2013). Eles foram apresentados seguindo a seguinte ordem:

⁴⁶ Com uma amostra final de 245 respondentes (MACHERY et al., 2017a, p. 648). Os participantes dos Estados Unidos foram recrutados de forma *online* pelo *Amazon Mechanical Turk* e receberam alguma compensação para responder o questionário. Já os participantes entrevistados nos outros países responderam voluntariamente a uma versão em papel do questionário (MACHERY et al., 2017a, p. 656). No Brasil, o pesquisador que colaborou com esse estudo foi o Professor Noel Struchiner da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁴⁷ “O questionário foi traduzido do inglês para o idioma apropriado de cada país. Na Índia, os dados foram coletados em Calcutá, onde o idioma dominante é o Bengali. Os tradutores eram acadêmicos bilíngues, falantes nativos de português, bengali e japonês, respectivamente” (MACHERY et al., 2017a, p. 656).

primeiro o caso *Gettier/Hospital Case*, após o caso de conhecimento claro (*Clear Knowledge Case*), seguido pelo caso *Gettier/Trip Case* e, por fim, o caso de crenças falsas (*False Belief Case*). Seguem abaixo os casos tipo-Gettier que foram apresentados:

Gettier/Hospital Case

Paul Jones estava preocupado porque eram 22 horas e sua esposa Mary ainda não tinha voltado para casa do trabalho. Geralmente ela está em casa às 18h. Ele tentou o celular dela, mas continuou caindo no correio de voz. Começando a temer que algo pudesse ter acontecido com ela, ele decidiu ligar para alguns hospitais locais para perguntar se alguma paciente com o nome de “Mary Jones” havia sido internada naquela noite. No Hospital Universitário, a pessoa que atendeu sua ligação confirmou que alguém com esse nome havia sido internado com ferimentos graves, mas não com risco de vida, após um acidente de carro. Paul pegou o casaco e correu para ir ao hospital da universidade. Como se viu, a paciente do Hospital Universitário não era a esposa de Paul, mas outra mulher com o mesmo nome. De fato, a esposa de Paul sofreu um ataque cardíaco ao deixar o trabalho e, naquele momento, estava recebendo tratamento no Hospital Metropolitano, a alguns quilômetros de distância.

Gettier/Trip Case

Luke trabalha em um escritório em Nova York com duas outras pessoas, Victor e Monica. Durante todo o inverno, Victor descreveu seus planos de ir a Las Vegas em suas férias, até mostrando a Luke o site do hotel onde ele tinha reservas. Quando Victor está de férias, Luke recebe um e-mail muito bom de Victor juntamente com fotos de Victor posando na frente dos pontos turísticos de Las Vegas. Quando ele volta ao trabalho, Victor fala muito com Luke sobre o quanto ele se divertiu de férias em Las Vegas. No entanto, Victor não foi realmente na viagem; ele está apenas fingindo. Seus ingressos e reservas foram cancelados porque seu cartão de crédito estava estourado, e ele secretamente ficou em casa em Nova York, falsificando muito habilmente as fotos que enviou a Luke. Enquanto isso, Monica apenas passou um fim de semana de férias em Las Vegas, mas manteve isso em segredo de todos os seus colegas de trabalho (MACHERY et al., 2017a, p. 648).

Os outros dois casos apresentados foram os seguintes:

Clear Knowledge Case

Albert está em uma loja de móveis com sua esposa. Ele está olhando para uma mesa vermelha brilhante em um expositor. Ele acredita que a mesa é do tom de vermelho que ele estava procurando. A sala de exposição apresenta peças de mobiliário contemporâneas, com iluminação clara e natural em toda a loja e muito espaço ao redor de cada peça em exibição. Albert geralmente gosta de desenhos de móveis tradicionais, no entanto, o design moderno dessa mesa em particular o atrai por algum motivo. Ele verifica as dimensões e o preço da mesa e começa a pensar em comprá-la. Albert pergunta à esposa: “Você gosta desta mesa vermelha?”

False Belief Case

Emma está comprando joias. Ela entra em uma loja de aparência confiável. Ela olha para vários expositores e depois seleciona um colar de uma bandeja marcada com “Brincos e Pingentes de diamante”. “Que diamante lindo!” Ela diz enquanto o experimenta. O zircônio é uma substância da qual podem ser feitos diamantes falsos. Emma não sabia dizer a diferença entre um diamante real e um falso de zircônio apenas olhando ou tocando. De fato, essa loja em particular tem um funcionário desonesto que roubou diamantes de verdade e os substituiu por falsos; na bandeja que

Emma escolheu, todos os colares - incluindo o que ela experimentou - tinham pedras de zircônio em vez de diamantes (MACHERY et al., 2017a, p. 649).

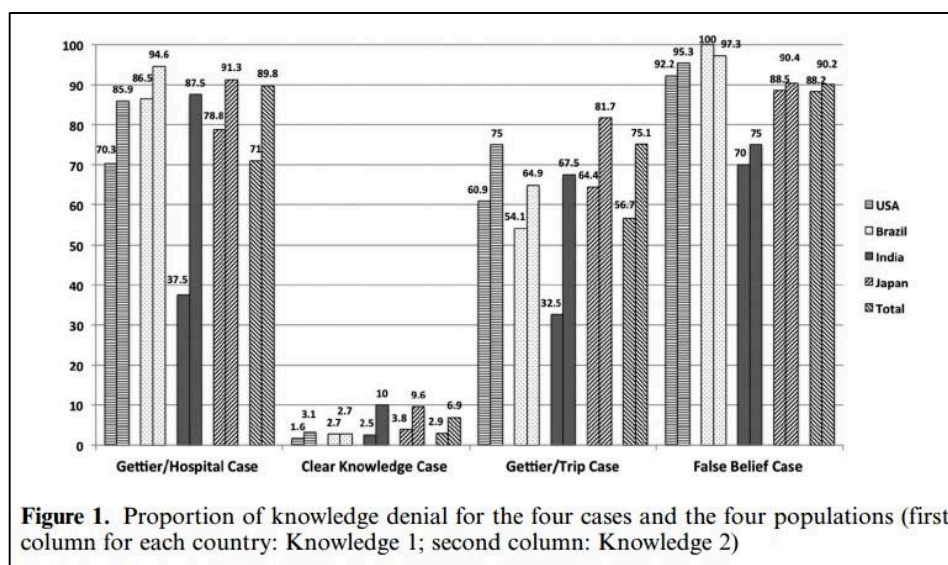
Após a leitura de cada cenário, os participantes precisavam responder as seguintes perguntas:

- (1) uma pergunta de compreensão binária;
- (2) uma pergunta binária perguntando se o protagonista conhece ou não a proposição relevante; as opções de resposta foram “Sim, ele(a) sabe” e “Não, ele(a) não sabe” (Nós chamamos essa pergunta de *Conhecimento 1*);
- (3) uma pergunta sobre justificação (“Quão justificado é [nome do protagonista] ao pensar que [proposição relevante]”) seguida por uma escala de 7 pontos que varia de “completamente injustificado” a “completamente justificado”;
- (4) a pergunta: “Na sua opinião, qual das seguintes frases descreve melhor a situação [do protagonista]?” seguida de duas opções, (i) “[Protagonista] sabe que [proposição relevante]”, e (ii) “[Protagonista] sente que ele(a) sabe que [proposição relevante] mas ele(a) realmente não sabe [isso]” (Nós chamamos essa questão de *Conhecimento 2*). (MACHERY et al., 2017a, p. 649, grifo dos autores).

As perguntas que os autores denominaram de *Conhecimento 1* e *Conhecimento 2* foram inspiradas em certa medida no procedimento usado no estudo de Nagel et al. (2013). Mas uma das diferenças em relação a tal procedimento é que no estudo de Machery et al. (2017a) todos os participantes respondiam a pergunta do *Conhecimento 2* e não apenas aqueles que haviam respondido “Sim, ele(a) sabe” à questão do *Conhecimento 1*. No estudo de Machery et al. (2017a) também não houve uma classificação para as respostas dos participantes em “atribuição inabalável de conhecimento” ou “negação imediata de conhecimento” ou “negação atrasada de conhecimento”, tal como Nagel et al. (2013) fizeram em seu estudo.

Ao final do teste, os participantes de cada país foram solicitados a responder um questionário sobre várias características demográficas. Os resultados encontrados sobre a negação do conhecimento para cada um dos quatro casos testados estão representados na figura abaixo, considerando que a primeira coluna de cada país representa o resultado encontrado para a pergunta *Conhecimento 1* (*Knowledge 1*) e a segunda coluna é o resultado da pergunta *Conhecimento 2* (*Knowledge 2*):

Figura 9 - Gráfico com o resultado da negação do conhecimento para os casos: *Gettier/Hospital Case*, *Clear Knowledge Case*, *Gettier/Trip Case* e *False Belief Case*



Fonte: MACHERY et al., 2017a, p. 650.

Podemos ver no gráfico que uma maioria substancial dos participantes brasileiros, japoneses e americanos, em resposta às perguntas do Conhecimento 1 e do Conhecimento 2, não atribuiu conhecimento aos protagonistas dos dois casos tipo-Gettier apresentados. Entretanto é possível notarmos uma diferença um pouco maior nas respostas dos participantes indianos em relação a pergunta do Conhecimento 1 para os dois casos tipo-Gettier, indicando que eles foram mais propensos a atribuir conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier do que americanos, brasileiros e japoneses (que não apresentaram diferenças entre si). A suspeita de Machery et al. (2017a, p. 652) é que essa diferença nas respostas dos indianos falantes de bengali, em relação a pergunta do Conhecimento 1, pode ter ocorrido por causa da dificuldade em traduzir “saber” (*know*) em bengali. Conforme os autores, as palavras comumente usadas para traduzir “saber” em bengali são usadas de maneira um pouco diferente de “saber” em inglês. Em particular, a distinção entre “acreditar” e “saber” nem sempre é mantida, o que poderia explicar a atribuição de conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier feita por alguns dos participantes indianos (MACHERY et al., 2017a, p. 652). Porém, como apontam os autores, as respostas dos indianos para a questão do Conhecimento 2 não apresentaram uma diferença significativa em relação as respostas oferecidas pelos participantes dos outros três países, indicando que tanto os indianos, como os americanos, brasileiros e

japoneses tendem a compartilhar a intuição advinda dos casos tipo-Gettier (MACHERY et al., 2017a, p. 651).

O estudo projetado por Machery et al. (2017a) buscou investigar se as intuições sobre os casos tipo-Gettier seriam compartilhadas por diferentes grupos culturais e linguísticos, ou ainda, se o conceito de conhecimento de americanos, brasileiros, japoneses e indianos seria afetado por tal intuição. E os resultados encontrados fornecem evidências de que isso de fato ocorre, o que leva os autores a admitir a possibilidade de existir uma epistemologia popular básica (*core folk epistemology*), ou seja, uma maneira universal de pensar sobre questões epistêmicas, que estaria por trás do reconhecimento de que conhecimento requer mais do que uma crença verdadeira justificada (MACHERY et al., 2017a, p. 651). Conforme os autores:

Embora tenhamos analisado apenas quatro culturas e quatro idiomas, eles incluem culturas e idiomas bastante diferentes uns dos outros. Como os participantes de todas as quatro culturas exibem intuições Gettier, achamos plausível supor que as intuições Gettier podem ser um reflexo de uma *epistemologia popular básica* inata e universal subjacente. (MACHERY et al., 2017a, p. 651, grifo dos autores).

Os autores, no entanto, não oferecem uma explicação sobre por que tal epistemologia popular básica seria inata. Apenas ressaltam que se a hipótese da existência de uma epistemologia popular básica estiver correta, então “as pessoas em todas as culturas possuirão conceitos epistêmicos que exigem mais do que justificção, verdade e crença, e na maioria das culturas esse conceito será expresso pelo termo epistêmico comumente traduzido para o inglês como ‘saber’” (MACHERY et al., 2017a, p. 651). Eles salientam que isso não significa que as pessoas em todas as culturas tenham o mesmo conceito de conhecimento, ou seja, ainda que uma epistemologia popular básica demande um conceito de conhecimento com condições para além da crença, verdade e justificção, é possível haver variações nos detalhes dessas condições (MACHERY et al., 2017a, p. 652). Se isso for o caso, os autores afirmam que pode haver variações culturais, ou mesmo em um subgrupo cultural, a respeito do conceito de conhecimento, acarretando diferentes intuições sobre a sua instanciação em casos tipo-Gettier. Isso porque os resultados encontrados por eles “não apoiam a afirmação de que as palavras usadas para traduzir ‘conhecer’ expressam o mesmo conceito: falantes de diferentes idiomas podem se referir a propriedades diferentes, todas as quais diferem da posse de mera crença justificada” (MACHERY et al., 2017a, p. 655).

Por fim, os autores reconhecem que esse estudo realizado por eles, apesar de ser maior e investigar as intuições dos participantes sobre os casos Gettier em seus idiomas nativos, ainda assim é limitado, uma vez que envolve apenas entrevistados de quatro países, que em sua larga maioria eram alunos de graduação. Um estudo mais aprofundado a respeito de uma epistemologia popular básica requer também uma investigação sobre as intuições epistêmicas de pessoas com pouca educação formal e pertencentes a grupos culturais ainda mais distintos (MACHERY et al., 2017a, p. 653). Essa preocupação em aprofundar a investigação sobre as intuições epistêmicas advindas dos casos tipo-Gettier, permitindo uma maior compreensão sobre os aspectos da epistemologia popular que variam entre culturas e línguas e os que não variam, motivou uma pesquisa ainda maior, como veremos a seguir.

2.2.7 Uniformidade das intuições dos casos tipo-Gettier: Estudo 7

No artigo *The Gettier Intuition from South America to Asia* (2017b), encontramos um estudo de grande escala realizado por Edouard Machery e mais de trinta colaboradores a respeito das intuições epistêmicas de pessoas pertencentes a diversos grupos culturais e linguísticos sobre os casos tipo-Gettier. Nesse estudo, os autores buscaram ampliar os resultados anteriormente encontrados por Machery et al. (2017a), que estavam limitados aos dados de culturas e idiomas de apenas quatro países. Machery et al. (2017b) acreditam que embora o estudo anterior tenha investigado pessoas pertencentes a quatro sociedades bastante distintas umas das outras, ainda assim seria muito precipitado generalizar os resultados encontrados para as outras populações. Por esse motivo, os autores também alegam que a conclusão feita por Machery et al. (2017a), de que a intuição sobre os casos tipo-Gettier seriam um reflexo de uma epistemologia popular básica, tenha sido prematura (MACHERY et al., 2017b, p. 520).

Levando isso em consideração, o estudo realizado por Machery et al. (2017b, p. 524) buscou analisar uma variedade muito maior de culturas e idiomas, e para isso, eles coletaram dados de 2838 pessoas de 24 lugares diferentes, localizados em 23 países⁴⁸, com 17 idiomas distintos. A amostra final do estudo consistiu em 2230 participantes que tiveram seus dados coletados ou de forma online, ou através de empresas de coletas de dados ou na universidade em que estudavam (MACHERY et al., 2017b, p. 524)⁴⁹. Na imagem abaixo encontram-se os

⁴⁸ Os autores contabilizaram Hong Kong com um país distinto (MACHERY et al., 2017b, p. 524).

⁴⁹ Algumas pessoas que participaram do estudo receberam uma pequena remuneração, outras responderam de forma voluntária, e aquelas que responderam nas universidades recebiam créditos do curso em troca da

dados coletados para tal estudo, e através dela podemos ver a dimensão da investigação realizada, levando em consideração a sua amostra, bem como a diversidade de culturas e idiomas analisados:

Figura 10 - Tabela de dados dos participantes do estudo realizado por Machery et al. (2017b)

| Sample | Students | Method | Payment | Language | N |
|----------------------------------|----------|----------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|-----|
| <i>Europe</i> | | | | | |
| Bulgaria | Both | Web-based | Volunteers | Bulgarian | 155 |
| France | N | Web-based | Compensation and volunteers | French | 178 |
| Germany | N | Web-based | Compensation | German | 88 |
| Italy | Y | Paper-pencil | Volunteers | Italian | 90 |
| Lithuania | Both | Paper-pencil | Volunteers | Lithuanian | 154 |
| Portugal | Y | Paper-pencil | Volunteers | Portuguese | 73 |
| Spain | N | Web-based | Compensation | Spanish | 116 |
| Switzerland | Y | Paper-pencil and web-based | Compensation and volunteers | French | 26 |
| UK | N | Web-based | Compensation | English | 120 |
| <i>Middle East</i> | | | | | |
| Iran | N | Paper-pencil | Volunteers | Persian | 90 |
| Israel (Bedouins) | N | Paper-pencil | Compensation | Arabic | 21 |
| Israel (Jews) | Y | Web-based | Volunteers | Hebrew | 70 |
| Lebanon | Y | Web-based | Compensation | English | 75 |
| <i>Central and North America</i> | | | | | |
| Mexico | N | Paper-pencil | Volunteers | Spanish | 64 |
| USA | N | Web-based | Compensation | English | 116 |
| <i>South America</i> | | | | | |
| Brazil | Y | Paper-pencil | Volunteers | Portuguese | 61 |
| Colombia | N | Read | Compensation | Spanish | 50 |
| <i>Asia</i> | | | | | |
| China | Both | Paper-pencil and web-based | Volunteers and compensation | Chinese, simplified and traditional | 196 |
| Hong Kong | Y | Web-based | Compensation | Chinese, traditional | 72 |
| India | Y | Paper-pencil | Volunteers | Bengali | 86 |
| Indonesia | Y | Paper-pencil | Compensation | Indonesian | 73 |
| Japan | N | Paper-pencil and web-based | Compensation | Japanese | 146 |
| Mongolia | N | Paper-pencil | Volunteers | Mongolian | 33 |
| South Korea | N | Web-based | Compensation | Korean | 73 |

Fonte: MACHERY et al., 2017b, p. 525.

O caso tipo-Gettier utilizado nesse estudo foi idêntico ao caso *Gettier/Hospital Case*⁵⁰ utilizado no estudo anterior de Machery et al. (2017a), bem como foram idênticas também as

participação. (MACHERY et al., 2017b, p. 524). No Brasil, o pesquisador que colaborou com esse estudo foi novamente o Professor Noel Struchiner da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁵⁰ O caso era o seguinte: “Paul Jones estava preocupado porque eram 22 horas e sua esposa Mary ainda não estava em casa do trabalho. Geralmente ela está em casa às 18h. Ele tentou o celular dela, mas continuou recebendo o seu correio de voz. Começando a temer que algo pudesse ter acontecido com ela, ele decidiu ligar para alguns hospitais locais para perguntar se alguma paciente com o nome de ‘Mary Jones’ havia sido internada naquela noite. No Hospital Universitário, a pessoa que atendeu sua ligação confirmou que alguém com esse nome havia sido internado com ferimentos graves, mas não com risco de vida, após um acidente de carro. Paul pegou o casaco

perguntas que os participantes precisaram responder após a leitura do caso (MACHERY et al., 2017b, p. 524). Os autores ainda incluíram outros casos filosóficos na pesquisa, mas nenhum deles era epistemológico. Nesse estudo, os participantes também precisaram responder a um questionário demográfico e outros questionários voltados a questões psicossociais⁵¹. As respostas dadas para esses questionários foram relacionadas com as respostas dos participantes sobre o caso tipo-Gettier testado. Os autores pretendiam investigar se fatores como cultura, idade, gênero e personalidade, por exemplo, poderiam influenciar as respostas dos participantes sobre as perguntas do Conhecimento 1 e do Conhecimento 2. Tais perguntas foram as mesmas feitas no estudo de Machery et al. (2017a):

(Conhecimento 1) Na sua opinião pessoal, quando Paul saiu correndo para se dirigir ao Hospital Universitário, ele sabia se sua esposa estava ou não hospitalizada?

(1) Sim, ele sabia

(2) Não, ele não sabia

(Conhecimento 2) Na sua opinião pessoal, qual das seguintes frases descreve melhor a situação de Paul?

(1) Quando Paul saiu correndo para se dirigir ao Hospital Universitário, ele sabia que sua esposa estava hospitalizada.

(2) Quando Paul saiu correndo para se dirigir ao Hospital Universitário, ele pensou que sabia que sua esposa estava hospitalizada, mas na verdade ele não sabia disso (MACHERY et al., 2017b, p. 523, grifo dos autores).

Os participantes que selecionaram a opção (2) para a pergunta do Conhecimento 1, quando essa pergunta estava em análise, foram classificados como compartilhando a intuição de Gettier; isso também aconteceu para a pergunta do Conhecimento 2, ou seja, quando tal pergunta estava em análise, os participantes que foram classificados como compartilhando a intuição de Gettier eram aqueles que selecionavam a opção (2) (MACHERY et al., 2017b, p. 523). Ao realizar essas duas perguntas, os autores pretendiam lidar com uma possível associação que os participantes poderiam fazer entre “saber” e “acreditar com certeza”, o que poderia refletir nas respostas à pergunta do Conhecimento 1, que não representariam genuinamente os julgamentos das pessoas sobre o conhecimento. Por isso os autores acrescentaram a pergunta do Conhecimento 2 visando controlar essa possibilidade, uma vez

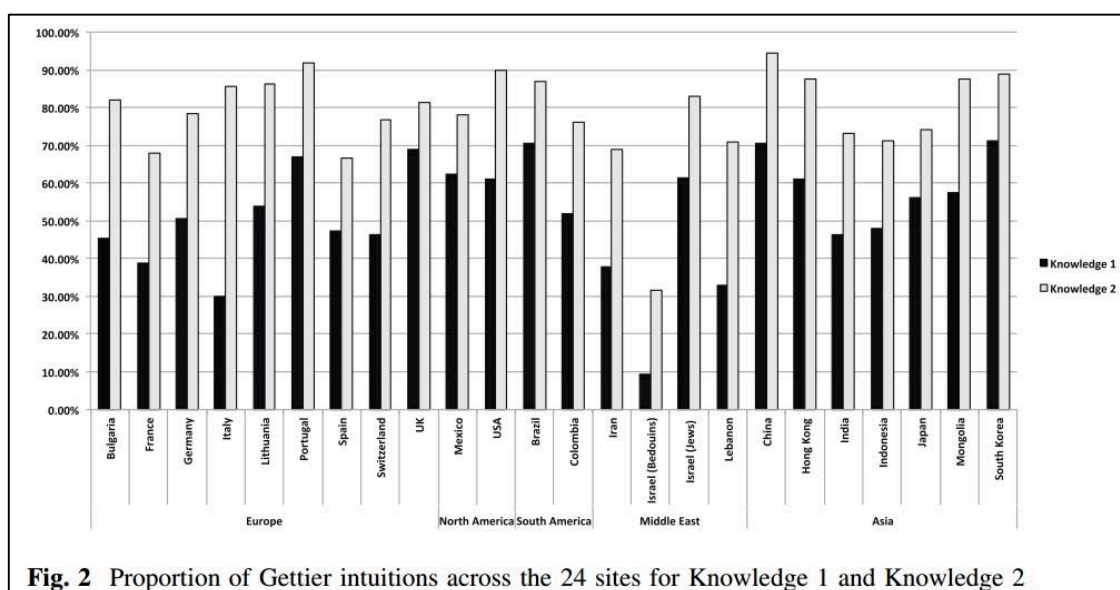
e correu para ir ao hospital da universidade. Como se viu, a paciente do Hospital Universitário não era a esposa de Paul, mas outra mulher com o mesmo nome. De fato, a esposa de Paul sofreu um ataque cardíaco ao deixar o trabalho e, naquele momento, estava recebendo tratamento no Hospital Metropolitano, a alguns quilômetros de distância” (MACHERY et al., 2017b, p. 522).

⁵¹ Para esse estudo foram utilizadas cinco escalas de psicologia social: The Cognitive Reflection Test ou CRT; uma versão adaptada do Disjunctive Thinking Test; Need for Cognition Scale ou NFC; Personal Need for Structure Scale ou NFS; e Personality Inventory ou TIPI (MACHERY et al., 2017b, p. 524).

que tal pergunta contrasta a certeza subjetiva do protagonista com o seu conhecimento genuíno (MACHERY et al., 2017b, p. 524).

O resultado encontrado para as intuições dos participantes sobre o caso tipo-Gettier apresentado pode ser visualizado na imagem a seguir:

Figura 11 - Gráfico com a proporção de negação do conhecimento para as perguntas Conhecimento 1 e Conhecimento 2 do caso tipo-Gettier testado em 24 lugares



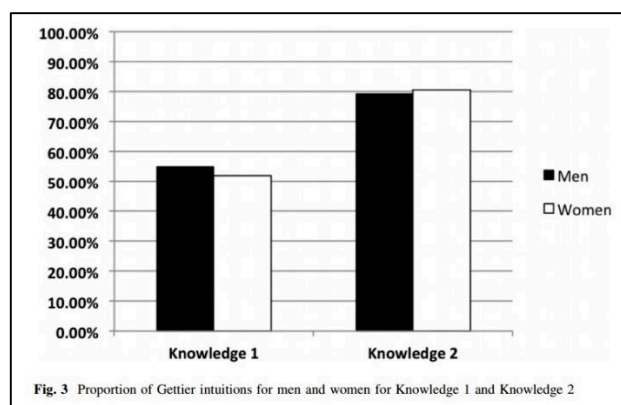
Fonte: MACHERY et al., 2017b, p. 534.

Podemos notar que, para a pergunta do Conhecimento 2 (que buscava contrastar a certeza subjetiva do protagonista com o seu conhecimento genuíno), a maioria dos participantes de 23 dos 24 lugares em que a pesquisa foi realizada relataram a intuição de Gettier, ou seja, responderam que o protagonista do caso tipo-Gettier não tinha conhecimento (MACHERY et al., 2017b, p. 530). Os únicos participantes que apresentaram um resultado diferente desse padrão foram os Beduínos em Israel, porém Machery et al. (2017b, p. 530) ressaltam que é preciso cautela para com a interpretação desse resultado, uma vez que a amostra de participantes desse lugar foi a menor de todo o estudo realizado por eles. Os autores sugerem que uma investigação mais ampla precisaria ser realizada, para confirmar se de fato os Beduínos não compartilham a intuição advinda dos casos tipo-Gettier.

Por outro lado, as respostas dos participantes para a pergunta do Conhecimento 1, conforme os autores, são um pouco mais complicadas de interpretar, isso porque elas apresentaram uma variação significativa para alguns dos lugares em que a pesquisa aconteceu. Os autores não encontraram um padrão geográfico ou linguístico que permeia esses dados, no entanto, eles parecem revelar que o termo “saber” (*to know*) e suas traduções “são frequentemente usadas de uma maneira que não se encaixa no consenso dos filósofos de que o conhecimento exige mais do que ter uma crença verdadeira justificada, mesmo que as pessoas possam ter a intuição de Gettier” (MACHERY et al., 2017b, p. 532). Todavia, quanto aos resultados encontrados para a pergunta do conhecimento 2, os autores consideram que eles contribuem para a afirmação de Machery et al. (2017a) de que a intuição advinda dos casos tipo-Gettier é robusta entre culturas e idiomas, podendo ser reflexo de uma epistemologia popular básica (MACHERY et al., 2017b, p. 532).

Nesse estudo, os autores também buscaram analisar se outros fatores poderiam afetar o julgamento dos participantes sobre o caso tipo-Gettier. Em se tratando dos resultados analisados em relação a uma possível influência de gênero nas respostas dos participantes, os autores relatam não terem encontrado indícios dessa influência. Sendo assim, “Com mais de 2000 participantes, não conseguimos encontrar nenhuma diferença entre homens e mulheres [...]. Concluimos que o caso Gettier não provoca julgamentos diferentes de homens e mulheres” (MACHERY et al., 2017b, p. 532). Podemos ver na imagem abaixo o gráfico com tal resultado:

Figura 12 - Gráfico com a proporção das intuições sobre o caso tipo-Gettier de homens e mulheres



Fonte: MACHERY et al., 2017b, p. 536.

Quanto a influência da idade nas respostas dos participantes, Machery et al. (2017b, p. 537) relatam ter encontrado um resultado indicando que pessoas mais velhas têm uma

probabilidade menor de serem afetadas pela intuição advinda do caso tipo-Gettier, considerando suas repostas para ambas as perguntas que foram realizadas visando extrair tal intuição (Conhecimento 1 e Conhecimento 2). Os autores ilustram o resultado encontrado da seguinte forma: “assumindo que 80% das pessoas de 18 anos relatam a intuição Gettier, apenas cerca de 66% das pessoas de 78 anos relatariam a intuição Gettier, uma diferença notável” (MACHERY et al., 2017b, p. 537). Outro aspecto que também parece ter influenciado as intuições das pessoas sobre os casos tipo-Gettier testado foi o fator da personalidade dos participantes. As características de personalidade dos participantes eram traçadas por suas respostas às questões psicossociais que também faziam parte da investigação⁵². E os resultados encontrados no estudo sugerem, por exemplo, que “as pessoas conscienciosas são menos propensas a compartilhar a intuição Gettier, enquanto as pessoas abertas à experiência e as pessoas neuróticas são mais propensas a compartilhar a intuição Gettier” (MACHERY et al., 2017b, p. 528). Os autores, contudo, não souberam explicar porque tais dimensões da personalidade humana poderiam influenciar de forma positiva ou negativa a intuição dos participantes a respeito do caso tipo-Gettier (MACHERY et al., 2017b, p. 535), e que, por conta de não haver motivos para preferir o julgamento de um desses grupos de pessoas em relação ao outro, eles suspendiam o juízo sobre qual traço de personalidade deveria ser privilegiado quando o que está em jogo é a divergência intuitiva sobre os casos tipo-Gettier.

Por fim, os autores consideraram as respostas dadas às perguntas do Conhecimento 1 e Conhecimento 2 em relação ao nível de reflexão dos participantes⁵³ e descobriram que o “quanto mais reflexivo alguém é, mais propenso a dar a resposta filosófica padrão em resposta ao caso Gettier, a saber, que o agente não conhece a proposição relevante [...], mesmo depois de controlar a cultura, idade, sexo, e outras medidas sócio psicológicas” (MACHERY et al., 2017b, p. 537). Esse resultado parece corroborar a hipótese levantada por Starmans e Friedman (2012) e Turri (2013) de que haveria uma diferença de desempenho na avaliação dos casos

⁵² Foram categorizadas cinco dimensões de personalidade, que foram obtidas através dos testes de psicologia social utilizadas no estudo: extroversão (*extraversion*), afabilidade (*agreeableness*), conscienciosidade (*conscientiousness*), neuroticismo (*neuroticism*) e abertura à experiência (*openness to experience*). Conforme os autores, “Grosso modo, a conscienciosidade mede a disposição para autodisciplina e confiabilidade; neuroticismo (o inverso da estabilidade emocional) a tendência a experimentar emoções negativas; e abertura à experiência a tendência de buscar novas experiências e se envolver em empreendimentos criativos” (MACHERY et al., 2017b, p. 535).

⁵³ Para examinar o possível efeito da reflexão nas intuições dos participantes, os autores verificaram o nível de disposição das pessoas em se envolver na reflexão utilizando os dados coletados através do *The Cognitive Reflection Test* (CRT) e a escala *Need for Cognition Scale* (NFC) (MACHERY et al., 2017b, p. 538).

Gettier, ou seja, quanto maior a disposição do participante em se envolver reflexivamente na avaliação do cenário, maior a tendência de ele ser afetado pela intuição advinda dos casos tipo-Gettier. Sendo assim, o resultado do estudo de Machery et al. (2017b) indica que a reflexão, ou ainda, a disposição para se envolver no pensamento reflexivo pode ter sim um impacto no julgamento que a alguém faz sobre os casos tipo-Gettier.

Esse resultado pode servir de apoio àqueles que defendem que as intuições dos filósofos profissionais deveriam ser consideradas em detrimento das intuições de leigos. Isso porque o filósofo profissional, devido ao seu treinamento filosófico, estaria menos propenso a cometer erros de desempenho, ou ser influenciado por fatores irrelevantes durante a avaliação de casos como os de Gettier. Conforme Machery et al. (2017b), tal defesa pode ser um problema para os filósofos experimentais voltados ao movimento negativo, uma vez que eles precisam garantir que a variabilidade das intuições sobre os casos tipo-Gettier, por exemplo, permanecem mesmo quando considerados apenas os julgamentos reflexivos dos participantes, visto que, “Às vezes, é muito rápido contestar intuições filosóficas à luz de suas variações demográficas e de efeitos de enquadramento, pois julgamentos mais reflexivos podem ser universais e imunes aos efeitos de enquadramento” (MACHERY et al., 2017b, p. 538, grifo dos autores). Sendo assim, para Machery et al. (2017b), se a reflexão pode influenciar as intuições das pessoas sobre os casos tipo-Gettier, isso indica que “as pessoas que não relatam a intuição de Gettier estão cometendo um erro de desempenho, reforçando nossa afirmação de que a intuição de Gettier faz parte de uma epistemologia básica” (MACHERY et al., 2017b, p. 538). O erro no desempenho vincula-se, assim, ao processo que está por trás do julgamento que as pessoas fazem sobre se o protagonista dos casos tipo-Gettier tem ou não conhecimento. A variabilidade nas intuições epistêmicas, desse modo, não seria reflexo de uma diferença mais profunda na competência epistêmica das pessoas em geral, mas antes disso, seria reflexo de desempenhos diferentes em relação a avaliação de cenários hipotéticos, tais como os casos tipo-Gettier. Sendo assim, conforme Machery et al. “rejeitar a intuição Gettier é um erro de desempenho que é superado na reflexão” (2017b, p. 539).

2.3 FILOSOFIA EXPERIMENTAL *VERSUS* FILOSOFIA DE POLTRONA?

Podemos notar nos estudos anteriormente apresentados o quão distinto é o trabalho realizado pelos filósofos experimentais em relação ao tipo de investigação de poltrona que caracterizamos no primeiro capítulo. Há coleta de dados, aplicação de questionários, uso de ferramentas estatísticas, apresentação frequente de gráficos e tabelas, além do envolvimento de

diversos pesquisadores em torno de um mesmo estudo. A investigação empírica assume o lugar daquela típica investigação de poltrona. E a pergunta que alguns filósofos tradicionais fazem nesse momento é por que deveríamos considerar esse tipo de empreendimento como pertencente à Filosofia?

Os filósofos experimentais, de modo geral, não parecem estar preocupados com esse tipo de questionamento, até porque, mesmo que suas investigações transponham os limites que demarcam a Filosofia enquanto área, os seus resultados incidem diretamente sobre ela. Aqueles que, no entanto, buscam rebater tal pergunta questionam os critérios utilizados por essa atual demarcação entre áreas, que pretende estabelecer o que pode ser considerado ou não como uma investigação filosófica. Se olharmos para a história da Filosofia, podemos encontrar vários filósofos que estavam interessados em questões empíricas e pouco preocupados se essas questões pertenciam a uma determinada área em específico. O impasse dessa discussão sobre se a Filosofia Experimental pode ser considerada Filosofia ou não parece ser um dos menores problemas com o qual os filósofos experimentais precisam lidar, uma vez que inúmeras críticas e objeções são realizadas tanto aos estudos de forma isolada, quanto ao movimento como um todo. Kirk Ludwig (2018, p. 387-390) sumariza os vários motivos pelos quais a Filosofia Experimental é criticada. Dentre eles, podemos destacar:

a) O filósofos experimentais partem de um pressuposto equivocado quando consideram que os filósofos analíticos confiam em intuições como evidência⁵⁴. Por conta disso, boa parte do debate metafilosófico feito por esse movimento pode ser considerada irrelevante.

b) O próprio movimento negativo da Filosofia Experimental critica o movimento positivo ao sugerir que as intuições não servem, ou não deveriam servir, como evidência para a Filosofia, seja ela advinda da investigação de poltrona ou da investigação empírica.

c) Os filósofos deveriam estar preocupados em investigar o conhecimento em si e não o conceito de conhecimento. Conhecimento seria um tipo natural, por isso a análise conceitual baseada nas intuições sobre como as pessoas classificam tal conceito, ou mesmo as investigações dos filósofos experimentais a respeito dessas intuições não ajudariam em nada a compreendermos o que é o conhecimento⁵⁵.

⁵⁴ Jennifer Nado (2016) denomina os filósofos que fazem esse tipo de objeção à Filosofia Experimental de *Intuition deniers*. Os filósofos em questão são Timothy Williamson (2004, 2007), Herman Cappelen (2012) e Max Deutsch (2015).

⁵⁵ Hilary Kornblith (2002, 2007) direciona esse tipo de crítica especificamente à análise conceitual que é tradicionalmente realizada sobre conhecimento, mas tal crítica pode ser estendida a certos estudos em Filosofia

d) Os filósofos experimentais assumem uma visão simplificada do papel que os experimentos de pensamento desempenham nas investigações filosóficas. Na verdade, experimentos de pensamento seriam utilizados para mais de um propósito, e a existência desses diferentes papéis funcionais seria uma fonte de confusão nas discussões metafilosóficas por eles levantadas⁵⁶.

d) A Filosofia Experimental teria uma visão um tanto quanto caricata da metodologia filosófica. Os filósofos não simplesmente consultam suas intuições e criam teorias com base nelas, tal como um médium consulta espíritos esperando que eles os digam algo. O uso do método de casos, por exemplo, vai além disso, estando mais para um exercício intelectual que busca experimentar, testar, colocar sob escrutínio um determinado conceito para que confusões conceituais possam ser desfeitas. Tal como os matemáticos tentam resolver um problema matemático, como um lógico busca construir uma prova de algo, assim o filósofo busca refletir sobre uma variedade de casos hipotéticos para considerar um determinado conceito por diversos ângulos. Depois de analisá-lo também à luz dos julgamentos de outros filósofos, procuram chegar a um julgamento reflexivo sobre tais casos e, com isso, propor considerações teóricas mais gerais sobre o conceito investigado. Além disso, a investigação filosófica não é feita de forma isolada, por apenas um filósofo sentado em sua poltrona. Os filósofos participam de uma comunidade composta por outros pesquisadores, publicam artigos, recebem críticas, revisam suas análises, experimentam novas ideias, e assim por diante.

e) A Filosofia Experimental sofre diversas críticas a respeito de problemas metodológicos advindos de seus estudos, tais como: i) estudos mal projetados, em que cenários ou perguntas foram pouco claros, ambíguos ou pouco informativos, afetando a interpretação dos resultados e gerando suposições não testadas de como os entrevistados entenderam tais cenários, problemas e perguntas; ii) má compreensão a respeito do tipo de intuições que estavam sendo analisadas nos estudos empíricos propostos; iii) confusão sobre os dados que as pesquisas fornecem, pois nem todas as respostas oferecidas pelos participantes dos estudos estariam expressando suas intuições sobre casos hipotéticos; iv) controle de certos fatores relevantes para obter resultados úteis; v) dificuldade em fazer Filosofia por meio de pesquisas empíricas, o que requer análise de inúmeros cenários relevantes para avaliar vários aspectos de apenas um relato, fazendo com que a pesquisa demore demasiadamente para alcançar resultados

Experimental, pois estes também estariam se preocupando com o alvo errado ao deixar de investigar o conhecimento em si para investigar intuições sobre o conceito de conhecimento.

⁵⁶ Crítica feita por Cohnitz e Häggqvist (2018).

significativos; vi) não levar em consideração a diferença de desempenho entre os filósofos profissionais e as pessoas leigas ao considerar as respostas oferecidas, uma vez que os filósofos estariam mais preparados para avaliar os diversos cenários testados; vii) fazer generalizações apressadas a partir dos resultados obtidos em apenas um estudo.

Essas últimas críticas, que recaem sobre os aspectos metodológicos dos estudos empíricos realizados pelos filósofos experimentais, podem ser, em certa medida, fruto do pouco preparo que os filósofos, de modo geral, possuem para conduzir investigações empíricas. Isso porque, se olharmos para a formação de um aluno de graduação em Filosofia podemos constatar que não há um preparo, e poderíamos dizer que não há nem mesmo um incentivo para que este aprenda e utilize em suas pesquisas certas ferramentas metodológicas advindas da ciência. Os filósofos experimentais que recorrem a tais ferramentas precisam muitas vezes buscar auxílio de outros pesquisadores, colegas advindos de outras áreas como psicologia e ciências cognitivas de modo geral, ou mesmo adquirir por conta própria os conhecimentos sobre essa ferramentaria metodológica para conseguir conduzir suas investigações empíricas. Alguns deles reconhecem as limitações de suas investigações, e muitos buscam corrigir tais limitações conduzindo novas pesquisas. Eles acreditam que embora existam problemas em seus estudos, eles não podem ser descartados por completo. Podem, por outro lado, servir para motivar novas investigações e fazer com que o movimento da Filosofia Experimental ganhe cada vez mais força.

Mas essas não são as únicas críticas recebidas pelo movimento. Joshua Knobe e Shaun Nichols (2008, p. 8-11), por exemplo, buscam responder às seguintes objeções: a) assim como em outras áreas, os filósofos não deveriam estar preocupados com as intuições populares a respeito de um determinado problema ou conceito filosófico, pois estes seriam conceitos e problemas técnicos da área e somente os filósofos profissionais, que são especialistas neles, poderiam avançar nas investigações filosóficas; b) mesmo que algumas investigações filosóficas estejam preocupadas com conceitos de senso comum, os filósofos, que também os empregam, seriam mais treinados e cometeriam menos erros em avaliar casos hipotéticos, e por conta disso teriam uma maior precisão e habilidade para lidar com tais conceitos; c) os filósofos experimentais estão perdendo o ponto quando consideram a Filosofia como estando apenas interessada nas intuições das pessoas e em como elas pensam; d) a Filosofia Experimental não chegará a lugar algum apenas realizando experiências empíricas, pois as conclusões alcançadas em seus estudos não conseguirão responder certas questões tipicamente filosóficas.

Não temos a pretensão de apresentar as respostas oferecidas a cada uma dessas críticas e objeções feitas ao movimento e aos estudos realizados pela Filosofia Experimental. Elas, inclusive, são apenas uma parcela de tantas outras críticas que, de modo geral, pretendem questionar ou, em alguns casos, deslegitimar o trabalho desenvolvido por tal movimento. Alguns alegam que os filósofos experimentais compreendem errado certos aspectos da metodologia filosófica, outros tecem críticas aos estudos empíricos e seus problemas metodológicos, outros pensam que os resultados empíricos encontrados nesses estudos não afetam em nada as investigações filosóficas tradicionais (típicas de poltrona). Tem ainda aqueles que desafiam o movimento conduzindo outras investigações empíricas, e aqueles que não fazem questão de levantar de suas poltronas para contestar e objetar contra a Filosofia Experimental. Além disso tudo, os filósofos experimentais precisam, em muitos momentos, justificar a presença do termo “Filosofia” no nome dado ao movimento por eles fomentado.

Se por um lado a Filosofia Experimental recebe diversas críticas e objeções, por outro lado, como vimos neste capítulo, tal movimento surgiu e foi motivado em grande parte pelo objetivo de questionar a metodologia e certas afirmações filosóficas que estariam empiricamente mal fundamentadas. Em se tratando do movimento em sua concepção estreita, que teria surgido como resposta ao uso de intuições realizado pelos filósofos em suas investigações, podemos considerar que seus estudos empíricos apontam pelo menos três desafios com os quais a Filosofia de poltrona precisa lidar, os quais Kaija Mortensen e Jennifer Nagel (2016) denominam de Desafio da Diversidade (*Diversity Challenge*), Desafio da Ignorância do Pensamento Popular (*Ignorance of Folk Thinking Challenge*) e Desafio de Evidência Questionável (*Questionable Evidence Challenge*).

O Desafio da Diversidade diz respeito à variabilidade das intuições apontada pelos estudos realizados pela Filosofia Experimental, em que fatores como diferenças culturais, idade, gênero e personalidade, por exemplo, estariam influenciando as intuições dos participantes em relação a vários casos hipotéticos bem conhecidos na Filosofia (MORTENSEN; NAGEL, 2016, p.55). Tal desafio pretende alertar aos filósofos que pressupõem que as suas intuições são amplamente compartilhadas, que talvez elas sejam apenas um produto da sua própria cultura e de seu treinamento filosófico. Por conta disso, os filósofos deveriam levantar de suas poltronas e investigar se as suas intuições são de fato amplamente compartilhadas ou se há uma diversidade de intuições a respeito de casos hipotéticos filosoficamente importantes.

Outro problema, colocado pelo Desafio da Ignorância do Pensamento Popular, ressalta que os filósofos, sentados em suas poltronas, “costumam fazer suposições sobre como as

“pessoas normalmente pensam sobre conhecimento, moralidade e outros assuntos de interesse filosófico” (MORTENSEN; NAGEL, 2016, p.55). Alguns estudos em Filosofia Experimental indicam que talvez as pessoas não pensem sobre tais questões do mesmo modo como supunham os filósofos, e que, por esse motivo, eles deveriam conduzir uma série de pesquisas projetadas para mapear o que tais pessoas de fato pensam sobre essas questões, ao invés de pressupor isso.

Por fim, de acordo com Desafio de Evidência Questionável, mesmo que os filósofos estejam cientes de como as pessoas pensam e mesmo que não exista a variabilidade anteriormente mencionada, ainda assim as intuições filosoficamente significativas podem ser afetadas por outros fatores como, por exemplo, a ordem em que os casos são apresentados, as perguntas que os antecedem, as fontes usadas para a apresentação dos casos, entre outros detalhes (MORTENSEN; NAGEL, 2016, p.55). Essa sensibilidade intuitiva é considerada indesejável, o que faz com que aumentem as dúvidas a respeito da estabilidade e confiabilidade dessas intuições. Sendo assim, como sugerem alguns filósofos experimentais, tais intuições constituem evidências questionáveis e deveriam ser eliminadas da metodologia filosófica. E se, mesmo assim, os filósofos pretenderem seguir confiando em tais intuições, que pelo menos garantam que elas sejam devidamente examinadas empiricamente (MORTENSEN; NAGEL, 2016, p.55).

As críticas e desafios advindos dos dois lados fazem com que a relação entre a Filosofia Experimental e a Filosofia de poltrona, também denominada de “Filosofia tradicional”, seja vista como uma relação conturbada. Parece que ambas estão em lados opostos, lutando para ver quem ganha a disputa que vai decidir qual a melhor maneira de se fazer Filosofia. Essa impressão também é alimentada pelo modo como a Filosofia Experimental, em sua dimensão negativa, é caracterizada, uma vez que a imagem muitas vezes utilizada para representar essa dimensão do movimento é uma poltrona em chamas. Enquanto um lado quer distância das investigações características do trabalho de poltrona, o outro lado se recusa a levantar e abandonar o seu conforto para realizar pesquisas empíricas. Contudo, como ressaltam Kaija Mortensen e Jennifer Nagel:

Mas se observações como essas fizeram parecer que a Filosofia experimental é, por sua própria natureza, oposta à Filosofia tradicional, essa impressão é enganosa. A Filosofia experimental e tradicional certamente diferem em seus métodos, mas dizer que os métodos são diferentes não é necessariamente dizer que eles são incompatíveis, ou que um deve ser perseguido às custas do outro. Embora alguns trabalhos iniciais em Filosofia experimental possam ter levado os filósofos a acreditar que os métodos experimentais devem ser opostos aos métodos tradicionais (ou “de poltrona”), muitos

trabalhos recentes têm sido destinados a refutar esses desafios iniciais e a reconciliar maneiras experimentais e tradicionais de enfrentar problemas filosóficos (MORTENSEN; NAGEL, 2016, p. 53).

O impasse, no entanto, pode ser amenizado se considerarmos a Filosofia Experimental como sendo amigável à Filosofia de poltrona (*Armchair-friendly Experimental Philosophy*), tal como propõem Mortensen e Nagel. Para as autoras, uma das maneiras pela qual a Filosofia Experimental poderia se aproximar da Filosofia de poltrona seria ao defendê-la dos três desafios mencionados anteriormente a partir de novos estudos empíricos que pudessem embasar um contra-ataque empírico contra tais desafios. Isso já vem acontecendo em certa medida, como por exemplo, quando estudos posteriores ao artigo de Weinberg et al. (2001) não conseguiram encontrar as mesmas diferenças intuitivas sobre o caso tipo-Gettier relatadas em tal estudo. Esses novos resultados podem enfraquecer as críticas iniciais feitas àqueles que se apoiam em tais intuições. As futuras pesquisas realizadas pela Filosofia Experimental podem contribuir, nesse sentido, na investigação da robustez, ou não, das evidências empíricas que apontam para uma variabilidade indesejada das intuições sobre os casos tipo-Gettier. Podem contribuir também para uma compreensão a respeito dos fatores que estariam de fato influenciando as diferenças intuitivas dos participantes, os quais poderiam estar para além dos casos hipotéticos em si, ou seja, seriam resultados de problemas metodológicos dos próprios estudos empíricos inicialmente realizados. Novos estudos podem servir igualmente para investigar se os filósofos experimentais não superestimaram os resultados inicialmente encontrados e criticaram precipitadamente o trabalho empreendido pelos filósofos tradicionais.

Outro modo pelo qual a Filosofia Experimental poderia se aproximar da Filosofia de poltrona, sugerem Mortensen e Nagel, é fazendo com que suas investigações empíricas estendam e aprimorem o alcance da teorização filosófica tradicional. A ideia aqui não é abandonar a investigação por meio de casos hipotéticos, mas sim aprimorar o seu uso. Um exemplo desse aprimoramento é quando os filósofos experimentais testam variações de um mesmo caso hipotético para investigar como elas afetam as intuições dos participantes. Isso permite uma compreensão de quais fatores ou elementos do cenário podem estar influenciando os julgamentos intuitivos das pessoas. Compreender esses fatores possibilita também que os filósofos experimentais investiguem os mecanismos cognitivos que estão por trás desses julgamentos. Conforme os autores, esse trabalho experimental oferece à Filosofia de poltrona recursos para entender melhor as intuições com as quais eles estão lidando, possibilita um esclarecimento sobre as possíveis confusões intuitivas, uma melhor compreensão a respeito da

origem das variações desses julgamentos, bem como uma maior compreensão das intuições populares e, com isso, a oportunidade de investigar como o povo de fato pensa acerca de questões filosóficas importantes, além de oferecer um suporte mais claro sobre quais intuições os filósofos podem basear suas teorias.

No fim das contas, Mortensen e Nagel reconhecem que o valor construtivo da Filosofia Experimental é maior do que seu valor enquanto movimento crítico da Filosofia tradicional. Nesse sentido, os filósofos experimentais têm muito mais a contribuir para o trabalho tradicionalmente realizado em Filosofia do que a criticar. E mesmo as críticas são bem vindas, podendo desempenhar um papel construtivo na própria teorização filosófica tradicional, como por exemplo, indicando quais intuições não parecem ser confiáveis ou apontar, a partir de seus estudos, novos elementos que antes não estavam sendo considerados. Por fim, segundo as autoras, a Filosofia Experimental pode ser amigável à Filosofia de poltrona quando seus estudos contribuem para aprofundar a compreensão dos mecanismos cognitivos que estão por trás das intuições, permitindo, desse modo, que possamos entender melhor a natureza do pensamento filosófico (MORTENSEN; NAGEL, 2016, p. 67).

Nesse mesmo espírito, Elizabeth O'Neill e Edouard Machery (2014) ressaltam a importância dos métodos empíricos para a Filosofia de modo geral e os motivos pelos quais esses métodos deveriam ser vistos como parte integrante do *kit* de ferramentas dos filósofos. Para os autores, os métodos experimentais e outros métodos empíricos podem contribuir não apenas para os projetos tradicionais em Filosofia, tal como a análise conceitual, mas contribui igualmente para o próprio debate metafilosófico, bem como para os projetos denominados naturalistas. O'Neill e Machery acreditam que o trabalho desenvolvido em Filosofia Experimental pode ser incentivado a seguir por novas direções e, desse modo, incorporar novos métodos empíricos, ampliando seu escopo de investigações e contribuições à Filosofia.

Em relação aos projetos tradicionais em Filosofia, O'Neill e Machery (2014, p. viii-xiii) sinalizam quatro maneiras pelas quais a Filosofia Experimental pode ser incorporada, ou auxiliar de alguma forma tais projetos. Primeiro, a Filosofia Experimental pode frequentemente informar projetos que envolvem análise conceitual ao oferecer, por exemplo, uma análise a respeito da variação conceitual de uma população para outra, bem como, ao identificar quais as características dos casos hipotéticos levam as pessoas a terem as intuições que têm a respeito de um determinado conceito, tal como o conhecimento. Para os autores, uma análise detalhada de um conceito, nesse sentido, requer a utilização de métodos experimentais. Segundo, se

levamos em consideração que muitos argumentos filosóficos tradicionais envolvem premissas empíricas, embora as conclusões alcançadas não sejam empíricas, seria natural que os filósofos recorressem à experimentação ou aos dados empíricos ao invés de apenas assumir que algo é o caso. A ideia não é, no entanto, esperar que a ciência avalie as premissas empíricas utilizadas nos argumentos filosóficos, isso porque, como apontam os autores, os cientistas nem sempre estão interessados nas mesmas premissas que os filósofos e esperar que a ciência determine a verdade de tais premissas significa um progresso muito lento para as discussões filosóficas. Por esse motivo, a Filosofia Experimental, a partir da ampliação de seus métodos empíricos, poderia contribuir na investigação dessas premissas. Terceiro, conforme O'Neill e Machery (2014, p. xii), “uma importante forma de argumento na filosofia tradicional consiste em desmistificar uma crença. Isso pode ser feito mostrando que a crença é o produto de um processo causal que não está conectado da maneira correta ao fato em questão”. A Filosofia Experimental poderia contribuir, nesse caso, ao fornecer evidências que suportam os argumentos de desmistificação dessas crenças. Quarto, a Filosofia Experimental poderia auxiliar na identificação dos possíveis vieses que nos levam a ter as intuições que temos sobre várias questões filosóficas. Para os autores, é esperado que esse tipo de informação possa ajudar a determinar a confiabilidade dos processos cognitivos envolvidos no trabalho filosófico.

Quanto à contribuição da Filosofia Experimental para o trabalho metafilosófico, O'Neill e Machery (2014, p. xiii-xix) destacam a importância de suas investigações acerca do método de casos, muito utilizado pelos filósofos contemporâneos. Para os autores, os casos hipotéticos, ou experimentos de pensamento, são ferramentas importantes para argumentação filosófica, sendo utilizados para diferentes propósitos, como, por exemplo, na ilustração de conceitos ou teorias, para suscitar julgamentos que são considerados evidências a respeito dos conceitos ou crenças filosoficamente relevantes que as pessoas possuem, ou ainda são utilizados porque os filósofos acreditam estar justificados de que se algum fato se mantém nas situações descritas no caso analisado, então ele pode ser assumido, pelo menos em um primeiro momento, no debate filosófico. O problema no entanto, como apontam O'Neill e Machery, está nos julgamentos intuitivos que são advindos desses experimentos de pensamento, ou melhor, na pressuposição dos filósofos de que tais julgamentos fornecem garantia para a verdade de seu conteúdo. Essa desconfiança, como vimos, advém das evidências empíricas a respeito da variabilidade indesejada das intuições apresentadas pelos próprios filósofos experimentais. Porém, sugerem O'Neill e Machery, a crítica de que não deveríamos confiar nas intuições advindas de casos hipotéticos como um todo parece precipitada, pois ainda que algumas

intuições podem ser influenciadas por fatores irrelevantes, isso não implica que todas elas também seriam. É preciso mais estudos para que possamos estar justificados em questionar a garantia fornecida pelas intuições de modo geral. Aqui pode estar a importância da Filosofia Experimental para os projetos metafilosóficos, na medida em que seus estudos podem fornecer as evidências sobre as influências e diversidades, ou não, das intuições advindas de diversos casos. Tais evidências podem, desse modo, ser empregadas na crítica ou defesa da utilização do método de casos na Filosofia.

Por fim, O'Neill e Machery (2014, p. xix-xxv) apontam algumas reservas dos próprios filósofos naturalistas⁵⁷ em relação ao trabalho desenvolvido pelos filósofos experimentais. Embora os filósofos naturalistas busquem uma aproximação da Filosofia para com a ciência de modo geral⁵⁸, alguns deles acreditam que os achados da Filosofia Experimental têm pouco a contribuir para as suas próprias investigações. Que na melhor das hipóteses, os resultados dos estudos empíricos realizados pelos filósofos experimentais fornecem evidências apenas sobre como os participantes leigos desses estudos conceituam várias coisas, e isso não ajudaria a esclarecer a natureza das coisas em si. Como apontam os autores, essas reservas dos naturalistas em relação à Filosofia Experimental tem como base a maneira como eles olham para o trabalho dos filósofos experimentais, que é caracterizado como estando interessado apenas nas intuições das pessoas sobre vários casos hipotéticos, e tendo como objetivo investigar a confiabilidade dessas intuições. Podemos notar que os filósofos naturalistas parecem levar em consideração apenas a Filosofia Experimental em sua concepção estreita. Contudo, O'Neill e Machery sugerem que as pesquisas em Filosofia Experimental poderiam ser ampliadas para além dessa caracterização anteriormente mencionada, e, nesse sentido, abarcar projetos que se enquadrariam em uma concepção ampla do movimento. Essa ampliação se daria tanto em relação às questões a serem investigadas quanto aos métodos utilizados pelos filósofos experimentais. Isso poderia abarcar questões e investigações de interesse dos naturalistas.

Os autores também se perguntam por que os filósofos naturalistas, embora entusiastas de uma aproximação entre Filosofia e ciência, não se engajam eles próprios em investigações

⁵⁷ Os autores fazem referência tanto aos naturalistas metafísicos que, segundo eles, “sustentam várias visões sobre a natureza da realidade, tipicamente endossando o materialismo reduutivo ou não reduutivo e a completude causal da física” (O'NEILL; MACHERY, 2014, p. xix), quanto ao naturalismo metodológico que “tem menos a ver com a natureza da realidade do que com a natureza do filosofar, com naturalistas metodológicos frequentemente adotando o slogan (vago) de que ‘a filosofia é contínua com as ciências’” (O'NEILL; MACHERY, 2014, p. xix).

⁵⁸ Um exemplo de filósofo naturalista na Epistemologia, tal como vimos no primeiro capítulo, é Hilary Kornblith. Como já mencionado, Kornblith (2002, 2007, 2012) acredita que o conhecimento é um fenômeno natural e que, portanto, deveria ser estudado com ferramentas das ciências naturais.

empíricas e utilizam de ferramentas experimentais em seu trabalho filosófico. Os filósofos naturalistas seriam aqueles filósofos empíricos mencionados por Prinz (2008), que apenas fazem uso de evidências empíricas advindas da ciência, mas que não “sujam” as próprias mãos para coletar tais evidências. O’Neill e Machery recomendam, no entanto, que os filósofos naturalistas também se engajem e desenvolvam seu próprios trabalhos empíricos, abraçando, dessa forma, mais amplamente o naturalismo. Isso faria com que eles deixassem de ser apenas filósofos empíricos e entrassem para o grupo dos chamados filósofos experimentais.

Se a Filosofia Experimental surgiu como um movimento crítico ao modo como a Filosofia tradicional desenvolve o seu trabalho, isso não quer dizer que tal movimento permanece sendo apenas alimentado por esse objetivo. Vimos nesse capítulo que alguns trabalhos e investigações de fato apontam sérios problemas para aqueles filósofos que não abrem mão de utilizar o método de casos. Mas vimos também que alguns estudos têm muito a contribuir para o próprio trabalho tradicionalmente realizado pelos filósofos de poltrona. É claro que a Filosofia Experimental tem muitas objeções com as quais ela precisa lidar, além de muitos problemas metodológicos que precisam ser superados para garantir a sua credibilidade. Entretanto, parece difícil não pensar que a Filosofia como um todo poderia sair ganhando com um trabalho colaborativo entre a Filosofia Experimental e a Filosofia tradicional. O filósofo experimental poderia utilizar outras ferramentas metodológicas para investigar os mesmos problemas que o filósofo tradicional já vem investigando em sua poltrona ou, até mesmo, expandir as investigações para abarcar outras questões que também podem ser importantes para a Filosofia. Uma investigação não excluiria a outra. O objetivo pode ser o mesmo, apenas os caminhos seriam diferentes. E mesmo se os objetivos forem diferentes, isso não faz com que um projeto anule o outro. Lembrando que a via, neste caso, seria de mão dupla, a Filosofia tradicional também poderia colaborar, bem como criticar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Filosofia Experimental. No fim das contas, a ideia é que se o filósofo tradicional optar por permanecer em sua poltrona para realizar suas investigações, não custa nada ele deixar a porta do seu escritório aberta para permitir a entrada de seus colegas que resolveram coletar suas próprias evidências empíricas. Até porque, o filósofo experimental vai precisar retornar à sua boa e velha poltrona para analisar tais evidências e pensar sobre suas consequências ao problema filosófico em questão. A poltrona não é queimada ou deixada de lado, ela continua sendo a parceira de investigação de todo e qualquer filósofo. Só precisamos garantir que ela esteja em boas condições antes de nos sentarmos confortavelmente nela.

3 FILOSOFIA EXPERIMENTAL E FILOSOFIA TRADICIONAL EM OBSERVAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas certas considerações sobre as quais os filósofos tradicionais e experimentais interessados, de alguma forma, nas intuições advindas dos casos tipo-Gettier poderiam levar em conta antes de realizarem suas próximas investigações. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, os casos tipo-Gettier são casos hipotéticos de uso recorrente no empreendimento epistemológico de análise do conhecimento. Grande parte da comunidade filosófica acredita que as intuições advindas da avaliação de cenários característicos desse tipo de caso apontam para a ausência de conhecimento por parte de seus protagonistas. Essa suposição vem sendo questionada pelos filósofos experimentais, como vimos no segundo capítulo, em virtude da aparente variabilidade dessas intuições que foi encontrada em alguns de seus estudos empíricos. Tal variabilidade, ou instabilidade, das intuições advindas dos casos tipo-Gettier é vista com preocupação e, algumas vezes, como um indício de que os filósofos tradicionais talvez deveriam parar de recorrer a esse tipo de estratégia metodológica em suas investigações, especialmente as que buscam investigar o que é o conhecimento.

No entanto, veremos neste capítulo que essa aparente variabilidade das intuições pode ser decorrente de outros fatores que não foram levados em consideração nos estudos empíricos realizados pela Filosofia Experimental. Se isso for o caso, aqueles filósofos experimentais que, de saída, usaram os resultados iniciais sobre a variabilidade intuitiva para criticar as investigações filosóficas tradicionais, que se apoiam nas intuições advindas de casos hipotéticos, talvez deveriam ter mais cautela, ou até mesmo, conduzir novos estudos que confirmem os primeiros resultados. Esses fatores, no entanto, também não podem ser ignorados pelos filósofos tradicionais, na medida em que, por um lado podem sugerir novos rumos para as investigações por eles realizadas, mas, por outro lado, podem apontar para os mesmos cuidados que eles devem tomar em suas investigações. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é chamar a atenção para tais considerações que precisam ser observadas nas futuras investigações que envolvam intuições advindas de casos hipotéticos, especialmente aquelas advindas dos casos tipo-Gettier.

Veremos que uma dessas considerações diz respeito justamente a essa classe de casos hipotéticos que comumente denominamos de “casos tipo-Gettier”. Autores como Peter Blouw,

Wesley Buckwalter e John Turri (2017) vão sugerir que muitos dos problemas apontados pelos proponentes da Filosofia Experimental, a respeito da variabilidade das intuições dos casos tipo-Gettier que apresentamos no segundo capítulo, podem ser um reflexo da diferença estrutural existente entre os próprios casos que foram analisados por esses estudos. Tais autores sugerem que deveríamos abandonar essa terminologia mais geral, propondo, com isso, uma taxonomia dos casos tipo-Gettier que ajude a destacar essas diferenças estruturais de cada caso. Futuras investigações deveriam estar atentas, desse modo, a tais diferenças, e deixar claro quais casos estão sendo analisados quando pretenderem destacar as intuições suscitadas por eles.

Outra consideração que é apresentada neste capítulo, apontada por Alvin I. Goldman (2017), diz respeito às três subtarefas que executamos em nossa mente quando geramos uma intuição filosófica: primeiro, formamos uma representação mental do cenário descrito pelo caso hipotético a ser analisado; segundo, formamos ou recuperamos uma representação mental da categoria a ser analisada (nos casos tipo-Gettier, por exemplo, é “conhecer”); e por fim, a partir dessas duas representações, determinamos se o cenário exemplifica ou instancia a categoria em questão. Veremos que, além de estarem atentas às diferenças estruturais dos casos tipo-Gettier, as futuras investigações também precisam preocupar-se em garantir que falhas nessas subtarefas sejam minimizadas, a fim de assegurar a confiabilidade do processo de geração de uma intuição. Ao minimizar essas falhas, os filósofos podem evitar que fatores indesejados em cada uma das subtarefas influenciem as intuições das pessoas sobre um determinado caso hipotético.

Por fim, a última consideração apresentada neste capítulo refere-se à tendência predominante entre os filósofos interessados na discussão metafilosófica aqui abordada de considerar as intuições como dependendo de uma capacidade mental única. Como veremos, Jennifer Nado (2014, 2017) argumenta que tais filósofos talvez estejam equivocados ao focarem na confiabilidade “da intuição”, pois a intuição pode ser considerada uma categoria que abarca um grupo de estados mentais altamente heterogêneo. Conforme a autora, evidências empíricas sugerem que a confiabilidade de um tipo de intuição não nos diz muito, ou talvez nada diz, sobre a confiabilidade de outros tipos de intuições. Assim, futuras investigações precisam estar atentas a essa diversidade e, por conta disso, buscar avaliar a confiabilidade das intuições de forma mais restrita.

Ao chamar a atenção para tais considerações, espera-se que novas pesquisas estejam atentas às implicações que isso pode gerar sobre o modo como elas serão conduzidas, bem como sobre os resultados que serão encontrados por elas. Ao garantir os diversos cuidados

demandados por essas considerações, talvez possamos compreender melhor a variabilidade, ou uniformidade, das intuições advindas dos casos tipo-Gettier, e quais os reflexos disso para o empreendimento de análise do conhecimento.

3.1 TAXONOMIA DOS CASOS TIPO-GETTIER

Como vimos no primeiro capítulo, a expressão “casos tipo-Gettier” faz referência a um conjunto enorme de casos hipotéticos que descrevem uma situação em que um agente tem uma crença verdadeira justificada, mas que os filósofos julgam não ser conhecimento. Os casos tipo-Gettier são, desse modo, variações dos contraexemplos originais apresentados em 1963 por Edmund Gettier à definição tradicional do conhecimento. Vimos também que, até pouco tempo atrás, acreditava-se que as intuições suscitadas por esses casos eram consideradas fortes e amplamente compartilhadas por todos aqueles que entravam em contato com eles. No entanto, apresentamos no segundo capítulo alguns estudos empíricos recentes realizados pelos proponentes da Filosofia Experimental que apontam resultados preocupantes para aqueles filósofos que se apoiam nas intuições advindas dos casos tipo-Gettier. Tais intuições não se mostraram tão robustas, tal como era tradicionalmente pressuposto, e, em alguns casos, eram influenciadas por fatores irrelevantes ao conteúdo desses casos. Embora existam estudos ainda mais recentes que apontam para uma certa uniformidade dessas intuições, temos que admitir que, até o momento, não há um consenso a respeito da variabilidade, ou uniformidade, das intuições advindas de casos tipo-Gettier. O único consenso até o momento, pelo menos entre os filósofos experimentais, é que mais estudos empíricos precisam ser realizados para investigar quais são as intuições das pessoas sobre esses casos e, com isso, sua robustez, bem como quais os fatores que influenciam tais intuições.

Levando em consideração esses diferentes resultados encontrados nos estudos da Filosofia Experimental, em relação as intuições advindas de casos tipo-Gettier, os autores Peter Blouw, Wesley Buckwalter e John Turri sugerem em seu artigo *Gettier Cases: A Taxonomy* (2017) que isso pode ser um reflexo da diferença existente entre os próprios casos analisados. Ou seja, quando nos referimos a “casos tipo-Gettier” não estamos falando de uma classe homogênea de casos hipotéticos, pois eles apresentam diferenças estruturais significativas entre si. Essas diferenças estruturais fazem com que as pessoas, ao entrarem em contato com casos tipo-Gettier distintos uns dos outros, possam também ter intuições diferentes a respeito de cada

caso. Os autores ressaltam, desse modo, que a expressão “casos tipo-Gettier” deveria ser abandonada em favor de uma terminologia mais refinada.

A noção apresentada no primeiro capítulo, de que os casos tipo-Gettier compartilham de uma certa estrutura que os caracterizam, geralmente envolvendo uma situação de “dupla sorte”, é considerada por Blouw, Buckwalter e Turri (2017) uma estrutura simples demais, que deixa de fora certos aspectos importantes se quisermos considerar uma caracterização mais refinada para esses casos. Conforme os autores, os diferentes casos tipo-Gettier envolveriam não apenas uma, mas diferentes tipos de situações de boa e má sorte. E para cada uma dessas situações, poderíamos pensar em diferentes dimensões ao longo dos quais se observa que esses casos variam. Por conta disso, Blouw, Buckwalter e Turri (2017) analisam as distintas dimensões que fazem com que os casos tipo-Gettier sejam diferentes uns dos outros e propõem uma taxonomia para eles. Essa taxonomia é baseada em um estudo anterior, realizado por eles, a respeito da relação entre conhecimento e sorte, apresentado no artigo *Knowledge and luck* (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015).

Nesse artigo de 2015 os autores pretendiam analisar, a partir de experimentos empíricos, quais tipos de sorte seriam compatíveis com o conhecimento. Isso porque, segundo Turri, Buckwalter e Blouw (2015, p. 378), na Filosofia o conhecimento é visto como uma conquista que envolve alcançar a verdade através da capacidade cognitiva e, assim como em outras conquistas humanas, o conhecimento muitas vezes ocorre por uma combinação de habilidade e sorte. No entanto, ressaltam os autores, nem todo tipo de sorte é compatível com o conhecimento, como por exemplo, adivinhar os números da loteria não faz com que alguém saiba, de fato, quais os números premiados. Pensando nisso, eles resolveram investigar qual tipo de sorte seria visto como sendo compatível com o conhecimento. A investigação se deu a partir de um estudo no qual os autores apresentaram diferentes casos hipotéticos que eram destinados a examinar as intuições dos participantes sobre a relação entre conhecimento e sorte. Cada caso apresentava alguns aspectos distintos que buscavam captar as diferentes dimensões dessa relação. E, conforme Turri, Buckwalter e Blouw (2015), a variedade de casos utilizada nesse estudo exibia três importantes diferenças estruturais.

Antes de falar sobre o estudo empírico realizado por Turri, Buckwalter e Blouw (2015), vamos compreender quais seriam essas diferenças estruturais que caracterizariam os casos hipotéticos, não apenas utilizados nesse estudo, mas que também são comumente utilizados na Filosofia com o intuito de examinar as intuições sobre a relação entre conhecimento e sorte. Conforme os autores, a primeira diferença leva em consideração se o

agente epistêmico do caso inicialmente percebe um estado de coisas que torna a sua crença verdadeira, aquilo que os autores chamam de *truth-maker*⁵⁹ (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 379). Em alguns casos, o agente percebe algo que vem a ser um *truth-maker*, ou seja, aquilo que de fato torna a sua crença verdadeira, mas em outros casos aquilo que o agente percebe, no entanto, é apenas uma imitação ou farsa muito convincente de algo que é efetivamente um *truth-maker*. Essa primeira dimensão dos casos é chamada pelos autores de **Detecção** (*Detection*) e está relacionada com a presença de um tipo específico de má sorte, isto é, “a dimensão rastreia se um agente inicialmente consegue ou não detectar a verdade sobre uma proposição acreditada” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 244). Veremos, logo abaixo, exemplos de como essas diferenças estruturais ocorrem tais casos. Mas, primeiramente, vamos entender do que se trata as outras duas dimensões.

A segunda diferença diz respeito a se a relação perceptiva do agente descrito no caso permanece intacta com o tempo (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 379). Isto é, às vezes o agente pode até perceber um certo *truth-maker*, mas outro evento ameaça atrapalhar essa relação perceptiva, ou seja, um agente pode conseguir detectar a verdade da proposição no qual acredita, mas ocorre o infortúnio logo em seguida. Essa segunda dimensão dos casos os autores denominam de **Ameaça** (*Threat*), e está relacionada com a presença de tal infortúnio (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 244). No entanto, essa ameaça pode ser malsucedida, e, no fim das contas, falhar, ou pode ser bem-sucedida em alguns casos, interrompendo, assim, a relação perceptiva do agente para com o *truth-maker* original. E este, por fim, acaba sendo substituído por um outro *truth-maker*, que os autores chamam de *truth-maker* substituto (*backup truth-maker*).

A terceira diferença tem a ver com quão parecido é o *truth-maker* percebido originalmente e o *truth-maker* que o substituiu no segundo momento, após uma ameaça bem sucedida (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 379). Tal como ressaltam os autores, algumas vezes eles se parecem muito, e outras vezes são bastante dissemelhantes. Desse modo, essa terceira dimensão, que é denominada de **Substituição** (*Replacement*), “diz respeito aos

⁵⁹ Não temos em português uma tradução precisa para a expressão *truth-maker*. Traduzindo literalmente seria algo do tipo “fazedor de verdade”. Contudo, como é um termo técnico da Filosofia optamos por não traduzi-lo. Cabe ressaltar, no entanto, que essa é uma noção importante para os debates metafísicos contemporâneos interessados na conexão entre verdade e realidade. Basicamente as teorias sobre *truth-maker* exploram a relação entre o que é verdade e o que existe, sendo que a principal consideração é a de que a verdade seria dependente da realidade, ou seja, dependente do que existe, e não o contrário. Para uma visão geral sobre a literatura a respeito dessa noção, ver Adolf Rami (2009) e Gonzalo Rodriguez-Pereyra (2006).

tipos de boa sorte que dão verdade à crença de um agente após a ocorrência de uma ameaça bem-sucedida ou falha inicial na detecção” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 245).

Para compreendermos melhor como essas diferenças estruturais ocorrem em casos tipo-Gettier, vamos considerar os exemplos apresentados por Blouw, Buckwalter e Turri (2017):

Exemplo 1 – Diamante (*Diamond*):

Emma acabou de comprar um diamante de um joalheiro respeitável e o colocou no bolso do seu casaco. Ela, portanto, acredita que há um diamante no seu bolso. Infelizmente, a pedra que Emma comprou é uma falsificação. Mas o casaco que ela está vestindo costumava pertencer à avó, que secretamente costurou um diamante no bolso, diretamente sob o botão, para que ninguém o descobrisse. A avó morreu antes de revelar esse segredo, e ninguém, nem mesmo Emma, notou o diamante escondido desde então⁶⁰ (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 244).

Nesse primeiro exemplo vamos considerar a dimensão da *detecção*: como podemos ver, Emma *falha* em detectar a verdade sobre o diamante que comprou e, desse modo, forma a sua crença com base em uma aparência enganosa do diamante falsificado. Assim, Emma não percebe o estado de coisas que torna a sua crença verdadeira, isto é, seu *truth-maker*. E é por conta dessa falha, situação de má sorte, que é aberta a possibilidade da ocorrência de uma situação de boa sorte característica dos casos tipo-Gettier, a saber, que a avó escondeu secretamente o diamante no bolso do casaco que Emma está utilizando. Esse diamante, agora verdadeiro, atua como o *truth-maker* substituto, fazendo com que a crença de Emma seja verdadeira por fim.

No entanto, como ressaltam Blouw, Buckwalter e Turri (2017, p. 244), a situação de má sorte pode acontecer de outra forma. Vejamos o exemplo a seguir:

Exemplo 2 – Notícia (*News*):

Smith lê uma notícia verdadeira no jornal de um assassinato político, que foi escrito por um repórter de confiança. Mas os associados da vítima, que desejam evitar um pânico, cobriram a mídia com (falsos) relatos de que a tentativa de assassinato falhou e que a vítima em questão está viva. Quase todo mundo já ouviu esses outros relatos e acredita neles. No entanto, por acaso, Smith não vê esses relatos e continua

⁶⁰ Caso adaptado de Nagel et al. (2013).

acreditando que a vítima está morta⁶¹ (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 244-245).

Neste exemplo, Smith consegue detectar a verdade sobre o assassinato do político e a sua relação com o *truth-maker* não é afetada no primeiro momento. Porém, entra em jogo a segunda dimensão, *ameaça*, que pode vir a afetar a relação perceptiva entre o agente epistêmico e o *truth-maker* no decorrer do tempo. Neste caso, a situação de má sorte ocorre nessa dimensão, e se dá em virtude dos falsos relatos oferecidos pelos associados da vítima. Embora, em tal exemplo, a ameaça seja malsucedida, parece que Smith tem apenas sorte em detectar a verdade, pois, se ele tivesse lido os novos relatos falsos da mídia, ele teria formado uma crença falsa de que o político ainda estava vivo. E por conta dessa sorte alguns acreditam que ele deixa de possuir o conhecimento do assassinato do político. Essa dimensão, da ameaça à verdade de uma crença, mesmo sendo malsucedida, parece fazer diferença na hora de julgarmos um agente como sabendo, ou não sabendo, que algo é o caso.

Se no caso anterior a ameaça foi malsucedida, veremos no próximo exemplo que uma ameaça também pode ser bem-sucedida em afetar a verdade da crença de um agente:

Exemplo 3 – Caneta (*Pen*)

Katie está trancada em seu apartamento escrevendo uma carta. Ela coloca a carta e a sua caneta azul Bic sobre a mesa da sala. Então ela vai ao banheiro para tomar um banho. Quando o banho de Katie começa, dois assaltantes entram silenciosamente no apartamento. Um ladrão pega a caneta azul Bic de Katie da mesa. Mas o outro ladrão deixa distraidamente sua própria caneta azul idêntica sobre a mesa da sala. Então os ladrões vão embora. Katie ainda está no chuveiro e não ouviu nada⁶² (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 245).

Assim como no exemplo 2, Katie detecta, em um primeiro momento, a verdade sobre a sua caneta e forma uma crença verdadeira de que tal caneta está sobre a mesa da sala. No entanto, uma situação de má sorte (*ameaça bem-sucedida*), que neste caso é o roubo da caneta enquanto Katie está no banho, muda a explicação de por que a crença de Katie é verdadeira. Ou seja, a caneta passa a estar sobre a mesa não porque Katie a deixou ali, mas porque o outro

⁶¹ Blouw, Buckwalter e Turri (2017) usaram a adaptação feita por Lycan (2006, p. 157) do caso originalmente apresentado por Gilbert Harman (1973, p. 143-144)

⁶² Caso adaptado de Starmans e Friedman (2012).

ladrão deixou distraidamente sua própria caneta Bic azul sobre a mesa da sala. Essa ameaça também parece fazer diferença na hora de julgarmos se Katie deixa de ter conhecimento sobre a caneta em sua mesa da sala.

Vimos que no exemplo 1 a situação de má sorte ocorre na primeira dimensão, detecção, pois Emma falha em detectar a verdade sobre o diamante que comprou. No exemplo 2 e 3, tanto Smith quanto Katie detectam o *truth-maker* em um primeiro momento, mas a situação de má sorte nesses casos ocorre a partir da presença de uma ameaça à relação deles com o *truth-maker* de suas crenças. No exemplo 2 essa ameaça foi malsucedida e não afetou a relação de Smith com o *truth-maker* de sua crença, que permaneceu o mesmo. Porém, no exemplo 3, a ameaça foi bem-sucedida, fazendo com que o *truth-maker* original (a caneta Bic azul de Katie) fosse substituída por outro *truth-maker* (a caneta Bic azul do ladrão).

Por fim, a terceira dimensão indicada pelos autores, substituição, não tem tanto a ver com a situação de má sorte que ocorre nos casos, mas diz respeito principalmente ao tipo de situação de boa sorte que ocorre após uma ameaça bem-sucedida ou falha inicial na detecção. Tem a ver com a substituição, ou não, do *truth-maker* no final dos casos e, mais especificamente, tem a ver com a similaridade do *truth-maker* original em relação ao *truth-maker* substituto. Por exemplo, no caso 2 não há substituição de *truth-maker*, pois a ameaça não interrompe a relação entre Smith e o fato que torna sua crença verdadeira no primeiro momento. Já nos exemplos 1 e 3, acontece algo no decorrer da história que torna as crenças das protagonistas falsas e, logo após, ocorre uma situação de boa sorte que restaura a verdade de tais crenças. Essa restauração ocorre por meio da substituição do *truth-maker* original por um *truth-maker* substituto. No exemplo 3, o *truth-maker* substituto é muito semelhante ao original: a caneta Bic azul do ladrão é idêntica à caneta Bic azul de Katie, além do lugar onde ocorreu a substituição permanece sendo o mesmo, a mesa da sala. Por outro lado, no exemplo 1, o *truth-maker* substituto não é semelhante ao original: o diamante do bolso do casaco de Katie encontra-se nele há décadas, enquanto o diamante no qual Katie baseia a sua crença só pertence a ela há pouco tempo, além da localização de ambos não ser exatamente a mesma. Essa terceira dimensão, desse modo, capta o efeito de uma substituição entre um *truth-maker* original por um *truth-maker* substituto, levando em consideração a semelhança entre eles.

Vamos considerar um último exemplo que Blouw, Buckwalter e Turri (2017) apresentam para ilustrar as três dimensões estruturais que caracterizam casos hipotéticos que lidam com a relação entre sorte e conhecimento, em especial, os casos tipo-Gettier. O exemplo

a seguir é uma versão adaptada de um dos contraexemplos originais de Gettier, apresentado na íntegra no primeiro capítulo:

Exemplo 4 – Barcelona

Smith tem fortes evidências de que Jones possui um Ford. Smith tem outro amigo, Brown, de cujo paradeiro ele é totalmente ignorante. Com base em suas evidências sobre Jones, Smith aceita a proposição de que “Ou Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”, mesmo que ele não tenha ideia de onde Brown está. Acontece que Jones não possui um Ford e atualmente está dirigindo um carro alugado. No entanto, por pura coincidência e totalmente desconhecido para Smith, Brown está viajando em Barcelona⁶³ (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 246).

Este exemplo destaca bem a estrutura tridimensional ressaltada pelos autores: Smith falha em detectar a verdade sobre Jones possuir um Ford e, por conta disso, forma uma crença falsa, pois Jones na verdade não possui um Ford. Porém, entra em cena um *truth-maker* substituto (a presença de Brown em Barcelona) que torna a crença de Smith, de que “Ou Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona”, verdadeira. No entanto, esse *truth-maker* substituto é muito diferente do *truth-maker* original que Smith considerou no momento em que formou sua crença. Toda essa situação leva a maioria das pessoas a julgar que Smith não tem, de fato, conhecimento.

Podemos notar, assim como apontam os autores tanto no artigo de 2015, mas principalmente em seu artigo de 2017, que os casos tipo-Gettier apresentados nos quatro exemplos anteriores possuem características distintas, que são reflexos das diferentes estruturas de tais casos. Isso sugere que, provavelmente, estamos lidando não apenas com um modelo de casos tipo-Gettier, mas vários deles. E, por conta disso, deveríamos abandonar essa noção mais geral de “casos tipo-Gettier” e aprimorar a classificação desses vários casos que hoje incluímos em uma mesma categoria. Sendo assim, e levando em consideração a estrutura tridimensional (Detecção, Ameaça e Substituição) apresentada pelos autores no artigo de 2015, Blouw, Buckwalter e Turri (2017, p. 246-247) sugerem que essa estrutura gera uma taxonomia de pelo menos cinco tipos de “casos tipo-Gettier”. Cada um desses cinco tipos, por possuírem aspectos distintos, captam diferentes dimensões da relação entre conhecimento e sorte. Conforme os

⁶³ Blouw, Buckwalter e Turri (2017) usaram a adaptação feita no seu artigo de 2015 do caso originalmente apresentado por Gettier (1963, p. 122-123).

autores, isso acaba gerando padrões surpreendentemente diferentes de atribuição de conhecimento nas pessoas que entram em contato com tais casos.

Antes de apresentar a taxonomia dos casos tipo-Gettier, Blouw, Buckwalter e Turri (2017) caracterizam uma estrutura para servir de comparação que corresponde a instâncias comuns de conhecimento perceptivo:

Conhecimento - Detecção sem Ameaça (*Knowledge - Detection without Threat*):

“Um agente detecta perceptivamente a verdade e não há ameaça saliente à verdade de seu julgamento” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 246).

Ao meramente incorporarmos a dimensão da ameaça, primeiramente malsucedida, na formulação acima, podemos obter a primeira categoria de casos tipo-Gettier. Essa categoria possui uma estrutura que caracteriza o exemplo 2 (Notícia) que apresentamos anteriormente:

Categoria Gettier 1 - Detecção com ameaça malsucedida (*Gettier Category 1 - Detection with Unsuccessful Threat*):

“Um agente detecta perceptivamente a verdade e há uma ameaça saliente, mas malsucedida, à verdade de seu julgamento” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 247).

Porém, para os casos em que a ameaça é bem-sucedida, teremos de incorporar ainda a dimensão da substituição. Lembrando que um *truth-maker* substituto pode ser de dois tipos, similar e dissimilar. Isso gera, então, mais dois tipos de categorias de caso tipo-Gettier:

Categoria Gettier 2 - Detecção + Ameaça bem-sucedida + Substituição Similar

(*Gettier Category 2 - Detection + Successful Threat + Similar Replacement*): “Um agente detecta perceptivamente a verdade, há uma ameaça saliente e bem-sucedida à verdade de seu julgamento, e um *truth-maker* substituto, que é similar ao *truth-maker* original, está presente” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 247).

Categoria Gettier 3 - Detecção + Ameaça bem-sucedida + Substituição Dissimilar

(*Gettier Category 3 - Detection + Successful Threat + Dissimilar Replacement*): “O agente detecta perceptivamente a verdade, há uma ameaça saliente e bem-sucedida à

verdade de seu julgamento, e um *truth-maker* substituto, que é dissimilar ao *truth-maker* original, está presente” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 247).

A Categoria Gettier 2 possui uma estrutura que caracteriza o exemplo 3 (Caneta) anteriormente apresentado. Por outro lado, a Categoria Gettier 3 ilustra a estrutura que está presente no exemplo 1 (Diamante). As outras duas categorias de casos tipo-Gettier que veremos a seguir caracterizam aqueles casos que envolvem uma falha inicial na detecção da verdade. Em virtude dessa falha inicial (situação de má sorte), a dimensão da substituição (situação de boa sorte) é novamente incorporada. A diferença das duas categorias a seguir ocorre apenas em virtude da similaridade, ou não, do *truth-maker* substituto em relação ao *truth-maker* original:

Categoria Gettier 4 - Falha na Detecção + Substituição Similar (*Gettier Category 4 – Failure to Detect + Similar Replacement*): “O agente falha em detectar a verdade, mas seu julgamento, no entanto, é tornado verdadeiro por um estado de coisas similar ao qual ele baseava sua crença” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 247).

Categoria Gettier 5 - Falha na Detecção + Substituição Dissimilar (*Gettier Category 5 – Failure to Detect + Dissimilar Replacement*): “O agente falha em detectar a verdade, mas seu julgamento, no entanto, é tornado verdadeiro por um estado de coisas dissimilar ao qual ele baseava sua crença” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 247).

Como ressaltam os autores, essas duas categorias correspondem mais de perto à estrutura dos casos hipotéticos apresentados originalmente por Gettier (1963). A Categoria 5, por exemplo, possui uma estrutura que caracteriza o exemplo 4 (Barcelona) que é uma adaptação de um dos contraexemplos de Gettier. Por fim, os autores caracterizam uma estrutura que corresponde a instâncias paradigmáticas de ignorância:

Ignorância - Falha na Detecção + Sem Restauração (*Ignorance – Failure to Detect + No Restoration*): “O agente falha em detectar a verdade, e nada torna seu julgamento verdadeiro” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 247).

A partir dessa taxonomia, os autores chamam a atenção para as várias configurações das categorias mencionadas acima e como elas descrevem estruturas radicalmente diferentes. Se consideramos o agente epistêmico em um caso da Categoria Gettier 1, veremos que ele detecta a verdade, mas um golpe de má sorte, uma ameaça malsucedida, nos faz reavaliar a nossa atribuição de conhecimento a ele. Mas será que esse tipo de sorte não seria compatível com o conhecimento? Será que as pessoas, de modo geral, deixariam de atribuir conhecimento ao agente nessa situação? Mas se, por outro lado, consideramos um agente epistêmico em um caso da Categoria Gettier 5, que além de não detectar a verdade tem como *truth-maker* substituto um estado de coisas diferente do qual ele baseou a sua crença, será que as pessoas deixariam de atribuir conhecimento mais facilmente a ele? Será que a sorte envolvida em casos da Categoria Gettier 5 é compatível com o conhecimento? Resumindo, será que diferentes tipos de “casos tipo-Gettier” não suscitam também diferentes intuições sobre a atribuição de conhecimento aos seus protagonistas? Blouw, Buckwalter e Turri (2017) acreditam que a resposta para essa última pergunta é “sim!”, uma vez que, segundo eles, “a única coisa óbvia sobre as intuições ‘Gettier’ é que elas não são uma classe unificada. Talvez diferenças estruturais sutis nos casos tipo-Gettier usados ao longo desta literatura sejam responsáveis pela variação que vemos nas intuições das pessoas” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 248).

Essa concepção é sustentada pelo estudo empírico que é apresentado em Turri, Buckwalter e Blouw (2015). Como já dito, os autores pretendiam analisar em tal estudo a relação entre o conhecimento e os diferentes fatores relacionados à sorte (Detecção, Ameaça e Substituição), na medida em que cada um desses fatores parecem afetar as atribuições de conhecimento de maneiras distintas. O estudo consistiu em quatro experimentos que foram conduzidos de forma separada e eram independentes uns dos outros. Os participantes desse estudo foram recrutados de forma *online*⁶⁴ e em cada experimento eles eram solicitados a avaliar um caso hipotético, que possuía três versões diferentes para cada um dos três primeiros experimentos e sete versões diferentes para o quarto experimento. Tais versões pretendiam

⁶⁴ Os participantes desse estudo foram recrutados e testados usando uma plataforma *online* (*Amazon Mechanical Turk + Qualtrics*) e foram compensados com US\$ 0,30 por aproximadamente 2 minutos de seu tempo. A participação foi restrita a residentes nos Estados Unidos e entre 94% a 99% dos participantes (dependendo do experimento) relataram inglês como idioma nativo. Segundo os autores, todos os participantes dos quatro experimentos foram recrutados e compensados de forma semelhante. Os participantes eram impedidos de participar mais de uma vez em um único experimento ou mesmo participar dos outros três experimentos. O número de participantes por experimento foi o seguinte: Experimento 1 - 135 participantes; Experimento 2 - 141 participantes; Experimento 3 - 576 participantes; Experimento 4 - 813 participantes (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 380 - 384).

analisar a influência desses diferentes fatores relacionados à sorte na atribuição de conhecimento dos participantes ao protagonista do caso em questão. Turri, Buckwalter e Blouw (2015) pretendiam investigar se as intuições dos participantes sobre o conhecimento eram sensíveis às mudanças nas versões do caso apresentado em cada experimento.

Vamos apresentar aqui apenas o quarto experimento realizado pelos autores, uma vez que ele foi projetado para replicar as descobertas dos três primeiros experimentos em um único estudo. Conforme Turri, Buckwalter e Blouw (2015, p. 384), “os resultados não apenas replicaram descobertas anteriores, mas também demonstraram que elas se generalizam para outros contextos e não se devem ao uso de um tipo específico de história”. Os participantes desse quarto experimento foram designados aleatoriamente a avaliar uma das sete versões de uma mesma história, que tinha como enredo em comum uma protagonista chamada Emma. Tal enredo foi baseado na versão de um caso apresentado por Nagel et al. (2013) que aparece no segundo capítulo da presente dissertação. O enredo descreve Emma admirando joias em uma sofisticada loja de departamento e que, após comprar uma pedra do mostruário de diamantes, coloca a pedra em seu bolso, permanece na loja por mais um minuto e depois vai embora (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 384). As sete variações dessa história buscaram testar se os participantes atribuiriam conhecimento a Emma quando, por exemplo, ela detectava inicialmente um *truth-maker*, se tal detecção sofreu alguma ameaça bem-sucedida ou malsucedida, e se o *truth-maker* substituto era similar ou dissimilar ao *truth-maker* original. As versões do caso foram as seguintes:

1. Caso controle – Conhecimento (*Knowledge Control*): “A pedra que Emma compra é um diamante. Ela sai da loja e nada mais acontece” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

2. Ameaça malsucedida (*Failed Threat*): “A pedra que Emma compra é um diamante. Um hábil ladrão de joias tenta roubá-lo do seu bolso antes que ela saia da loja, mas ele falha” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

3. Detecção + Substituição Similar (*Detection Similar Replacement*): “A pedra que Emma compra é um diamante. Um hábil ladrão de joias tenta roubá-lo do seu bolso antes que ela saia da loja, e ele consegue. Alguém secretamente coloca um diamante no bolso de Emma antes que ela saia da loja” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

4. Detecção + Substituição Dissimilar (*Detection Dissimilar Replacement*): “A pedra que Emma compra é um diamante. Um hábil ladrão de joias tenta roubá-lo do seu bolso antes que ela saia da loja, e ele consegue. Há muito tempo, a avó de Emma costurou secretamente um diamante no bolso do casaco de Emma” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

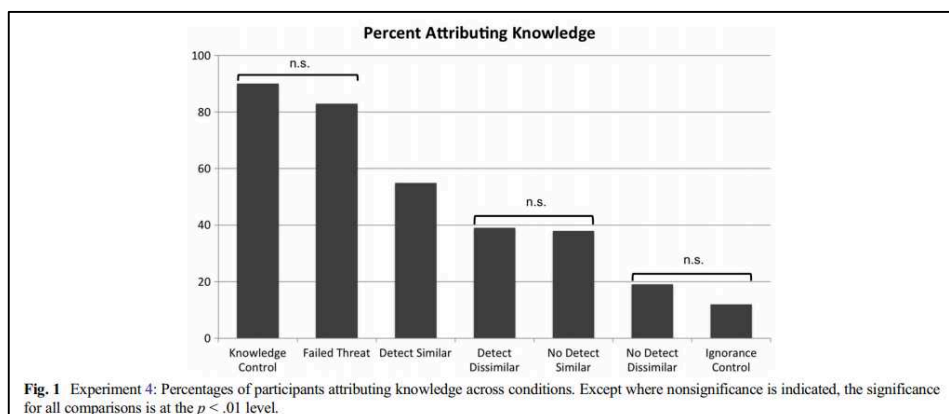
5. Falha na Detecção + Substituição Similar (*No Detection Similar Replacement*): “A pedra que Emma compra é uma farsa. Um hábil ladrão de joias tenta roubá-lo do seu bolso antes que ela saia da loja, e ele consegue. Alguém secretamente coloca um diamante no bolso de Emma antes que ela saia da loja” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

6. Falha na Detecção + Substituição Dissimilar (*No Detection Dissimilar Replacement*): “A pedra que Emma compra é uma farsa. Um hábil ladrão de joias tenta roubá-lo do seu bolso antes que ela saia da loja, e ele consegue. Há muito tempo, a avó de Emma costurou secretamente um diamante no bolso do casaco de Emma” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

7. Caso controle – Ignorância (*Ignorance Control*): “A pedra que Emma compra é uma farsa. Ela sai da loja e nada mais acontece” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385).

Após a leitura da versão aleatoriamente designada para si, o participante precisava responder a uma série de perguntas de compreensão, como: se Emma tinha um diamante no bolso ao sair da loja; se era razoável Emma pensar que havia um diamante no bolso; e por que Emma achava que havia um diamante no bolso. Por fim, todos os participantes precisaram responder a pergunta sobre se, quando Emma saiu da loja, ela sabia que havia um diamante no bolso (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 385). Na imagem a seguir podemos ver o resultado das porcentagens dos participantes que atribuíram conhecimento a Emma nas sete versões que foram testadas no quarto experimento:

Figura 13 - Gráfico com a porcentagem de atribuição de conhecimento para as sete versões do caso analisado⁶⁵



Fonte: TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 386.

Como podemos notar, as taxas de atribuição de conhecimento nas duas primeiras versões do caso testado, Caso controle – Conhecimento (90%) e Ameaça malsucedida (83%), foram as mais altas e não tiveram uma diferença substancial entre si. Conforme Turri, Buckwalter e Blouw (2015, p. 386), isso indica que mesmo havendo uma ameaça malsucedida à relação do agente com um *truth-maker*, ainda assim o agente é visto como tendo conhecimento. Ou seja, a versão Ameaça malsucedida foi considerada como totalmente consistente com o conhecimento. No entanto, nas versões em que a ameaça foi bem-sucedida a taxa de atribuição foi significativamente menor, mesmo quando o *truth-maker* substituto era similar ao *truth-maker* original (na versão Detecção + Substituição Similar, a taxa de atribuição de conhecimento foi de 55%). Os autores ressaltam que, embora a atribuição de conhecimento a Emma na versão Detecção + Substituição Similar tenha sido menor do que nas duas primeiras versões, ainda assim mais da metade dos participantes consideraram essa versão como consistente com o conhecimento. Isso não aconteceu nas outras quatro versões do caso, que apresentaram uma taxa de atribuição de conhecimento abaixo de 50%, indicando que a maioria dos participantes não consideraram as versões Detecção + Substituição Dissimilar, Falha na Detecção + Substituição Similar, Falha na Detecção + Substituição Dissimilar e Caso controle – Ignorância como compatível como o conhecimento. Turri, Buckwalter e Blouw (2015, p. 386) sinalizam ainda que as taxas de atribuição de conhecimento para as versões em que o *truth-maker* substituto era dissimilar ao *truth-maker* original foram menores do que quando a

⁶⁵ Podemos ver no gráfico a indicação “n.s.” que quer dizer não-significante (*nonsignificant*). Como mencionado na legenda do gráfico, “exceto onde a não-significância é indicada, a significância para todas as comparações está no nível $p < 0,01$ ” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 386.)

substituição era similar. Isso aconteceu tanto na versão em que o agente percebe inicialmente *truth-maker* original, quanto na versão em que o agente falha em detectar inicialmente aquilo que torna a sua crença verdadeira. Por fim, conforme esperado, a ampla maioria dos participantes não atribuiu conhecimento a Emma na versão Caso controle – Ignorância, quando a crença dela era falsa. Para os autores, isso apoia o pressuposto amplamente defendido de que “o conceito de conhecimento é ‘factivo’, significando que sua aplicação pressupõe que a afirmação conhecida seja verdadeira” (TURRI; BUCKWALTER; BLOUW, 2015, p. 386).

Para Turri, Buckwalter e Blouw (2015, p. 387), os resultados desse estudo empírico (considerando não apenas o quarto experimento apresentado acima, mas também os outros três experimentos que compuseram este estudo) apontam para três descobertas interessantes sobre a relação entre conhecimento e sorte: primeira, que a atribuição de conhecimento não é sensível à sorte de uma ameaça malsucedida à relação perceptiva de um agente com o *truth-maker* de sua crença; segunda, que as atribuições de conhecimento são sensíveis à sorte de uma ameaça bem-sucedida à relação perceptiva de um agente com o *truth-maker* de sua crença; terceira, que quando o *truth-maker* original de uma crença é substituído por outro *truth-maker*, após uma ameaça bem-sucedida, as atribuições de conhecimento são sensíveis à maneira pela qual essa substituição ocorre, ou seja, que as pessoas estão mais inclinadas a atribuir conhecimento quando o *truth-maker* substituto é similar ao *truth-maker* original do que quando é dissimilar⁶⁶. Conforme Turri, Buckwalter e Blouw (2015, p. 387), essas descobertas sugerem que o conceito de conhecimento, tal como empregado ordinariamente, é extremamente sensível às aquelas características estruturais dos casos hipotéticos destacadas por eles. Ou seja, que as atribuições de conhecimento aos protagonistas desses casos, tais como os casos tipo-Gettier por exemplo, são sensíveis a diferentes formas e combinações de sorte.

São essas descobertas que apoiam a suspeita de Blouw, Buckwalter e Turri (2017) de que os casos tipo-Gettier não são uma classe unificada de casos hipotéticos. E que seriam essas diferenças estruturais, encontradas nos vários casos tipo-Gettier usados nas investigações anteriores da Filosofia Experimental, as responsáveis pelos diferentes resultados encontrados em tais investigações. Resultados que pareciam mostrar que as pessoas tinham intuições diferentes sobre um mesmo caso. Como apontam os autores, se consideramos as diferentes categorias de casos tipo-Gettier que eles destacaram, veremos que existem casos que estão mais próximos às instâncias paradigmáticas de conhecimento, como por exemplo casos tipo-Gettier

⁶⁶ Os autores ressaltam, no entanto, que mais estudos precisam ser realizados para compreender e identificar com mais precisão quais tipos de similaridade ou dissimilaridades afetam as atribuições de conhecimento.

que possuem uma estrutura tal como descrita na Categoria Gettier 1. Por outro lado, existem casos que possuem uma estrutura tal como descrita na Categoria Gettier 5 que estão mais próximos de serem considerados instâncias paradigmáticas de ignorância. Podemos notar a influência dessa diferença estrutural dos casos sendo refletida no gráfico apresentado anteriormente, que ilustra a porcentagem de atribuição de conhecimento em cada caso. Seriam essas diferenças estruturais nos casos tipo-Gettier, não notadas pelos filósofos em estudos anteriores, que estariam sendo refletidas na variabilidade intuitiva encontrada em tais estudos.

O que Blouw, Buckwalter e Turri (2017) alertam, ao proporem uma taxonomia para os casos tipo-Gettier, é que a dificuldade dos epistemólogos em encontrar uma solução para o problema de Gettier, apresentado por tais casos, advém de uma conclusão simples: “*não há apenas uma coisa que conta como um caso tipo-Gettier e, portanto, também não há apenas uma coisa que conta como o problema de Gettier*” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 251, grifo dos autores)⁶⁷. Ou seja, se a abordagem deles estiver correta, o fato de haver uma diferença estrutural nos vários casos tipo-Gettier utilizados na literatura epistêmica indica que os epistemólogos estão, na verdade, lidando com vários desafios ao utilizarem esses casos no empreendimento de análise do conhecimento. Quando estudos em Filosofia Experimental são confrontados entre si (ou até mesmo com a literatura tradicional) a respeito da variabilidade intuitiva associada a casos tipo-Gettier, talvez a divergência ocorra pelo fato de estarem, muitas vezes, lidando com casos e problemas distintos. Sendo assim, a sugestão dos autores é a de que “trabalhos futuros sobre ‘o’ problema de Gettier devem primeiro especificar com precisão qual tipo de caso está em questão” (BLOUW; BUCKWALTER; TURRI, 2017, p. 251).

Ao apresentar uma taxonomia para os casos tipo-Gettier, a proposta de Blouw, Buckwalter e Turri (2017) é de que deveríamos abandonar de vez a noção “casos tipo-Gettier” em favor de uma terminologia mais refinada. Isso porque essa noção geral apenas faz referência aos casos que apresentam algum tipo de desafio para teorias que buscam oferecer uma definição para o conhecimento. Essa generalização, no entanto, não deixa claro quais são esses desafios, uma vez que, como apontam os autores, diferentes protagonista de casos tipo-Gettier carecem de conhecimento por diferentes razões. Desse modo, conforme Blouw, Buckwalter e Turri

⁶⁷ Lembrando que a discussão sobre as possíveis soluções ao problema de Gettier não é o foco desta dissertação. Desse modo, não temos a pretensão de discutir as implicações diretas que a taxonomia proposta por Blouw, Buckwalter e Turri (2017) teriam para essa discussão. Apenas cabe destacar que, as futuras análises do conhecimento talvez encontrem uma (ou várias) saída para o problema de Gettier se levarem em conta essa hipótese de que talvez estejamos falando de diferentes problemas de Gettier.

(2017, p. 251) fazer uso da categoria “casos tipo-Gettier” ou “problema de Gettier” seria teoricamente inútil e prejudicial ao progresso da Epistemologia. Os autores ressaltam, porém, que eles não estão pressupondo que a taxonomia apresentada por eles seja definitivamente correta ou que eles conseguiram identificar precisamente todas os fatores relevantes que caracterizam os casos hipotéticos que são usados para avaliar a relação entre conhecimento e sorte.

Embora precisemos de uma melhor compreensão sobre todas as características e diferenças estruturais que estão presentes nos casos que comumente denominamos como casos tipo-Gettier e que, provavelmente, novas taxonomias venham a ser propostas, o alerta feito por Blouw, Buckwalter e Turri (2017) já pode nos indicar algumas direções e cuidados que as investigações futuras precisam levar em consideração. Isso vale tanto para o empreendimento tradicional de análise do conhecimento, quanto para as futuras pesquisas empíricas advindas da Filosofia Experimental. Como apontam os autores, investigações futuras realizadas pelos epistemólogos tradicionais, que buscam oferecer uma análise do conhecimento e tentam escapar do(s) problema(s) de Gettier, precisam deixar claro qual tipo de caso tipo-Gettier que eles estão considerando em suas investigações e, conseqüentemente, sobre qual problema de Gettier eles estão discutindo. Ou seja, futuras análises do conhecimento precisam estar atentas às diferenças que caracterizam os casos hipotéticos que estão sendo utilizados nesse empreendimento. Tais diferenças podem implicar em diferentes considerações e contribuições para a teoria do conhecimento que está sendo ponderada.

De modo semelhante, as considerações anteriores também valem para as futuras investigações da Filosofia Experimental. Aqueles filósofos experimentais que pretendem realizar novas pesquisas sobre os casos tipos Gettier precisam projetar seus estudos levando em consideração quais tipos de casos tipo-Gettier serão analisados. Estando cientes das diferenças estruturais de cada caso, os filósofos experimentais poderão investigar, por exemplo, como e por que essas diferenças afetam as intuições das pessoas. O resultado dessas investigações pode apontar para certos fatores e indicativos até então não considerados pelos epistemólogos tradicionais, o que, por sua vez, beneficiaria novas teorias do conhecimento. Além dessas contribuições, novos estudos sobre os diversos casos tipo-Gettier podem servir para investigar se as diferenças intuitivas ainda permaneceriam quando os casos hipotéticos em questão possuíssem as mesmas características estruturais, ou se as intuições de casos tipo-Gettier específicos se manteriam robustas apesar de vários testes.

Por fim, parece que o estudo de Turri, Buckwalter e Blouw (2015) faz com que novas reflexões e dúvidas surjam dentro desse debate metafilosófico a respeito das intuições advindas dos casos tipo-Gettier. Como por exemplo: talvez seja o caso de que a variabilidade das intuições advindas dos casos tipo-Gettier, que foi encontrada em alguns estudos da Filosofia Experimental, seja menos um reflexo de diferenças culturais, socioeconômicas, de gênero ou de personalidade, e mais um reflexo de fatores que não foram levados em consideração nas investigações realizadas até então, tais como as diferenças estruturais de cada caso tipo-Gettier analisado. Será que temos de estar atentos a outros fatores que poderiam estar contribuindo para essa variabilidade intuitiva apontada pelos estudos realizados em Filosofia Experimental? Adiantando a resposta, provavelmente sim. Isso porque, como veremos a seguir, fatores diretamente ligados a certas etapas do processo de geração de intuições também podem estar afetando o resultado final desse processo, fazendo com que as intuições, por ele produzidas, talvez nem sempre possam ser consideradas confiáveis.

3.2 CONFIABILIDADE DAS INTUIÇÕES

Como vimos no segundo capítulo, alguns filósofos experimentais, especialmente aqueles que fazem parte do movimento negativo da Filosofia Experimental, estão convencidos de que a variabilidade ou instabilidade supostamente encontrada por seus estudos empíricos indica que as intuições extraídas de casos hipotéticos não são confiáveis para serem utilizadas nas investigações filosóficas. Por conta disso, eles sugerem que os filósofos deveriam abandonar essa estratégia metodológica de consultar intuições para servirem de evidências em suas pesquisas. Mesmo aqueles que defendem um postura mais moderada, que buscam investigar a alegada confiabilidade as intuições por meio de estudos empíricos, reconhecem que os problemas advindos dessa variabilidade intuitiva não podem ser desconsiderados. Tais problemas lançam sérios desafios, a serem enfrentados por aqueles que não abrem mão de recorrer às intuições advindas de casos hipotéticos. Desafios estes que dizem respeito, basicamente, à confiabilidade dessas intuições, ou melhor, à falta dela.

Em seu artigo *Gettier and the Epistemic Appraisal of Philosophical Intuition* (2017), Alvin I. Goldman está justamente interessado nessa discussão acerca da confiabilidade das intuições filosóficas. Na tentativa de tomar algumas medidas destinadas a reabilitar as intuições de alguns dos problemas e desafios colocados pela Filosofia Experimental, Goldman busca, em seu texto, elucidar as condições sob as quais as intuições poderiam merecer o *status* evidencial

amplamente concedido a elas. Como Goldman mesmo ressalta, nem sempre as intuições podem ser consideradas confiáveis, contudo, se tomarmos alguns cuidados, podemos ser otimistas em relação a sua confiabilidade. Veremos que essas condições apresentadas em seu artigo apontam para outros fatores que podem estar intimamente relacionados com a variabilidade intuitiva encontrada pelos estudos empíricos realizados pela Filosofia Experimental. Se isso for o caso, investigações futuras também precisam estar atentas a tais condições e como elas podem afetar não apenas o seu desenvolvimento, mas, conseqüentemente, os seus resultados.

Como já mencionado no primeiro capítulo, Goldman considera uma intuição como sendo um “um *juízo mental desacompanhado de qualquer justificativa consciente*” (GOLDMAN, 2017, p. 215, grifo do autor). Embora essa seja uma caracterização ampla que consegue abarcar até mesmo outros modos de como o termo “intuição” pode ser compreendido ordinariamente, como palpite, presságio, suspeita ou pressentimento, Goldman está interessado apenas na confiabilidade dos julgamentos intuitivos utilizados nas investigações filosóficas. Tais julgamentos, conforme o autor, possuem uma forma que os caracterizam: são julgamentos singulares de classificação, isto é, julgam “se um determinado cenário, ou um evento ou protagonista em um cenário específico, exemplifica essa ou aquela propriedade ou relação” (GOLDMAN, 2017, p. 215). Goldman busca compreender por que esses julgamentos espontâneos de classificação podem fornecer justificção para qualquer conclusão filosófica. Por exemplo, por que essas intuições de classificação podem ser boas evidências para a verdade de proposições (nos termos do próprio Goldman, como veremos abaixo) tais como a de que os protagonistas dos casos tipo-Gettier não têm conhecimento. Evidências que, por fim, podem apoiar grandes mudanças em certas teorias, colocando em xeque análises até então bem consolidadas, como foi o caso da análise tripartite de conhecimento.

Antes de apresentar suas considerações, Goldman esclarece o que ele entende por “evidência”: “um estado de coisas é evidência para a verdade de P se e somente se esse estado de coisas é um indicador confiável da verdade de P” (GOLDMAN, 2017, p. 216). Como exemplo, ele menciona que a fumaça é uma evidência de fogo, na medida em que indica de maneira confiável a presença de fogo. Ou ainda, que o número de anéis em um tronco de uma árvore é evidência da idade da árvore, pois indica de maneira confiável quantos anos a árvore tem. Da mesma forma, como aponta Goldman, “alguém ter uma intuição de que x é F é evidência de que x é F se e somente se a intuição da pessoa de que x é F é um indicador confiável de x (realmente) ser F” (GOLDMAN, 2017, p. 216, grifo do autor). Nesse sentido, uma intuição da forma “x é F” pode ser considerada um indicador confiável para a verdade de que x é F se

ela regularmente, e confiavelmente, classifica de modo correto os cenários, situações ou eventos apresentados pelos casos hipotéticos.

Levando isso em consideração, Goldman busca analisar se uma intuição que ocorre em uma pessoa qualquer pode ser considerada um indicador confiável da verdade de seu conteúdo. Para responder a esse tipo de questionamento, o autor ressalta que aqueles que pretendem defender o *status* evidencial positivo das intuições (defender que as intuições seriam indicadores confiáveis da verdade de seus conteúdos) precisam oferecer evidências que possam, digamos assim, atestar a confiabilidade dessas intuições, isto é, precisam obter evidências de segunda ordem sobre a qualidade da evidência de primeira ordem de uma intuição. Podemos encontrar mais detalhes acerca dessa distinção entre evidências de primeira e segunda ordem a respeito das intuições em um outro artigo de Goldman, *Philosophical Naturalism and Intuitional Methodology* (2010). Nesse artigo, Goldman explora um pouco mais a distinção entre perguntas de primeira e segunda ordem sobre o status evidencial das intuições. Para o autor, exemplos de questões de primeira ordem seriam: Afinal, as intuições são evidências? Intuições são boas evidências para quais proposições ou hipóteses? E qual o tipo de evidência que elas conferem: *a priori* ou *a posteriori*? (GOLDMAN, 2010, p. 117). Por outro lado, questões de segunda ordem seriam: existem boas evidências para o *status* evidencial de primeira ordem das intuições? E qual seria o tipo mais adequado para essas evidências de segunda ordem: *a priori* ou *a posteriori*? (GOLDMAN, 2010, p. 117). Goldman sugere que as evidências de primeira e segunda ordem a respeito das intuições são de tipos diferentes: “Especificamente, intuições ou julgamentos intuitivos podem ter status evidencial de primeira ordem de um tipo substancialmente *a priori*, enquanto seu status evidencial de segunda ordem - a evidência para seu *status* evidencial - é principalmente do tipo empírico” (GOLDMAN, 2010, p. 117).

Goldman (2017) destaca que esse trabalho de obtenção de evidências de segunda ordem sobre a qualidade da evidência de primeira ordem de uma intuição já vem sendo realizado, de certo modo, pelos filósofos experimentais, pois é a partir de pesquisas empíricas que conseguiremos encontrar evidências de segunda ordem que podem esclarecer nossas dúvidas acerca do *status* evidencial das intuições utilizadas nas investigações filosóficas. Algumas das pesquisas empíricas realizadas pela Filosofia Experimental, por exemplo, apresentam evidências (de segunda ordem) de que as intuições, por apresentarem uma variabilidade preocupante, não são confiáveis e não deveriam ser utilizadas como evidências (de primeira ordem) para a verdade de seu conteúdo.

No entanto, como já dito, Goldman dispõe-se a elucidar as condições sob as quais as intuições poderiam merecer o *status* evidencial positivo amplamente concedido a elas. Sendo assim, o modo que Goldman encontrou para investigar a confiabilidade das intuições foi considerar em detalhes as subtarefas cognitivas executadas pelas pessoas quando estas são solicitadas a analisar e classificar uma ação, estado, evento ou condição de um protagonista em um cenário hipotético. A ideia é que para saber se a intuição é um indicador confiável da verdade de seu conteúdo é preciso garantir ou avaliar a confiabilidade do processo de geração de tal intuição. Pois, ao avaliar tal processo, poderíamos obter evidências de segunda ordem sobre o *status* evidencial de primeira ordem das intuições. Por conta disso, Goldman propõe decompor o que ele considera ser o processo de geração de uma intuição de classificação em subtarefas distintas⁶⁸, uma vez que, para ele, somente assim é possível ver mais claramente como e onde os erros podem surgir nesse processo, erros estes que podem gerar julgamentos de classificação equivocados. Goldman sugere, então, que ao ser solicitada a oferecer um julgamento de classificação, ou seja, uma intuição em relação a um cenário específico, uma pessoa executa em sua mente as três subtarefas a seguir:

Subtarefa 1: Formar uma representação mental do cenário descrito, incluindo quais fatos são obtidos com relação ao protagonista indicado no cenário.

Subtarefa 2: Formar (ou recuperar) uma representação mental da categoria alvo em relação à qual o protagonista deve ser classificado. Nos casos Gettier, a categoria sempre será *conhecer* (ou conhecer p, para algum p especificado).

Subtarefa 3: Usando as duas representações mentais anteriores, determinar se o cenário alvo, ou protagonista, exemplifica ou instancia a categoria alvo em questão (GOLDMAN, 2017, p. 218, grifos do autor).

Para Goldman, esse é um esboço modesto, mas amigável à ciência cognitiva, do processo que gera uma intuição de classificação. Essas subtarefas são executadas em série e seria através delas que as pessoas processam as informações sobre o cenário e a categoria alvo para chegarem a um julgamento de classificação. Erros em algumas dessas subtarefas podem gerar intuições pouco confiáveis. São esses erros que também podem estar sendo os responsáveis pela variabilidade intuitiva encontrada em estudos empíricos realizados pela Filosofia Experimental. Vejamos então a importância de cada uma dessas subtarefas e como

⁶⁸ Em Goldman (2010), podemos encontrar uma primeira análise a respeito dessas subtarefas. Embora nesse artigo de 2010 Goldman não desenvolva suas considerações referindo-se às subtarefas nessa terminologia, boa parte de suas reflexões, que foram refinadas em seu artigo de 2017, já estão presentes nesse primeiro artigo.

falhas em uma, ou mais delas, podem comprometer a confiabilidade do processo de geração de uma intuição.

A primeira subtarefa está relacionada com a representação mental que uma pessoa forma ao ler ou ouvir a situação descrita por um caso hipotético. Vamos considerar os casos tipo-Gettier. Ao ser solicitado a avaliar os casos, uma pessoa forma uma representação mental do cenário contendo vários detalhes que são relevantes para sua posterior avaliação. Goldman (2017, p. 218) ressalta que, em situações como as desses casos, que estão interessadas em classificar o conhecimento, presumivelmente estão inclusos na representação de tal cenário alguns detalhes relevantes que ocorrem na cabeça do protagonista. Conforme o autor, sem que ocorra a formação suficientemente precisa da representação mental dos detalhes do cenário descritos por um caso hipotético, fica difícil para as pessoas gerarem uma intuição correta.

Como vimos no capítulo anterior, estudos empíricos já indicaram que parece haver uma diferença de desempenho na avaliação de casos tipo-Gettier, especialmente o estudo apresentado por John Turri (2013). Os resultados encontrados por Turri (2013) indicaram que, quando orientadas a avaliar o cenário de um caso tipo-Gettier em três etapas, as pessoas foram mais propensas a compartilhar a intuição de que os protagonistas desses casos não tinham conhecimento. Isso parece indicar, num primeiro momento, que as pessoas não notaram ou não deram importância a certos aspectos relevantes do cenário e, por conta disso, falharam em formar uma representação mental precisa desses casos. Goldman faz menção a esse estudo de Turri (2013) e acredita que os resultados por ele encontrados tornam plausível a ideia de que “pelo menos alguns padrões de divergência intuitiva entre leigos e filósofos são produtos de níveis contrastantes de experiência na representação de cenários” (GOLDMAN, 2017, p. 220).

Goldman, no entanto, salienta que mais estudos precisam ser realizados para investigar: (i) a frequência com que essa divergência ocorre; (ii) qual impacto epistêmico poderia ser associado a essa habilidade de representação do cenário; e (iii) se as intuições dos filósofos poderiam ter um maior peso evidencial em relação às intuições dos leigos, uma vez que os filósofos, em virtude de sua formação, estariam mais preparados para a execução dessa subtarefa, cometendo, por conta disso, menos erros do que as pessoas leigas. De qualquer forma, estudos como os de Turri (2013) parecem corroborar a suspeita de que falhas na primeira subtarefa caracterizada por Goldman podem de fato ser um fator que influencia os julgamentos oferecidos pelas pessoas, contribuindo, assim, para a ocorrência da variabilidade intuitiva encontrada nos estudos empíricos realizados pela Filosofia Experimental.

Parece prudente que investigações futuras em Filosofia Experimental estejam atentas a esse fator e busquem garantir, de alguma forma, que falhas na primeira subtarefa possam ser amenizadas, assegurando, com isso, que os participantes de seus estudos estejam formando, de modo mais preciso, uma representação mental dos cenários a serem analisados. Uma maneira de amenizar essas falhas pode ocorrer a partir da tentativa de guiar as pessoas a avaliarem o cenário adequadamente, como fez Turri (2013) em seu estudo, que apresentou os casos hipotéticos em etapas, buscando destacar os elementos cruciais desses casos. Ou ainda, esse cuidado poderia se dar através de questões de compreensão a serem adicionadas ao estudo, com o intuito de verificar o entendimento dos participantes em relação ao cenário descrito nos casos hipotéticos analisados, antes mesmo de solicitar um julgamento a respeito desses casos. A ideia é garantir que as pessoas formem uma representação mental do cenário de modo mais preciso para que falhas nessa subtarefa não prejudiquem a confiabilidade da intuição advinda da avaliação desse cenário.

Entretanto, essa não é a única falha que pode ocorrer no processo de geração de uma intuição de classificação. Como Goldman ressalta, pode ser o caso de que nenhum problema ocorra na primeira subtarefa, mas ainda assim isso não garantiria que as intuições geradas nesse caso sejam confiáveis. Isso porque precisamos levar em consideração as outras duas subtarefas mencionadas por Goldman, uma vez que problemas nessas subtarefas também podem contribuir para a geração de intuições pouco precisas. Nesse sentido, é preciso examinar, da mesma forma, o processo de construção, ou recuperação, da representação da categoria alvo que está sendo analisada (segunda subtarefa), bem como o processo final de geração de um julgamento de classificação (terceira subtarefa). Esta última subtarefa, por sua vez, utiliza as duas primeiras representações mentais geradas como entrada (*input*) para determinar se o cenário, ou evento, ou protagonista de tal caso, instancia a categoria alvo em questão, gerando como resultado (*output*) um julgamento intuitivo. Sendo assim, “um processo de geração de classificação é bom (isto é, epistemicamente meritório) se, e somente se, gerar uma alta proporção de julgamentos de classificação verdadeiros na ocasião em que ambas as representações de entrada forem acuradas” (GOLDMAN, 2017, p. 222-223).

Ao considerar que a confiabilidade desse processo está relacionada com a geração de mais intuições verdadeiras do que falsas, surge a questão sobre o que fixa o valor de verdade desses julgamentos de classificação, isto é, com base em que podemos avaliar esse valor de verdade? Conforme Goldman, “um julgamento de classificação é verdadeiro ou falso em função de se o protagonista no cenário em questão exemplifica ou não exemplifica as condições de

satisfação associadas à categoria” (GOLDMAN, 2017, p. 223). Mas o que é exatamente essa categoria? Tal como mencionado por Goldman, em se tratando dos casos tipo-Gettier, essa categoria vai ser sempre “conhecer” (ou conhecer p , para algum p especificado). Entretanto, como vimos no primeiro capítulo, os epistemólogos que estão interessados em oferecer uma análise do conhecimento podem estar visando alvos ou, poderíamos dizer, categorias diferentes quando buscam responder a pergunta “o que é o conhecimento?”. Sobre esse ponto, vimos três considerações oferecidas por Goldman (2007, 2010, 2017) a respeito de quais seriam esses possíveis alvos da análise filosófica⁶⁹. Notamos também que, quando engajados nesse empreendimento de análise do conhecimento, os filósofos pouco discutem sobre a diferença em relação aos alvos de suas análises. Tal diferença, no entanto, não pode ser desconsiderada neste momento. Isso porque, como ressalta Goldman, a escolha entre as distintas interpretações acerca do alvo da análise faz diferença quando o que está em jogo é a viabilidade da intuição servir de evidência para esse alvo em questão.

Como já mencionado no primeiro capítulo, Goldman (2017, p. 223) sugere que dois tipos de candidatos a alvo da análise filosófica podem ser escolhidos para especificar essa categoria: algum tipo de objeto linguístico, que poderia ser o significado de uma palavra ou expressão; ou algum tipo de objeto não linguístico, que, nesse caso, seria um objeto abstrato de algum tipo, como universais ou formas platônicas. Goldman acredita que a alternativa mais adequada, considerando a viabilidade da intuição ser uma evidência confiável para a verdade de seu conteúdo, é interpretar a natureza dessa categoria como sendo o significado de uma palavra ou expressão. Isso porque, como aponta o autor,

Presumivelmente, poucos, ou nenhum, sujeitos têm representações explícitas ou conscientes de significados, pelo menos representações totalmente acuradas. Mas eles presumivelmente têm representações *tácitas* de significados de palavras. [...] não é plausível que tais representações mentais implícitas sejam o que a mente/cérebro *acessa* - ou faz ‘contato’ com - quando está engajado em tarefas de classificação (verbal)? (GOLDMAN, 2017, p. 223-224, grifos do autor).

Os filósofos interessados na análise do conhecimento pretendem descobrir quais são as condições de satisfação para afirmações do tipo “ S sabe que p ”. Vimos no primeiro capítulo

⁶⁹ Como as considerações a respeito dos possíveis alvos da análise filosófica apresentadas em Goldman (2017) são um refinamento das ideias apresentadas nos trabalhos anteriores do autor, optamos por abordar a seguir apenas as considerações desenvolvidas em seu artigo de 2017.

que, na prática, o que muitos desses filósofos fazem para tentar descobrir tais condições de satisfação é recorrer a casos hipotéticos e considerar se tais casos instanciam ou não o alvo que está sendo analisado. Se consideramos que uma análise, nesse caso, estaria interessada no significado de “conhecimento”, então a intuição que buscamos suscitar ao testar se um determinado caso instancia ou não essa categoria poderia ser um indício, ou evidência, do conteúdo da representação implícita que temos do significado de conhecimento. A ideia é que, como sugerido por Goldman, se não temos representações explícitas, ou conscientes, do significado de um determinado termo, então as intuições (quando produzidas por um processo confiável) poderiam ser boas evidências para o conteúdo dessas representações, que, por sua vez, seriam as condições de satisfação associadas à categoria que está sob análise.

No entanto, alguns filósofos acreditam que esse não seja o alvo de interesse de boa parte das análises filosóficas sobre o conhecimento, bem como sobre outros tópicos filosóficos. Ou seja, eles acreditam que, quando engajados na análise do conhecimento, os filósofos não estão interessados no significado da palavra “conhecimento” mas sim no conhecimento em si mesmo. Nesse caso, o alvo a ser analisado não seria algum tipo de objeto linguístico, mas, sim, algum tipo de objeto abstrato, como universais e formas platônicas, por exemplo. O problema que esses filósofos precisam responder, aponta Goldman, é “como as pessoas podem acessar objetos abstratos de modo a representar (acuradamente) seu conteúdo ou condições de satisfação?” (GOLDMAN, 2017, p. 224). Se a compreensão adequada acerca da categoria alvo que está sendo analisada não for ordinariamente atingível por pessoas comuns, como esperar que um julgamento de classificação baseado na representação dessa categoria seja confiável?

Goldman menciona que uma possível saída para tal problema seria considerar a intuição como sendo um intermediário (*medium*) pelo qual poderíamos apreender esses objetos abstratos. Aqueles que recorrem a essa saída geralmente usam metáforas perceptivas para caracterizar essa apreensão intelectual, na medida em que a intuição poderia nos dar acesso aos objetos abstratos do mesmo modo que a percepção nos dá acesso a objetos e eventos físicos. Entretanto, há um problema em relação a essa comparação, pois “a percepção comum em suas diversas variedades (visão, audição, olfação, etc.) sempre procede por processos causais e relação de dependência” (GOLDMAN, 2017, p. 224). Como isso se daria no casos dos objetos abstratos? Goldman questiona se a intuição poderia desempenhar um papel análogo às ondas de luz ou às ondas sonoras e transmitir informações de objetos externos para nossos estados cognitivos. Para ele, seria um mistério como tais processos causais funcionariam entre a intuição e objetos abstratos.

Uma outra saída, menciona Goldman (2017, p. 224), seria tentar explicar que poderíamos estar em uma relação de “consciência” com objetos abstratos sem pressupor uma dependência causal para isso. O problema dessa saída estaria no apelo a um caráter fenomênico da experiência intuitiva, pois, conforme o autor, “é altamente implausível supor que apreender *conhecimento* - entendido como um objeto abstrato - envolve uma experiência com uma fenomenologia distinta que informa o sujeito do conteúdo desse objeto (condições de satisfação)” (GOLDMAN, 2017, p. 225). Ou ainda, que meramente estar em uma relação de “consciência” com objetos abstratos não seria a mesma coisa que apreender ou representar o seu conteúdo. Por conta desses problemas⁷⁰, Goldman acredita que a melhor alternativa sobre a natureza da categoria seria considerá-la como sendo o significado de palavras ou expressões, pois nessa perspectiva poderíamos compreender como a segunda subtarefa (de representar mentalmente tal categoria) seria viável. Poderíamos compreender também os possíveis erros que podem ocorrer nessa segunda subtarefa e que podem estar sendo um dos fatores responsáveis pela variabilidade intuitiva encontrada, por exemplo, nos casos tipo-Gettier.

Assim, Goldman (2017, p. 225) sugere que um dos possíveis erros que podem ocorrer nessa segunda subtarefa é que as pessoas podem falhar em compreender adequadamente o significado da categoria em questão. Um dos motivos dessa falha, mencionado pelo autor, é que muitas palavras são polissêmicas, isto é, possuem vários significados e, por conta disso, as pessoas podem estar emitindo julgamentos de classificação diferentes, umas das outras, porque talvez estão considerando sentidos diferentes para a mesma categoria. Isso poderia explicar a variabilidade intuitiva a respeito dos casos tipo-Gettier, na medida em que “conhecer” pode ter mais de um sentido. Goldman suspeita que “conhecer” (*know*) tenha pelo menos três sentidos:

- (1) Acreditar em algo verdadeiro.
- (2) Estar totalmente confiante em (na verdade de) alguma proposição.
- (3) Ter uma crença verdadeira justificada e não meramente sortuda (GOLDMAN, 2017, p. 225).

⁷⁰ Em artigos anteriores, Goldman (2007, 2010) destaca ainda outros problemas a respeito da inviabilidade das intuições servirem de evidência para os demais candidatos a alvos da análise filosófica, aqueles mencionados no primeiro capítulo desta dissertação. Cabe destacar, contudo, que o problema não está na natureza desses alvos em si, mas na expectativa de que as intuições advindas do uso do método de casos e contraexemplos podem servir de evidências em investigações interessadas nesses tipos de alvos.

Como ressalta o autor, parece que os epistemólogos estão interessados apenas no sentido (3) de “conhecer”, porém ele acredita que os outros dois também parecem ser sentidos robustos de “conhecer”. Se Goldman estiver correto, parece ser o caso que as pessoas nem sempre classificam os casos tipo-Gettier com base no terceiro sentido de “conhecer”. Pode ser que as pessoas estejam considerando algum dos outros dois sentidos do termo, ou seja, estejam formando, ou recuperando, diferentes condições de satisfação associadas a categoria em análise. Se isso estiver acontecendo, Goldman acredita que as pessoas que atribuem conhecimento aos protagonistas dos casos tipo-Gettier não estão necessariamente cometendo um erro. Se considerarmos, por exemplo, o primeiro sentido de “conhecer”, então seria correto julgarmos que o protagonista de um caso tipo-Gettier tem conhecimento. Nesse caso, estaríamos classificando-o de maneira correta, considerando que a condição de satisfação associada a essa categoria em questão seria “acreditar em algo verdadeiro”. Mas como os epistemólogos estão interessados apenas no terceiro sentido de “conhecer”, então aqui poderíamos dizer que as pessoas estão representando mal a categoria em questão, emitindo um julgamento errado por conta disso. Desse modo, Goldman ressalta que esse erro não pode ser atribuído ao processo de classificação das pessoas, mas antes ao processo de representação da categoria, na medida em que elas talvez estejam julgando corretamente se os cenários instanciam a categoria em análise. Porém, se estão cometendo erros na representação dessa categoria, elas estão classificando com base em uma categoria inadequada.

Levando em conta as considerações feitas por Goldman acerca da segunda sub tarefa, pode ser o caso de que a variabilidade intuitiva encontrada em estudos empíricos realizados pela Filosofia Experimental seja, em parte, um reflexo das diferentes representações mentais da categoria alvo que as pessoas estão formando, ou recuperando, antes de emitir um julgamento de classificação. Assim, poderíamos dizer que, talvez, as intuições estejam fornecendo evidências para categorias diferentes. Se uma pessoa julga que o protagonista de um caso tipo-Gettier tem conhecimento, e ela o faz com base no sentido (1) de “conhecer”, então sua intuição seria um indicador confiável de seu conteúdo. No entanto, se ela julga do mesmo modo, mas com base no sentido (3) de “conhecer”, então talvez, nesse caso, a intuição não seria um indicador confiável de seu conteúdo. Sendo assim, parece que futuras investigações sobre o conhecimento, que recorrerem a casos hipotéticos, precisam levar em consideração que as pessoas podem estar julgando tais casos com base em diferentes sentidos de “conhecer”. E que as intuições por elas oferecidas podem estar divergindo, em parte, porque elas seriam evidências

para categorias diferentes, mas também por conta de erros na formação da representação mental da categoria em análise.

O problema, entretanto, é pensar em estratégias que poderiam ser adotadas em futuras investigações, especialmente nas investigações da Filosofia Experimental, para que problemas ou divergências nessa segunda subtarefa sejam detectados. Isso porque, se não temos acesso direto ao conteúdo dessa categoria, e as intuições seriam evidências para as condições de satisfação associadas a tal categoria, os cuidados a serem tomados em futuras investigações só poderiam ocorrer após a emissão do julgamento intuitivo das pessoas. Diferentemente da primeira subtarefa, não seria possível (nem desejável) que tais investigações guiassem os participantes na formação adequada da categoria alvo em análise. Até porque, estamos justamente interessados nas intuições espontâneas das pessoas em relação ao conteúdo associado a essa categoria. Uma possível alternativa seria verificar, de alguma forma, qual o sentido do termo sob análise que mais se aproxima do sentido que a pessoa considerou na avaliação do cenário. Isso porque, se pressupormos antecipadamente que as pessoas estão julgando os casos tipo-Gettier com base no sentido (3) de “conhecer”, podemos pensar, equivocadamente, que as pessoas que julgam os protagonistas desses casos como tendo conhecimento podem estar erradas em suas intuições, tal como pensam os filósofos tradicionais. Contudo, pode ser o caso de que tais intuições não estão erradas, pois, na verdade, as pessoas podem estar julgando os casos tipo-Gettier com base no sentido (1) de “conhecer”. A ideia é que talvez as intuições sejam indicadores confiáveis para proposições diferentes das quais os filósofos estão esperando que elas sejam. Então, dessa forma, seria melhor os filósofos não pressuporem antecipadamente para quais proposições as intuições das pessoas estão oferecendo evidências, mas buscar investigar, após a intuição inicial, qual o sentido do termo analisado em que a pessoa se baseou para emitir o seu julgamento. Ou ainda, se a categoria alvo em análise foi adequadamente representada mentalmente, pois, nesse caso, as pessoas podem até estar considerando o sentido (3) de “conhecer” e ainda assim podem estar emitindo um julgamento equivocado. Nessa situação, então, a intuição não estaria sendo um indicador confiável da verdade de seu conteúdo por conta do erro no processo de geração, ou recuperação, da representação mental da categoria (segunda subtarefa).

Consideradas as duas primeiras subtarefas, nos resta, por fim, nos atentarmos para os possíveis erros que podem ocorrer na terceira e última subtarefa indicada por Goldman. Levando em consideração as representações do cenário e da categoria geradas nas duas

primeiras subtarefas, a terceira subtarefa determina se tal cenário instancia a categoria em questão, gerando como resultado um julgamento de classificação do tipo “ x é F ”. Esse julgamento de classificação não é algo restrito ao método de casos, pois classificar, ou categorizar, as coisas é uma atitude ordinária realizada por qualquer falante. É justamente nos estudos da psicologia e das ciências cognitivas sobre aplicação de conceitos, ou ainda, categorização, termo que Goldman (2017, p. 226) menciona ser utilizado para julgamento de classificação, que podemos encontrar alguns indícios de outros problemas que podem ocorrer nessa terceira subtarefa e que pode vir a afetar a confiabilidade de uma intuição. Na tentativa de investigar como as pessoas categorizam as coisas de modo geral, a psicologia e as ciências cognitivas construíram modelos de como a categorização (julgamento de classificação) ocorre. Goldman ressalta que existem inúmeros desses modelos, e que através deles podemos avaliar os erros que podem surgir em tais modelos e as implicações disso para o processo de geração de classificação de modo geral. Os erros poderiam nos informar a respeito dos possíveis fatores que podem estar influenciando a variabilidade dos julgamentos de classificação encontrados nos estudos da Filosofia Experimental.

Um dos modelos mencionados por Goldman sobre como as pessoas aplicam conceitos, ou ainda, categorizam as coisas, considera que “possuir um conceito consiste em armazenar na memória um conjunto de instâncias (ou ‘exemplares’) da categoria alvo encontradas anteriormente” (GOLDMAN, 2017, p. 226). Assim, por exemplo, possuir o conceito de “cachorro” consistiria em armazenar na memória um conjunto de representações de cachorros. Conforme Goldman, a ideia é que ao necessitarmos categorizar um animal como sendo ou não “cachorro” recuperamos da memória um subconjunto de exemplares de cachorro e comparamos tal animal com esses exemplares em busca de similaridades. Se a similaridade for grande o suficiente, então iremos classificar tal animal como sendo um cachorro. Caso contrário, se o animal não se assemelhar a categoria “cachorro” então o classificaremos como não sendo cachorro.

Como Goldman ressalta, nesse modelo, nós não recuperaríamos da memória todos os exemplares de cachorros para fazer a categorização, até porque, isso seria uma tarefa altamente exaustiva e falível. Recuperaríamos apenas um subconjunto do conjunto total da categoria alvo em questão. É nesse momento que problemas podem ocorrer, pois essa escolha do subconjunto que é recuperado da memória pode ser enviesada. Um exemplo de viés que pode ocorrer nesse momento, menciona Goldman, é que podemos recuperar esse subconjunto com base em instâncias recentemente observadas por nós. Goldman acredita que essa suspeita pode ser

reforçada por um estudo realizado por Swain, Alexander e Weinberg (2008), que encontram indícios de que esse tipo de influência estaria afetando a atribuição de conhecimento das pessoas. Nesse estudo os participantes foram solicitados a classificar um determinado caso como “conhecimento” antes ou depois da classificação de outros casos envolvendo conhecimento ou não-conhecimento. Os participantes que, num primeiro momento, foram apresentados a um caso claro de conhecimento estavam significativamente menos dispostos a atribuir conhecimento ao caso teste do estudo. Por outro lado, aqueles participantes que foram apresentados primeiramente a um caso claro de não-conhecimento estavam mais dispostos a atribuir conhecimento a esse mesmo caso teste. Ou seja, parece que no primeiro caso, a recuperação do subconjunto dos exemplares da categoria “conhecimento” dos participantes foi influenciada por um padrão mais alto de exemplares, que foram recuperados por conta do caso claro de conhecimento apresentado em um primeiro momento. Quando os participantes foram apresentados primeiramente a um caso claro de não-conhecimento, o padrão de instância de conhecimento que influenciou os exemplares num segundo momento de avaliação foi mais baixo, fazendo com que esses participantes estivessem mais dispostos que os outros a atribuírem conhecimento ao caso teste do estudo. Se isso for o caso, Goldman acredita que “assumindo que um processo de classificação seja propenso a erros se ele prontamente permite influenciar casos vizinhos, isso pode mostrar que realmente temos sistemas de processo de classificação (um tanto) deficiente” (GOLDMAN, 2017, p. 227).

Goldman apresenta, por fim, mais um exemplo da literatura em psicologia de como o nosso processo de classificação pode ser propenso a erros. De acordo com essa literatura, quando somos confrontados com um problema ou pergunta difícil, nosso processo de raciocínio pode recorrer a certos atalhos e vieses que nos fazem responder a um problema mais fácil do que o inicialmente proposto, mas sem que tenhamos consciência dessa substituição (GOLDMAN, 2017, p. 226). Por exemplo, considerando alguém que é apresentado a um caso tipo-Gettier, pode ser que o sujeito considere essa tarefa um pouco complicada e não saiba muito bem como classificar o caso em questão. Goldman acredita que, nesse momento, o sujeito pode tentar responder a uma questão um pouco mais fácil do que a inicialmente proposta, sem estar consciente disso. Por exemplo, se levarmos em consideração os três sentidos possíveis de “conhecer” mencionados anteriormente, Goldman acredita que o sentido (1) de conhecer é mais fraco do que o sentido (3). Sendo assim, pode ser que o sujeito ao invés de responder se o protagonista do caso tipo-Gettier em questão tem conhecimento, considerando o sentido (3) (se

ele tem crença verdadeira justificada e não meramente sortuda), ele pode inconscientemente tomar um atalho, substituindo essa pergunta por uma mais fácil, e responder se o protagonista tem conhecimento considerando o sentido (1) (se ele tem crença verdadeira). Contudo, essa substituição, como ressalta Goldman (2017, p. 228), geralmente não é um processo confiável. Isso porque responder uma questão substituta ao invés de responder à questão inicialmente proposta não é uma maneira adequada, nem confiável, de obtermos a resposta, ou ainda, o julgamento de classificação correto para a primeira pergunta. Conforme o autor, se é dessa forma que muitas pessoas podem estar emitindo julgamentos de classificação, então não temos garantias de que nosso gerador de classificação esteja executando um processo confiável (terceira sub tarefa). Sendo assim, “mesmo quando as tarefas de representação do cenário e de representação da categoria foram bem executadas, é uma questão em aberto se os resultados do gerador de intuição produzirão (em geral) indicadores confiáveis da verdade de seu conteúdo” (GOLDMAN, 2017, p. 228).

Sobre essa terceira sub tarefa, estudos em psicologia e ciências cognitivas têm muito a contribuir na investigação e busca por evidências de segunda ordem sobre o processo de classificação, ou categorização, realizado pelas pessoas, não apenas quando estas são solicitadas a avaliar um cenário hipotético, mas em categorizações ordinárias. Tais evidências podem elucidar alguns possíveis problemas que podem estar ocorrendo nesse processo de categorização e que podem estar influenciando o julgamento final de classificação das pessoas. Pois, como já mencionado, por mais que seja possível garantir a confiabilidade das duas primeiras sub tarefas, ainda assim problemas podem ocorrer na etapa final (terceira sub tarefa) do processo de geração de uma intuição. E, tal como na segunda sub tarefa, parece que não temos como garantir previamente que a classificação, ou categorização, ocorra de maneira apropriada. Podemos, no entanto, utilizar a ferramentaria da psicologia e das ciências cognitivas para investigar se a classificação realizada com base nas duas representações mentais (do cenário e da categoria) ocorreu por meio de um processo confiável, ou seja, se não foi influenciada por certos vieses ou fatores psicológicos que possam ter modificado o resultado final.

A partir das considerações apontadas por Goldman (2017), podemos notar que as investigações a respeito da confiabilidade das intuições filosóficas não são passíveis de serem realizadas em uma poltrona. Isso não significa que os filósofos tradicionais não possam seguir utilizando o método de casos em suas investigações filosóficas, típicas de poltrona. Contudo, precisam estar cientes de que somente poderemos avaliar e garantir o *status* evidencial positivo

dessas intuições através de evidências de segunda ordem advindas das investigações empíricas realizadas tanto pela Filosofia Experimental, como pela psicologia e ciências cognitivas. Isso porque, para Goldman, o *status* evidencial positivo da intuição depende de se ela pode ser considerada um indicador confiável da verdade de seu conteúdo, que, por sua vez, depende do processo confiável de geração dessa intuição. Processo esse que Goldman acredita ser composto de, pelo menos, três subtarefas distintas, que precisam ser analisadas separadamente, pois falha em uma dessas subtarefas pode implicar em um aumento na produção de intuições pouco confiáveis.

Sendo assim, de acordo com as considerações propostas por Goldman, as futuras investigações a respeito da confiabilidade das intuições não deveriam considerar o processo de geração de uma intuição como sendo um processo único. Ao investigar as subtarefas separadamente é possível compreender melhor quais os problemas que podem estar ocorrendo durante esse conjunto de processos, bem como em que momento os erros podem estar afetando e influenciado as intuições das pessoas. Pode ser que futuras investigações descubram que mais tarefas estejam envolvidas nesse processo de geração de intuição e que, por conta disso, mais fatores possam estar influenciado o resultado final desse processo. Mas esse tipo de descoberta, mais uma vez, só será possível através de novas investigações empíricas. Essa é uma bandeira levantada, inclusive, pelo próprio Goldman, pois ele apoia o uso de investigações psicológicas (sejam elas do tipo realizado pela Filosofia Experimental ou de outros tipos) no que ele chama de projeto metaepistemológico, isto é, um projeto capaz de nos informar quando, e se, as intuições podem ser consideradas confiáveis (GOLDMAN, 2017, p. 228). Ou seja, a ideia de Goldman não é pressupor de saída, por conta de alguns resultados empíricos que apontam para a existência de certa variabilidade nas intuições filosóficas, que todas as intuições não são confiáveis, de modo geral. Mas, antes disso, investigar quando e quais dessas intuições poderiam ser evidências confiáveis para as investigações filosóficas tradicionais. Portanto, se os filósofos tradicionais quiserem permanecer em suas poltronas, que pelo menos busquem garantir que ela esteja segura e seja um local apropriado para conduzir as suas investigações.

3.3 HETEROGENEIDADE DAS INTUIÇÕES

O debate metafilosófico a respeito do uso de casos hipotéticos e contraexemplos nas investigações filosóficas tradicionais, como apresentado até então, geralmente tende a tratar a confiabilidade dos julgamentos intuitivos, suscitados através desses casos, como dependendo

de uma capacidade ou faculdade mental única, comumente chamada de “intuição”. Por conta disso, é comum ver filósofos se referindo às mais variadas intuições como se elas pertencessem a uma categoria razoavelmente homogênea de estados mentais. Esse é o cenário destacado por Jennifer Nado (2014, 2017) dentro do qual grande parte dessa discussão metafilosófica contemporânea opera. Como exemplo, lembremos dos filósofos experimentais, especialmente aqueles que fazem parte do movimento negativo da Filosofia Experimental, que, ao encontrarem evidências empíricas de que algumas intuições (por apresentarem uma variabilidade ou instabilidade) não poderiam ser consideradas confiáveis, logo generalizaram essa conclusão para todas as intuições filosóficas. Para eles, os filósofos deveriam abandonar de vez o uso de intuições em suas investigações, pois, se as intuições por eles testadas não se mostraram confiáveis, então seria bem provável que as outras intuições filosóficas também fossem pouco confiáveis. Jennifer Nado (2014, p. 16) ressalta que essa tendência de considerar a intuição de forma “monolítica” não necessariamente é defendida por todos os filósofos, mas é a forma como ela é tradicionalmente tratada dentro desse debate metafilosófico. Isto é, quando os filósofos se referem às intuições suscitadas através dos mais variados casos hipotéticos, muitas vezes tratam tais estados como pertencentes a uma mesma categoria, ou ainda, advindas de uma mesma fonte ou geradas por um mesmo conjunto de processos. Nado (2017) denomina essa tendência dentro do cenário metafilosófico de “suposição da homogeneidade” (*homogeneity assumption*).

Vimos no primeiro capítulo que não há um entendimento único sobre o que são as intuições. Contudo, como aponta Goldman (2017, p. 221), quando falamos em intuição podemos estar nos referindo a um certo tipo de estado mental, que compreende um julgamento espontâneo de classificação, ou podemos estar nos referindo à fonte desse estado mental (ou de outros estados mentais espontâneos), que seria tal como uma faculdade ou capacidade da intuição, ou ainda, quando falamos de intuição podemos estar nos referindo ao processo psicológico (ou sequência de processos) que culmina em uma intuição. Goldman, por exemplo, está interessado principalmente no processo e no estado mental resultante desse processo. E, como vimos, a confiabilidade deste último depende da confiabilidade do processo que o gerou. Contudo, no debate metafilosófico, essa caracterização da intuição como faculdade, processo ou estado mental nem sempre é clara. Porém é comum os filósofos se referirem à “confiabilidade da intuição”. Nado (2014, p. 21) nos lembra que, na Epistemologia, a confiabilidade é entendida, na maioria das vezes, como uma propriedade dos processos, e que quando os filósofos afirmam que a intuição é confiável, provavelmente eles estão querendo

dizer que toda intuição é produzida por um processo confiável. Nado ressalta também que, por falta de considerações mais específicas sobre a afirmação feita pelos filósofos acerca da confiabilidade da intuição, “a interpretação mais óbvia dessa afirmação é que toda intuição é produzida pelo mesmo (tipo de) processo confiável” (NADO, 2014, p. 21). O problema, no entanto, como sugere a autora, está justamente na tendência dentro do debate metafilosófico de focar na confiabilidade “da intuição”, considerada como uma categoria que abrange um grupo homogêneo de estados mentais. Isso por que, se olharmos para a prática filosófica podemos notar que:

Existem intuições classificatórias sobre se x conta ou não como um caso de conhecimento, um caso de dor, ou um caso de ação moralmente permissível. Existem intuições modais, sobre se um determinado caso é possível, ou necessário. Existem intuições lógicas. Existem intuições matemáticas. Existem intuições que podem não se enquadrar em nenhuma dessas categorias, como a intuição de que cores fenomênicas são incompatíveis. Sem surpresa, há pelo menos alguma evidência empírica de que essas intuições não são todas produzidas da mesma maneira (NADO, 2014, p. 22-23).

Considerando essa diversidade de julgamentos intuitivos, Nado (2014) desconfia da ideia de que tais intuições estejam vinculadas a uma única faculdade ou capacidade mental. A hipótese da autora é que, provavelmente, esses estados mentais que comumente são assumidos como pertencentes à mesma categoria da “intuição”, na verdade são estados mentais altamente heterogêneos e produzidos por diferentes processos. Se isso for o caso, Nado (2014) acredita que seria um erro os filósofos se concentrarem na confiabilidade “da intuição”, considerada como uma categoria que abarca um conjunto homogêneo de estados mentais, mas, ao invés disso, deveriam focar em uma investigação mais estreita que levasse em conta a diversidade desses estados e de seus processos. Nesse sentido, Nado (2014, 2017) acredita que a visão mais adequada a ser considerada dentro do debate metafilosófico é a abordagem da heterogeneidade da intuição (*‘heterogeneity’ approach to intuition*), que distingue as capacidades mentais relacionadas ao julgamento intuitivo de forma muito mais restrita.

Para apoiar essa perspectiva, Nado (2014) recorre a diversos estudos empíricos realizados em psicologia e neurociências interessados nos tipos de cognição geralmente considerados como “intuitivos”. Com base nesses estudos, Nado revisa algumas evidências empíricas que ela acredita fornecerem elementos importantes para a defesa da abordagem da heterogeneidade da intuição. Vale ressaltar que os julgamentos intuitivos não são reservados às

investigações filosóficas. Podemos encontrar esse tipo de cognição, geralmente considerada como “intuitiva”, fazendo parte de investigações em outras áreas como, por exemplo, a matemática e lógica. Os estudos empíricos analisados por Nado (2014), desse modo, dizem respeito também às outras áreas de cognição que envolvem julgamentos que são comumente considerados intuitivos. Ao analisar os estudos envolvendo julgamentos intuitivos de outras áreas, a autora encontra evidências que sugerem haver processos psicológicos, ou ainda, mecanismos cognitivos distintos envolvidos na produção desses diferentes tipos de julgamentos intuitivos. Isto é, tais evidências parecem indicar que pode haver capacidades separadas, ou domínios específicos, subjacentes a diferentes tipos de intuições. Sendo assim, é provável que

os processos psicológicos que produzem julgamentos classificatórios (julgamentos sobre, por exemplo, se um determinado caso conta como uma instância de conhecimento, ou de ação moralmente correta) são bastante diferentes dos processos subjacentes ao nosso uso de regras lógicas fundamentais ou dos processos subjacentes à cognição matemática básica (NADO, 2014, p. 24-25).

Algumas evidências encontradas pela autora sugerem ainda que inclusive em um mesmo domínio específico como, por exemplo, na matemática, pode haver múltiplos processos mentais envolvidos na produção de julgamentos intuitivos, pois existiriam diferentes sistemas cognitivos envolvidos no pensamento matemático. Isso acontece também em outros domínios, como na lógica e na moral, que, por sua vez, teriam sistemas cognitivos que podem ser dissociados de outros tipos de cognição intuitiva. Essa dissociabilidade, sugere Nado (2014, p. 23), pode ser amparada por evidências encontradas em estudos que investigam casos de déficits cognitivos (como lesões cerebrais ou comprometimento do desenvolvimento) específicos de certos domínios de interesse filosófico, como a moralidade, por exemplo. A autora acredita que

a existência de tais déficits pode fornecer evidências de que certos tipos de raciocínio “intuitivo” podem ser dissociáveis de outros tipos. Se, por exemplo, o raciocínio moral de uma pessoa pode ser prejudicado sem qualquer efeito sobre o raciocínio lógico, então isso fornece evidências de que o raciocínio moral é, pelo menos em *algum* grau, independente do raciocínio lógico - e pode até ser subordinado a algo como um mecanismo cognitivo separado (NADO, 2014, p. 23-24, grifo da autora)

As evidências empíricas analisadas por Nado (2014) basicamente sugerem que é pouco plausível que julgamentos intuitivos dos mais variados tipos, tais como as intuições matemáticas, intuições lógicas, intuições epistêmicas e intuições morais, por exemplo, sejam

produtos de uma única capacidade mental que comumente chamamos de “intuição”. Isso porque, tais evidências indicam que diferentes mecanismos cognitivos podem estar envolvidos nos diferentes tipos de intuições. Assim, as intuições seriam geradas por processos psicológicos altamente diversos. Se, de fato, existir essa diversidade nos processos psicológicos que estão por trás dos mais variados julgamentos intuitivos, então, sugere Nado, isso “tornaria a questão da confiabilidade da intuição tão informativa, pelo menos para fins metodológicos, quanto a questão da confiabilidade do pensamento” (NADO, 2014, p. 23).

Dessa forma, quando os filósofos, de modo geral, dizem estar interessados na confiabilidade “da intuição”, talvez estejam lidando com uma categoria muito ampla e, por conta disso, podem estar concluindo precipitadamente que a confiabilidade de um tipo de julgamento intuitivo poderia garantir a confiabilidade de um outro tipo, ou, até mesmo, da categoria “intuição” como um todo. Isso porque, considerando a diversidade dos processos subjacente aos diversos julgamentos intuitivos, Nado (2014, p. 15) acredita que se encontrarmos evidências para a confiabilidade de um tipo de intuição, é provável que isso nos diga muito pouco sobre a confiabilidade dos outros tipos de intuições. E, conforme a autora, isso faz com que a questão a respeito da confiabilidade da intuição, e conseqüentemente da discussão metafísica a respeito da metodologia por trás do uso de intuições na Filosofia, seja mais complexa do que os filósofos tradicionais e, especialmente, os filósofos experimentais imaginavam.

A intenção de Nado (2014) não é demonstrar conclusivamente que a abordagem da heterogeneidade da intuição está correta. A motivação da autora é apenas chamar a atenção para “a plausibilidade de alguma forma de diversidade profunda nos processos psicológicos subjacentes aos estados que os filósofos rotularam de ‘intuição’” (NADO, 2014, p. 31). Se isso for o caso, Nado acredita que tal diversidade indica que as futuras investigações, interessadas na confiabilidade das intuições utilizadas em Filosofia, precisarão avaliar separadamente a confiabilidade de cada tipo de intuição, tal como as intuições morais, as intuições epistêmicas, as intuições lógicas, entre outras. Desse modo, como ressalta a autora,

A plausível heterogeneidade psicológica da intuição importa, porque é ainda mais plausível que essa heterogeneidade seja acompanhada por diferentes níveis de suscetibilidade aos tipos de vieses que os filósofos experimentais estudaram. Suponha que as intuições morais sejam produzidas por processos psicológicos que recrutam emoção, ao contrário das intuições lógicas. Esperaríamos então que as intuições morais fossem mais suscetíveis do que as intuições lógicas aos vieses de base

emocional. Isso, por sua vez, sugere que os graus de confiabilidade exibidos por intuições morais e por intuições lógicas provavelmente não são iguais (NADO, 2017, p. 453).

O cenário pode ficar ainda mais complicado, pois quando olhamos para investigações empíricas a respeito da cognição envolvida em um mesmo domínio encontramos evidências de que “mesmo *dentro* de domínios como cognição moral ou lógica, tipos substancialmente diferentes de processamento podem estar envolvidos” (NADO, 2014, p. 31-32, grifo da autora). Sendo assim, futuras investigações talvez tenham que focar suas pesquisas e considerações a respeito de intuições de um modo ainda mais restrito. Por exemplo, filósofos interessados em intuições epistêmicas talvez descubram que vieses que influenciam intuições sobre sorte epistêmica, não influenciam outros tipos de intuições epistêmicas. Se isso for o caso, focar em discussões sobre a confiabilidade “da intuição” ou, até mesmo, confiabilidade das “intuições epistêmicas” ou das “intuições morais”, além de não ser muito útil para o debate metafilosófico, pode estar sendo um obstáculo às próprias investigações e conclusões sobre o *status* epistêmico da intuições utilizadas na Filosofia.

Portanto, a partir da revisão de estudos em psicologia e neurociências, Nado (2014, 2017) pretendeu mostrar que a investigação sobre a confiabilidade dos julgamentos intuitivos seria mais bem feita se os filósofos considerassem as intuições de forma mais restrita e não do modo amplo como comumente ocorre no debate metafilosófico. Ao levar em conta a heterogeneidade das intuições, as futuras investigações podem compreender melhor quais os mecanismos cognitivos estão envolvidos em tipos diferentes de julgamentos intuitivos, bem como quais vieses e fatores podem estar relacionados à variabilidade intuitiva de algumas intuições e não de outras. As futuras investigações, ao restringirem suas pesquisas a domínios específicos ou, até mesmo, em intuições específicas, talvez consigam avançar de modo muito mais contundente na busca por respostas acerca da qualidade epistêmica das intuições.

A própria literatura psicológica e neurocientífica sobre áreas “intuitivas” da cognição pode contribuir na investigação dos processos envolvidos na geração de intuições. Talvez a discussão apresentada na seção anterior sobre as subtarefas envolvidas no processo de geração de uma intuição de classificação, indicadas por Goldman (2017), no fim das contas, precisa ser revista ou, quem sabe, ampliada. Isso porque, é provável que as subtarefas elencadas por Goldman não sejam as mesmas subtarefas, ou não sejam as únicas, envolvidas na geração dos mais variados tipos de intuições. No entanto, o próprio Goldman deixou claro que mais

investigações empíricas precisariam ser realizadas e que, por conta disso, novas subtarefas ou processos cognitivos poderiam fazer parte das futuras análises a respeito do *status* evidencial das intuições. Se, para sabermos quando e quais intuições filosóficas podem ser consideradas confiáveis para serem usadas com segurança nas investigações filosóficas, precisamos investigar os processos envolvidos na produção de tais intuições, e se os processos envolvidos na produção dessas intuições são, provavelmente, bem distintos uns dos outros, então a conclusão mais óbvia que nos resta a fazer é que os filósofos interessados em defender ou atacar a metodologia filosófica têm muito trabalho (empírico) pela frente.

Dessa forma, por um lado, a necessidade de uma maior delimitação sobre as futuras investigações a respeito do *status* epistêmico das intuições aumenta o trabalho a ser realizado pelos filósofos, uma vez que terão muito mais tipos de intuições a serem analisadas e muito mais cuidados sobre os fatores que podem estar influenciando a confiabilidade desses intuições. Por outro lado, um ceticismo do tipo defendido pelos filósofos experimentais, pertencentes ao movimento negativo da filosofia experimental, terá muito mais dificuldade de ser alimentado, o que dificulta a tentativa de tacar fogo na poltrona do filósofo tradicional. Isso porque pode ser que, de fato, algumas intuições utilizadas em filosofia sejam bem pouco confiáveis, mas é possível que, após muita investigação empírica, os filósofos consigam elencar aquelas que os permitirão sentar confortavelmente em suas poltronas sem correr o risco de estatelar-se no chão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender o que está por trás das nossas atribuições ordinárias de conhecimento, bem como do uso que fazemos desse termo nas nossas práticas linguísticas, os filósofos frequentemente sentam em suas poltronas e constroem os mais variados cenários hipotéticos para analisar se o conhecimento é, ou não, instanciado em diferentes situações. Com o advento da Filosofia Experimental, essa prática passou a estar sob análise de diversos testes empíricos. A suspeita dos filósofos experimentais é de que talvez os filósofos não deveriam se sentir tão confortáveis em suas poltronas, uma vez que as intuições obtidas a partir da avaliação desses mais variados casos hipotéticos não se mostraram amplamente robustas em alguns desses testes empíricos. Esse é basicamente o cenário que perpassa a discussão metafilosófica que buscamos apresentar neste trabalho. Tal discussão esteve voltada à estratégia metodológica frequentemente utilizada no empreendimento de análise do conhecimento: o apelo às intuições advindas da avaliação de casos hipotéticos para apoiar ou refutar certas afirmações ou teorias filosóficas. Ao apresentar a discussão que é feita sobre as intuições advindas dos casos tipo-Gettier, a intenção foi basicamente alertar tais filósofos a respeito da possibilidade de estarem se apoiando em intuições um tanto quanto instáveis em suas investigações sobre o conhecimento.

A fim de ressaltar a importância dos casos tipo-Gettier para a Epistemologia, de modo geral, bem como para as investigações sobre o que é conhecimento, apresentamos brevemente no primeiro capítulo o impacto causado pelos contraexemplos originais apresentados por Edmund Gettier à definição tradicional de conhecimento. A definição tradicional de conhecimento, depreendida do pensamento de Platão, e até poucos anos atrás não questionada, apontava para três condições (crença verdadeira justificada) que juntas pareciam ser suficientes para definir o conhecimento. Contudo, os contraexemplos apresentados por Gettier entraram em cena em 1963 e colocaram em xeque a definição tradicional de conhecimento, trazendo enorme repercussão para Epistemologia e influenciando inúmeras investigações posteriores nessa área. Vimos que tais contraexemplos, bem como suas inúmeras variações, são casos paradigmáticos da estratégia metodológica que esteve no centro das discussões aqui apresentadas. O sucesso de Gettier e dos filósofos que recorrem a essa estratégia metodológica encontra-se alicerçado, podemos dizer assim, na força intuitiva de tais casos.

Entretanto, apresentamos no segundo capítulo alguns estudos empíricos de um movimento emergente dentro da Filosofia, a Filosofia Experimental, que busca questionar o

referido sucesso desses contraexemplos. Pudemos notar que esse movimento não vê problemas em ampliar o acervo de ferramentas metodológicas à disposição dos filósofos com novas ferramentas advindas da ciência. Ao realizar pesquisas empíricas, alguns desses filósofos experimentais levantaram de suas poltronas para investigar a força das intuições advindas da avaliação de casos hipotéticos tradicionalmente utilizados na Filosofia, tais como os casos tipo-Gettier. Vimos que, em alguns de seus estudos, eles encontraram evidências empíricas que sugerem que as intuições advindas dos casos tipo-Gettier não são robustas como comumente pressuposto dentro da comunidade filosófica e que elas foram influenciada por fatores que não deveriam afetá-las. Os filósofos experimentais recorrem a tais evidências empíricas para questionar a confiabilidade dessas intuições e, com isso, apontam diversos problemas para os epistemólogos que fazem uso de casos tipo-Gettier em suas análises do conhecimento. Todavia, foram apresentados ainda estudos empíricos mais recentes que trazem novas evidências que não apontam para os mesmos problemas encontrados nas pesquisas iniciais, uma vez que, nesses estudos, as intuições advindas da avaliação dos casos tipo-Gettier apresentaram uma certa uniformidade em diversos testes.

Apesar das diferentes pesquisas empíricas apresentadas neste trabalho sobre as intuições dos casos tipo-Gettier, podemos notar que nem os estudos iniciais realizados pela Filosofia Experimental, nem mesmo os estudos mais recentes parecem ser suficientes para chegarmos a um parecer conclusivo sobre o *status* epistêmico dessas intuições. Se por um lado os filósofos experimentais nos apresentam bons elementos para sermos cautelosos em relação ao apelo feito pelos epistemólogos às intuições advindas de casos tipo-Gettier em suas análises do conhecimento, por outro lado também não temos resultados conclusivos em favor do abandono desse tipo de estratégia em investigações epistemológicas. Isso não significa, no entanto, que nos resta apenas a suspensão de juízo sobre a tal prática e do uso dela na análise do conhecimento. Ao apresentar essa discussão metafilosófica no presente trabalho, também não pretendemos dizer que a alternativa talvez seja ignorar os resultados empíricos encontrados e seguir utilizando essa estratégia metodológica, como se nada tivesse acontecido. Também não acreditamos que a melhor alternativa seja abraçar aquele velho ditado e “jogar fora o bebê junto com a água do banho”, sugerindo que, na dúvida, melhor abandonar de vez o uso de intuições advindas de casos tipo-Gettier na Epistemologia.

Talvez não reste outra alternativa aos filósofos de poltrona, que desejarem permanecer testando definições de conhecimento à luz das intuições suscitadas por casos tipo-Gettier, a não

ser levantar de vez em quando de suas poltronas e colocar tais casos e intuições sob teste empírico. Tal como sugerido por Alvin Goldman (2017) no terceiro capítulo, somente após investigações empíricas é possível obtermos evidências de segunda ordem sobre a confiabilidade dessas intuições. Sem colocar tais casos sob teste, os filósofos não podem oferecer garantias de quando, e quais, das intuições obtidas através desses casos podem ser consideradas minimamente confiáveis para serem utilizadas em suas análises do conhecimento.

Os desafios, entretanto, não incidem apenas às investigações realizadas pelos filósofos de poltrona, pois, como vimos no terceiro capítulo, os resultados encontrados nas investigações realizadas pelos filósofos experimentais também podem ser questionáveis. O motivo dessa desconfiança: a possibilidade de que diversos fatores, para além dos considerados pelos filósofos experimentais, podem ter influenciado os resultados encontrados em seus estudos. Um primeiro fator apresentado foi a possibilidade levantada por Peter Blouw, Wesley Buckwalter e John Turri (2017) de que quando nos referimos a “casos tipo-Gettier” talvez não estamos falando de uma classe homogênea de casos hipotéticos, mas, ao invés disso, é provável que existam diferentes tipos de casos tipo-Gettier que apresentam diferenças estruturais significativas entre si. Essas diferenças estruturais poderiam estar sendo refletidas na variabilidade intuitiva encontrada pelos estudos da Filosofia Experimental. Uma das alternativas às futuras investigações, como vimos, seria projetar novos experimentos empíricos levando em conta essas diferenças estruturais de cada caso. A taxonomia proposta por Blouw, Buckwalter e Turri poderia servir como um ponto de partida para essas futuras investigações. Mas como os próprios autores ressaltam, pode ser que essa taxonomia precise ser ampliada ou, até mesmo, revisada. Novas investigações, nesse sentido, poderiam contribuir para uma melhor entendimento sobre as possíveis diferenças por trás dos diversos casos tipo-Gettier. Os resultados dessas investigações poderiam também contribuir, de certa forma, com a tentativa dos filósofos tradicionais em compreenderem os diversos “problemas de Gettier” que estariam por trás dessas diferenças estruturais de cada caso tipo-Gettier. Entendendo melhor alguns fatores que podem estar influenciando a atribuição, ou não, de conhecimento aos protagonistas desses casos talvez seja possível esclarecer alguns aspectos importantes a respeito da compreensão que temos sobre a noção de conhecimento.

A partir das considerações feitas por Alvin Goldman (2017), também no terceiro capítulo, a respeito das três possíveis subtarefas que ele julga estarem envolvidas no processo de geração de uma intuição de classificação (que nos leva a classificar os casos tipo-Gettier como casos de conhecimento ou não-conhecimento), nos deparamos com outros possíveis

fatores que poderiam estar por trás da variabilidade intuitiva relatada nos estudos da Filosofia Experimental. O primeiro deles estaria relacionado com a representação mental que fazemos do cenário descrito pelos casos tipo-Gettier (primeira subtarefa). A fim de minimizar alguns erros que podem ocorrer nessa primeira etapa, sugerimos às futuras investigações que elas reflitam sobre a possibilidade de garantir ou, até mesmo, conduzir, através do modo como os casos são apresentados, os participantes a representarem adequadamente os cenários hipotéticos descritos em cada caso testado. Se esse tipo de problema pode estar influenciando as intuições das pessoas, então isso pode ser um ponto a favor para aqueles que defendem que os filósofos profissionais estariam mais preparados, devido a sua formação, a notar detalhes importantes em cada caso e, com isso, seriam mais capazes de representar adequadamente os cenários. Entretanto, mais pesquisas precisam ser realizadas para averiguar essa hipótese de possível vantagem (especialidade) dos filósofos profissionais em relação às pessoas leigas de representarem adequadamente os cenários. Mas não apenas isso, novas pesquisas poderiam nos dizer em que medida guiar os participantes nessa primeira etapa seria eficiente ou, até mesmo, aceitável, uma vez que essa condução também poderia ser um fator capaz de influenciar as intuições das pessoas.

Contudo, por meio das considerações de Goldman, vimos que minimizar as falhas nessa primeira subtarefa, ainda assim, não garante que a intuição gerada por fim seja um indicador confiável da verdade de seu conteúdo. Isso porque problemas também podem ocorrer na segunda subtarefa, a qual diz respeito a representação mental da categoria alvo em relação à qual o protagonista do caso em análise deve ser classificado. Embora seja comum os filósofos não discutirem sobre a diferença em relação aos alvos de suas análises, quando o assunto é a viabilidade da intuição servir de evidência para esse alvo em questão, tais filósofos deveriam estar mais atentos. Sobre esse ponto, Goldman acredita que a melhor alternativa sobre a natureza da categoria seria considerá-la como sendo o significado de palavras ou expressões, pois nessa perspectiva poderíamos compreender como a segunda subtarefa (de representar mentalmente tal categoria) seria viável e quais os possíveis erros que poderiam ocorrer nessa etapa. Vimos que, para a análise de um caso tipo-Gettier, a categoria a ser representada mentalmente seria “conhecer”, e que Goldman acredita haver pelo menos três sentidos deferentes para esse termo, os quais as pessoas poderiam estar se baseando para emitir o julgamento intuitivo sobre tal caso. Futuras investigações empíricas poderiam preocupar-se, nesse sentido, em compreender os sentidos de “conhecer” frequentemente considerados pelas

peessoas quando solicitadas a avaliar não apenas se os casos tipo-Gettier são exemplos de conhecimento, mas também quando avaliam outros casos hipotéticos. A sugestão é que tais investigações não pressuponham antecipadamente que as pessoas estão julgando esses casos com base em um único sentido de “conhecer” e que apenas fatores externos a isso estariam influenciando o julgamento dessas pessoas. Pode ser que seja possível descartar a influência dos mais diversos fatores e ainda assim as pessoas divirjam em suas intuições sobre a atribuição de conhecimento a esses casos. Talvez porque as diferenças estejam ocorrendo nessa segunda subtarefa, ou seja, que as pessoas podem estar considerando diferentes sentido de “conhecer” ou, caso estejam considerando o mesmo sentido, ainda assim podem estar representando inapropriadamente a categoria em questão.

Em relação à terceira subtarefa envolvida no processo de geração de uma intuição, Goldman destaca algumas investigações realizadas em psicologia e ciências cognitivas sobre como as pessoas classificam, ou categorizam, ordinariamente as coisas. Ele menciona alguns modelos de como essa categorização (julgamento de classificação) acontece, bem como os possíveis erros que podem ocorrer nesse momento. Como vimos, tais erros também podem ser um dos possíveis fatores responsáveis pela variabilidade intuitiva relatada nos estudos da Filosofia Experimental. Em tais estudos, apresentados no segundo capítulo, os filósofos experimentais realizaram testes buscando analisar se os mais variados fatores, tais como diferenças culturais, socioeconômicas, de gênero, de idade, até mesmo de personalidade, ou ainda a ordem e o modo como os casos são apresentados, ou se a moralidade poderia ser um desses fatores que afetariam a atribuição de conhecimento ao protagonista descritos pelos diversos casos tipo-Gettier. No entanto, parece prudente que os filósofos também levem em consideração o que os estudos da psicologia e das ciências cognitivas têm a dizer sobre fatores e vieses psicológicos que podem afetar a classificação ordinária das pessoas, isto é, classificações para além das realizadas com base em casos hipotéticos. Isso porque, como vimos, é bem provável que esses fatores e vieses também possam estar influenciando o julgamento de classificação que as pessoas fazem sobre casos hipotéticos de modo geral. O problema, desse modo, não estaria apenas na classificação que as pessoas realizam quando são solicitadas a avaliar um caso hipotético. Mesmo em classificações ordinárias, o processo de categorização pode não estar sendo confiável. Se, tal como ressalta Goldman, não temos como garantir que nosso gerador de classificação esteja executando um processo confiável (terceira subtarefa), estar atento aos possíveis erros que podem ocorrer nessa etapa pode ser útil na

tentativa de analisar quando e quais das intuições foram geradas sem a influência desses possíveis fatores e vieses.

Por fim, ao apresentar as considerações de Jennifer Nado (2014, 2017), pudemos perceber o quão cautelosos precisamos ser em relação à discussão metafilosófica apresentada neste trabalho. Isso porque, como ressalta a autora, boa parte dessa discussão parece tratar a confiabilidade dos julgamentos intuitivos, suscitados através de casos hipotéticos, como dependendo de uma capacidade ou faculdade mental única, comumente chamada de “intuição”. Mas se a abordagem da heterogeneidade da intuição, proposta por Nado, estiver correta, isto é, se os estados mentais que comumente são assumidos como pertencentes a uma mesma categoria, na verdade são estados mentais altamente heterogêneos e produzidos por diferentes processos, então boa parte dessa discussão pode não apenas estar realizando investigações e debates de forma muito ampla, mas talvez podem estar extraindo conclusões precipitadas acerca do *status* epistêmico de certas intuições. Não que as investigações realizadas em Filosofia Experimental até o momento devam ser desconsideradas, mas talvez os resultados encontrados estejam, no fim das contas, nos dizendo muito pouco sobre a confiabilidade das mais diversas intuições. Tal como sugere Nado, as futuras investigações teriam muito mais a contribuir se avaliassem a confiabilidade dessas intuições de forma mais restrita, e não do modo amplo como comumente ocorre no debate metafilosófico. Sendo assim, o que apresentamos aqui nesta dissertação parece ser apenas uma parcela muito pequena de uma discussão que pode vir a ser bem mais complexa.

Poderíamos pensar que ao voltarmos a nossa atenção apenas às intuições advindas de casos tipo-Gettier, talvez as colocações apontadas por Nado não sejam um problema, pois já estaríamos restringindo a nossa discussão a um tipo específico de intuição. Porém, Nado menciona ainda a possibilidade de que, mesmo dentro de um mesmo domínio, diferentes processos possam estar envolvidos na produção de intuições. Dessa forma, é possível que assim como os casos tipo-Gettier talvez não pertençam a uma classe homogênea de casos hipotéticos, as intuições geradas através deles também não pertençam a uma classe homogênea de intuições. Se isso for o caso, restringir ainda mais as pesquisas, tomando como base uma taxonomia dos casos tipo-Gettier, poderia ser um ponto de partida para as futuras investigações, uma vez que, por conta das diferenças estruturais de cada caso, diferentes processos podem estar envolvidos na geração de suas intuições.

Em suma, as recomendações depreendidas do terceiro capítulo basicamente sugerem cautela acerca dos resultados já obtidos em estudos empíricos anteriores sobre as intuições advindas dos casos tipo-Gettier e uma perspectiva de um árduo trabalho que ainda precisa ser realizado por aqueles que pretendem contribuir com a discussão metafilosófica aqui apresentada. Não que seja possível em um único estudo lidar com todos os fatores que buscamos destacar neste trabalho, que podem vir a interferir na geração das intuições investigadas. Também não queremos dizer que os fatores relatados nos estudos empíricos apresentados neste trabalho não sejam, de fato, os responsáveis pela variabilidade intuitiva encontrada pelos filósofos experimentais. É possível que fatores tais como diferenças culturais, socioeconômicas, de gênero, de idade, de personalidade, ou até mesmo aspectos morais sejam capazes de afetar o julgamento de classificação realizado sobre os mais diversos casos tipo-Gettier. Assim como é possível que fatores para além desses últimos, tais como aqueles destacados no terceiro capítulo, também sejam capazes de influenciar a intuição das pessoas sobre tais casos. Ao chamar a atenção para a possível interferência desses outros fatores, a ideia é que as próximas investigações envolvendo casos tipo-Gettier possam dispor de mais alguns elementos não apenas para planejar experimentos futuros, mas elementos que também podem ser levados em consideração no momento de avaliar se as intuições obtidas através desses estudos não estão sendo influenciadas por fatores para além dos inicialmente considerados.

Metaforicamente falando, a discussão apresentada neste trabalho pretendeu chamar a atenção para a possível fragilidade daquela poltrona em que o filósofo costumeiramente se acomoda para conduzir as suas investigações. Especialmente se a investigação a ser realizada em tal poltrona estiver interessada na análise do conhecimento. Não deixamos de notar, entretanto, que a poltrona permanece sendo utilizada até mesmo por aqueles que estão cientes de sua possível fragilidade. Mas, ainda que ela seja o ponto de partida do trabalho filosófico tradicional, e, muito embora, também venha a ser o local para onde os filósofos experimentais retornaram após suas investigações empíricas, não temos garantias até o momento sobre o seu real estado de conservação. No entanto, parece que as ferramentas necessárias à manutenção dessa poltrona somente estão disponíveis àqueles dispostos a levantarem-se dela.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Joshua. “Is experimental philosophy philosophically significant?”. In: **Philosophical Psychology**, v. 23, n. 3, 2010, p. 377–389. DOI: <https://doi.org/10.1080/09515089.2010.490943>

ALEXANDER, Joshua; WEINBERG, Jonathan M. “Analytic Epistemology and Experimental Philosophy”. In: **Philosophy Compass**, v. 2, n. 1, 2007, p.56-80. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-9991.2006.00048.x>

ALICKE, Mark; ROSE, David; BLOOM, Dori. “Causation, Norm Violation, and Culpable Control”. In: **Journal of Philosophy**, v. 108, n. 12, 2011, p.670-696. DOI: <http://dx.doi.org/10.5840/jphil20111081238>.

BEEBE, James; BUCKWALTER, Wesley. “The epistemic side-effect effect”. In: **Mind & Language**, v. 25, n. 4, 2010, p. 474-498. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0017.2010.01398.x>

BLOUW, Peter; BUCKWALTER, Wesley; TURRI, John. “Gettier Cases: A Taxonomy”. In: R. Borges, C. de Almeida & P. Klein (Eds.), **Explaining knowledge: New essays on the Gettier problem**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

BUCKWALTER, Wesley. “Non-Traditional Factors in Judgments about Knowledge”. In: **Philosophy Compass**, v. 7, n. 4, 2012, p. 278-289. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1747-9991.2011.00466.x>.

BUCKWALTER, Wesley. “Gettier made ESEE”. In: **Philosophical Psychology**, v. 27, n. 3, 2013, p.368-383. DOI: <https://doi.org/10.1080/09515089.2012.730965>

BUCKWALTER, Wesley; STICH, Stephen. “Gender and Philosophical Intuition”. In: J. Knobe & S. Nichols (Eds.), **Experimental philosophy (Vol. 2)**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 307-346.

CAPPELEN, Herman. **Philosophy without Intuitions**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CHISHOLM, Roderick M. **Theory of Knowledge**. 3ª ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1989.

COHNITZ, Daniel; HÄGGQVIST, Sören. “Thought experiments in current metaphilosophical debates”. In: **The Routledge Companion to Thought Experiments**. New York: Routledge, 2018. p. 406-424.

DEUTSCH, Max. **The Myth of the Intuitive**. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.

FELDMAN, Richard. **Epistemology**. Upper Sadle River: Prentice Hall, 2003.

FELDMAN, Richard. “Naturalismo metodológico na epistemologia”. In: In: John Greco & Ernest Sosa (eds), **Compêndio de Epistemologia**. 2ª ed. Trad. Alessandra S. Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Ed. Loyola, 2012, p. 271-296.

FISCHER, Eugen; COLLINS, John. "Rationalism and naturalism in the age of experimental philosophy". In: Eugen Fischer & John Collins (Eds), **Experimental Philosophy, Rationalism, and Naturalism: Rethinking philosophical method**. London: Routledge, 2015, p. 3-33.

FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Tradução de Sofia I. A. Stein e Ramon F. Wagner. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

GETTIER, Edmund. "Is justified true belief knowledge?". In: **Analysis**, v. 23, 1963, p. 121–123.

GOLDMAN, Alvin I. "Philosophical Intuitions: Their Target, Their Source, and Their Epistemic Status". In: **Grazer Philosophische Studien**, v. 74, n. 1, 2007, p. 1-26. DOI: http://dx.doi.org/10.1163/9789401204651_002

GOLDMAN, Alvin I. "Philosophical Naturalism and Intuitional Methodology". In: **Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association**, v. 84, n. 2, 2010, p. 115-150.

GOLDMAN, Alvin I. "Gettier and the Epistemic Appraisal of Philosophical Intuition". In: R. Borges, C. de Almeida & P. Klein (Eds.), **Explaining knowledge: New essays on the Gettier problem**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 213-230.

GOLDMAN, Alvin I.; PUST, Joel. "Philosophical Theory and Intuitional Evidence". In: Alvin I. Goldman, **Pathways to Knowledge: Private and Public**. New York: Oxford University Press, 2002, p. 73-94.

GREENE, J.; CUSHMAN, F; STEWART, L; LOWENBERG, K, NYSTROM, L; COHEN, J. "Pushing moral buttons: The interaction between personal force and intention in moral judgment". In: **Cognition**, v. 111, n. 3, 2009, p.364-371. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cognition.2009.02.001>.

HAIDT, Jonathan; KOLLER, Silvia; Dias, Maria. "Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog". In: *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 65, n. 4, 1993, p. 613-628.

HARMAN, Gilbert. **Thought**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

HETHERINGTON, Stephen. "The Gettier Problem." In: Sven Bernecker & Duncan Pritchard (eds.), **The Routledge Companion to Epistemology**. New York: Routledge, 2011, p. 119-130.

ICHIKAWA, Jonathan; STEUP, Matthias, "The Analysis of Knowledge". In: Edward N. Zalta (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer Edition, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/knowledge-analysis/>

KNOBE, Joshua. "Intentional action and side effects in ordinary language". In: **Analysis**, v. 63, n. 279, 2003, p. 190-194. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8284.00419>

KNOBE, Joshua. "The Concept of Intentional Action: A Case Study in the Uses of Folk Psychology". In: **Philosophical Studies**, v. 130, n. 2, 2006, p.203-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11098-004-4510-0>.

KNOBE, Joshua. "Experimental Philosophy". In: **Philosophy Compass**, v. 2, n. 1, 2007a, p. 81-92. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-9991.2006.00050>.

KNOBE, Joshua. "Experimental Philosophy and Philosophical Significance". In: **Philosophical Explorations**, v. 10, n. 2, 2007b, p. 119-121. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13869790701305905>.

KNOBE, Joshua; NICHOLS, Shaun. "An Experimental Philosophy Manifesto". In: Joshua Knobe & Shaun Nichols (eds.), **Experimental Philosophy**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 3-14.

KNOBE, Joshua; PRINZ, Jesse. "Intuitions about consciousness: Experimental studies". In: **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 7, n. 1, 2007, p.67-83. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11097-007-9066-y>

KNOBE, Joshua; SAMUELS, Richard. "Thinking like a scientist: Innateness as a case study". In: **Cognition**, v. 126, n. 1, 2013, p.72-86. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cognition.2012.09.003>

KORNBLITH, Hilary. **Knowledge and Its Place in Nature**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KORNBLITH, Hilary. "Naturalism and Intuitions". In: **Grazer Philosophische Studien**, v. 74, n. 1, 2007, p. 27-49. DOI: https://doi.org/10.1163/9789401204651_003

KORNBLITH, Hilary. "Em defesa de uma epistemologia naturalizada". In: John Greco & Ernest Sosa (eds), **Compêndio de Epistemologia**. 2ª ed. Trad. Alessandra S. Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Ed. Loyola, 2012, p. 253-269.

LEHRER, Keith. "Knowledge, Truth, and Evidence". In: **Analysis**, v. 25, n. 5, 1965, p. 168-175. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/3326431>

LIAO, S. Matthew; WIEGMANN, Alex; ALEXANDER, Joshua; VONG, Gerard. "Putting the trolley in order: Experimental philosophy and the loop case". In: **Philosophical Psychology**, v. 25, n. 5, 2012, p.661-671. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09515089.2011.627536>

LUDWIG, Kirk. "The epistemology of thought experiments: First person versus third person approaches". In: **Midwest Studies in Philosophy**, v.31, n. 1, 2007, p. 128-159. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-4975.2007.00160.x>

LUDWIG, Kirk. "Thought experiments and experimental philosophy". In: **The Routledge Companion to Thought Experiments**. New York: Routledge, 2018, p. 385-405.

LYCAN, William G. "On the Gettier Problem problem". In: Stephen Hetherington (ed.), **Epistemology futures**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 148-168.

MACHERY, Edouard. "The folk concept of intentional action: Philosophical and experimental issues". In: **Mind & Language**, v. 23, n. 2, 2008, p.165-189. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0017.2007.00336.x>

- MACHERY, Edouard. "Thought Experiments and Philosophical Knowledge". In: **Metaphilosophy**, v. 42, n. 3, 2011, p. 191-214. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9973.2011.01700.x>
- MACHERY, Edouard; MALLON, Ron; NICHOLS, Shaun; STICH, Stephen. "Semantics, cross-cultural style". In: **Cognition**, v. 92, n. 3, 2004, p. B1-B12. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cognition.2003.10.003>
- MACHERY, Edouard; STICH, Stephen; ROSE, David. et al. "Gettier Across Cultures". In: *Noûs*, v. 51, n. 3, 2017a, p. 645-664. DOI: <https://doi.org/10.1111/nous.12110>
- MACHERY, Edouard; STICH, Stephen; ROSE, David. et al. "The Gettier Intuition from South America to Asia". In: *Journal of Indian Council of Philosophical Research*, v. 34, n. 3, 2017b, p. 517-541. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40961-017-0113-y>
- MARGOLIS, Eric; LAURENCE, Stephen. "Concepts". In: Edward N. Zalta (ed.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer Edition, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/concepts/>.
- MORTENSEN, Kaija; NAGEL, Jennifer. "Armchair-Friendly Experimental Philosophy". In: Justin Sytsma & Wesley Buckwalter (eds.), **A Companion to Experimental Philosophy**. Oxford: Blackwell, 2016, p. 53-70.
- NADELHOFFER, Thomas; HESHMATI, Saeideh; KAPLAN, Deanna; NICHOLS, Shaun. "Folk Retributivism and the communication confound". In: **Economics and Philosophy**, v. 29, n. 2, 2013, p. 235-261. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0266267113000217>
- NADELHOFFER, Thomas; NAHMIAS, Eddy. "The past and future of Experimental Philosophy". In: **Philosophical Explorations**, v. 10, n. 2, 2007, p. 123-149. DOI: <https://doi.org/10.1080/13869790701305921>
- NADO, Jennifer. "The intuition deniers". In: **Philosophical Studies**, v. 173, n. 3, 2016, p. 781-800. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11098-015-0519-9>
- NADO, Jennifer. "The Role of Intuition". In: Justin Sytsma (ed.), **Advances in Experimental Philosophy of Mind**. London: Bloomsbury, 2014, p. 11-44.
- NADO, Jennifer. "Why intuition?" In: **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 89, n. 1, 2014, p. 15-41. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2012.00644.x>
- NADO, Jennifer. "How To Think About Philosophical Methodology". In: **Journal of Indian Council of Philosophical Research**, v. 34, n. 3, 2017, p. 447-463. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40961-017-0116-8>
- NAHMIAS, Eddy; MORRIS, Stephen; NADELHOFFER, Thomas; TURNER, Jason. "Surveying Freedom: Folk Intuitions about free will and moral responsibility". In: **Philosophical Psychology**, v. 18, n. 5, 2005, p.561-584. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09515080500264180>
- NAGEL, Jennifer; JUAN, Valerie San; MAR, Raymond. "Lay denial of knowledge for justified true beliefs". In: **Cognition**, v. 129, n. 3, 2013, p. 652-661. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cognition.2013.02.008>

NICHOLS, Shaun. “Folk concepts and intuitions: from philosophy to cognitive science”. In: **Trends in Cognitive Sciences**, v. 8, n. 11, 2004, p. 514-518. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.09.001>

NICHOLS, Shaun; BRUNO, Michael. “Intuitions about personal identity: An empirical study”. In: **Philosophical Psychology**, v. 23, n. 3, 2010, p. 293-312. DOI: <https://doi.org/10.1080/09515089.2010.490939>

NICHOLS, Shaun; KNOBE, Joshua. “Moral Responsibility and Determinism: The Cognitive Science of Folk Intuitions”. In: **Noûs**, v. 41, n. 4, 2007, p. 663–685. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0068.2007.00666.x>

NISBETT, Richard; PENG, Kaiping; CHOI, Incheol; NORENZAYAN, Ara. “Culture and systems of thought: Holistic versus analytic cognition”. In: **Psychological Review**, v. 108, n. 2, 2001, p. 291–310. DOI: 10.1037//0033-295X.108.2.291

O’NEILL, Elizabeth; MACHERY, Edouard. “Introduction: Experimental Philosophy: What Is It Good For?”. In: Edouard Machery & Elizabeth O’Neill (eds.), **Current Controversies in Experimental Philosophy**. New York: Routledge, 2014, p. vii – xxix.

PRINZ, Jesse. “Empirical Philosophy and Experimental Philosophy”. In: Joshua Knobe & Shaun Nichols (eds.), **Experimental Philosophy**. Oxford University Press, 2008, p. 189-208.

PUST, Joel. “Intuition”. In: Edward N. Zalta (ed.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer Edition, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/intuition/>

RAMI, Adolf. “Introduction: Truth and Truth-Making.” In: E. J. Lowe & A. Rami (eds.), **Truth and Truth-Making**. Montreal: McGill-Queens University Press, 2009, p. 1–36.

RITCHIE, Jack. **Naturalismo**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

RODRIGUEZ-PEREYRA, Gonzalo. “Truthmakers”. In: **Philosophy Compass**, v. 1, n. 2, 2006, p. 186–200. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-9991.2006.00018.x>

SCHNALL, Simone; HAIDT, Jonathan; CLORE, Gerald; JORDAN, Alexander. “Disgust as Embodied Moral Judgment”. In: **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 34, n. 8, 2008, p. 1096-1109. DOI: <https://doi.org/10.1177/0146167208317771>

SHOPE, Robert. **The Analysis of Knowing: A Decade of Research**. Princeton: Princeton University Press, 1983.

SOSA, Ernest. “Experimental philosophy and philosophical intuition”. In: **Philosophical Studies**, v. 132, 2007, p. 99-107. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11098-006-9050-3>

STARMANS, Christina; FRIEDMAN, Ori. “The folk conception of knowledge”. In: **Cognition**, v. 124, n. 3, 2012, p. 272-283. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2012.05.017>

STICH, Stephen.; TOBIA, Kevin. “Experimental philosophy and the philosophical tradition”. In: Justin Sytsma & Wesley Buckwalter (eds.). **A Companion to Experimental Philosophy**. Oxford: Blackwell, 2016, p. 5-21.

STOTZ, Karola; GRIFFITHS, Paul; KNIGHT, Rob. "How biologists conceptualize genes: An empirical study". In: **Studies in History and Philosophy of Science Part C: Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**, v. 35, n. 4, 2004, p. 647-673. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.shpsc.2004.09.005>

STROHMINGER, Nina; NICHOLS, Shaun. "The essential moral self". In: **Cognition**, v. 131, n. 1, 2014, p. 159-171. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2013.12.005>

SYTSMA, Justin. "Two Origin Stories for Experimental Philosophy." In: **Teorema, special issue on experimental philosophy**, editado por G. Martí, 2017, p. 23-43.

SYTSMA, Justin; LIVENGOOD, Jonathan. **The Theory and Practice of Experimental Philosophy**. Peterborough: Broadview Press, 2015.

SWAIN, Stacey; ALEXANDER, Joshua; WEINBERG, Jonathan. "The Instability of Philosophical Intuitions: Running Hot and Cold on Truetemp". In: **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 76, n. 1, 2008, p. 138-155. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2007.00118.x>

TURRI, John. "Manifest failure: the Gettier problem solved". In: **Philosophers' imprint**, v. 11, n. 8, 2011, p. 1-11.

TURRI, John. "In Gettier's wake". In: Stephen Hetherington (Ed.) **Epistemology: The Key Thinkers**. London: Continuum, 2012.

TURRI, John. "A conspicuous art: putting Gettier to the test". In: **Philosophers Imprint**, v. 13, n. 10, 2013, p. 1-16.

TURRI, John; BUCKWALTER, Wesley; BLOUW, Peter. "Knowledge and luck". In: **Psychonomic Bulletin & Review**, v. 22, n. 2, 2015, p. 378-390. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13423-014-0683-5>

WEINBERG, Jonathan; NICHOLS, Shaun; STICH, Stephen. "Normativity and Epistemic Intuitions". In: **Philosophical Topics**, v. 29, 2001, p. 429-460.

WILLIAMSON, Timothy. "Philosophical 'intuitions' and scepticism about judgment". In: **Dialectica**, v. 58, n. 1, 2004, p. 109-153. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1746-8361.2004.tb00294.x>

WILLIAMSON, Timothy. "Armchair philosophy, metaphysical modality and counterfactual thinking". In: **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 105, n. 1, 2005, p. 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0066-7373.2004.00100.x>

WILLIAMSON, Timothy. **The philosophy of philosophy**. Oxford: Blackwell, 2007.

WILLIAMSON, Timothy. "Philosophical expertise and the burden of proof". In: **Metaphilosophy**, v. 42, n. 3, 2011, p. 215-229. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9973.2011.01685.x>

WRIGHT, Jennifer. "On intuitional stability: The clear, the strong, and the paradigmatic". In: **Cognition**, v. 115, n. 3, 2010, p. 491-503. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2010.02.003>

ZAGZEBSKI, Linda. **Virtues of the mind: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ZAGZEBSKI, Linda. “O que é o conhecimento?”. In: John Greco & Ernest Sosa (eds), **Compêndio de Epistemologia**. 2ª ed. Trad. Alessandra S. Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Ed. Loyola, 2012, p. 153-190.

ZALTA, Edward. “Fregean Senses, Modes of Presentation, and Concepts”. In: **Philosophical Perspectives (Noûs Supplement)**, v. 35, n. 15, 2001, p. 335-359. DOI: <https://doi.org/10.1111/0029-4624.35.s15.15>